

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**  
**MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**Silvaniza Maria Vieira Ferrer**

**A Campanha Nacional das Escolas da Comunidade – CNEC e o “entusiasmo” pela  
Educação Ginásial no Ceará no período de 1958 a 1963.**

**Fortaleza**

**2010**

Silvaniza Maria Vieira Ferrer

A Campanha Nacional das Escolas da Comunidade – CNEC e o “entusiasmo” pela Educação  
Ginasial no Ceará no período de 1958 a 1963.

Dissertação apresentada como requisito parcial  
para a obtenção do título de Mestre em  
Educação, pelo Programa de Pós-Graduação em  
Educação da Universidade Federal do Ceará.

Orientador: Rui Martinho Rodrigues

Fortaleza  
2010

*"Lecturis salutem"*

Ficha Catalográfica elaborada por  
Telma Regina Abreu Camboim – Bibliotecária – CRB-3/593  
tregina@ufc.br  
Biblioteca de Ciências Humanas – UFC

F446c

Ferrer, Silvaniza Maria Vieira.

A Campanha Nacional das Escolas da Comunidade – CNEC e o  
“entusiasmo” pela educação ginásial no Ceará no período de 1958 a  
1963 / por Silvaniza Maria Vieira Ferrer. – 2010.

238f. : il. ; 31 cm.

Cópia de computador (printout(s)).

Dissertação(Mestrado) – Universidade Federal do Ceará,  
Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em  
Educação, Fortaleza(CE), 25/10/2010.

Orientação: Prof. Dr. Rui Martinho Rodrigues.

Inclui bibliografia.

1-CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE(BRASIL).  
2-ENSINO SECUNDÁRIO – CEARÁ – 1958-1963. 3-ESCOLAS SECUNDÁRIAS  
– CEARÁ – 1958-1963. 4-EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA – CEARÁ – 1958-1963.  
5-EDUCAÇÃO E ESTADO – CEARÁ – 1958-1963. I-Rodrigues, Rui Martinho,  
orientador. II-Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-Graduação em  
Educação. III-Título.

CDD(22ª ed.) 373.81310904

07/11

**SILVANIZA MARIA VIEIRA FERRER**

**A Campanha Nacional das Escolas da Comunidade – CNEC e o “entusiasmo” pela  
Educação Ginásial no Ceará no período de 1958 a 1963.**

Dissertação apresentada como requisito parcial  
para a obtenção do título de Mestre em  
Educação, pelo Programa de Pós-Graduação em  
Educação da Universidade Federal do Ceará.

APROVADO EM 25 DE OUTUBRO DE 2010

BANCA EXAMINADORA:

\_\_\_\_\_  
PROF. DR. RUI MARTINHO RODRIGUES      UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

\_\_\_\_\_  
PROF.DR.FCO. ARI DE ANDRADE      UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

\_\_\_\_\_  
PROF<sup>a</sup> DR<sup>a</sup> M<sup>a</sup> DE FÁTIMA DE A.LEITÃO      UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

## DEDICATÓRIA

A todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para que esse estudo fosse realizado.

E em especial:

À Deus acima de tudo, pois acredito que sem a luz que vem do alto, eu não teria o entendimento necessário para construir essa dissertação;

Aos meus pais, Vicente e Isa Ferrer que um dia, quando eu tinha apenas nove anos, premidos pelas mesmas condições vistas neste trabalho, tiveram que abrir mão do meu convívio para que eu pudesse continuar os meus estudos na capital;

À minha filha Ana Cibele, por quem eu sempre renovo minhas forças;

A todos os estudantes pobres do meu país e em especial àqueles que não se deixam abater pelas dificuldades impostas pelo meio em que vivem e conseguem terminar seus estudos.

## AGRADECIMENTOS

Aos meus orientadores, sim, porque foram três ao todo em dois anos:

- À Prof<sup>a</sup> Juraci Maia Cavalcante, de quem eu aprendi a buscar seriedade no ato da pesquisa sem deixar de lado a paixão pelo conhecimento;

- Ao Professor Ari Andrade, cuja orientação no momento da defesa do projeto, foi de salutar importância para o rumo dessa pesquisa;

-Ao Professor Rui Martinho, cujas colaborações de revisão eram tão profundas que somente elas, dariam uma tese de doutorado.

- Ao Professor Elmo Vasconcelos, pelo convite para participar desse Mestrado em Educação.

Aos amigos e companheiros do NHIME, em especial à turma 2008.2: Gildênia, Egberto, Graça, Paulo Leitão e Socorro Braun. Pessoas que só acrescentaram à minha vida.

A todos vocês, o meu MUITO OBRIGADA.

A *polis* grega era excludente, como todo poder político organizador, e desconfiava do crescimento da cultura entre seus cidadãos; em relação a esta, seu poderoso instinto básico se mostrou quase que estritamente paralisante e inibidor. Não queria admitir história ou devir da cultura; a educação fixada na lei do Estado deveria ser imposta a todas as gerações e mantê-las num só nível. Mais tarde Platão quis a mesma coisa para o seu Estado ideal. Portanto, a cultura se desenvolveu apesar da polis.

(Nietzsche – Humano, Demasiadamente Humano)

Geralmente não enxergamos o valor do ginásio nas coisas que nele aprendemos de fato e que dele sempre conservamos, mas naquelas que são ensinadas e que o aluno assimila a contragosto, para delas se livrar o mais rapidamente que possa.

(Nietzsche- Humano, Demasiadamente humano.)

## **RESUMO**

### **A CAMPANHA NACIONAL DAS ESCOLAS DA COMUNIDADE – CNEC E O “ENTUSIASMO” PELA EDUCAÇÃO GINASIAL NO CEARÁ NO PERÍODO DE 1958 A 1963.**

O objeto de estudo dessa dissertação trata da chegada da CNEC – Campanha Nacional das Escolas da Comunidade ao Ceará no final da década de 1950 e início da década de 1960 e suas implicações no desenvolvimento do ensino secundário no Estado. Trata-se de uma análise da situação do ensino secundário no Ceará e as contribuições deixadas pela Campanha que fundou mais de 80 escolas em pelo menos 40 municípios cearenses, ao longo de 50 anos. A CNEC surgiu em 1943, na cidade de Recife, como Campanha do Ginásio Pobre e a idéia partiu do estudante Felipe Tiago Gomes, à época secundarista que junto com outros colegas resolveram preparar alunos carentes de recursos para dar continuidade aos estudos, além do ensino primário. Depois de fundar o primeiro ginásio, resolveram expandir para todo o Brasil, chegando ao Ceará em 1958, oficialmente, com a inauguração do primeiro setor local, condição necessária para se criar um colégio cenequista. O objetivo é refletir sobre o ensino secundário no Ceará, entre os anos de 1958 a 1963, e entender as circunstâncias que favoreceram a entrada, expansão e permanência da CNEC no cenário educacional cearense. A metodologia utilizada para essa pesquisa baseia-se numa abordagem do tipo compreensiva, estruturada nas análises da leitura teórica histórica e filosófica da educação da época em apreço, pesquisa de fontes primárias ligadas à CNEC e á jornais da época, documentos governamentais e entrevistas com remanescentes do período analisado. A partir da leitura teórica e histórica, encontramos que as estruturas patrimonialistas e paternalistas no Brasil, dominavam ainda as estruturas educacionais no Estado do Ceará, o que não impediu que houvesse uma crescente demanda escolar que por sua vez pressionou o Estado a criar mais vagas para atender a população. O Estado do Ceará sofreu com calamidades naturais nos anos de 1958 e 1960, seca e enchente respectivamente, o que contribuiu ainda mais para resolver a deficiência de ensino. A CNEC foi usada pelo Governo do Ceará para desafogar o sistema e aliviar a pressão, chegando inclusive a firmar convênios. Encontramos que a CNEC foi a principal responsável pela expansão do ensino ginasial nos municípios cearenses, até então servidos basicamente de escolas primárias, criando em torno das escolas verdadeiras ilhas de urbanização. As escolas eram construídas em terrenos afastados da cidade, doados por membros da comunidade e contava com subvenções federais, estaduais e municipais, além de pequenas contribuições pagas pelos pais dos alunos. Entendemos que a CNEC em muito contribuiu para diminuir o índice de evasão escolar nos municípios cearenses, porque os alunos não precisavam se deslocar para a capital do Estado a fim de continuar seus estudos.

**PALAVRAS-CHAVE: CNEC – EDUCAÇÃO – CEARÁ**



## **THE CAMPANHA NACIONAL DAS ESCOLAS DA COMUNIDADE – CNEC AND THE “ENTHUSIASM” FOR SECONDARY EDUCATION IN THE STATE OF CEARÁ, BRAZIL, FROM 1958 TO 1963**

This dissertation is about the emergence of the CNEC– Campanha Nacional das Escolas da Comunidade (National Campaign of Community Schools) in the late 1950's and early 1960's and its implications in the development of the secondary school teaching in the State of Ceará. This is an analysis of the situation of the secondary teaching, in Ceará and the contributions of the CNEC, which founded 80 schools in at least 40 cities in Ceará throughout a 50-year period. The CNEC was created in the City of Recife in 1943 as the “Campanha do Ginasiano Pobre” (The Poor Secondary Student Campaign), which was the idea of the secondary student Felipe Tiago Gomes whom, together with some colleagues, decided to help poor students to continue their studies beyond the primary level. After founding the first secondary school, they decided to expand the idea to the rest of the country, and in Ceará it was officially created in 1958 with the opening of the first State Section, a necessary condition for a CNEC school to be created. This work presents a reflection on the secondary teaching in Ceará from 1958 to 1963 and tries to figure out the circumstances which favored the emergence, expansion and permanence of the CNEC in the educational scenario of Ceará. The methodology used in this research is based on the comprehensive approach which encompasses the analysis of texts on the theory, history and philosophy of education at that time, research of primary sources from CNEC, newspapers, governmental papers and interviews with remaining CNEC personnel of the period investigated. Through the readings of the theory and history of education, we found out that the Brazilian patriarchal and patrimonial social structures of that time still dominated the educational structures in Ceará, even so, it did not prevent the growing demand of schools and forced the State to open school vacancies to attend the population. The Government of Ceará created a partnership with the CNEC, which was used to tap the educational system and relieve the pressure for school vacancies. We also found out that the CNEC was the main responsible for the expansion of the secondary teaching (fifth to eighth grades) in the municipalities of the State which, at that moment, basically only had primary schools. In fact, these secondary schools were turned into real “islands of urbanization”. They were built in lots far away from the towns. These lots were donated by community members and the schools would count on federal, state and municipal financial support in addition to small contributions paid by the students' parents. We understand that the CNEC also contributed a lot helping to reduce the rates of school evasion in the municipalities of Ceará because the students did not have to move out of their hometowns to the capital of the State in order to continue their studies.

Key words: CNEC, education, Ceará

## LISTA DE ABREVIATURAS

ABE – Associação Brasileira de Educação  
BNB – Banco do Nordeste do Brasil  
CADES – Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário  
CERNE – Companhia de Eletrificação Rural do Nordeste  
CHESF – Companhia Hidro Elétrica de São Francisco  
CNEC – Campanha Nacional das Escolas da Comunidade  
CNEG – Campanha Nacional de Escolas Gratuitas  
CODENO – Conselho de Desenvolvimento do Nordeste  
CONEFOR – Companhia Nordeste de Eletrificação de Fortaleza  
DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas  
ETENE – Escritório de Assuntos Econômicos do Nordeste  
GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste  
IAPC – Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes  
IBC – Instituto Brasileiro do Café  
INEP – Instituto Brasileiro de Estudos Pedagógicos  
ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros  
LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
LEC – Liga Eleitoral Católica  
MEC – Ministério de Educação e Cultura  
OPENO – Operação Nordeste  
PCB – Partido Comunista Brasileiro  
PLAMEG – Plano de Metas Governamentais  
PR – Partido Republicano  
PSD – Partido Social Democrático  
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro  
RVC – Rede Viária Cearense  
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial  
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial  
SERVILUZ – Serviço de Luz e Força de Fortaleza  
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste  
UDN – União Democrática Nacional  
UFC – Universidade Federal do Ceará

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	12
<b>CAPÍTULO 1 – ANÁLISES HISTÓRICAS SOBRE O PÚBLICO E O PRIVADO NO BRASIL .....</b>	27
1.1. O PÚBLICO E O PRIVADO .....	31
1.2. O PÚBLICO E O PRIVADO NO BRASIL .....	34
<b>CAPÍTULO 2 – O PENSAMENTO FILOSÓFICO E IDEOLÓGICO EM EDUCAÇÃO QUE NORTEOU A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL E O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO DE 1958 A 1963 .....</b>	47
2.1. TENDÊNCIAS FILOSÓFICO-POLÍTICAS NA EDUCAÇÃO .....	47
2.2. AS CONCEPÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO E O PENSAMENTO DA CNEC ..	49
2.3. IDEOLOGIA NA EDUCAÇÃO .....	52
2.4. AS QUESTÕES EDUCACIONAIS NO PERÍODO DE 1958 A 1963 .....	54
2.4.1. Centralização e descentralização escolar .....	56
2.4.1.1. A Educação nas constituições brasileiras .....	
2.4.2. Escola pública e escola privada .....	
2.4.3. O “entusiasmo pela educação” e o “otimismo pedagógico” .....	74
2.4.4. Ensino de ciências humanas e ensino técnico-científico e profissionalizante .....	76
2.5. A ESTRUTURA ESCOLAR NO PERÍODO DE 1958 A 1963 .....	79
2.5.1. As Leis Orgânicas do Ensino Secundário .....	80
2.5.2. A Lei 4.024 de 1961 ou 1ª LDB .....	84
2.6. O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO .....	88
<b>CAPÍTULO 3 – A EDUCAÇÃO NO CEARÁ E O ENSINO SECUNDÁRIO – 1958/1963.....</b>	90
3.1. ALGUNS DADOS ESTATÍSTICOS DO CEARÁ DE 1958 A 1963 .....	91
3.2. CONTEXTO HISTÓRICO DO CEARÁ E SEUS PRINCIPAIS PROBLEMAS ...	92
3.2.1. O problema da seca em 1958 e a enchente de 1960 .....	99
3.2.2. O problema de eletrificação .....	100
3.2.3. Problema de abastecimento d’água .....	106
3.2.4. Problemas de abastecimento do Porto do Mucuripe .....	107
3.2.5. O problema do café .....	108
3.3. A EDUCAÇÃO NO CEARÁ DE 1958 A 1963 .....	109
3.3.1. A oferta de vagas nas escolas públicas no Ensino Secundário .....	114

3.3.2. O processo de seleção escolar .....	121
3.3.3. O financiamento da educação no Ceará .....	124
<b>CAPÍTULO 4 – A CNEC CHEGA, ENFIM, AO CEARÁ .....</b>	<b>126</b>
4.1. A HISTÓRIA DA CNEC NO BRASIL .....	130
4.1.1. Quem foi FELIPE TIAGO GOMES .....	132
4.1.2. O Início .....	134
4.1.3. Os primeiros cenevistas .....	134
4.1.4. O plano inicial .....	135
4.1.5. A divulgação da Campanha .....	135
4.1.5.1. Boletim .....	135
4.1.5.2. Jornais .....	136
4.1.5.3. Panfletagem .....	137
4.1.5.4. Teatro estudantil .....	138
4.1.5.5. Semanas culturais .....	139
4.1.5.6. Difusão radiofônica .....	140
4.1.6. Os primeiros ginásios .....	140
4.1.7. Custeio das passagens .....	143
4.1.8. Hospedagem .....	144
4.1.9. Ajudas ilustres .....	145
4.1.10. Auxílios e subvenções .....	145
4.1.11. As mudanças de nome .....	148
4.1.12. Os Congressos .....	149
4.1.13. O pensamento norteador da Campanha .....	153
4.2. A CNEC CHEGA NO CEARÁ .....	156
4.2.1. Os segmentos da sociedade que incentivaram a CNEC no Ceará .....	156
4.2.1.1. A Igreja .....	157
4.2.1.2. Os Estudantes .....	164
4.2.1.3. Os representantes da Imprensa Escrita .....	169
4.2.1.3.1. Paulo Sarasate e o Jornal “O Povo” .....	170
4.2.1.3.2. Comendador Sucupira e o Jornal “O Nordeste” .....	172
4.2.1.4. Os políticos .....	173
4.2.1.5. A elite letrada cearense .....	175
4.3. O “ENTUSIASMO PELA EDUCAÇÃO” CENEVISTA NO CEARÁ .....	179
4.3.1. As primeiras visitas – 1948 e 1951 .....	179

4.3.2. a primeira Seção Estadual .....	181
4.3.3. As primeiras turmas cenevistas .....	182
4.3.4. O primeiro colégio cenevista .....	184
4.3.5. A arrancada da Campanha no Ceará .....	186
4.3.6. Clero, políticos e Estado: todos querem a CNEC .....	187
4.3.7. O financiamento da CNEC pelo Estado .....	188
4.3.8. O procedimento para se fundar uma escola cenevista .....	190
4.3.9. Quem eram os estudantes cenevistas? .....	191
4.3.10. As escolas cenevistas de Fortaleza .....	191
4.3.11. A comunidade e a CNEC .....	193
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>197</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>204</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>208</b>
<b>ENTREVISTAS .....</b>	<b>209</b>
<b>ANEXO .....</b>	<b>240</b>

## INTRODUÇÃO

“Os dias desconhecem o que saberão os anos”

(Anônimo)

O objeto de estudo dessa dissertação é a chegada da CNEC<sup>1</sup> ao Ceará no final da década de 1950 e início da década de 1960 e suas implicações no desenvolvimento do ensino ginásial em nosso Estado. Essas implicações estariam relacionadas às circunstâncias precárias da oferta do ensino secundário público, aqui compreendido ginásial e colegial, resultado de uma rigorosa centralização administrativa e pedagógica do ensino que não acompanhou o vertiginoso crescimento da demanda escolar do ensino secundário no começo da década de 1950.

Enquanto o ensino secundário tendia a se tornar um ensino de massa, a legislação legal continuava atrelada às linhas antigas e ainda voltada para a educação de uma minoria. Os Estados da Federação, dependentes de uma fiscalização e legislação federal não acompanharam a crescente demanda o que favoreceu o crescimento das escolas particulares enquanto as escolas públicas concentravam-se em unidades presentes apenas nas capitais. As escolas particulares no Brasil chegaram a ocupar mais de 80% das matrículas nesse grau de ensino durante a maior parte do século XX.

A Campanha Nacional das Escolas da Comunidade – CNEC surgiu em 1943, na cidade de Recife, como Campanha do Ginásio Pobre. A ideia de sua criação partiu do estudante secundarista Felipe Tiago Gomes, à época estudando em Recife. Ele trabalhava como porteiro da Casa do Estudante de Pernambuco quando foi chamado para trabalhar na Biblioteca daquela Instituição.

Certa vez, ao ler o livro “O Drama da América Latina” de John Günter<sup>2</sup>, encontrou a descrição de uma experiência educacional desenvolvida pelo peruano Haya de la Torre<sup>3</sup> na capital do Peru, Lima, na década de 1920 e que consistia em criar escolas de alfabetização para os índios peruanos, utilizando como professores os próprios estudantes que repassavam seus conhecimentos gratuitamente.

---

<sup>1</sup> Usaremos a sigla CNEC – Campanha Nacional das Escolas da Comunidade, tal como hoje é conhecida ao longo da dissertação. Porém, muitas vezes aparecerá, principalmente nas transcrições da época, a sigla CNEG – Campanha Nacional do Ensino Gratuito, nomenclatura usada quando da chegada da Instituição ao Ceará.

<sup>2</sup> Livro publicado em 1943 que visava oferecer um quadro da situação política na América Latina e fazia parte de uma trilogia: Inside Europe e Inside Ásia.

<sup>3</sup> Político peruano nascido em Trujillo fundador do Partido APRA – Aliança Popular Revolucionária de tendência nacionalista cuja doutrina constitui o “aprismo”.

Empolgado com este modelo, Felipe convocou um grupo de amigos, expôs a experiência e propôs a ideia de fundarem um ginásio gratuito que preparasse alunos para o ensino secundário. A ideia foi aceita e serviu como ponto de partida para a criação de uma rede de escolas em todo o Brasil, chegando até o Ceará em 1958.

Para começar a pensar a CNEC no Ceará, nos deparamos com algumas questões teóricas inerentes a quem quer realizar algum trabalho voltado para a história, e nesse caso, história da educação. O que é o ofício do historiador? Reconstituir o passado? Reconstruí-lo? Redescobri-lo? O prefixo *re* dá a impressão de fazer algo de novo. E ao fazê-lo outra vez, outro olhar se interpõe entre o presente e o passado. O do observador.

Esse olhar está carregado de contemporaneidade e de expectativas que podem “borrar” essa busca de acontecimentos do passado. Como diria Braudel, “o observador é fonte de erros, contra ele a crítica deve permanecer vigilante” (BRAUDEL, 2007, p.20). E aprofundando ainda mais a questão, esse observador tende a ter um olhar de inquisidor. Sim, sem atentar muito para isso, nos tornamos juízes do passado emergido. Quase inconscientemente separamos o “bandido” do “mocinho” e procuramos como se num júri estivéssemos, a busca de argumentos para provar a culpa e a inocência, o certo e o errado do objeto escolhido, o que pode se tornar uma armadilha para a pesquisa desvirtuando o seu sentido acadêmico e tornando a análise uma simples elegia aos sujeitos estudados.

No caso da CNEC, a tendência em considerá-lo o “mocinho” da história perseguiu todo desenvolvimento desse trabalho. Os personagens que participam desse enredo estão imbuídos de altruísmo e dedicação na luta por um ideal e as condições em que se encontra a educação no país no período em apreço tem espaço para essa ação social. Mas, ele também é cheio de contradições, de ambigüidades, de duplicidade de papéis que também não podem deixar de ser levados em consideração. Afinal de contas, a CNEC foi uma Instituição sugadora de recursos públicos ou uma empresa altruísta cujo objetivo principal era ajudar o aluno carente a dar continuidade aos seus estudos?

O homem que realiza alguma obra social, seja ela de cunho laico ou religioso, não tem a noção exata da extensão de seus atos até que comece a perceber seus frutos. O pensamento da CNEC no início era apenas de fundar um ginásio em Recife para alunos carentes. Com a decisão de expandir o movimento e com as solicitações por mais ginásios em outros estados, os fundadores não tiveram como controlar os reais interesses dos colaboradores nem a transparência de suas intenções. Separar o joio do trigo, nesse caso, foi essencial para que pudéssemos encontrar as reais contribuições da CNEC para a história da educação no Ceará.

Como olhar, então, esse passado e fazê-lo emergir no presente, senão tal e qual se passou, pelo menos limpando as camadas que se formaram sobre ele com o passar dos anos e que o embaçam como se buscássemos chegar à primeira pintura de um quadro famoso por detrás de inúmeras camadas de tinta superpostas? A CNEC passou por várias reformulações em sua estrutura administrativa e filosófica e se engana quem acha que ela foi sempre do jeito que está hoje.

Essa Instituição já foi gratuita, semigratuita, escola de baixo custo. E foi gratuita quando ainda não recebia nenhuma ajuda financeira da União ou dos Estados. O exercício do magistério já foi inteiramente voluntário. Com o crescimento da rede cresceu também a complexidade de gerí-la e de se ter certo ordenamento administrativo. Ela já não podia viver de improvisos.

. Braudel (2007) ao falar do seu trabalho sobre o Mediterrâneo e sobre as dificuldades do ofício de historiar ressalta o privilégio da História sobre as outras ciências sociais ao afirmar que

Das forças em luta, sabemos quais as que prevalecerão, discernimos antecipadamente os acontecimentos importantes “os que terão conseqüências”, às quais o futuro será finalmente entregue. Privilégio imenso! Quem saberia, nos fatos confusos da vida atual, distinguir tão seguramente o durável do efêmero? Ora, essa distinção situa-se no coração da pesquisa das ciências sociais, no coração do conhecimento, no coração dos destinos do homem, na zona de seus problemas capitais...(BRAUDEL, 2007, p.31)

A CNEC chegou até o começo desse século, com mais de 2.000 escolas espalhadas por todo o Brasil, formando uma rede escolar que penetrou nas cidades mais carentes de educação, inclusive nas periferias das capitais do país. A partir de 2001, reflexo das mudanças educacionais legais que obrigava os Estados a ofertarem ensino público do primário ao secundário, a CNEC parece ter perdido a razão de ser. Sem a subvenção do dinheiro público e tendo que se manter a partir de seus próprios recursos, não restou nenhuma alternativa senão cobrar mensalidades escolares de seus alunos, o que não a diferenciava em nada da rede de estabelecimentos particulares, partindo para a livre concorrência. As escolas começaram a fechar, após um redirecionamento da administração que assumiu o controle no Brasil e uma após outra foram fechando, ficando apenas aquelas que estivesse com as contas sanadas. 2001 e 2002 foram os anos em que mais se fechou escolas da CNEC em todo o Ceará, afetando particularmente as estabelecidas aqui em Fortaleza.



Das mais de 80 escolas, quase todas funcionando em prédios próprios, a CNEC conta hoje com pouco mais de vinte escolas em todo o Estado.

Porém, qual a razão do sucesso da CNEC durante quase cinquenta anos? Estratégias diferentes? Cooptação pelo poder público? Teria a CNEC por não se caracterizar como um movimento de protesto caído nas “boas graças” dos governantes? Procuramos compreender, sem julgar, as razões que levaram a CNEC a obter tanto espaço na área educacional de nosso Estado e tentamos desvendar, nessa dissertação, a sua tão pouco conhecida história no âmbito do espaço educacional cearense.

Quando elegemos nosso objeto de estudo, verificamos que precisávamos de suportes teóricos que explicassem melhor o Brasil porque à medida que avançávamos na pesquisa víamos as estruturas coloniais, monárquicas e da velha república ainda presentes na sociedade do período em apreço. Isto é, a longa, a média e a curta duração convivendo ao mesmo tempo.<sup>4</sup>

Por outro lado, entendemos também que as ações humanas são reflexos do tempo vivido e das circunstâncias que cercam o indivíduo na sociedade. Precisamos então de dois suportes teóricos: um histórico e outro filosófico. Ambos voltados para o assunto em análise, a saber, a educação.

Vaz (1991, p.140) ao refletir sobre as concepções antropológico-filosóficas que cercam o homem afirma que há uma invariante condicional entre as teorias filosóficas contemporâneas: a “pressuposição do homem como ser universal, ou seja, reflexo ou receptáculo intencional de toda a realidade”.

Ele exemplifica, citando os estudos de Paul Ricouer sobre as tendências principais da pesquisa nas ciências sociais e humanas, a pluriversidade humana. Segundo o autor, a pluriversidade humana aponta para duas direções fundamentais: o pensamento e a ação.

Na direção do pensamento, o homem descobre a ordem da realidade, diversifica seus saberes (a) e faz a experiência de suas ordens irreduzíveis de realidade, a realidade natural (b) e a realidade social e histórica (c); na direção da ação o homem constrói a ordem humana de sua presença no mundo; (Vaz, 1991:141/142)

O que fazer então para selecionar uma metodologia que pudesse ao mesmo tempo entender o momento do recorte temporal escolhido sem apartá-lo de um passado ainda em

---

<sup>4</sup> Para maiores informações sobre os conceitos de curta, média e longa duração, ver ROCHA, Marcos Antônio. **Fernand Braudel**. Tempo e História. Rio de Janeiro. Ed. FGV, 2003.

evidência e perceber a força do pensamento de uma época dentro das limitações próprias para uma pesquisa de mestrado?

Foram importantes as recomendações de BRAUDEL, (2007, p.51) sobre como evitar a tentação de compreender alguma coisa enxergando o objeto apenas de um único ângulo: “Ciclos, interciclos, crises estruturais ocultam aqui as regularidades, as permanências de sistemas, alguns disseram de civilizações – isto é, velhos hábitos de pensar e de agir, quadros resistentes, duros de morrer, por vezes contra toda lógica”. Optamos para buscar esses “velhos hábitos e essas permanências” que insistem mais que os grandes momentos históricos. Eles estão presentes no caráter patrimonialista de nossa cultura, na resistência de classes oligárquicas em nosso Estado, na persistência de um Estado paternalista e conservador que por vezes parece ceder à modernidade, mas que recua apenas para se adaptar ao moderno, cooptá-lo e então voltar à cena das decisões do Poder.

Percebemos que essas regularidades e permanências podem se dá mais em determinadas regiões do que outras, que esses velhos hábitos de pensar e de agir em um país de extensão territorial gigantesca como o Brasil é muito variável em sua duração e na extensão de suas conseqüências.

Buscamos nas estruturas dos ciclos econômicos, tão bem dissecados por Caio Prado, após cada período de decadência, estratos sociais que se formaram diante das novas conjunturas. Enquanto o autor se preocupa ao longo de seu livro, baseado no materialismo histórico, compreender o Brasil através de seus aspectos econômicos, ele deixou em cada ciclo que findava pistas para a formação de uma classe média urbana que seria a primeira a reclamar escolas públicas para seus filhos. Esta classe não estava nem na senzala e nem na casa-grande. Nem no sobrado e nem no mucambo. Eram brancos e livres e começaram a perceber que a educação era importante para a ascensão social daqueles que não possuíam terras.

Pesquisamos em Raymundo Faoro, o entendimento da ação política do Estado no descompasso ou na queima de etapas que foi imposto ao Brasil tentando adaptá-lo a uma modernidade diretiva sem dispensar essas permanências e velhos hábitos. Sua leitura foi imprescindível para entendermos as interrelações entre o público e o privado no Brasil.

A realidade histórica brasileira demonstrou a persistência secular da estrutura patrimonial, resistindo galhardamente, inviolavelmente, à repetição, em fase progressiva, da experiência capitalista. Adotar do capitalismo a técnica, as máquinas, as empresas, sem aceitar-lhe a alma ansiosa de transmigrar. (FAORO, 1998:736)

Também usamos as análises de Sérgio Buarque de Holanda sobretudo no que se refere à influência das raízes ibéricas no comportamento do brasileiro, aspectos observados por exemplo, no fenômeno do bacharelismo, explicado no primeiro capítulo.

De Habermas utilizaremos somente alguns conceitos de como ele estruturou historicamente a evolução da esfera pública e privada nos países europeus, sobretudo a França, para contrapor ao nosso modelo de difícil separação entre essas duas esferas – público e privado – ao longo do tempo.

A fim de compreendermos as limitações executivas do Estado lançamos mãos dos fundamentos do Direito Constitucional em geral, dando ênfase aos vigentes na época, para não cairmos no anacronismo de achar que o Estado era ineficiente nisso ou naquilo por vontade política simplesmente, o que concorreria a uma teoria conspiratória, o que não é nosso objetivo. Para isso, fizemos uma digressão sobre os direitos e garantias fundamentais e de sua evolução histórica, bem como do papel da Constituição na coordenação das ações governamentais, principalmente aquelas voltadas para a educação.

É do nosso entendimento que um sujeito age na sociedade impulsionado por forças externas e internas, numa ação e reação aos imperativos de uma época, até porque ele não possui o perfeito conhecimento do que o cerca por completo no exato momento vivido. Por isso, decidimos que antes de simplesmente contarmos a história da CNEC em nosso Estado, procuraríamos retratar o período recortado em suas várias nuances. Daí a opção pelos aspectos históricos, ideológicos e filosóficos deste momento.

O pensamento intelectual brasileiro passa por profundas transformações no começo do século XX. O Estado saído da Revolução de 1930 começa a investir na educação superior e a influência da Universidade faz com que haja uma aproximação das Ciências Sociais com a História.

Começa-se a pensar o Brasil, na busca de uma identidade nacional própria, em seus mais variados aspectos, seja econômico ou social e não mais só o aspecto político. Diz Reis: “Este, (o pensamento brasileiro) passou a defender a inclusão de negros, índios, mulheres, pobres de todo tipo, enfim, de todos os marginalizados da sociedade oligárquica, do passado, os quais deverão ser integrados à sociedade brasileira no futuro. (REIS, 2001, p.118)

Procurou-se então, para essa sustentação teórica, os estudos desses autores que pretenderam explicar o Brasil fazendo a inclusão desses novos sujeitos em suas análises e estudos. Não se consegue entender o Brasil através dessas leituras isoladas, porém, vistas em seu conjunto se consegue ter um panorama mais completo da formação social do Brasil. E termos então a certeza de que “se, durante o século XIX, a realidade social excluía e o

pensamento a legitimava, agora a realidade continuava excluindo, mas sem a legitimação cúmplice do pensamento brasileiro” (REIS, 2001, p.118). Teríamos assim, fontes mais seguras para examinar as condições sócio-econômicas do país.

Assim, na área da educação, leituras que tratam a educação como um direito social e não como um privilégio de poucos, foram importantes para entendermos os embates do pensamento na área educacional. Essas elaborações foram importantes para o cenário educacional não só pelas idéias que defendiam como também por seus defensores terem ocupado cargos públicos importantes neste setor e participarem nas mudanças efetivamente realizadas.

Não poderíamos deixar de consultar livros que tratam da história da educação no Brasil mesmo que alguns fossem carregados de vertentes positivistas ou da linha marxista. Eles nos forneceram informações importantes para entendermos as bases da educação nacional.

Precisamos recorrer também da bibliografia que trabalhasse os aspectos filosóficos e ideológicos porque precisávamos entender o pensamento predominante nesses aspectos e suas conseqüências para a estrutura educacional do país.

Por fim, pesquisamos na historiografia cearense, autores que se debruçaram sobre aspectos específicos do Ceará e que são por demais pertinentes a essa pesquisa como a análise das elites cearenses, dos fenômenos climáticos e de nossa história educacional

O primeiro aspecto que observamos para trabalhar este objeto que está inserido na história da educação do Ceará é que suas estruturas estão bastante atreladas a um passado longínquo, por vezes colonial, noutros imperial ou republicano. As estruturas educacionais lentas em acompanhar as mudanças ocorridas na sociedade foram fundamentais para o surgimento da CNEC em todo o Brasil, mas principalmente na região Nordeste. As modificações na legislação procuravam por fórmulas que não alterassem muito a ordem tradicional.

Então, para esquadriharmos esse recorte sem eliminar suas artérias principais foi necessário dois olhares: um que se projeta ao passado até onde ele ajuda a compreender o presente e outro que percebe a ruptura e a mudança desse mesmo passado inaugurando uma nova fase.

Estamos falando de homens que viveram a ditadura Vargas e que experimentaram o regime democrático de 1946. Que assistiram a Segunda Grande Guerra e viram o poder destrutivo da bomba atômica. Estamos falando de homens assustados com o seu próprio tempo e ansiosos por novos horizontes. O homem feito de 1958 pode ter sido o jovem

revolucionário que saiu às ruas em 1945 pedindo pela redemocratização do Brasil. Na política rondavam as incertezas, o medo de novos golpes que ameaçavam a tão sonhada democracia.

É interessante reproduzir as palavras de Bloch sobre a ação de determinado tempo sobre o indivíduo:

Os homens que nasceram num mesmo ambiente social, em datas próximas, sofrem necessariamente, em particular em seu período de formação, influências análogas. A experiência prova que seu comportamento apresenta, em relação aos grupos sensivelmente mais velhos ou mais jovens, traços distintivos geralmente bastante nítidos. (BLOCH, 2001, p.151).

Felipe Tiago Gomes influenciou um grupo de homens pelo Brasil afora, que comprou o seu ideal e o materializou em inúmeras escolas pelo Brasil afora. Homens de idades próximas que distribuíram com as gerações mais novas, ideais e perspectivas que eles próprios acreditavam ser possível. Por outros, foi cooptado, usado mesmo para satisfazer a interesses próprios com a máscara de estar prestando um serviço ao país. Tudo no mesmo espaço de tempo, mas cada um refletindo sua própria formação.

Bloch questiona ao examinar a relação entre o *continuum* e a perpétua mudança e de sua antítese: Em que medida ...devemos considerar o conhecimento do mais antigo como necessário ou supérfluo para a compreensão do mais recente? (BLOCH, 2001, pgs. 55/56).

Acreditamos que, exatamente por sabermos o que chegou até nós, podemos fazer como Nietzsche nos aconselha: “Faça o caminho de volta, pisando nos rastros que a humanidade fez em sua longa e penosa marcha pelo deserto do passado”. (NIETZSCHE, 2000, p.195)

Para escolher a delimitação 1958 – 1963, lançamos mão de alguns pressupostos que estão implícitos no que desejamos pesquisar, a saber, a chegada da CNEC (1958) e sua conseqüente fixação (1963).

Por que 1958 e não 1948, data da primeira tentativa de Felipe Tiago implantar a CNEC no Ceará? Porque somente em 1958 foi fundada a primeira diretoria estadual, unidade inicial no Estado que agrupava cidadãos influentes e letrados da sociedade para pensar o projeto cenecista no Ceará. A delimitação de 1963 decorre do fato de que até esse ano, a CNEC conseguiu se organizar e se fixar no Estado. Com o golpe militar muita coisa alterou nos procedimentos e entrou em cena novos sujeitos que não estão contemplados nos tipos que estudamos aqui. Para nós, inicia-se uma segunda fase da CNEC no Ceará a partir de 1964.

Martins (1994, p.11) ao falar de um tempo lento que parece constituir a história do Brasil conclui que “a história da sociedade brasileira tem sido uma história inacabada, uma história que não se conclui, uma história que não chega ao fim de períodos definidos, de transformações concluídas”. Para o autor citado a dinâmica da sociedade brasileira não consegue ser encontrada nos “modelos de vida social que dominam os manuais de sociologia”. Para justificar essas afirmações ele analisa o Estado brasileiro e conclui:

A sociedade civil não é senão esboço num sistema político em que, de muitos modos, a sociedade está dominada pelo Estado e foi transformada em instrumento do Estado. E Estado baseado em relações políticas extremamente atrasadas, como as do clientelismo e da dominação tradicional de base patrimonial, do oligarquismo. No Brasil o atraso é um instrumento de poder. (MARTINS, 1994, p.18)

Quando falamos de educação então, esse tempo parece ainda mais lento nas mudanças ao mesmo tempo que voraz pelo atendimento de suas necessidades. E esse confronto educacional, do que o Estado oferece e do que lhe é pedido parece atingir seu clímax no período escolhido para essa pesquisa.

Clientelismo, oligarquismo, patrimonialismo, paternalismo, nepotismo, coronelismo convivem no mesmo espaço com o crescimento da demanda educacional, com a busca por direitos sociais e com o fenômeno da urbanização crescente, demarcando-lhe ou dificultando o tempo das mudanças.

Mas foi esse atraso que possibilitou que experiências do tipo da CNEC e o crescimento vertiginoso das escolas particulares conseguissem se firmar no cenário nacional, ocupando a lacuna deixada pelo Estado no atendimento à demanda educacional no âmbito do ensino secundário, possibilitando o uso da máquina estatal a seu favor.

O objetivo geral foi compreender sobre o momento histórico de implantação da Campanha Nacional das Escolas da Comunidade no âmbito da educação cearense, no período de 1958 a 1963. Quanto aos objetivos específicos seriam:

- Recompôr os momentos de tensão no âmbito da política educacional cearense para o ensino secundário por meio de um levantamento de fontes orais e escritas da época da fundação das primeiras escolas cenecistas no Ceará;
- Conhecer do tratamento que os segmentos sociais dispensaram à CNEC para se entender como a sociedade cearense e o Governo do Estado receberam essa experiência educacional;
- Compreender os fatores que permitiram a ampla aceitação da Campanha no Ceará

- Pensar sobre as razões da escassa divulgação da história da CNEC na educação do Ceará.

A escolha dessa temática decorre do fato de ter esta Instituição pouca visibilidade na história da Educação do Ceará, embora tenha fundado mais de oitenta escolas, sendo cinco em Fortaleza e o restante no interior do Estado, ofertando ensino de forma semi-gratuita<sup>5</sup>, possibilitando assim centenas de jovens carentes de recursos prosseguirem seus estudos sem a necessidade de sair de seus municípios para concorrer a uma vaga nos disputados espaços escolares da capital.

Está presente no discurso do Professor Lúcio Melo, superintendente estadual da CNEC por mais de três décadas, que ela teria sido responsável pela “interiorização dos ginásios, pela democratização do ensino, pelo despertar dos governos para a necessidade de mais escolas para os pobres, pela descentralização das escolas em Fortaleza e pelo surgimento de uma nova mentalidade pedagógica e administrativa escolar dentre outras<sup>6</sup>. Se isso é verdade, por que ela não aparece nos livros de história do Ceará?

Por outro lado, a Campanha por diversas vezes é acusada de ser “sugadora” de recursos públicos, prestar ensino de baixa qualidade, se utilizar de prédios improvisados e ser meio de projeção política para algumas pessoas.

Escrever sobre essa história permite trazer à superfície a especificidade da Campanha que, além disso, é vista no imaginário social, com dubiedade na sua natureza jurídica que é tida ora como escola pública ora como escola privada.

A CNEC sempre foi criticada por parte daqueles que queriam uma escola laica, pública e gratuita para todos. Que condenavam o apoio estatal à Campanha. E esse silêncio histórico em torno da existência e atuação da Campanha em nosso Estado não é privilégio só nosso. A pesquisadora Betisabel Vilar de Jesus Santos que pesquisou a atuação da CNEC em Sergipe também faz menção desse silêncio em seu Estado.

Apesar dessa significativa contribuição, sua passagem no cenário educacional sergipano é povoada por um silêncio próprio do desconhecer ou do preconceito daqueles que, como eu, associávamos a idéia de ser sugadora de recursos públicos – sinônimo de ensino de baixa qualidade, meio de projeção política de poucos. (SANTOS, 2003, p.17)

---

<sup>5</sup> Dizemos semi-gratuita porque os alunos pagavam uma quantia por vezes simbólica apenas para não produzir o estigma da pobreza absoluta conforme dito nas entrevistas.

<sup>6</sup> Citação feita pelo Professor José Lúcio Ferreira Melo no Editorial da Revista O Cenecista, jun/fev, 1985

O que queremos, sobretudo, é fazer emergir alguns aspectos específicos dessa experiência educacional, especificidades estas que residem no fato do envolvimento da comunidade com o processo escolar, no amor à escola provocando assim um cuidado com o patrimônio e tentar desmistificar a relação entre o custo e qualidade demonstrando através dos depoimentos dos remanescentes do período que, apesar de todas as condições precárias a CNEC possibilitou a muitos jovens o acesso a uma Universidade.

A divisão dos capítulos sugere uma aproximação com o universo da Campanha através de análises históricas, jurídicas, filosóficas e ideológicas, o contexto da época estudada e os principais problemas vividos pelo Ceará. Somente assim podemos entender a extensão dos benefícios que a CNEC trouxe ao Ceará.

No primeiro capítulo, buscamos contemplar estruturas históricas que definiram as relações entre o público e o privado no país e suas conseqüências sobre a realidade social, principalmente na área educacional.

Também se fez necessário entender o que era pensado em termos de filosofia da educação neste período. Este assunto ficou reservado para o segundo capítulo. Foi quando aprofundamos em que tipo de pensamento estava inserido o pensamento do Prof. Felipe Tiago Gomes. “Entusiasmo pela educação”, “otimismo pela educação”, quantidade e qualidade, conteúdo tradicional e renovação pedagógica, fazem parte deste capítulo. Aqui ouvimos as vozes dos reformadores, os chamados “Intelectuais da Educação” e suas análises sobre o ideal que eles pensavam para o país. Anísio Teixeira, Francisco Campos, Fernando de Azevedo, Capanema, Lourenço Filho, figuras centrais e influentes deste período.

Também estão incluídas nesse capítulo, a organização educacional e a legislação que a amparou porque precisávamos definir a estrutura educacional em que a CNEC foi criada.

O terceiro capítulo ficou reservado a uma análise sobre as condições sócio-econômico-educacionais pelas quais passava o Estado do Ceará no período analisado (1958-1963), com o intuito de percebermos as questões mais urgentes e as respostas políticas de nossos governantes. Neste capítulo, a partir do cenário nacional, tentamos enxergar as particularidades regionais de nosso estado. Seus problemas específicos, sua carência diferenciada, seu contexto marcado por conjunturas diversas do Rio e São Paulo, seus problemas sociais e econômicos, suas tragédias.

O 4º e último capítulo foi reservado à CNEC em si. Ele foi dividido em duas partes. Na primeira parte reservamos para a história da CNEC na sua origem até a chegada dela ao Ceará. Foi a forma encontrada para conhecermos sua evolução histórica e para diferenciar da CNEC que chegou ao Ceará.



A segunda parte tratou especificamente da CNEC no Ceará. O primeiro setor local, os primeiros colégios, a expansão pelos municípios cearenses, o processo de fundação de uma escola. Neste capítulo também foram analisadas as características dos principais sujeitos que incentivaram a CNEC no Ceará diferenciados por categorias: políticos, religiosos, imprensa, estudantes.

A metodologia utilizada para fazer esse estudo está estruturada em três caminhos: o primeiro, a leitura teórica histórica e filosófica da educação, o segundo, uma pesquisa de fontes primárias sobre a CNEC baseada na leitura de jornais, mensagens do Poder Executivo ao Legislativo durante os anos em questão, arquivo da própria CNEC. E terceiro, as entrevistas orais com remanescentes da época. Fundadores, diretores, professores que testemunharam esse momento ou que trabalharam de alguma forma para a sua consecução.

Uma das fontes desta pesquisa é a leitura de jornais da época. A sociedade de Fortaleza e do Ceará no seu cotidiano prenuncia o novo enquanto ainda vive o antigo, as idéias de mudança e a luta pela manutenção dos valores do passado convivem lado a lado. Os atritos entre a juventude desejosa de mudanças e os mais velhos presos à longa tradição são comuns nos jornais. Esse caldeirão de tempos diversos - longa, média e curta duração – funcionaram como uma espécie de flashes do passado, retalhos de um quebra-cabeça que somente após o tempo histórico decorrido poderíamos tentar compreender e sistematizar.

Não que os jornais possam trazer “a verdade” ou que possa confirmar ou negar outra fonte histórica. Ele se torna mais abrangente porque envolve na mesma letra, o oficial e o oficioso, a informação e deformação, a opinião e o boato, o pensamento e o preconceito.

Cabe ao observador, em seu olhar de pesquisador, perceber a partir do tempo vivido, e das relações que subsistiram compreender o que estava nas entrelinhas da notícia. Nesse caso, o capítulo sobre o pensamento filosófico e ideológico muito ajudaram na percepção do que perscrutava a sociedade através dos olhos dos editores e jornalistas.

Escolhemos vários jornais para se fazer essa leitura, mas, demos preferência a dois em particular: “O Nordeste”, jornal de tendência fortemente conservadora, muito ligado à Arquidiocese e que tinha o Comendador Luís Sucupira à frente, não por acaso, o primeiro responsável estadual pela CNEC no Ceará e o Jornal “O Povo”, por ser um jornal de reconhecida credibilidade na época e ter como diretor Paulo Sarasate, também uma figura bastante influente na história da CNEC não só no Ceará como em todo o Brasil. A necessidade da leitura do primeiro jornal foi de certa forma acompanhar o desempenho e a divulgação da Campanha em nosso Estado e do segundo, para perceber as questões cearenses mais em evidência do período sem a conotação marcadamente religiosa do primeiro.

Muito embora Paulo Sarasate fosse diretor do O Povo, ele participou da Campanha muito mais como político do que como jornalista e as notícias encontradas referentes à CNEC no jornal eram as mesmas encontradas em jornais como a Tribuna do Ceará e o Jornal Unitário demonstrando a ausência de favorecimento por causa de sua simpatia particular à Campanha.

A leitura desses jornais deveu-se a utilização de um recurso metodológico de tentar captar o espírito de uma época a partir do conjunto de notícias selecionadas em determinado período. Por acreditarmos que os indivíduos não compreendem o momento em que vivem por não terem o devido distanciamento histórico, a leitura de um jornal diário nos trouxe a visão desse sujeito a partir da realidade que o cercava. Isso nos permitiu fugir de certas sínteses históricas gerais de um determinado momento e nos fez perceber a singularidade que o particular nos proporciona contrastando notícias nacionais com as locais.

As fontes primárias como as Mensagens governamentais, fizeram parte de um esforço para contrapor as informações não-oficiais das oficiais. Ali vamos ter o que efetivamente foi feito a nível governamental, o que foi gasto, o que foi construído e não somente o discurso político carregado de demagogia.

A Revista O Cenequista, foi outra fonte de pesquisa, que, embora tenha sido produzida nas décadas de 1970/1980, traz em suas matérias através de entrevistas e discursos, o pensamento de pessoas da época como o próprio Professor Felipe Tiago Gomes, o Professor Lúcio Melo<sup>7</sup> e outras autoridades que ao emitirem seus pensamentos, nos deram suporte para entender o espírito filosófico da Campanha e o que eles pretendiam fazer ou ser ou o que não conseguiram realizar.

Também se fez necessário a pesquisa sobre a situação educacional do Estado, voltada para o ensino secundário para se entender as deficiências e demandas escolares nesse segmento de ensino. Para se ter esse panorama o uso dos dados do IBGE, retirados dos censos de 1950 e 1960 nos permitiram ter elementos comparativos das mudanças ocorridas numericamente no período pesquisado.

Seria bom esclarecer que a metodologia escolhida se origina de um esforço de reflexão sobre a sociedade cearense nesse período; como também procura entender o comportamento e as escolhas feitas pelos sujeitos dessa pesquisa nas atitudes que tomaram; bem como os elementos incentivadores do processo, sempre visando compreender o sentido da CNEC.

---

<sup>7</sup> O Professor Lúcio Melo foi o primeiro diretor do primeiro colégio cenequista no Ceará e foi superintendente estadual por 34 anos. É um dos entrevistados dessa pesquisa.

Quando Simon Schwartzman fez seus estudos sobre o Arquivo Capanema, ele relacionou a história com a vida social de seus protagonistas e concluiu que

Que estes protagonistas fazem parte de um contexto muito mais amplo, sobre o qual tem pouca influência, e que muitas vezes nem sequer chegam a compreender, não precisa ser repisado. Entender as motivações e os propósitos de suas ações não significa, necessariamente, aceitar que as coisas ocorreram como eles viam, percebiam ou queriam. Significa, isto sim, compreender como eles viam o mundo que os cercava, e como agiam a partir dessa compreensão. (SCHWARTZMAN, 2000, p.29)

Este comentário cabe bem no que nos propomos a fazer levantando todos esses argumentos e explicações teóricas para encontrar a singularidade de nosso objeto de estudo não só a partir dele mesmo, mas também do que o cercava.

A metodologia, portanto, usada para a consecução desta pesquisa se envereda por fontes díspares, porém, com destino comum: construir uma memória histórica da realidade sócio-educacional cearense e os aspectos que permitiram a entrada e a expansão da CNEC no cenário educacional no período de 1958 a 1963, buscando compreender o significado da CNEC no atendimento das necessidades educacionais em nosso Estado.

Por fim, as entrevistas. O tempo recortado é relativamente próximo – 50 anos - e ainda existem muitos remanescentes desta época que foram impulsionadores ou impulsionados pelo movimento. Através de arquivos da própria CNEC, das informações prestadas pelos jornais da época, das escolas que ainda funcionam, buscou-se a memória de quem viveu a experiência de 50 anos atrás seja como administrador, seja como professor, seja como fundador.

Não foi muito difícil encontrá-los em algumas cidades interioranas em que a escola e seus mestres são ainda personagens muito respeitados no convívio local. Foi de importância crucial a figura do Professor Lúcio Ferreira Melo, representante da CNEC no Ceará desde a sua fundação e que esteve à frente da Campanha ao longo de 34 anos para nos dar uma visão geral da Campanha no Estado. Essa dissertação optou por trabalhar não as escolas de forma isoladas mas a rede como um todo e sua expansão pelo Estado.

Dentre as seis pessoas encontradas e entrevistadas, selecionamos quatro por nos parecer que de certa forma seriam uma amostra do que precisávamos. As duas que descartamos, o fizemos porque percebemos que por terem exercido um papel pouco relevante na construção da escola, tinham pouquíssimas recordações.

As entrevistas escolhidas foram a do Professor Lúcio Ferreira de Melo, destacado pela quantidade de tempo frente à Campanha, 34 anos no total, Edgar Linhares Lima que estava na primeira Comissão formada em 1951, Ernani Viana, criador do Colégio Luzardo Viana existente até hoje em Caucaia/CE e D. Ivolina, professora fundadora do Colégio Rui Barbosa em Iguatu/CE também ainda em funcionamento. Os depoimentos dessas pessoas nos deram informações importantes para esclarecermos diversos aspectos da forma como a CNEC se estabeleceu em nosso Estado.

Acreditamos que o cruzamento dessas fontes fez-nos conhecer o que nenhuma delas nos faria de forma isolada.

## CAPÍTULO I

### ANÁLISES HISTÓRICAS SOBRE O PÚBLICO E O PRIVADO NO BRASIL

Este capítulo traz uma análise sobre as relações entre o público e o privado no Brasil baseado nas leituras de Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr e Raymundo Faoro, além de algumas noções gerais sobre o assunto baseado em Habermas. A noção de Estado, família, aparato burocrático e educação visto do ponto de vista da aristocracia brasileira fazem parte desse tópico.

A necessidade de se fazer essa análise surgiu porque precisávamos estabelecer as intrínsecas ligações da CNEC como instituição privada dentro da esfera pública.

Falar de educação é falar de um direito social. Se for falar em democracia brasileira ou em cidadania ou ainda na busca dos direitos que um povo deve ter, deveremos falar direitos civis, políticos e sociais. O atendimento dessas demandas é proporcional à influência que a sociedade civil exerce contra o Estado. Quanto menor essa influência, maior o Estado voltado somente para si mesmo e para os interesses dos que o controlam.

Voltando aos primeiros séculos de nossa história, após a chegada dos portugueses, veremos que o particular se apropriará da esfera pública nos primeiros momentos e a partir da formação social do que Faoro chama de estamento<sup>8</sup> não terá, a não ser em situações isoladas, um povo para pressionar por seus direitos.

Essa questão da luta pelos direitos, que hoje nos é familiar torna-se complexa, porque teríamos que nos perguntar se um povo pode lutar por algo que desconhece como seu por direito. À exceção de algumas rebeliões isoladas a mobilização social no Brasil demorou muito para se tornar uma luta popular.

Entre alguns livros pesquisados, que tratam da participação popular no Brasil, seus autores alegam o que o Estado autoritário teria sufocado as lutas pelos direitos sociais. Mas, ao mesmo tempo em que era autoritário o Estado era também paternalista o que adiou por bastante tempo o pensamento reivindicatório.

CARVALHO (2008), em sua análise sobre a questão dos direitos de cidadania no Brasil concluirá que eles nunca existiram, no passado, ao mesmo tempo, em toda a sua plenitude. Onde se sobressaía um, o outro era deixado de lado. E nem poderia deixar de ser porque os

---

<sup>8</sup> Estamento segundo o dicionário de Sociologia seria uma estratificação social com camadas sociais mais fechadas que as classes e mais abertas que as castas, reconhecidas por lei e geralmente ligadas ao conceito de honra. Dicionário de sociologia. [http://www.prof2000.pt/users/dicsoc/soc\\_e.html](http://www.prof2000.pt/users/dicsoc/soc_e.html) acessado em 05 de agosto de 2010.

direitos vão aparecendo como conseqüências históricas e possuem certa lógica cronológica. O que irá diferenciar na nossa história é exatamente essa seqüência. Haverá recuos e avanços numa caminhada desordenada em que por vezes direitos já adquiridos são subtraídos em detrimento do surgimento de outros ainda não foram experimentados. Eles podem inclusive, chegar a ser contraditórios, como por exemplo, os direitos sociais no período de 1964 a 1985 – ditadura militar – quando eles tiveram grande desenvolvimento ao passo que os direitos políticos e os civis, foram desprezados e até subtraídos dos cidadãos.

Os direitos da cidadania podem ser divididos em três grupos<sup>9</sup>:

Direitos civis: são os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei.

Direitos políticos: têm como instituição principal os partidos e um parlamento livre e representativo. São eles que conferem legitimidade à organização política da sociedade.

Direitos sociais: garantem a participação na riqueza coletiva. Eles incluem o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria. (CARVALHO, 2008, pgs. 09 e 10)

O cidadão pleno será aquele que for titular dos três direitos. Cidadãos incompletos serão os que possuírem apenas alguns dos direitos. Os que não se beneficiarem de nenhum dos direitos serão não-cidadãos. (CARVALHO 2008, p.9). A cidadania se dá não só pela fruição dos direitos mas, também, por sua titularidade.

Achamos importante fazer uso dessa análise porque quando falamos em direito da educação hoje, soa completamente diferente do que seria na década de 1950 ou 60. Nessas décadas, era garantida<sup>10</sup> constitucionalmente, segundo a Constituição de 1946, somente a escola primária gratuita como se vê nesse artigo.

*Art.168. A legislação de ensino adotará os seguintes princípios;*

*II – O ensino primário oficial é gratuito para todos, o ensino oficial ulterior ao primário sê-lo-á para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos;*<sup>11</sup> Isso significa que à exceção do primário o Estado agiria de forma supletiva nos demais estratos escolares.

Fundamentado nos estudos de T.A. Marshall sobre a conquista dos direitos na Inglaterra, Carvalho faz um estudo comparativo com a cronologia da tomada de consciência desses direitos no Brasil. Citando aquele autor ele afirma que esses direitos se desenvolveram

<sup>9</sup> Segundo CARVALHO(2008) essa distinção foi proposta por T.A.Marshall no Livro *Cidadania, classe social e status (Rio de Janeiro, Zahar, 1967)*.

<sup>10</sup> Os direitos são declarados na Constituição vigente mas, as garantias são estabelecidas o que significa que estas são direitos que asseguram os direitos.

<sup>11</sup> Artigo retirado da Constituição de 1946.

de forma muito lenta na Inglaterra. Primeiro teria vindo os direitos civis, no século XVIII, depois os direitos políticos no século XIX e os direitos sociais teriam vindo por último, somente no século XX. Um teria puxado o a ação do outro. E explica assim a seqüência:

Foi com base no exercício dos direitos civis, nas liberdades civis, que os ingleses reivindicaram o direito de votar, de participar do governo de seu país. A participação permitiu a eleição de operários e a criação do Partido Trabalhista, que foram os responsáveis pela introdução dos direitos sociais.(CARVALHO, 2008, p.11)

Essa seqüência teria sido quebrada pelo direito à educação popular. Embora sendo um direito social ele é, no entanto, “um pré-requisito para a expansão dos outros direitos.(CARVALHO, 2008, p.11). Através da educação fica mais fácil as pessoas tomarem conhecimento da existência dos outros direitos e assim, lutarem por eles. Sua ausência, ao contrário, impede ou dificulta seu avanço. Se supõe, enfim, que a educação para todos e não somente a escola primária seria a primeira luta para a consecução dos objetivos de uma democracia moderna.

Holanda chama na década de 30 a experiência democrática brasileira de “um mal-entendido.

A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos ou privilégios que tinham sido, no Velho Mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas. (HOLANDA, 1995, p.160)

Historicamente, com respeito ao Brasil, Carvalho (2008, p.17) situa o período de 1822 a 1930, isto é, da independência política do Brasil até o fim da Primeira República como um período de avanço nos direitos civis com a abolição da escravatura. Um avanço que o próprio autor reconhece mais como “formal” do que “real”.

É importante notar, que até essa data os movimentos aparentemente reformadores que aparecem, partem como diz Holanda, “de cima para baixo”. “Foram de inspiração intelectual, se assim se pode dizer, tanto quanto sentimental. (HOLANDA, 1995, p.160). E acrescenta: “Nossa independência, as conquistas liberais que fizemos durante o decurso de nossa evolução política vieram quase de surpresa; a grande massa do povo recebeu-as com displicência, ou hostilidade”.(HOLANDA, 1995, p.160).

A Revolução de 1930 teria sido uma reação na luta pelos direitos políticos por parte das forças militares (tenentes) e das camadas urbanas letradas querendo derrubar o modelo estabelecido pela “Política dos Governadores”. Nada tinha de popular muito embora esta tenha aderido ao movimento após a vitória.

Getúlio Vargas era um rico estancieiro do Rio Grande do Sul e sua revolta nada tinha de popular muito embora ele tenha usado o jargão “povo” para legitimar sua revolução. Suas palavras de ordem eram: “Rio Grande de pé, pelo Brasil! Não poderás falhar ao teu destino heróico! O “povo” estava se levantando “para readquirir a liberdade, para restaurar a pureza do regime republicano, para a reconstrução nacional, proclamava Vargas. (SKIDIMORE, 1996, p.23)

Os que apoiaram a revolução de 1930 se depararam com as conseqüências da ditadura Vargas implantada alguns anos depois. Neste período, os direitos sociais teriam sido substanciais muito embora cooptada pelo Governo. Diz CARVALHO:

O período de 1930 a 1945 foi o grande momento da legislação social. Mas foi uma legislação introduzida em ambiente de baixa ou nula participação política e de precária vigência dos direitos civis. Este pecado de origem e a maneira como foram distribuídos os benefícios sociais tornaram duvidosa sua definição como conquista democrática e comprometeram em parte sua contribuição para o desenvolvimento de uma cidadania ativa. (CARVALHO, 2008, p.110)

O período em que nos detemos para escrever essa dissertação está entre 1945-1964 na periodização proposta por Carvalho. Com a derrubada de Vargas em 1945 e as eleições presidenciais, o país vivencia uma democracia insegura, cercada pelo medo de novos golpes que voltaram a assustar anos mais tarde com a volta vitoriosa de Getúlio à presidência em 1950 através de um processo eleitoral legítimo, o golpe preventivo para assegurar a posse do presidente eleito Juscelino Kubitschek em 1956 e a substituição de Jânio Quadros por João Goulart depois da renúncia daquele em 1961.

A Constituição de 1946 além de manter as garantias sociais anteriormente conquistadas ou “cedidas”, também garantiu direitos civis e políticos. O período conheceu em toda a sua extensão a liberdade de imprensa e a da formação de partidos políticos, à exceção do Partido Comunista que teve seu registro cassado em 1947.

Todas estas liberdades iriam assustar setores da sociedade mais conservadora que não queriam perder o controle da nação, preocupadas com o avanço do comunismo no mundo e



culminaria com o golpe militar de 1964 onde todos esses direitos seriam controlados ou suspensos.

Mas, a seqüência lógica dos direitos propostos por T.A.Marshall e sua exceção com a questão da educação popular, aqui entendida como “educação patrocinada pelos cofres públicos”, não vai acontecer no Brasil.

Anísio Teixeira em sua defesa do Projeto de Leis de Diretrizes e Bases da Educação irá atentar para o problema e denunciá-la à Comissão de Educação em 1952 no Plenário da Câmara. Em seu depoimento ele afirma:

O instrumento da democracia – nunca será demais insistir – é a educação popular, isto é, a educação de todos para a vida comum e a de alguns – selecionado dentre todos – para as funções especializadas da sociedade democrática e progressiva. (TEIXEIRA, 1976, p.165)

Muito embora não percebesse que essa divisão de saberes reafirmaria a própria divisão da sociedade em classes, ele acreditava na importância da educação para a consecução das metas desejadas para o país e achava que os dirigentes do nosso país haviam deixado a educação para “segundo e terceiro plano” como explica no trecho abaixo:

Como a maioria das nações civilizadas, já o haviam resolvido (o problema da educação), nos finais do século XIX, julgamos nós também já tê-lo resolvido e entramos a querer resolver os problemas considerados atuais, isto é, os problemas sociais e econômicos das demais nações – também nossos, por certo – mas que exigiriam, para ser adequadamente resolvidos, que o fosse primeiro o da educação. (TEIXEIRA, 1976, p.165)

Assim, a educação, pré-requisito para a consecução de outros direitos, na forma como vai ser oferecida em nosso país, lenta e sem finalidade, sem demanda ou sem instrumentos para efetivá-la no seio da sociedade, irá favorecer a manutenção de um “estamento” no poder que proverá a educação para poucos, privilegiando apenas uma elite.

### **1.1. O público e o privado**

Para ficar mais claro a noção desses dois termos, faremos uma breve discussão teórica sobre a conceituação do que é público e do que é privado. Utilizaremos os estudos

teóricos de Habermas<sup>12</sup> para o modelo europeu e mais à frente, faremos um estudo comparativo com Holanda em relação ao Brasil para tentar entender as diferenças culturais em relação ao nosso país.

Para Habermas o Estado é o “Poder Público”. Ele deve o atributo de ser público à sua tarefa de promover o bem público, o bem comum a todos os cidadãos”. (HABERMAS, 1984, p.14)

Em busca das origens históricas dos termos e suas designações, principalmente naquilo que elas se opõem o autor atribui as origens remotas da transmissão da versão romana baseada na história dos gregos. E explica:

Na cidade-estado grega desenvolvida, a esfera da *polis* que é comum aos cidadãos livres (*koiné*) é rigorosamente separada da esfera do *oikos*, que é particular a cada indivíduo (*idia*). A vida pública (*bios politikos*) não é, no entanto, restrita a um local: o caráter público constitui-se na conversação (*lexis*), que também pode assumir a forma de conselho e de tribunal, bem como a de práxis comunitária (*práxis*), seja na guerra, seja nos jogos guerreiros. (HABERMAS, 1984, p.15)

Na Idade Média não terá havido propriamente uma diferenciação entre o público e o privado haja vista que todos tinham o uso, mas, não detinham a propriedade, direito concedido somente ao Rei.

Há “autoridades” superiores e inferiores, “privilégios” maiores e menores, mas não há nenhum estatuto que possa ser fixado no âmbito jurídico privado a partir do qual, por assim dizer, pessoas privadas pudessem aparecer numa esfera pública. (HABERMAS, 1984, p. 18)

Ao tratar sobre a representação pública Habermas vai afirmar que só pode haver representatividade na esfera pública. “Não existe representação que seja coisa privada.” (HABERMAS, 1984, p.20). Pelo menos para essa época uma vez que mais tarde surgiriam institutos jurídicos privados com direito à representatividade como as associações, os partidos políticos, dentre outros. Na Idade Média, entre os senhores feudais, só os religiosos representavam algo fora do Estado, a saber, a Igreja a que pertenciam.

Os detentores do poder feudal vão perdendo sua força, se decompondo e se bifurcando em dois lados: elementos privados de um e públicos de outro. Isso vai se dá no final do século XVIII na França. A Igreja separa-se do Estado agora laico e este assume a administração da

---

<sup>12</sup> HABERMAS, Jürgen. Mudança Estrutural na Esfera Pública: investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa. 2 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

*res publica*. O mesmo já havia acontecido na Inglaterra bem antes no Reinado de Henrique VIII. O poder da Igreja se dirige agora ao rebanho e é deste que ela irá em busca de forças quando se sente ameaçada.

Com o advento do mercantilismo, quando as companhias de comércio inauguram as grandes expedições em busca de matérias primas esse quadro sofre alterações. Eles precisam de certa segurança para o alto risco de suas empreitadas. A realeza entra com o financiamento das viagens de olho nas riquezas do novo mundo. Para que estas comecem a entrar nos cofres do tesouro é preciso criar impostos: “O Estado moderno é essencialmente um Estado de impostos, a administração financeira é a cerne de sua administração. (HABERMAS, 1984, p.31)

O Estado constituído, na tentativa de impor sua ação coercitiva para a consecução de seus objetivos adquire então um significado negativo e autoritário. É criado todo um aparato burocrático para a administração dessas riquezas e a participação desses quadros burocráticos passa a ser uma garantia de participação nas riquezas encontradas. O aparelho estatal passa a ser algo inatingível para o indivíduo da massa e para ele o Estado passa a representar apenas deveres que devem ser cumpridos em nome do Rei.

Habermas afirma que a sociedade burguesa teria surgido para se impor contra esta autoridade. A economia doméstica transporta-se para o mercado público. O enriquecimento dessa classe e a manutenção de seus interesses na esfera legal induzem a busca também pela participação na tomada de decisões políticas que as levam a se contrapor ao Estado a fim de terem esses interesses assegurados.

Surgem então os primeiros embates entre o público e o privado que iriam culminar na Revolução Francesa e que teve como consequência a famosa Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão publicada em 1789, por sua vez inspirada na primeira Constituição Americana e que trazia liberdades e garantias individuais como base e inspiração para as Constituições em todo o mundo até hoje.

Declarou-se que a propriedade eram um direito natural, assim como a liberdade, a segurança e a “resistência à opressão”. A liberdade de expressão, a tolerância religiosa e a liberdade de imprensa foram declaradas invioláveis. Afirmou-se que todos os cidadãos tinham direito a tratamento igual nos tribunais. Ninguém poderia ser punido de qualquer forma senão em virtude de processo judiciário. Ficou estabelecido que a soberania reside no povo e os funcionários do governo tornaram-se passíveis de demissão no caso de abusarem dos poderes que eram conferidos. (BURNS, 1999. p.497)

Esta Declaração repercutiria no Brasil nas suas lutas por independência, mas aqui, outra história se desenrolaria bem diferente da dos campos franceses ou americanos.

Essa discussão teórica foi usada mais para que pudéssemos perceber as diferenças em relação ao que acontece em nosso país.

## 1.2. O público e o privado no Brasil

Seria possível delinear tão justamente como Habermas essa cronologia histórica do público e do privado no Brasil? É curioso começar este capítulo com os dois termos ligados pelo aditivo “e” quando historicamente essa nitidez nunca foi bem percebida. Tudo se confunde neste país abaixo dos trópicos.

Simon Schwartzman (1982) começa o seu livro sobre o autoritarismo no Brasil questionando os acontecimentos políticos e partidários no Brasil afirmando que estes não podem ser analisados nem entendidos do ponto de vista dicotômico, isto é, como forças opositoras entre ricos e pobres, burgueses e proletários, exploradores e explorados, financistas e industriais.

Segundo ele, o Brasil vem de uma longa tradição autoritária que limita a participação da sociedade civil brasileira na luta pelos seus direitos e que é resultante da confusão entre dois tipos de problemas. Especifica ele:

Por uma parte, está o contraste entre o Estado patrimonial, irracional, centralizador, autoritário, e os setores da sociedade que se pretendem autônomos, descentralizadores e representantes do racionalismo privado dos grupos sociais mais organizados. Por outra, no entanto, está o contraste entre as ideologias liberais de não-intervencionismo, privatismo, *laissez-faire*, e as necessidades ineludíveis de planejamento governamental do Estado na vida econômica e social do país.(SCHWARTZMAN, 1982, p.10).

Na visão de Holanda (1995, p.141), o Estado no Brasil já começa com um erro de interpretação. Aqui, segundo ele, os intelectuais românticos do século XIX entenderam que o Estado seria uma continuação da família e do lar. Uma espécie de depuração dessa forma de relacionamento. Ora, o Estado ao contrário, afirma Holanda, é um processo de ruptura da Família. Uma transgressão doméstica e familiar. Somente assim, haveria o triunfo do “geral sobre o particular, do abstrato sobre o corpóreo e não uma depuração sucessiva, uma espiritualização de formas mais naturais e rudimentares...(Idem, p.141)

As famílias que se formam a partir desse poderio, são confundidas com o próprio Estado. Holanda afirma categoricamente sobre esse erro:

O Estado não é ampliação do círculo familiar e, ainda menos uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particularistas, de que a família é o melhor exemplo. Não existe, entre o círculo familiar e o Estado, uma gradação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição. (HOLANDA, 1995, p.141)

Esse Estado arraigado profundamente às relações patrimonialistas como se fora o prolongamento das ricas famílias brasileiras dificultou em muito a formação e a evolução da sociedade moderna pela qual o Brasil queria ser reconhecido internacionalmente.

A participação social na conquista de direitos geralmente se efetuava por meio de grupos minoritários e somente em casos excepcionais se conseguiu alguma unidade na mobilização de massa. Essa luta de contrastes esteve presente de forma categórica no campo educacional, durante os debates em torno do Projeto de Lei nº 4.024 ou 1ª Lei de Diretrizes e Bases, onde um grupo de intelectuais da educação se contrapunha a donos de estabelecimentos particulares, ambos lutando pelo apoio político estatal nas suas reivindicações.

Os donos dos estabelecimentos particulares não aceitavam a monopolização do ensino através escolas públicas enquanto que os intelectuais da educação pediam a intervenção do Estado no planejamento educacional do país de maneira mais incisiva e não somente com subvenções e dotações orçamentárias.

Em nenhum lugar da lei estava escrito que o governo iria exercer domínio absoluto sobre o ensino. Mas a simples menção da palavra laicidade e gratuidade foram suficientes para o desfecho de uma acirrada luta pelo controle da situação. Alguns autores que escreveram sobre a história da educação como Werebe (1970, p.32) afirma peremptoriamente: “A verdadeira liberdade de ensino, repetimos, jamais esteve em perigo no Brasil. Os que se apoderaram deste princípio, como bandeira para a sua luta, quiseram conspirar o ensino público, impedir seu progresso”.

O apoio popular em meio a essa discussão ficaria restrito aos movimentos estudantis, bastante ativos nesse período, que apoiavam o primeiro grupo e que era interpretado por boa parte da sociedade mais conservadora como uma espécie de “baderna” que trazia prejuízos à ordem pública. Embora houvesse uma pressão popular por mais escolas, a sociedade como

um todo não possuía instrumentos nem lideranças que pudesse encaminhar essa necessidade aos centros de poder de forma organizada.

O Jornal “O Nordeste”, de cunho conservador e ligado à Igreja Católica cearense deixa muito bem explícito o pensamento conservador, referindo-se a Lei de Diretrizes e Bases quando ainda em discussão. Vejamos o trecho a seguir:

De um lado, um grupelho bem conhecido pela côr<sup>13</sup> de suas convicções e pela filosofia abertamente materialista com que cobrem sua atuação, agindo em perfeito desespero de causa diante da possibilidade de ver sair de suas mãos, o ambicionado controle do sistema educacional do país. Dos outros educadores mais integrados num sã filosofia educacional e outras razões igualmente profundas, a reivindicar para o sistema brasileiro de educação certos requisitos tidos como fundamentais à formação da juventude de uma Nação democrática e cristã. (NETO, in.O Nordeste, 7/10/60)

Teixeira nos lembra que a posição assumida pelos donos dos colégios particulares de aceitar ajuda do governo não existia antes da revolução de 1930. E atribui o fato à expansão da classe média, que aumenta a demanda pela educação secundária, dominada pela iniciativa privada, principalmente no curso secundário. “Antes de 1930, os colégios particulares do Brasil eram realmente particulares e resistiam vivamente a qualquer intromissão do Estado. Os de nível secundário pensariam em tudo, menos em pedir recursos ao Estado” (TEIXEIRA, 1976, p.221)

Não há como entender esse processo de aumento da demanda escolar versus diminuta oferta de ensino público sem não percorrer o caminho trilhado pela esfera administrativa do Estado, presa às estruturas patrimonialistas de um pequeno número de indivíduos. Seja Caio Prado, seja Sérgio Buarque ou Raymundo Faoro, todos vão buscar nas nossas origens ibéricas as raízes para as estruturas que se formaram no Brasil e que configurou ou confundiu a tênue linha que separa o público do privado, visto que foi o modelo burocrático europeu, transplantado e implantado aqui que delineou o começo de nossa história.

Sérgio Buarque já começa o seu livro Raízes do Brasil afirmando esse pensamento.

A tentativa de implantação da cultura européia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em conseqüências. Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas idéias, e timbrando em manter tudo isso em

---

<sup>13</sup> Referindo-se aos Intelectuais da Educação, mais precisamente Anísio Teixeira, a esse tempo diretor do INEP – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicas e que foram tachados de comunistas, daí a referência à cor que deveria ser a vermelha, característica do movimento.

ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra. (HOLANDA, 1995, p.31)

O Brasil, em sua imensa extensão territorial, deu lugar para a formação de uma aristocracia que se estruturou a partir da propriedade de grandes latifúndios. As longas distâncias territoriais, a falta de comunicação entre as áreas habitadas fizeram com que poucos, muito poucos, assumissem o comando de vastas extensões e se apropriassem do que antes era de ninguém – ou dos índios que ainda não dominavam a idéia de propriedade -, e trouxeram consequências lastimáveis até os nossos dias.

Porém, o que nos interessa nessa trajetória de longa tradição, é o que diz respeito à esfera administrativa, à esfera pública propriamente dita. O privado que depois irá sobrepor-se e cooptar o público tem origem nesses primeiros anos entre a descoberta e o povoamento. Mas não foi com o privado que tudo começou. Foi o arcabouço público que chegou aqui em primeiro lugar. A empreitada das grandes navegações já é uma mistura de interesses privados junto a interesses públicos. A realeza não veio na expedição de Pedro Álvares Cabral nem nas que lhe seguiram nos anos seguintes. O príncipe-regente D. João VI é que viria após três séculos do descobrimento e assim mesmo, por uma contingência de sobrevivência e de conservação da coroa portuguesa. O Brasil seria apenas um braço da vasta aventura comercial de Portugal.

A divisão do país em Capitânicas Hereditárias poderia ter sido chamada da primeira espécie de administração pública no Brasil. O donatário não era proprietário. A Coroa o era. Nesse momento, as únicas preocupações eram a defesa do território das outras nações européias como a França e a Holanda e a busca de riquezas. O objetivo não era povoar e sim defender posses e explorar riquezas naturais. O poder destes homens era imenso. Eles podiam legislar e controlar tudo em suas terras menos os impostos devidos ao rei.

Com os Governos-Gerais, a administração portuguesa no Brasil ganha ares mais formais. A delegação do poder real para os governadores dá a idéia de uma extensão administrativa do domínio português. O Governador Geral tem o cargo de vice-rei. Começa a se formar o estamento burocrático brasileiro. Como diz Faoro, “Um esquema vertical na administração pública colonial pode ser traçado, na ordem descendente: o rei, o governador-geral (vice-rei), os capitães (capitânicas) e as autoridades municipais” (FAORO, 1997, p.176).

Porém a distância favorece a extrapolação do uso desse poder ou até mesmo a omissão de sua aplicação. O rei está distante, do outro lado do oceano, as ordens demoram

meses prá chegar e as consultas demandam tempo para sair do Brasil e alcançar os ouvidos da Corte. Nada melhor do que a reprodução das palavras do Pe. Antônio Vieira apud Faoro:

“Perde-se o Brasil, Senhor (digamo-lo em uma palavra), porque alguns ministros de Sua Majestade não vêm cá buscar o nosso bem, vem buscar nossos bens. ...El-Rei manda-os tomar Pernambuco, e eles contentam-se com os tomar...Este tomar o alheio, ou seja o do Rei ou o dos povos, é a origem da doença; e as várias artes e modos e instrumentos de tomar são os sintomas, que, sendo de sua natureza muito perigosa, a fazem por momentos mais mortal. E senão, pergunto, para que as causas dos sintomas se conheçam melhor: - Toma nesta terra o ministro da Justiça – Sim, toma. – Toma o ministro da fazenda? Sim, toma. – Toma o ministro da milícia? Sim, toma. Toma o Ministro do Estado? – Sim, toma. E como todos os sintomas lhe sobrevêm ao pobre enfermo, e todos acometem à cabeça e ao coração, que são as partes mais vitais, e todos são atrativos e contrativos do dinheiro, que é o nervo dos exércitos e das repúblicas, fica tomado todo o corpo e tolhido os pés e mãos, sem haver mão esquerda que castigue, nem mão direita que premie; e faltando a justiça punitiva para expelir os humores nocivos e a distributiva para alentar e alimentar o sujeito, sangrando-o por toda a parte os tributos em todas as veias, milagre é que não tenha expirado.” (VIEIRA, apud FAORO, 1997, p.173)

Essas primeiras tentativas de organização administrativa levam-nos a concluir como Caio Prado que para os trópicos só vinham quem tinha um cargo a ocupar. Não interessava o trabalho. Desde o começo, se faz necessário ter gente para executar as difíceis tarefas mecânicas que o meio impõe. O mandatário não quer trabalhar. Sua função é administrar. Assim também conclui Faoro:

Uma constelação de cargos, já separada a administração pública da casa real, realiza as tarefas públicas, com as nomeações e delegações de autoridade. O patrimônio do soberano se converte, gradativamente, no Estado, gerido por um estamento, cada vez mais burocrático.(FAORO,1997, p.171)

Essa mesma linha de pensamento vai ser defendida por Holanda (1995, p.156) quando analisa o que ele chama de bacharelismo. A busca da educação se daria não para se adquirir uma profissão mas, tão somente para alçar cargos públicos.

Holanda(1995) analisa o brasileiro como um homem apegado ao culto da personalidade e profundamente dependente da família. A partir daí e considerando o aparato burocrático do Estado como uma continuidade desta, os detentores de cargos públicos dificilmente conseguem distinguir e desvincular o público do privado.



São dessas famílias que irão sair os detentores dos cargos públicos mais importantes do país. “A escolha dos homens que irão exercer funções públicas faz-se de acordo com a confiança pessoal que mereçam os candidatos e muito menos com as suas capacidades próprias. (Holanda, 1995, p.146). A esse indivíduo que ele chama de funcionário “patrimonial” brasileiro ele o diferencia do puro burocrata da definição de Max Weber e conclui:

Para o funcionário “patrimonial”, a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado burocrático, em que prevalecem a especialização das funções e o esforço para se assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos...Falta a tudo a ordenação impessoal que caracteriza a vida no Estado burocrático” (Holanda, 1995, p.146)

E qual a consequência desse pensamento para o Estado brasileiro? Esse culto à personalidade individual, forjada no ambiente doméstico, não consegue se aplicar a nada externo a si mesmo na visão psicológica desse tipo brasileiro descrito por Holanda (1995, p.155). Não admite ser comandada por algo exigente e disciplinador. É avesso às atividades servis. Busca o prestígio e a honra acima de qualquer outra coisa. O trabalho tem seu fim em si mesmo e não na obra. O sujeito se forma não para exercer uma profissão mas, para ter uma profissão que não exerce.

Burmeister *apud* Holanda (1995, p.156) já dizia pouco tempo depois da independência do Brasil: “Ninguém aqui procura seguir o curso natural da carreira iniciada, mas cada qual almeja alcançar aos saltos os altos os altos postos e cargos rendosos: e não raro o conseguem”.

Estes aspectos são importantes para facilitar o entendimento do desenvolvimento das estruturas educacionais, nascidas atreladas aos interesses para a formação de uma elite, voltada para administrar o país através da obtenção de cargos públicos. São, também, o ponto de partida para compreendermos porque os cursos profissionalizantes não conseguem atrair a população estudantil. Eles não levam ao topo, antes, conduzem à atividades mecânicas, ao trabalho propriamente dito e não ao emprego público.

Os altos cargos públicos eram geralmente ocupados por indivíduos formados nas carreiras liberais como Direito, Medicina, Engenharia. O título de “doutor” era mais importante do que a profissão em si. Essa característica enfatiza Holanda (1995, p.157) vem desde Portugal onde um diploma de bacharel equivalia a uma carta de recomendação.

Holanda (idem, p.157) acredita que a importância dada ao título de “doutor” procede do culto à personalidade. A dignidade que o acompanha livra o indivíduo de “atravessar a existência com discreta compostura e, em alguns casos, podem libertá-lo da necessidade de uma caça incessante aos bens materiais, que subjuga e humilha a personalidade”.

O sucesso financeiro ligado ao prestígio, ao título e a ocupação de cargos-chaves do poder conferiram aos indivíduos a vitrine no qual eles se espelharam para desejarem atingir um curso superior.

Edgar Linhares, em entrevista<sup>14</sup> concedida para esta dissertação, comentava que grande parte daqueles que se formavam em Direito já não conseguiam trabalhar devido ao grande número de profissionais formados. Então eram chamados para serem professores.

O que estamos tentando demonstrar com essa discussão é que as condições criadas desde o descobrimento favoreceram a formação de uma elite vinculada à administração pública e que, se tornando depois proprietária de terras, acumulou o poder econômico ao político, dominando e controlando todas as estruturas do país.

A independência política de Portugal serviu para que essa elite se fortalecesse na direção do Estado brasileiro e, a partir da escravidão e da monocultura de exportação, privatizasse a esfera pública a seu bel-prazer o que se caracterizou pela natureza patrimonialista do poder.

A Lei de Terras de 1850 estabelecia a aquisição da terra apenas por meio de compra ou doação do Rei. Portanto, somente quem tinha dinheiro, poderia ter terras. Extinto o regime das sesmarias, as terras devolutas seriam do Estado e não se admitia mais a aquisição por meio de posse.

O ciclo da cana-de-açúcar, que exigia grandes propriedades territoriais, foi o início, economicamente falando, dos grandes latifúndios privados. Nenhum outro ciclo econômico, nem mesmo o do café, - que já otimizava o espaço produtivo como empresa - precisava de tanto espaço para produzir.

A sociedade brasileira, predominantemente rural, irá se agrupar em torno da figura patriarcal do proprietário de terras. Com ele estará o escravo, enredado pela violência e obrigatoriedade e o homem livre que vê no clã, a única forma de extrair algum ganho para sobreviver.

A autoridade pública é fraca e distante; não só não pode contrabalançar o poder de fato que encontra já estabelecido pela frente, mas precisa contar

---

<sup>14</sup> Entrevista concedida em 28 de julho de 2010.

com ele se quer agir na maior parte do território de sua jurisdição, onde só com suas forças chega já muito apagada, se não nula. Quem realmente possui aí autoridade e prestígio é o senhor rural, o grande proprietário. A administração é obrigada a reconhecê-lo, é, de fato, como veremos, o reconhece. (PRADO Jr, 2002 p.1378)

A máquina estatal tornou-se uma agência de empregos. Os cargos públicos transformaram o aparelho burocrático que deveria ser neutro pela sua própria função, em facilitador de abusos sob a aparência da legitimidade. Riquezas, poder e autoridade serão o tripé em que os senhores patriarcais estabelecerão para governar o Brasil.

O elemento europeu dominará desde o começo sobre o índio que aqui residia e sobre o negro que chegará depois. A raça com raras exceções será o critério de ascensão social.

O preto e o índio afluirão para as classes inferiores; o branco para as mais elevadas; se não sempre de início, quando chegam desprovidos de recursos, pelo menos mais tarde. A tendência para subir é contudo geral; o que não se verifica no caso do negro ou do índio. (PRADO Jr., 2002, pgs.1216/1217)

Mas as raças aqui não ficaram estanques, e os cruzamentos raciais começam a gerar gradações de cores que, a medida que branqueiam buscam cada vez mais o *modus vivendi* do elemento branco europeu.

O advento da República no final do século XIX não trouxe grandes transformações a essa estrutura. Nesse período, começa a surgir um movimento que clama por mudanças sociais, demandas propostas por intelectuais que buscavam ares de modernidade para o desenvolvimento do país. Faoro percebe o aparecimento de uma ainda tímida classe média que não consegue encontrar seu lugar nos destinos do país que se encontra privatizado nas mãos de uma minoria aristocrática, mas que já se reconhece detentora de direitos.

A República trouxe também à tona, o poder descentralizado para os Estados e reforçou as oligarquias estaduais. No período inaugurado por Campos Sales (1898-1902) e que consistiu no apoio do governo central aos governos estaduais em troca da cooperação destes para a eleição presidencial predominou a força dos Estados da federação. Tal prática deu origem ao rodízio de governo conhecida como “política café-com-leite” onde os Estados do São Paulo e Minas Gerais alternavam no poder pela presidência do país.

As oligarquias estaduais eram sustentadas no âmbito municipal pela figura do coronelismo. Necessitando o poder central do apoio dos Estados para a eleição à Presidência da República, este se fortaleceu nos Municípios pela figura do coronel que alijará a garantia de voto dos eleitores – voto cabresto - em troca de favores.

O coronelismo na análise de Faoro não é um fenômeno novo. Ele já havia se renunciado na Monarquia. Nova será “a sua coloração estadualista e sua emancipação no agrarismo republicano, mais liberto das peias e das dependências econômicas do patrimonialismo central do Império. (FAORO, 1998, p. 621)

Ele diferencia o “coronel legalmente sagrado” resultado da hierarquia da Guarda Municipal do “coronel tradicional” chefe político e possuidor de riquezas que o faz sustentar o estilo de sua posição. (Idem, pgs.621/622).

A nova Constituição republicana deu ao Estado o poder de organizar os municípios da maneira que melhor lhes conviesse. “Nesse esquema da supremacia estadual e da eleição sancionadora se insere o coronelismo”. E caracteriza com mais profundidade:

E assim nos aparece este aspecto importantíssimo do coronelismo, que é o sistema de reciprocidade: de um lado, os chefes municipais e os coronéis, que conduzem magotes de eleitores como quem toca uma tropa de burros; de outro lado, a situação política predominante no Estado, que dispõe do erário, dos empregos, dos favores e da força policial, que possui em suma, o cofre das graças e o poder da desgraça. (FAORO, 1998 p.632)

O coronel passa a ser uma figura necessária e inserida no poder estadual, numa peculiar delegação de poder público no campo privado como conclui Faoro. (1998, p.631)

A dominação deste sobre a população se daria muitas vezes através da força bruta que se efetuava na chamada “capangagem”, e na propriedade das terras que fazia depender dele todos aqueles que não tinham onde morar e produzir e conseqüentemente, dono dos votos o que reforçava o poder desse chefe local junto ao poder estadual.

O apogeu do coronelismo no Ceará se deu exatamente no início da Primeira República, mais precisamente na oligarquia de Nogueira Accioly que governou o Ceará por vinte anos até a sua deposição em 1912.

Os poderes econômico e político faziam com que estes homens dominassem a sociedade rural e as sedes dos Municípios de forma hegemônica. Diz Macedo:

Ocupavam eles as prefeituras, e, quando não eles, pessoas suas, bem como parentes seus e apaniguados, as casas legislativas, em todos os planos por vezes, e bem assim os cargos públicos. Detentores de sólidos poderes econômicos, alicerçado, quase invariavelmente, em gados e terras, açambarcadas, às vezes, aos fracos e sem qualquer cobertura das autoridades, nelas dispunham, a seu serviço, de cangaceiros, capangas ou cabras. (MACEDO, 1990.p.37)

É preciso destacar aqui, que o fenômeno do coronelismo no sertão nordestino tem uma característica muito importante para entender que nem sempre era através da violência que estes “chefetes” conseguiam realizar seus intentos. Havia também o paternalismo na relação entre o fazendeiro e seus moradores. Em troca de casa para morar, trabalho e segurança, o homem simples oferecia sua força de trabalho e prestava serviços leais ao patrão.

Toda esta conjuntura política não muda muito as estruturas econômicas e fundiárias mesmo após a revolução de 1930. O Estado Novo não irá desapropriar terras. Até ensaia uma tentativa entre 1930 e 1934, mas retrocede com o golpe de Estado de 1937. O que resulta disso, é uma quantidade mínima de pessoas com poderes quase absolutos nas mãos e uma maioria pobre, sem acesso a terra, aos meios de produção, sem seus direitos sociais básicos atendidos e aparentemente, sem necessidade deles.

Preso à estrutura agrária, esta maioria pobre não terá tampouco, condições de viver no meio urbano. A ausência de instrução os impossibilitaria de trabalhar na indústria ou de exercer cargos públicos. A educação seria um direito apenas de uns poucos, preocupados em confirmar e reproduzir a estrutura vitalícia de herança econômica e política.

Pesquisando a história política do Brasil, tem-se a impressão de avanços e recuos o tempo inteiro. O importante é que estes avanços quando impedidos de se materializarem ficam latentes, adormecidos por conta do autoritarismo, e reacendem quando as experiências democráticas ressurgem.

A história da CNEC no Brasil e no Ceará pode ser analisada dentro destas complexas relações entre o público e o privado na área educacional. Quem deveria ser responsável pela educação secundária no Brasil? O Estado? A família? A Igreja? A iniciativa privada aqui personificada pela CNEC? Onde estudaria quem quisesse continuar os estudos pós-primários e que não tivesse recursos?

A educação foi durante muito tempo no Brasil, uma preocupação somente das elites. O Estado só era obrigado a assegurar, de forma gratuita, escolas primárias. Isso fez com que os estabelecimentos particulares, notadamente os confessionais, tomassem a frente na oferta desse tipo de educação. Somente havia ginásios nas principais capitais. Teixeira expressa bem essa realidade:

O sistema de elite, de controle federal, era predominantemente privado, mantendo o governo central um único estabelecimento público de ensino secundário acadêmico na capital e pouquíssimas escolas superiores no Recife, na Bahia, em São Paulo e na capital. Colégios particulares, alguns dirigidos por educadores, que lembrariam certos diretores de colégios ingleses, preparavam em internatos os filhos da classe dominante para o

ingresso nas escolas superiores. As poucas escolas públicas preparatórias abriam escassa oportunidade para os alunos pobres, enquanto os abastados tinham nas escolas particulares suas oportunidades asseguradas. (TEIXEIRA, 1976, p.296)

O que Teixeira não acrescentou nessa análise é que as poucas vagas nos ginásios e colégios públicos, reconhecidos pela qualidade de ensino ministrado eram disputadas também pelos que tinham boas condições sociais tal qual acontece nos dias de hoje com as Universidades públicas. Como analisa Werebe:

“As escolas oficiais (secundárias e superiores) são procuradas, em grande parte, por elementos das classes favorecidas (médias e até altas), seja porque consideram o ensino público melhor, seja porque preferem a orientação que nele é dada e, em muitos casos, porque buscam uma instituição gratuita. (WEREBE, 1970, p.42)

As tentativas de entender o Brasil pecam as vezes por uma generalização de fatores que se aplicam a todos os Estados da federação, esquecendo que nós temos grandes diversidades regionais.

A modernidade tecnológica pode caminhar a passos largos enquanto as modificações culturais têm seus tempos desiguais. Enquanto a figura do senhor oligárquico vai desaparecendo nos grandes centros urbanos em detrimento dos grandes industriais, nos sertões nordestinos e, particularmente no Ceará são eles que vão permanecer e determinar a passos lentos, as permanências e o atendimento às demandas sociais.

As desigualdades sociais no território cearense agravavam-se a medida que o Estado brasileiro se desenvolvia. O fato de seu território está quase que totalmente situado no semiárido dificultou os programas de desenvolvimento que através de órgãos como a SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ou o BNB – Banco do Nordeste do Brasil, tentaram reverter o quadro das desigualdades sociais através da criação de pólos de desenvolvimento.

O fenômeno das secas para (PARENTE (2000, p.59), seria fator de desequilíbrios econômicos que repercutiam nas decisões políticas das elites governantes e que forçavam a necessidade de pactos. Mas é interessante perceber que o fenômeno climático interfere de forma mais agudamente nas políticas estaduais por causa de fatores que vão além da escassez de chuvas e que estão inseridos nas estruturas de patrimonialismo, oligarquismo, paternalismo e coronelismo acima descritos.

Neves (2007 p. 76).traz uma noção diferente da influência climática no Estado do Ceará. Para ele, a “irregularidade das chuvas não seria um problema se as relações estabelecidas entre os homens estivessem de acordo com as possibilidades da natureza.

Para este autor, a seca vai surgir como problema político somente na segunda metade do século XIX, com a ocupação das terras por uma agricultura comercial. O autor discorre sobre as conseqüências destas mudanças que com o advento da seca, fez crescer a imigração para as cidades e o recebimento destes flagelados pelos cidadãos, provocando reações díspares, porém distantes do olhar benevolente de outros tempos. A legião de homens famintos e doentes empobrecia a paisagem das praças de uma cidade que se aformoseava para a modernidade.

Para o período que estamos estudando (1958-1963) dificilmente poderíamos deixar essa variável de fora uma vez que 1958 foi um ano de seca terrível, assim como 1960 um ano de enchentes. Em tempos de crise, vemos mais agudamente as políticas paliativas das elites governantes e a educação nesses momentos passa a ser um problema secundário, sem qualquer relevância ou urgência para ser resolvido.

Neves (2007) levanta ainda outros fatores que iriam agravar o quadro das intempéries da natureza. Diz ele:

A seca de 1958-9 ocorre num contexto político nacional bastante delicado. A década ficou marcada pela campanha nacional pela Reforma Agrária, pelas agitações das Ligas Camponesas, pelas atividades do clandestino Partido Comunista, pela instabilidade institucional decorrente do suicídio de Getúlio Vargas, pelos projetos desenvolvimentistas, etc. Todas essas ações conferiam àqueles anos um caráter de “revolução”, ou, pelo menos, “de processo revolucionário” ou “rebelião” quando todas as garantias pareciam sob suspeita e o tecido social parecia esgarçado por novas e emergentes possibilidades de configuração. (NEVES, 2007, p. 97)

As Ligas Camponesas não tiveram muita infiltração no Ceará. Mas o discurso contra o comunismo esse assolou nossos jornais e mobilizou uma boa parte da população.

O público e o privado ainda andam de mãos dadas e não se percebe com clareza onde termina um e começa o outro. Empreguismo, paternalismo, nepotismo não são figuras do passado em nossa história. Estão ainda presente e são melhor visualizadas em épocas de eleição.

Com essa análise queremos compreender por que a educação se desenvolveu de forma tão lenta em nosso país e mais lenta ainda na região Nordeste.

Faoro acredita que essa estrutura político-social resistiu a uma viagem de seis séculos, mas precisamente de D. D. João I a Getúlio Vargas sem conseguirem modificá-la. Mas ela vai

mais longe. E chega por vezes até nós, em pleno século XXI, quando ouvimos expressões do tipo: *você sabe com quem está falando?* É como examina Rodrigues (1995, p.46), no já citado culto à personalidade, ao *nome de família*, ao sobrenome.

Sociedades patrimonialistas sobrevivem melhor e por mais tempo onde há analfabetos. Desconhecendo a função precípua do Estado que o governa, ele se satisfaz com o pouco que recebe. Como diz muito bem Faoro, (1998, p.744) “ o povo quer a proteção do Estado parasitando-o, enquanto o Estado mantém a menoridade popular, sobre ela imperando”.

Pensamos ter deixado delineado nesse capítulo a dificuldade de separar o público do privado no Brasil em qualquer circunstância. A CNEC sofrerá da dubiedade de sua natureza jurídica por conta dessa simbiose que acontece com as Instituições no Brasil de maneira geral. Ninguém sabe onde começa uma e termina outra. Por se valer dos benefícios financeiros do Poder Público, ela será muitas vezes confundida com escola pública assim como será, várias vezes, usada para fins interesseiros.

O próprio Felipe Tiago Gomes, por considerar que está prestando um serviço público ao Estado não se exime de exigir nos primeiros tempos que este lhe pague passagens e hospedagem numa clara demonstração de como a linha público/privado está confusa na mentalidade do povo brasileiro.



## **2. O PENSAMENTO FILOSÓFICO E IDEOLÓGICO EM EDUCAÇÃO QUE NORTEOU A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL E O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO DE 1958 A 1963**

A procura pelo conhecimento filosófico e pelo viés ideológico que nortearam a educação brasileira, no período recortado para análise, surgiu da necessidade de se entender qual o pensamento que orientava as ações educacionais no cenário nacional no período e, dentro destas, compreender as razões que levaram o Professor Felipe Tiago Gomes a criar uma oferta de ensino, materializada na Campanha Nacional das Escolas da Comunidade.

Dentro deste contexto, podemos visualizar além do Estado, três segmentos muito fortes que irão influenciar na estrutura educacional brasileira durante todo o século XX. A igreja Católica com sua rede de escolas confessionais, os donos dos estabelecimentos particulares laicos e os reformadores da educação representados por intelectuais ligados à Educação. Todas as leis, regulamentações e reformas em vigor da época em análise passaram pelo crivo e pelo poder de pressão destes grupos.

Mas, a primeira questão que se impõe é: para que serve a educação? Pode um indivíduo conquistar bem-estar sem educação? E de quem é obrigação de educar: do Estado? Da família? Da sociedade? O que se deve ensinar? A quem interessa a educação? As respostas para essas questões estão relacionadas à aspectos filosóficos e ideológicos que mudam ao longo da história, dependendo das elites que governam um país e do poder de reivindicação de um povo.

### **2.1. Tendências filosófico-políticas na Educação**

A filosofia da educação reflete sobre “o que”, “para que” e “como” deve se desenvolver a formação educacional dos educandos. Ela se preocupa com uma interpretação teórica das aspirações e a educação seria o veículo para se transferir essa interpretação. Funciona assim, como um suporte reflexivo sobre a sociedade onde o educando está inserido, assim como o educador e aponta para a direção que deve ser seguida.

Luckesi (1993) classifica em três, as tendências filosófico-políticas para compreender como é visto o papel da educação no meio social. Elas seriam a forma como a sociedade, o Estado e o educador enxergariam a função social da educação:

1. Educação como redenção da sociedade

2. Educação como reprodução da sociedade
3. Educação como transformação da sociedade

Aqui o termo redenção, segundo o próprio Luckesi, expressa uma categoria sociológica que explica uma cosmovisão educativa. Esta visão “acredita na possibilidade desta “salvar a humanidade” de suas mazelas, de suas fragilidades, de seus “pecados”. A educação é uma entidade externa à vida social”.<sup>15</sup> É também chamada de versão otimista da educação.

A Educação como reprodução da sociedade seria aquela que reproduz na íntegra a sociedade da qual faz parte. A Escola seria o principal aparelho ideológico usado pelo Estado para reproduzir e ratificar o sistema vigente. Esta seria a vertente pessimista da educação. A sociedade tal qual se apresenta não cabe mudanças, um pensamento que nos leva a um determinismo educacional.

A Educação como transformação da sociedade, vê o processo educativo como mediador de um projeto social. Ela nem redime nem reproduz, mas é utilizada para legitimar um projeto de sociedade. Esse projeto tanto pode ser transformador como conservador. Explica melhor o próprio Luckesi:

Para tanto, importa interpretar a educação como um instância dialética que serve a um projeto, a um modelo, a um ideal de sociedade. Ela media esse projeto, ou seja, trabalha para realizar esse projeto na prática. Assim, se o projeto for conservador, media a conservação; contudo, se o projeto for transformador, media a transformação: se o projeto for autoritário, media a realização do autoritarismo; se o projeto for democrático, media a realização da democracia. (LUCKESI, 1993, p. 49)

A pedagogia transformadora segundo Luckesi, “tem como pano de fundo o entendimento de que não há uma força redentora (acima e fora da vida social), mas sim uma dinâmica de contradições sociais, que produz o movimento social.”<sup>16</sup> Noutras palavras, se o projeto é conservador ou autoritário usa-se uma mediação linear, impositiva, legitimada por si mesma. Se a mediação é para um projeto democrático, na mediação transformadora usa-se de recursos sistêmicos e dialéticos da própria realidade.

---

<sup>15</sup> Extraído do blog do autor <http://luckesi.blog.terra.com.br/> consultado em 18 de agosto de 2010.

<sup>16</sup> Idem

## 2.2. As concepções sobre a educação e o pensamento da CNEC

A partir de sistematizações como essa, existem diferentes concepções sobre a educação com variadas vertentes pedagógicas. Optamos pela síntese feita por Rodrigues<sup>17</sup>, que diante da diversidade de concepções vigentes e da necessidade de agrupá-los em poucas vertentes, sistematizou as várias correntes em quatro grupos distintos e que basicamente seriam:

- a) uma tendência para perceber a educação como centrada na cultura;
- b) outra tendência centrada na pessoa,
- c) um terceiro grupo centrado num projeto político
- d) e por último, uma tendência reservada à educação policêntrica ou não-centrada.

A educação centrada na cultura baseia-se no pensamento que educar é transmitir a herança cultural. Entre as principais características, uma concepção única do homem e a ênfase nos conteúdos. Segundo Rodrigues (1995, p.50) essa concepção é típica das sociedades tradicionais, “marcada pelo monismo confessional, pela univocidade provinciana e pela intolerância.”

Essa concepção explica, por exemplo, a aversão aos saberes utilitários que é característica das sociedades patrimonialistas que os relacionam ao estigma da escravidão.

A tendência centrada na pessoa é típica de sociedades cosmopolitas. Não se propõe à dominação. Valoriza as potencialidades do indivíduo e preza pela liberdade, mas, lembra Rodrigues (1995, p.51) essa liberdade é “transitiva, porque é fenomênica, não se comprometendo com o ontologismo.” Além disso, não é teleológica, não se pauta em um objetivo único. É de difícil adaptação para as sociedades tradicionais e patrimonialistas.

A educação centrada no projeto político é libertária. Possui um discurso “virtuoso”. Sonha com o *rebanho* único. Segundo Rodrigues, esse modelo seria uma forma escamoteada da dominação tradicional, pois “os missionários da cruzada libertária são ou tornam-se membros do estamento” (Rodrigues,1995, p.51). Essa concepção na opinião deste autor é a “vertente dominante nos meios educacionais, afinal, se as idéias dominantes são do grupo dominante, não é surpresa que um projeto político historicista em cores libertárias seja a idéia dominante, desde que sirva ao poderoso estamento dominante”.(Idem,p.51)

---

<sup>17</sup> Professor Doutor da Universidade Federal do Ceará . Pensamento exposto no artigo O Patrimonialismo na sociedade e na educação brasileira. RODRIGUES, Rui Martinho.

A última concepção ou concepção policêntrica de educação não é reducionista ao tratar do homem e nem pretende convertê-lo a nenhum projeto intervencionista ou integracionista.

“Ela é laica, é cosmopolita, é adepta de uma epistemologia falibilista que não hierarquiza consciências definindo uma consciência esclarecida oficial ou oficiosa, não enseja aos dotados de espírito missionário a satisfação arrogante de sentir-se portador de uma consciência superior, pelo qual não se presta à justificação dos donos do poder.”(Rodrigues, 1995, p.51).

Essa última concepção pode utilizar elementos das outras concepções desde que não imobilizem o pensamento sobre o conhecimento e sobre o próprio homem. Não é diretiva, mas aberta. Não reconhece leis históricas.

Em qual destas tendências filosóficas e correntes pedagógicas nós poderíamos classificar o pensamento de Felipe Tiago Gomes ao pensar a educação cenequista?

Em uma das coletâneas impressas pelas CNEC Felipe Tiago Gomes define seus propósitos quando pensou em criar a CNEC:

“Nunca fui um teórico da educação, nem planejador. Se tivesse me detido nessa tarefa, nenhuma escola teria nascido pelas minhas mãos. Minha proposta é de uma educação cooperativa, associativista, aglutinadora e integradora da sociedade que evidencie a cada momento que os bens que Deus nos legou devem ter uma exploração que respeite a um só tempo as leis da natureza e o maior interesse social. (Relatório CNEC, 1974/1975.p.9)

A partir dessa declaração podemos concluir que a sua concepção sobre a educação é, na sistematização proposta por Rodrigues, centrada na cultura e que ele percebe nesta, a tarefa salvífica proposta por Luckesi. Os termos, *integradora* e *aglutinadora* denotam a característica integracionista a que se refere Rodrigues na concepção centrada na cultura.

Felipe Tiago Gomes pretendia integrar os estudantes carentes ao meio social em que viviam as elites do país através da educação.

Mas não podemos simplesmente catalogá-lo numa única vertente. A CNEC introduz elementos diferenciados que extrapolam o puro integracionismo quando por exemplo, convoca a comunidade para cooperar no projeto. Isso a diferencia da dicotomia público/particular e a aproxima da visão transformadora da educação que media a realização de um projeto democrático ao favorecer camadas pobres da população o acesso escolar antes previsto para bem poucos privilegiados financeiramente.

Acreditamos que estes modelos de representação não aparecem isolados e um não necessariamente exclui os demais. O modelo de escola comunitária, onde as próprias pessoas da comunidade se encarregariam de gerir administrativamente e financeiramente a Instituição parece ser um elemento transformador e diferenciador no sistema escolar dicotômico - público e privado - já estabelecido mesmo que não visasse revoluções ou mudanças de regimes políticos ou novos modelos pedagógicos.

A característica proposta de uma escola comunitária que passa pela autogestão fugindo da tendência capitalista de produzir lucro, se aproxima de uma visão libertária proposta na sistematização de Rodrigues como centrada no projeto político, que acaba por se deixar cooptar pelo que está posto, o que efetivamente aconteceu sob alguns aspectos com o projeto cenequista.

Para os fundadores da CNEC, naquele primeiro momento, não importava questionar o sistema escolar imposto pelo MEC. Há uma crítica sim ao modelo excludente da oferta de ensino sem avaliar conteúdos nem currículos. O objetivo do grupo era facilitar àqueles alunos excluídos do sistema educacional por causa da carência de recursos financeiros a possibilidade de, a partir de condições iguais na origem, poderem avançar na vida educacional.

Enquanto as instituições públicas ligadas à Educação preocupavam-se, naquele momento, com a alfabetização de crianças, jovens e adultos, muitos delas ligados simplesmente aos interesses eleitorais – mais eleitores, mais votos – a CNEC vai se preocupar com a popularização do ensino secundário.

Sua prática pedagógica se resumia a reproduzir os conteúdos exigidos para efeito de equiparação com o Colégio Pedro II, à época, parâmetro para todas as escolas secundárias no país. A didática, as teorias pedagógicas, os métodos de ensino não passavam nesse primeiro momento, na mente dos fundadores da CNEC. O corpo docente recrutado para ensinar nas escolas cenequistas não era de pedagogos, mas, bacharéis e letrados. Eram médicos, advogados, juizes, farmacêuticos, padres que ensinavam o conteúdo correspondente a sua área de formação com pouca ou nenhuma preparação didática.

Reproduziam o conteúdo exigido para que os alunos passassem no Exame de Admissão, cursassem o ginásio, fizessem o científico ou clássico e se preparassem para o exame vestibular a fim de ingressarem no ensino superior.

### 2.3. Ideologia na Educação

Já no que diz respeito à Ideologia, vamos nos basear na definição reproduzida por CURY:

Ideologia é um sistema de opiniões que, baseando-se num sistema de valores admitidos, determina as atitudes e o comportamento dos homens para com os objetivos desejados do desenvolvimento da sociedade, do grupo social ou do indivíduo. (SCHAFF apud CURY, 1998, p.5)

Sendo a educação escolar algo que no primeiro momento, parte de um mundo adulto sobre um mundo infantil, a preparação desta criança seja em seu aspecto intelectual, físico ou social, é dado pela sociedade em que ela está inserida. E essa educação, imposta de cima para baixo, de gabinetes para a escola, representa o pensamento de um segmento da sociedade posto num lugar de decisão e que reproduz na vida escolar a sua própria sobrevivência.

No pensamento de Durkheim, essa imposição de cima para baixo e de uma geração mais velha sobre outra mais nova gera um sistema de controle do que deve e do que não deve ser repassado. Vejamos um trecho que comenta esse aspecto:

A educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social. Tem por objetivo suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política no seu conjunto e pelo meio especial a que a criança, particularmente se destine. (DURKHEIM apud LIMA, 1978, p.18)

Mas, qual o tempo necessário para se completar a transferência desses estados físicos, morais e intelectuais reclamados pela sociedade para a formação do indivíduo? Até metade do século XX, para o governo brasileiro, parece ter sido o curto espaço de 4 anos necessários para a consecução do ensino primário. Aprender a ler e contar parecia ser suficiente para a formação do indivíduo para a sociedade. Quem quisesse mais do que isso, deveria pagar para conseguí-lo.

Alguns autores como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lauro de Oliveira Lima, insistem que a estrutura escolar tal qual está posta no começo do século XX mantém represada a demanda escolar o que possibilita que apenas alguns privilegiados consigam ascender socialmente através da educação.

Diz Anísio Teixeira sobre isso:

Mas, se tomarmos o ponto de vista de que o processo educativo é um processo seletivo, destinado a retirar da massa alguns privilegiados para uma vida melhor, que se fará possível exatamente porque muitos ficarão na massa a serviço dos “educados”, então o sistema funciona, exatamente por não educar todos, mas somente uma parte (TEIXEIRA, 2007, p.54)

E Fernando de Azevedo confirma:

“Esse contraste entre a quase ausência de educação popular e o desenvolvimento de formação de elites, tinha de forçosamente estabelecer como estabeleceu, uma enorme desigualdade entre a cultura da classe dirigida, de nível extremamente baixo, e a da classe dirigente, elevando sobre uma grande massa de analfabetos – “a nebulosa humana desprendida do colonato” – uma pequena elite em que figuravam homens de cultura requintada e que, segundo ainda, em 1890, ...não destoaria entre as elites das mais cultas sociedade européias. (AZEVEDO, p.82)

Ou, o nosso conterrâneo, Lauro de Oliveira Lima referindo ao Brasil de 1960:

Pode-se afirmar, sem medo de erro, que o Brasil é um país de 80 milhões de habitante a serviço de menos de 5 milhões de letrados... Este pequeno grupo decide tudo no Brasil à revelia das massas populares, marginais no processo cultural”. (LIMA, 1978, p. 44)

Num país preponderantemente agrícola, com a maior parte da população analfabeta, vivendo no campo, a escolaridade torna-se um fator de seleção de suma importância para a ascensão social e para alçar os indivíduos aos postos públicos chaves de liderança nacional.

No começo do século XX, alguns intelectuais, encabeçados por Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho e inspirados na Escola Nova proposta por John Dewey, começam a implantar suas idéias no meio educacional a fim de reverter esse quadro segregacionista.

Somente nos fins do século XIX começa-se no mundo, a rever e a transformar essa situação, com o aparecimento da chamada educação nova, do trabalho, ativa ou progressiva, que mais não é do que a percepção de que a formação do homem comum, ou melhor, a formação de todos os homens não podia obedecer aos mesmos métodos de formação de uma classe especial de estudiosos, eruditos, intelectuais ou cientistas. (TEIXEIRA, 1976:36)

Os defensores da Escola Nova, não percebem, no entanto, que o sistema educacional proposto por eles continua a dividir a sociedade, onde pessoas são destinadas aos trabalhos mecânicos especializados e outras a fazerem parte de uma elite intelectual, portanto, superiores aos primeiros.

A questão é: quem deve decidir sobre o que as pessoas querem ou não para sua própria vida? Quem são os escolhidos para essa ou aquela formação? E como convencer pessoas a escolherem profissões que não lhes garantem as mesmas vantagens que aquelas que as elites conseguiriam com o outro tipo? Que condições são postas na sociedade para que o indivíduo possa ter oportunidades iguais do ponto de partida e possa dar um destino à sua vida como opção e não como “a única coisa que me resta”? Não cabe à esta dissertação responder a estas questões mas a falta destas respostas levou o Estado a incorrer em vários erros que trouxeram consequências para as políticas educacionais que tentou implementar na segunda metade do século XX.

O Estado brasileiro, durante todo o século XX tentou adequar a educação aos seus propósitos de modernização e desenvolvimento e esbarrou na falta de mão-de-obra preparada e na aversão do povo ao aprendizado de atividades ditas inferiores ou ligadas ao trabalho técnico, industrial ou mecânico.

Esse dilema vai ser vivido no Brasil principalmente após 1930 onde o Estado vai se voltar para o fortalecimento do mercado interno, voltando-se para o desenvolvimento de indústrias de base e ao criar escolas profissionalizantes para preparar mão-de-obra para esta indústria não encontra demanda substancial para os referidos cursos.

#### **2.4. As questões educacionais no período de 1958 a 1963**

Para entendermos as questões polêmicas que percorrem a história educacional de nosso país no período em análise e que são reflexo das mudanças lentas nas estruturas do país, precisamos voltar no tempo e perceber como estes embates tornaram-se presentes na sociedade de então. Mas uma vez, precisamos do amparo histórico dos tempos idos a fim de visualizarmos o que aquelas estruturas trouxeram para o sistema educacional de ensino do período em apreço.

As questões brasileiras de modo geral acirraram-se com mais veemência nos períodos anteriores às Assembléias Constituintes e às Emendas. Foram nesses períodos cruciais em que



as forças estabelecidas na sociedade ou as que pretendiam se estabelecer pressionaram por mudanças constitucionais de base, que lhes dessem respaldo e legitimidade a seus interesses.

Antes de aprofundarmos os embates em si, faremos uma digressão sobre o papel das Assembléias Constituintes e a legitimidade das Emendas para entendermos os princípios em que os governos devem se pautar para preconizar suas políticas públicas.

Cabe, no entanto, a ressalva de que, as leis postas num ordenamento jurídico são o reflexo do pensamento e dos interesses dos representantes escolhidos pela sociedade, ou não, no cargo de constituinte naquele dado momento. E nem sempre são o reflexo do pensamento de um povo ou de suas necessidades mais prementes dependendo das circunstâncias em que ela foi desencadeada.

Temer (2005, p.29) expressa que o Poder Constituinte “é a manifestação soberana da vontade de um ou alguns indivíduos capaz de fazer nascer um núcleo social.”

A Assembléia Constituinte nasce concomitante às Constituições escritas. E estas à de divisão de Poderes, a segurança jurídica dos direitos individuais e aos princípios democráticos. Quando um Estado decide se organizar juridicamente é o Direito que vai corporificar e lhe dá conteúdo e aqueles que vão governar devem se submeter às regras consagradas na Carta Magna. Esta, por ser inspirada nos ideais democráticos, deve ser emanada do povo que constitui a nação e em seu nome deve ser exercida.

Existem dois tipos de Poder Constituinte: o originário e o derivado. O primeiro, também chamado de inicial tem o objetivo de instituir o Estado do ponto de vista jurídico. Ele pode se expressar através de uma Constituição, de um decreto, de um ato institucional. O segundo ou Poder derivado, também chamado de poder constituído, tem como objetivo reformar o poder constitucional originário. Isso pode ser feito através das Emendas.

Acontece, que uma Assembléia Constituinte pode ser convocada por duas razões: ela pode ser promulgada e nesse caso deriva de uma Assembléia popular eleita para exercer a atividade constituinte; ou outorgada e nesse caso, ela é positivada por um indivíduo ou grupo de indivíduos que não recebem direto do povo o poder de exercer a função de constituinte.

O titular de uma Constituição é sempre o povo, razão de ser do Estado-nação. O exercente seria aquele que, em nome do povo, implanta o Estado e edita a Constituição. Esta pode surgir através de representantes populares ou por meio de revolução. Quando se assume o Poder e se descumpra a Constituição vigente existe uma usurpação deste poder. Mesmo que tenha respaldo popular, juridicamente continua sendo assim classificado.

Quando o exercente delibera uma Assembléia Constituinte ele o faz ou porque nasce um Estado independente ou porque os princípios da Constituição vigente não mais respondem

às mudanças exigidas pela sociedade sobre a qual ela legisla, ou porque se quer romper ou já houve uma ruptura com tal ordem e se quer implantar um Estado com outras características. No último caso, pode ser que o exercente se confunda com o titular.

No Brasil, nós tivemos promulgadas as Constituições de 1891, 1934, 1946 e 1988. A característica mais presente nesse tipo de Constituinte é seu caráter democrático de tendência liberal, descentralizadora e com alguns traços socializantes.

Aconteceram Constituições outorgadas em 1824, 1937 e 1967. Elas são autoritárias<sup>18</sup> e derivam de um Estado fortemente intervencionista e centralizador.

A razão de ser do Estado, ou seja, o atendimento das demandas sociais que não podem ser feitas por particulares, sofrem as conseqüências de acordo com a natureza do tipo de poder político instituído e vigente no Estado. Assim, setores como saúde, educação, segurança, serão centralizados ou descentralizados de acordo com o tipo de intervenção estatal preconizada pelo regime político<sup>19</sup> em vigor no país. Se liberal democrático, estas políticas públicas tendem à descentralização. Se autoritário e intervencionista, elas tendem a centralização.

Podemos dizer em grandes linhas que as questões educacionais mais permanentes nos debates educacionais nos períodos anteriores às constituintes foram: centralização e descentralização escolar (unidade e pluridiversidade), quantidade (entusiasmo pela educação) e qualidade de ensino (otimismo pedagógico), escola pública e escola privada, ensino de humanas ou técnico-científico e profissionalizante.

#### **2.4.1. Centralização e descentralização escolar**

Esta questão pode ser vista de dois modos: político e administrativo. Na verdade a centralização ou descentralização administrativa se submete à política. Acontece que, para que qualquer centralização ou descentralização política tenha legalidade e legitimidade<sup>20</sup> ela

---

<sup>18</sup> Muitas vezes elas são autoritárias na origem porém não o são no conteúdo como a de 1824, que foi relativamente liberal para a época.

<sup>19</sup> Nome que se dá ao conjunto de instituições políticas por meio das quais um estado se organiza de maneira a exercer o seu poder sobre a sociedade. [http://pt.wikipedia.org/wiki/Regime\\_pol%C3%ADtico](http://pt.wikipedia.org/wiki/Regime_pol%C3%ADtico) em 21 de setembro de 2010.

<sup>20</sup> Legalidade reflete fundamentalmente o acatamento de uma estrutura normativa posta, vigente e positiva. Legitimidade incide na esfera da consensualidade dos ideais, dos fundamentos, das crenças, dos valores e dos princípios ideológicos. Conceitos extraídos de WOLKMER, Antônio Carlos. Legitimidade e Ilegalidade: uma distinção necessária. In: Revista e Informação Legislativa, n.124. Brasília, 1994, p.180.

precisa ser juridicamente amparada pelas normas administrativas que por sua vez estão respaldadas pelo Direito. Os dois conceitos juntos representam a legitimidade política e a jurídica.

Façamos a diferenciação dos dois tipos para melhor entendimento. Usaremos para isso a conceituação usada por Temer (2005) transcritas a seguir:

- **Centralização administrativa:** seria a prestação de serviços de forma direta sem que haja qualquer deslocamento do desempenho dessas funções para outro centro.

- **Descentralização administrativa:** aconteceria quando se permite a deslocamento de serviços para outros centros. (Idem)

- **Centralização política:** “importa a existência de centro único, emanador de comandos normativos e, por isso mesmo, de sede exclusiva de competências.

- **Descentralização política:** “significa a realidade de várias pessoas investidas na função de dizer, por meio de regras gerais e abstratas sobre tudo o que importa a uma coletividade e que configura as suas competências. (TEMER, 2005, p.57-58).

Essa conceituação levanta a necessidade de conhecer duas idéias: a soberania e a autonomia.

Por soberania entendemos o que caracteriza o Estado do ponto de vista internacional; e autonomia é a que diz respeito à situação jurídica dos Estados federados face ao órgão central que seria a União. Interessa a esta última, a ordem interna e não externa (idem, p.59).

Por soberania entende-se uma idéia de “poder” que deve ser respeitada por outros países em respeito às determinações internas e externas no que concerne às decisões emanadas da Constituição. Se a ordem estabelecida é reconhecida ou não pelos demais países, é o que vai determinar o alcance desta soberania. Para os Estados que compõe a nação, essa soberania deve ser respeitada e respaldada de forma global e não parcelada. É o conjunto que importa e não as partes.

Já a autonomia tem entendimento diverso. Como melhor explica Temer,

Seu valor reside na visão interior que se tem do Estado...Repita-se que a autonomia comporta graduação. Se ela vai ao ponto de criação de diversos núcleos capazes de dizer a respeito de atribuições próprias, ou seja, com aptidão para inovar na ordem jurídica sobre aquela matéria, tem-se a autonomia política. Se, ao contrário, o novo centro pode apenas executar o estabelecido por outro núcleo, original, encontra-se a autonomia administrativa. Naquela o grau autônomo é máximo; nesta, é mínimo.” (TEMER, 2005, p.60)

Cabe ainda, no que diz respeito à centralização e descentralização, diferenciar outorga de delegação. Lopes (2006, p.341), ao discorrer sobre o tema afirma que essa distinção é fundamental “porque aquele é transferido por lei e só por lei pode ser retirado ou modificado, e este (delegação) tem apenas sua execução traspassada a terceiro...”. (LOPES, 2006, p. 341)

Por que a necessidade de explicitar esses conceitos? Porque por eles passam as questões da unidade de ensino, da regulamentação e da divisão de atribuições.

Quando se tem descentralização política e administrativa, os Estados podem atuar nos seus sistemas de ensino de forma mais independente e isso vai influenciar nas diferenças regionais. Mas pode gerar grandes desigualdades educacionais no nível de educação do país como um todo.

Durante a primeira República, o sistema federativo influenciou enormemente na formação estrutural do país, concentrando uma grande autonomia reforçada pelas oligarquias que por sua vez eram amparadas por um sistema de coronelismo reinante principalmente no Nordeste. A “política dos governadores” como ficou conhecida, destacou os Estados de Minas Gerais e São Paulo na conhecida “política café com leite”, um sistema de rodízio de poder que centralizava as decisões mais importantes nas lideranças desses Estados à medida que ocupavam o posto de presidência da República alternadamente.

A Federação - repartição do território em estados autônomos - surgiu no Brasil através do Decreto 1, de 15 de novembro de 1889, que também proclamou a República. A Constituição de 1891 legisla sobre o assunto definindo-lhe a caracterização.

A força dos Estados ou da União<sup>21</sup> vai depender dessa formação jurídico-constitucional e a partir dela, se organiza e reorganiza a prestação de serviços pela União.

E como estes ordenamentos afetaram o campo educacional? Com avanços e retrocessos. Aqui questiona-se: o que seria importante para a educação? A centralização política e/ou administrativa ou a descentralização? Os Estados deveriam ser autônomos para decidir sobre a própria política educacional? Nesta análise entram em cena as particularidades históricas do Brasil com seus desvios e vícios políticos que deformavam essa visão formal do Estado e de suas atribuições.

As questões educacionais que surgiram na sociedade vão se efetivar em torno desse respaldo jurídico. Elas surgem de um período anterior a 1824, data de nossa primeira Constituição. O *modus vivendi* imediatamente anterior será sempre o termômetro para as mudanças pretendidas.

---

<sup>21</sup> A União é uma pessoa jurídica de Direito Público que representa o Estado Federal. Este é formado pelos estados-membros.

As origens dos nossos sistemas de ensino podem ser atribuídas, certamente, aos jesuítas.

Foi por aí, por essas escolas de ler e escrever, fixas ou ambulantes, em peregrinação pelas aldeias e sertões, que teve de começar a fundamentar a sua grande política educativa; é com elas que se inauguram no Brasil, ao mesmo tempo que na Europa, essa educação literária popular, de fundo religioso, organizada em consequência e sob os influxos das lutas da Reforma e da Contra-Reforma para a propagação da fé. (AZEVEDO, 1963:16)

Com a expulsão dos jesuítas pela política de Marquês de Pombal e com a criação de um vácuo na oferta de ensino no país, o Estado português teve que intervir na “gestão das escolas elementares” (AZEVEDO, 1963, p.50) e juntamente com a Igreja Católica representada pelas ordens franciscanas e carmelitas tentou organizar um plano de oficialização do ensino.

A consequência dessa política foi a adoção das aulas régias, que funcionavam de forma isolada e a ruptura com o desenvolvimento de ensino para os cursos superiores. Esse quadro vai perdurar até a chegada da Família Real ao Brasil, época em que o ensino, principalmente o superior, tomará grande impulso.

A educação no Brasil pensada como política pública só vai ocorrer, pelo menos teoricamente, com a Constituição 1824. Nela, ficava instituída a obrigatoriedade do ensino primário em todas as províncias..

.Como já foi citado anteriormente, a busca por legitimidade e legalidade de determinados interesses se acentuam nos períodos anteriores às formulações das leis.

Assim, de acordo com as mudanças políticas ocorridas no Estado, grupos de interesses se organizam e lutam para conseguir valer suas pretensões, sejam elas democráticas ou autoritárias. Veremos isso acontecer quando da queda do Império e instalação da República, na tomada de poder em 1930 e no Golpe de Estado em 1937, veremos quando do retorno de idéias democráticas em 1945 com a queda de Vargas e 1946 com a nova Constituição.

Assim, se pensava em uma educação voltada para um Estado liberal, ora se pensava uma educação voltada para a industrialização, e essas definições políticas variavam segundo o tipo de Estado governante fruto da estrutura do pensamento político que chegava ao poder ora liberal ora autoritário conservador e intervencionista.

No começo do século XX, veremos insurgir mediante um pensamento de unir o desenvolvimento educacional ao pensamento de desenvolvimento econômico nos reformadores da Escola nova da década de 20. Eles irão capitanear várias reformas isoladas

em diversos estados brasileiros; veremos que desse grupo sai Francisco Campos para dirigir as reformas educacionais no período da Revolução de 30 e irá assegurar algumas mudanças na Constituição de 1934; depois em 1937 se seguirá uma forte centralização durante a ditadura de Getúlio Vargas, com o Estado dirigindo os rumos da Educação e usando este campo como aparato de seu aparelho ideológico o que redundará nas Leis Orgânicas de 1942 sob a liderança de Gustavo Capanema. As forças que lutavam pela democratização do ensino voltam a atuar para implantar mudanças na Constituição de 1946, e propõem suas idéias no projeto da 1ª LDBEN brasileira no que Anísio Teixeira chama de “meia-vitória”, por também assegurar privilégios para as escolas particulares.

Vejamos rapidamente como se deram esses embates nos períodos anteriores à formulação das Constituições brasileiras. Muitas vezes os textos aprovados na Constituinte sofreriam modificações quando promulgada a Constituição.

#### **2.4.1.1. A Educação nas constituições brasileiras**

É na Constituinte de 1824 que pela primeira vez vem à tona os debates em torno da educação como “base do sistema de sufrágio universal” onde bacharéis, sacerdotes e letrados vão tomar alguma posição.

A fundação do Império no Brasil e a proclamação da independência em 1822 foram frutos da vitória das forças liberais e democráticas sobre as conservadoras. Esse grupo vitorioso era formado por intelectuais de classe média e recebeu influência do pensamento revolucionário francês.

A idéia era distribuir escolas por todo o território nacional conforme explicita o título XIII da Constituinte: – *Da instrução publica, estabelecimentos de caridade, casas de correcção e trabalho:*

*Art. 250. Haverá no Império escholas primarias em cada termo, gymnasios em cada comarca, e universidades nos mais apropriados locaes;*

No texto final depois de consagrada a Constituição, esse artigo tomou o seguinte conteúdo:

*Art. 179, Parágrafo XXXII. A instrução primaria é gratuita a todos os cidadãos. XXXIII. A Constituição garante collegios e universidades, onde serão ensinados os elementos das sciencias, bellas letras e artes. (Homem de Mello, 1863, p.102-103)*

A Assembléia Nacional Constituinte de 1823 foi dissolvida pelo Imperador D. Pedro I. A Constituição de 1824 prevaleceu criando a figura de um quarto poder – o Poder Moderador – que dava privilégios a D. Pedro I de revogar ou vetar qualquer lei que fosse de encontro aos seus interesses, valores ou paixões. Essa constituição ficou caracterizada, portanto, depois da dissolução da Assembléia Constituinte, como fortemente centralizadora tanto política como administrativamente.

Essa centralização política e administrativa era fortemente marcada nas províncias. Os municípios, por carecerem de definição política, atuavam basicamente como órgãos judiciários e administrativos.

Azevedo enumera as leis do Império que respaldaram a educação popular, aqui entendida como educação regulamentada pelo poder público:

... a lei de 20 de outubro de 1823, que aboliu os privilégios do Estado para dar instrução, inscrevendo o princípio de liberdade do ensino sem restrições; o artigo 179, nº XXXII, da Constituição outorgada pela Coroa, em 11 de dezembro de 1823 que garante a instrução primária gratuita a todos os cidadãos; e afinal, a lei de 15 de outubro de 1827, - a única que em mais de um século se promulgou sobre o assunto para todo o país e que determina a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugarejos (art.1º) e, no art. XI, escola de meninas nas cidades e vilas mais populosas”. (Azevedo, 1963, p.564)

Na lei de 20 de outubro de 1823 predomina o incentivo à escola particular com o princípio de liberdade do ensino. Em dezembro do mesmo ano o Estado assume a responsabilidade para a educação primária, portanto o predomínio do público sobre o privado e a última, de 15 de outubro de 1827, a descentralização completa do ensino primário sob a responsabilidade dos municípios.

Nas palavras de AZEVEDO (1963, p.564) todas elas teriam fracassado apesar de terem sido inseridas no texto constitucional através dos Decretos à exceção da Lei de 20 de outubro de 1823 que instituía o princípio da liberdade de ensino e retirava do Estado a responsabilidade com a educação. Mas já se nota a partir dessa sequência de leis, as questões educacionais que irão percorrer a história educacional de nosso país.

A educação popular seria prejudicada com essa interrupção de um processo democrático e somente dez anos mais tarde ela voltaria em cena com o Ato Adicional de 1834 que descentraliza o ensino ao criar e delegar plenos poderes às Assembléias Legislativas.

O grave problema que essa descentralização carregaria para o ensino era que, ao mesmo tempo em que se delegava maior autonomia para as Províncias, não acompanhava os recursos

econômicos suficientes para custear quaisquer medidas que estas viessem a tomar para melhorar a educação. Dessa forma, o governo da União se exonerava da responsabilidade de levar a educação geral e comum a todo o território nacional, além de torná-la desorganizada e fragmentária já que a capacidade financeira dos estados era desigual, bem como as vontades políticas quanto à adoção de políticas educacionais.

Esses desequilíbrios regionais iriam influenciar o avanço da educação no país como um todo e irão prejudicar de forma mais acentuada os estados mais pobres da federação, principalmente os Estados do Nordeste, sempre envolvidos com problemas climáticos sazonais.

São também estes atrasos que irão influenciar a luta dos reformadores da educação pela unidade e centralização de uma política educacional no começo do século XX em nome da democratização de um ensino para todos.

Azevedo vê no Ato Adicional de 34 o malogro no ensino como afirma textualmente:

A profissionalização do ensino superior, inaugurada por D. João VI, e a fragmentação do ensino consagrado pelo Ato Adicional, deviam marcar tão profundamente, através de mais de um século, a fisionomia característica de nossa educação institucional que se teriam de malograr todas as tentativas para alterar o curso de sua evolução. (AZEVEDO, 1933, p.75)

Com a proclamação da República por forças liberais e federalistas estava claro que seriam estas mesmas forças que iriam comandar o processo na convocação de uma nova Assembléia Constituinte. Na verdade, inspirada já na inicial descentralização do Ato Adicional de 1834, prevaleceu a educação primária na responsabilidade dos Estados – antigas províncias – ficando a União responsável pelo secundário e superior, porém não privativamente.

Esse sistema gerou o que ficou conhecido como “dualidade de sistemas”. De um lado, o federal que cuidava do ensino secundário e superior, e de outro o estadual que ficou com os demais ensinos – primário e profissional. Resta lembrar que a responsabilidade da União se limitava à regulamentação, fiscalização e certificação. Não existia uma política de construção de escolas secundárias, ramo do ensino que desde cedo ficou destinado às entidades privadas. Sobre isso diz Azevedo:

... de um lado, a falta de diretrizes uniformes de uma política escolar e, de outro, a multiplicidade de sistemas a que deu origem a autonomia política e administrativa dos Estados, acabaram por quebrar, não a unidade



fundamental do espírito, estreitamente ligado à tradição, mas a unidade de estrutura da educação nacional. (AZEVEDO,1963, p.639)

Influenciados por John Dewey, a década de 1920 conheceu as idéias da chamada Escola Nova. Sua proposta baseava-se na escola pública, laica e gratuita. A educação deveria ser proporcionada para todos o que criaria uma igualdade básica em sua origem e aos poucos aflorariam as diferenças de cada um seguindo rumos diversos a partir dessa primeira etapa.

Em fase experimental, foram feitas reformas isoladas baseadas nesse modelo em alguns Estados da federação como a de São Paulo (1920), Ceará (1922/23), realizada por Lourenço Filho; a do Distrito Federal (1937-30); Minas Gerais (1927-30) Bahia (1928) e Rio de Janeiro (1932-35). Estas reformas isoladas demonstram o grau de falta de unidade de ensino no Brasil, bem como a ausência de uma política que desse continuidade as reformas empreendidas nos próprios Estados ou que as disseminasse para os demais.

Em 1930, entra em cena o governo provisório de Getúlio Vargas e a política educacional de Francisco Campos. Este acreditava que o modelo liberal-democrático estava em franca decadência e que um Estado totalitário deveria substituí-lo. É claro que este era um pensamento centralizador. Eis o Estado ideal pensado por Francisco Campos:

O novo Estado se caracterizaria por um clima de ordem garantido pela existência de um chefe que se sente em comunhão de espírito com o povo de que se fez guia e condutor. Somente o chefe pode tomar decisões porque ele encarna, na excepcionalidade de sua natureza, a vontade e os anseios das massas. (Schwartzman, 2000, p.83)

Foi durante o Governo Provisório (1930/1937) que sob a responsabilidade de Francisco Campos criou-se o Ministério de Educação e Saúde. Este, segundo Azevedo (1963, p.661), tornou-se “um dos ministérios mais importantes do governo revolucionário. Durante sua gestão, foram organizadas as bases do ensino superior e secundário. Através do Decreto nº 19.850 de 11 de abril de 1931 cria-se o Conselho Nacional de Educação que estrutura o ensino a nível nacional.

Em 1932 – já se preparando para a Assembléia Constituinte de 1934 -, é lançado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova o qual contava com a assinatura dos principais seguidores da Escola Nova no Brasil e dos principais intelectuais do país. De novo eles reafirmavam os princípios de laicidade, nacionalização do ensino, e educação popular. Manifestava a preocupação com uma política nacional de educação, porém respeitando as

diferenças regionais e o princípio de liberdade de ensino contanto que esta última estivesse sob a fiscalização do Estado.

No outro lado, também se preparando para a Constituinte de 34 e fazendo oposição a este grupo, surge a Igreja Católica que cria a LEC – Liga Eleitoral Católica. Ela serviu como elemento de pressão para fazer valer os interesses católicos na elaboração da Carta Magna.

Surgiu ainda a Aliança Nacional Libertadora<sup>22</sup>, entidade que congregou boa parcela do operariado e que tentava recuperar os projetos da esquerda operária na Primeira República.

Foi realizada ainda nesse período a V Conferência Nacional de Educação onde este grupo discutiu e preparou um documento que continha as bases de uma política escolar e um plano de educação nacional para o anteprojeto da Constituição. A Igreja, insatisfeita com os termos deste documento, preparou também um memorial contendo suas próprias reivindicações tendo como principal bandeira a volta do ensino religioso obrigatório nas escolas públicas.

Os mentores do Manifesto dos Pioneiros queriam que a idéia de uma política nacional de educação fosse posta em prática a partir das idéias de modernidade propostas pelo grupo. Mas Francisco Campos, representando agora o Governo e à frente do Ministério da Educação e Saúde Pública, servindo de mediador entre os grupos e o Estado, implantou uma política educacional própria e distante dos ideais democráticos exigidos pelos primeiros

A questão da centralização ou descentralização permeou todos os debates em torno da Constituição de 1934. Enquanto uns queriam aumentar a força dos Estados, outros temiam o ultrafederalismo e eram a favor do fortalecimento da União.

O ultrafederalismo era o medo da volta de um modelo próximo ao que já vivera o país na chamada Política dos Governadores, razão de ser da eclosão da Revolução de 1930.

Entre as principais diretrizes promulgadas na Constituição sobre a educação tem-se no artigo 150 no que compete a União:

*- coordenar e fiscalizar a execução de um plano nacional de educação, proposto para todos os graus de ensino;*

*- exercer ação supletiva onde caiba “por meio de estudos, inquéritos e subvenções;*

*No artigo 151, o que concerne à competência do Estado:*

*Art.151 - Compete aos Estados e ao Distrito Federal organizar e manter sistemas educativos nos territórios respectivos, respeitadas as diretrizes estabelecidas pela União.<sup>23</sup>*

<sup>22</sup> Organização liderada pelo Partido Comunista do Brasil com o objetivo de lutar contra a influência fascista em nosso país.

<sup>23</sup> Constituição de 1934.

Essa Constituição, em virtude do golpe de 1937, não conseguiu pôr em prática o que nela ficou estabelecido. Entra para a história como a Constituição que preconizou importantes discussões sobre os problemas públicos. Seus princípios democráticos ressurgiram com força em 1946.

Em 1937 entra em cena o autoritarismo que abafou as vozes discordantes e veremos em cena novamente a centralização do poder. O país é administrado sob a forma de decretos-lei. O Poder Executivo se impõe sobre os demais poderes e o Congresso Nacional é extinto, extinguindo-se também os partidos políticos.

Para a educação, houve uma modificação importante entre a Carta Magna de 1934 e a 1937. Enquanto a primeira afirmava ser a educação um direito de todos e devia ser ministrada pela família e pelos poderes públicos, a de 1937 atribui primeiro aos pais o direito natural de proporcionar educação aos filhos. O Estado entra então de forma subsidiária e supletiva se desincumbindo desta forma da obrigação de fornecer educação pública.

Surge em cena a figura de Gustavo Capanema que preconizava pela fixação por diretrizes e bases nacional. É desse período as Conferências Nacionais de Educação (1937), a criação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (1938) e a Convocação do I Congresso Nacional de Educação (1941).

Em 1942 foi editada uma série de decretos-leis na área da educação, denominados Leis Orgânicas do Ensino e que ficou popularmente conhecida como Reforma Capanema. Em suma eram seis decretos-leis que ordenavam o ensino primário, secundário, industrial, comercial, normal e agrícola. Eles deveriam corresponder à divisão econômico-social do trabalho. As Leis Orgânicas tiveram vigência até 1961 quando passou a vigorar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 4.024/61

Nesse período foram criados entre outros, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) relacionados ao ensino profissionalizante e de natureza jurídica privada amparados pela indústria e o comércio..

Chegamos a 1946 com o mundo recém-saído da II Guerra Mundial. Os tempos reclamavam por democracia. Em 1945 Vargas é deposto por não se coadunar com as novas posturas políticas externas e internas. O país passa por um processo de redemocratização e velhos debates amortecidos pelos anos de autoritarismo voltam à tona quando começa o processo de feitura de uma nova Constituição.

O texto constitucional de 1946 consagra que a União deveria legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional e que os Estados e territórios teriam sistemas de

educação com sua própria legislação. Estipula a educação como direito de todos e prevê recursos para os Estados e Municípios.

A Lei Complementar de 1961 ou Lei 4.024 é a culminância de um processo que se inicia em 1948, sob a direção de Clemente Mariani que recebeu a missão de redigir um projeto de diretrizes e bases do ensino. Depois de passar por sucessivas reformas e substitutivos ela é promulgada em 1961, caracterizada por um regime descentralizado, incumbindo os Municípios na participação em relação aos recursos financeiros, humanos e materiais. Foram criados os Conselhos Municipais de Educação que não conseguiram viabilizar nenhuma política educacional substancial.

Sobre essa Lei opina Teixeira:

A modificação mais profunda trazida pela nova lei foi a transferir para os Estados a competência para organizar os seus sistemas de educação, do nível primário ao superior, assim unificando, na órbita dos Estados, os dois sistemas anteriores, reservando o poder federal para si apenas a atribuição de interpretar a lei nacional de educação, fixar certas condições mínimas para o ensino médio e superior e manter um sistema supletivo de educação nos estritos limites das deficiências locais. (TEIXEIRA, 1976, p. 248)

Vimos então, que a questão da centralização escolar versus descentralização, está relacionada ao sistema político instituído no país e que isto reverbera sobre as demais instâncias.

O problema que se impõe quando se fala em descentralização, é a força patrimonialista e oligárquica que persiste nos Estados, principalmente no Nordeste e que se utilizam das prerrogativas delegadas aos Estados para fins escusos e interesses próprios. É o que acontece, por exemplo, com as subvenções e distribuições de bolsas de estudos, em que os Deputados federais e estaduais controlavam a distribuição, permitindo firmar os seus *currais* eleitorais em troca dessas benfeitorias.

Para os defensores da centralização administrativa fica a questão da equiparação escolar. A centralização administrativa importava padronização na oferta do ensino que neste caso, deveria ser equiparado ao Colégio Pedro II.

Centralização significava unidade e esta significava uniformidade. Uniformidade significava um sem número de leis, regulamentos, decretos, resoluções. E para fazer cumprir toda essa parafernália de leis, haveria que ter fiscalização. De meio para atingir um fim, a fiscalização se tornou o próprio fim da educação. O excessivo rigor virou um objetivo em si

mesmo. Agentes da educação confundiam competência no cumprimento das normas com competência do ensino como um todo.

Embora o recorte temporal desse trabalho esteja em um período democrático no país, as estruturas educacionais de parte dele ainda estão vinculadas ao Estado autoritário de 1942 com as Leis Orgânicas do Ensino Secundário.

“Tudo era prefixado no plano federal. Currículo, programas, instruções metodológicas, previstos na lei ou ditados pelo Ministério de Educação. Todo o processo escolar era regulado em detalhe: seriação das matérias, horários, serviços técnicos e administrativos, exames e provas, instalações, equipamento, etc. Havia modelos nacionais de aprovação em série, de conclusão de curso, de atas de exames, de fichas individuais, etc. (AMADO, 1973, p.5)

O excessivo rigor da fiscalização afetou diretamente a CNEC por causa das instalações precárias dos ginásios e dos materiais utilizados bem como no que diz respeito aos direitos trabalhistas docentes.

O MEC inclusive tentou proibir o funcionamento dos ginásios que utilizavam em turnos noturnos as salas ociosas dos grupos escolares em 1954 e exigiu para autorizar o funcionamento de uma nova escola que o Diretor tivesse “além das provas de capacidade cultural e moral, do registro correspondente na Diretoria do Ensino Secundário do MEC e o exercício, no mínimo, de dois anos de magistério.” (HOLANDA, 1981, p.58)

#### **2.4.2. Escola pública e escola privada**

São muitas as análises que revelam a ausência de participação política efetiva do povo brasileiro na mudança do regime monárquico para a República. José Murilo de Carvalho bem personificou essa imagem com o título de seu livro sobre o assunto – Os bestializados.

Quando se fala em educação, nós vamos encontrar tentativas isoladas de mudanças que não partem de exigências advindas da massa populacional, mas, de grupos minoritários que se fazem – sem mandato – representantes destes anseios preconizados pelos países mais avançados no desenvolvimento do bem-estar social.

O ensino no Brasil começa de forma semi-oficial. Dizemos semi-oficial porque, pelo regime do Padroado, o Estado mantinha ingerência sobre assuntos eclesiásticos enquanto que

a Igreja recebia dízimos da Coroa e ficava sob a tutela daquele para a indicação de frades, capelães e outras funções hierárquicas da Igreja. A Igreja encontrava na educação uma forma de aumentar seu espaço para evangelização.

A preocupação de ser a educação gratuita ofertada pelo Estado começa com a Constituição de 1824 na oferta do ensino gratuito a nível primário. Até então, não existia por parte da sociedade, nenhuma pressão mais forte por educação e muito menos pela gratuidade dela. No dizer de Teixeira, “não havia nisso grande erro, pois a sociedade achava-se dividida entre os que trabalhavam e não precisavam educar-se e os que, se trabalhavam, era nos leves e finos trabalhos sociais e públicos, para o que apenas se requeria aquela educação. (TEIXEIRA,1976, p.25)

A década de 1920 chegou com intensos debates, conferências, publicações de revistas trazendo ao público estudos mais aprofundados sobre os problemas da educação no país, bem como tentando encontrar respostas para estas questões. De um lado os pioneiros da educação, os reformadores querendo escola pública, gratuita e universal ofertada pelo poder público. Do outro a Igreja Católica preconizando pela liberdade de ensino. O encontro desses grupos não seria pacífico.

Schwartzman nos dá mais detalhes das características desse movimento e que levou a entrar em choque com a Igreja. Vejamos:

A escola pública, universal e gratuita ficaria com sua grande bandeira. A educação deveria ser proporcionada para todos, e todos deveriam receber o mesmo tipo de educação. Ela criaria, assim, uma igualdade básica de oportunidades a partir da qual floresceriam as diferenças baseadas nas qualidades pessoais de cada um. Caberia ao setor público, e não a grupos particulares, realizar esta tarefa. (Schwartzman, 2000, p.70)

Os mentores da Escola Nova no Brasil, principalmente Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo seriam chamados de comunistas pela Igreja e tiveram que recuar em suas idéias com o golpe de Estado de 1937. Alguns se tornaram parte da estrutura governamental como Lourenço Filho que seria o assessor de Capanema nas reformas de 1942 e Francisco Campo se afastaria do campo educacional para voltar depois como Ministro da Justiça do Governo de Getúlio Vargas e seria o mentor intelectual do golpe de estado de 1937.

Os argumentos usados pela Igreja Católica para ir contra a Escola Nova giravam em torno da escola como princípio de liberdade de escolha contrária à imposição estatal. Ela entra na década de 1930 procurando recuperar o espaço perdido, e encontrando na figura de

Francisco Campos alguém para intermediar entre estes e o Estado a liberdade de ensino e a volta do ensino religioso para a sala de aula. O decreto de abril de 1931, que permitiu o ensino religioso nas escolas públicas é o sinal desse apoio. Porém, a presença dos líderes da Escola Nova em postos-chaves do governo do Rio de Janeiro e São Paulo tentam revogar o Decreto. A Igreja lança através da Revista A Ordem um violento protesto. As principais críticas eram:

A oficialização do ensino seria apontada como “um dos flagelos da família brasileira: a ênfase no ensino técnico seria denunciada como um dos fatores da laicização do ensino; a eliminação da cadeira de educação moral e cívica seria criticada como um excesso de racionalismo;(SCHWARTZMAN, 2000, p.75)

Uma das preocupações dos principais mentores da Escola Nova era a necessidade que a educação tinha de acertar o passo com o desenvolvimento internacional e com o desenvolvimento interno. Para isto, era preciso que, depois do ensino primário, como base comum, o ensino secundário fosse uma etapa de escolhas de aptidões em que alguns se dirigiriam para o ensino profissionalizante e outros para o estudo científico, onde se preparariam para se tornar a elite pensante do país. LIMA analisa tal postura e questiona:

Na mente dos pioneiros, a escola secundária perderia seu caráter de serviço à burguesia, porque a ela todos iriam ter acesso. Mas não percebiam que estavam simplesmente transferindo para este nível escolar a bifurcação entre a formação da burguesia e a do operariado, conquanto especializado. (LIMA, 1978:70)

Na verdade, eles queriam que as desigualdades se firmassem pelo mérito dadas as condições iguais desde o ponto de partida. Inspirados no modelo norte-americano de “educação comum”o seu objetivo era segundo Teixeira:

Não se cogitava de dar ao pobre a educação conveniente ao rico, mas, antes, de dar ao rico a educação conveniente ao pobre, pois a nova sociedade democrática não deveria distinguir, entre os indivíduos, os que precisavam dos que não precisavam de trabalhar, mas a todos queria educar para o trabalho, distribuindo-os pelas ocupações, conforme o mérito de cada um e não segundo a sua posição social ou riqueza (TEIXEIRA, 2007, p.60).

A proposta de uma escola laica, universal e gratuita foi de encontro aos interesses da Igreja Católica no Brasil, que via na laicidade a perda de seu espaço de evangelização que tinha nas escolas graças à obrigatoriedade do ensino religioso. A partir da proclamação da

República havia ocorrido a separação entre a Igreja Católica e o Estado. Além disso, não interessava à Igreja, o monopólio do ensino por parte do Estado.

Em resumo, Schwartzman, explica a diferença ideológica entre o pensamento da Igreja Católica e o movimento da Escola Nova: “Enquanto esta (Escola Nova) via na educação um instrumento de neutralização das desigualdades sociais, a Igreja a percebia como tendo por finalidade a adaptação dos desiguais a uma ordem social naturalmente hierárquica”. (Schwartzman. 2000, pgs. 194/195). Noutras palavras, enquanto o primeiro grupo queria igualdade na origem, o segundo queria a escalada dos mais pobres ao patamar dos bem sucedidos através da educação.

As escolas particulares vão surgir com muita ênfase no Brasil para preencher as lacunas deixadas pelo Estado no campo educacional principalmente no ensino ginásial e secundário. Elas terão grande impulso ainda no período monárquico e não pararão de crescer na República.

Podemos dizer que a dualidade administrativa do ensino – federal e estadual – será um dos grandes responsáveis pela expansão da escola particular no Brasil. A edição do Ato Adicional de 1834 que transferia às Assembléias Legislativas a competência para legislar e administrar a educação pública, serviu para incentivar o ensino particular já que as Províncias não dispunham em sua grande maioria, de recursos para investir na educação. Esse crescimento deu-se de forma mais acentuada nas capitais.

Em 1837 é criado o Colégio Pedro II, que se tornou o maior centro de referência nacional para o ensino secundário no Brasil. Segundo Azevedo foi

“A única instituição de cultura geral, criada, desde a Independência até a República, foi o Colégio Pedro II, fundado em 1837 – excelente estabelecimento de ensino secundário em que os estudantes terminado o curso de 7 anos, recebiam o grau e as cartas de bacharel em letras, depois de prestarem o juramento perante o Ministro do Império que lhes punha sobre a cabeça o barrete branco da Faculdade de Letras. (AZEVEDO, 1968, p.78)

A fundação do Colégio Pedro II vai aumentar ainda mais a força dos colégios particulares, que se tornam preparatórios para os exames de seleção, de cuja aprovação dependia a entrada deste, num colégio gratuito, cujo ensino era destinado à preparação das elites brasileiras.

Por esse motivo também, o alvo da maior parte das escolas particulares vai se encaminhar para os Ginásios e Colégios, espaço em que o Estado exerce sua função supletivamente. Teixeira adverte sobre essa questão ao afirmar: “Num país em que a iniciativa



privada foi sempre reticente ou apática, para tudo que custa esforços e não remunera amplamente, fez-se o ensino secundário um dos campos prediletos dessa iniciativa.” (TEIXEIRA,1976, p.27)

Não é de se estranhar que o ensino particular procurasse respaldo de legalidade nas Constituições e que lutassem para que o Estado não monopolizasse o ensino, como queriam os propagadores da Escola Nova. São dos donos dos estabelecimentos particulares – empresários do setor e ordens religiosas – que irão pressionar os constituintes para que o texto constitucional lhes contemple toda vez que se percebem ameaçados pelos princípios da escola laica, gratuita e universal preconizada pelos escolanovistas.

O problema que se insurge ainda no começo do século XX e que se agrava cada vez mais com o passar do tempo é que, ao proporcionar o ensino primário gratuito, uma maior percentagem da população seja derivada do crescimento vegetativo, seja da imigração para as cidades que se modernizam, já não mais se satisfazem apenas com essa base escolar e querem dar continuidade aos estudos. Ao tentar fazê-lo, esbarram nas dificuldades da escola particular custosa, nos exames de admissão e nas poucas vagas existentes nos ginásios e escolas públicas.

O Estado Federal, sentindo essa pressão de forma mais acentuada nos Estados mais ricos e populosos, opta por subvencionar a escola particular ao invés de construir mais escolas públicas. E os empresários do setor, bem como, as ordens religiosas vêm na subvenção e nos subsídios, uma forma de aumentar seus ganhos.

Porém, essas escolas vão ter que aceitar os estudantes subvencionados pelo poder público e a quantidade sempre crescente deste vai afetar a qualidade de ensino. Essa questão é freqüentemente apontada por Anísio Teixeira como uma denúncia de que o ensino se tornou improvisado e de péssima qualidade.

Aqueles que defendiam uma escola pública laica, universal e gratuita em todos os graus de ensino não aceitam tal estrutura. Teixeira, ao ser convocado para a Comissão de Estudos sobre Educação, quando das discussões em torno do Projeto da 1ª LDB, critica tal postura. Afirmo ele:

A educação particular é particular, destinada a alunos da preferência dos que a mantenham e dirijam, e naturalmente cara. Entretanto, entre os muito equívocos em que nos debatemos no campo da educação, está esta de querer que a educação privada cumpra deveres que pertencem apenas à educação pública. (TEIXEIRA,1976, p.194)

A posição que o Estado vai se colocar vai depender do momento político vivido pelo país. Um Estado por vezes autoritário noutros tentando ser democrático, parecia querer tirar de cada grupo o que melhor lhe conviesse sem descartar nenhum deles. Em suma, um Estado mediador. A consequência dessa política seria o descompasso entre a real situação escolar do país e o ensino que era oferecido à sociedade.

Aqueles que cuidavam dos assuntos educacionais perceberam a rápida expansão do ensino secundário no país mas, não tomaram as providências necessárias. Como diz Amado (1973, p.3): “Hesitantes ou indiferentes às causas essenciais que determinavam a rápida expansão, os projetos buscavam fórmulas que sacrificassem o menos possível o esquema tradicional”.

Quando centralizador e autoritário, maior ênfase nas fiscalizações e equiparações com as escolas públicas, dificultando o processo no plano particular. Se democrático, maior flexibilidade à iniciativa privada e incremento de políticas relacionadas à distribuição de bolsas e subvenções.

A preponderância do ensino secundário sobre os demais graus de ensino fica mais visível quando da promulgação das Leis Orgânicas do ensino secundário. Propostas por Gustavo Capanema em 1942, trata-se de uma série de decretos-lei sobre o ensino industrial, comercial, normal e agrícola, na tentativa de introduzir o ensino profissionalizante num país que tenta sair da situação de agro-exportador, que investe na indústria e que precisa de mão-de-obra urgentemente, mas não tem pessoal preparado para tal.

O ensino profissionalizante não encontrou respaldo nas escolas particulares, que vêm no ensino profissional, um investimento alto e sem garantia de retorno já que a procura por esse tipo de ensino é muito baixa e eles teriam que investir em máquinas e laboratórios o que encareceria o custo da oferta de ensino.

Também a população não via no ensino profissionalizante, a tão sonhada ascensão social, que era prometida pelo ensino secundário clássico e científico, que funcionava como curso de passagem obrigatório para o ensino superior. Além disso, já haviam organismos criados para tal como o SENAI e o SENAC.

A postura do governo, quanto ao impasse entre o público e o privado, fica evidente nos debates que antecedem a aprovação da 1ª Lei de Diretrizes e Bases e que acontece entre o Deputado Federal Paulo Sarasate<sup>24</sup> e Anísio Teixeira. O primeiro vai propor um meio-termo para resolver a questão. Vejamos sua fala:

---

<sup>24</sup> Eleito Deputado Federal para quatro legislaturas (1946-1951-1959-1963), ao tempo do debate era Presidente da Comissão de Orçamento da Câmara dos Deputados.

:

Vossa Senhoria aludiu à necessidade de ser o ensino público aquilo que deve ser, continuando o ensino particular, efetivamente, como ensino particular. Pergunto: Também aí não poderia haver um meio-termo? Por que chegamos a uma verdadeira plethora, pelo menos no curso ginásial, de estabelecimentos particulares, contra a insuficiência de estabelecimentos oficiais. Não poderíamos chegar, também aí, a um regime de transição? Esta não seria uma boa política? Não seria o caso de se admitir o ensino particular com a desejada gratuidade ou semigratuidade, através de subvenção aos educandários particulares que o merecessem? Se a questão é de recursos, atingiríamos esse objetivo por meio da subvenção. O poder público poderia subvencionar os estabelecimentos particulares, para que estes proporcionassem a desejada gratuidade aos estudantes que a essa vantagem fizessem jus, continuando a pagar aqueles alunos das classes mais abastadas. Qual é o seu ponto de vista? (TEIXEIRA, 1976:199)

A resposta de Anísio Teixeira para esse questionamento foi a seguinte:

Devido a omissão do poder estadual, o ensino secundário particular, no Brasil, está, realmente, procurando cumprir a obrigação, que àquele cabia. Uma vez que o Estado não pode, com a rapidez necessária, criar um número de ginásios públicos capazes de suprir as necessidades verdadeiramente gritantes de matrícula de alunos impedidos pelas condições econômicas, de fazer o curso secundário nas escolas particulares, sugeriria uma lei de bolsas de estudo, pela qual o governo viesse a manter cerca de 50.000 estudantes secundários nos colégios particulares do país. Infelizmente até agora é mais modesto o que se tem pretendido, consistindo os planos em se conseguir gratuidade para certo número de alunos dos colégios particulares, com base nos favores que, por sua vez, eles recebem. Deste programa discordo. (TEIXEIRA, 1976, pgs.99/200)

O que ficou aprovado no texto final foi a idéia proposta por Paulo Sarasate. O Estado subvencionaria o aluno pobre com bolsas de estudos. O ensino particular tomou um grande impulso com a aprovação desta Lei e o Estado se viu desincumbido da tarefa de construir prédios destinados aos ginásios e colégios, formar e contratar professores.

Também a CNEC foi beneficiada com a Lei 4.024/61. Ela, que já recebia uma subvenção federal, pode, dessa maneira, também receber dos estados, e até dos municípios e como no caso do Ceará, garantir essa subvenção através da dotação orçamentária.

### 2.4.3. O “entusiasmo pela educação” e o “otimismo pedagógico”

O termo “entusiasmo pela educação” parece ter se inspirado em Anísio Teixeira quando diz referindo-se ao quadro geral nos primeiros anos do século XX: “Estamos, talvez possamos dizer, no período correspondente ao da II metade do século XIX na Europa. A opinião pública tomou-se de certo entusiasmo pela educação (grifo meu) e está a exigir escolas para todos. (TEIXEIRA, 1976, p.38)

Nagle (1976) reserva um capítulo do seu livro “Educação e Sociedade na Primeira República” para analisar estas duas tendências ligadas à educação que surgiram no fim do século XIX e começo do século XX: o entusiasmo pela educação e o otimismo pedagógico. Os que se orientavam sob o entusiasmo pela educação se baseavam na crença de que “pela multiplicação das instituições escolares, da disseminação da educação escolar, será possível encaminhar grandes camadas da população na senda do progresso nacional, e colocar o Brasil no caminho das grandes nações (NAGLE, 1976, p.100); enquanto aqueles que tendiam para o otimismo pedagógico acreditavam que eram necessárias “determinadas formulações doutrinárias sobre a escolarização”, (idem, p.100.) verdadeiro caminho para a formação do homem brasileiro. Em resumo, enquanto a primeira se destacava pelo aspecto quantitativo, na segunda prevalecia o aspecto qualitativo da educação.

Essa demarcação histórica é mais especificada em Ghiraldelli que assim sistematiza:

O entusiasmo surgiu nos anos de transição do Império para a República, principalmente entre 1896 e 1910, e depois nos anos 10 e 20 alcançou seus melhores dias. O otimismo ao contrário, é típico de meados dos anos 20 e alcançou seu apogeu já na segunda República, nos anos 30 (GHIRALDELLI, 1994:15)

Podemos concluir que o entusiasmo pela educação seria uma aspiração da sociedade civil, enquanto que o otimismo pedagógico seria da sociedade política. Esses setores teriam se misturado no final dos anos 20, quando aconteceram as Conferências Nacionais de Educação, promovidas pela Associação Brasileira de Educação, se espalharam por todo o país, levantando questionamentos e buscando soluções para os problemas educacionais do país.

A ABE - Associação Brasileira da Educação - tornou-se o porta-voz da sociedade civil, mas levou as discussões para o âmbito dos desafios pedagógicos, portanto, para o viés do otimismo pedagógico. Ela tomou para si as discussões que antes se faziam no Congresso

Nacional e lançou em 1932 o Manifesto dos Pioneiros, documento que preconizava as principais mudanças que deveriam se efetuar na educação do país.

O fato das duas tendências parecerem opostas não impede que ambas convivam concomitantemente em diferentes setores da sociedade. Num país de dimensões continentais como o Brasil, com graves desigualdades sociais, o entusiasmo ora era mais necessário em determinados locais, ora, depois de estabelecido certa estrutura, cedia para o aprimoramento da segunda tendência. Assim, nos maiores centros urbanos, com uma assistência maior à educação, ou nas capitais, encontramos mais detidamente a cronologia histórica que nos ofereceu Ghiraldelli.

Porém, o entusiasmo pela educação é muito mais visível que a segunda tendência, uma vez que somente poucos detinham conhecimentos mais aprofundados em relação às tendências pedagógicas ou possuíam algum projeto de mudanças para a estrutura de ensino do país. Aqui no Ceará, preocupado com o otimismo pedagógico, nós vamos ter Lauro de Oliveira Lima, profundamente influenciado pela pedagogia piagetiana e que vai coordenar os cursos da CADES – Campanha de Aperfeiçoamento e Desenvolvimento do Ensino Secundário..

Assim, nós teremos na primeira República e nos momentos posteriores grupos de educadores de tendências diferentes competindo por seus espaços: um grupo representando a Pedagogia tradicional, que interpretavam as aspirações dos intelectuais ligados às oligarquias dominantes e à Igreja; outro, representante da Pedagogia Nova, vinculado à modernização do Estado e à sociedade civil e, um último grupo, o da Pedagogia Libertária, que era ligada aos movimentos sociais populares, principalmente os sindicatos e os anarco-sindicalistas.

Para o segundo grupo, dos educadores escolanovistas, a escola primária deveria ser a mais valorizada seguida da escola média, deixando o ensino superior em último lugar. Mesmo reconhecendo a importância do ensino superior para o desenvolvimento do país eles reconheciam que naquele momento era a escola primária a que deveria receber mais atenção do Estado. Não do ponto de vista de criação de escolas mas, na aplicação de novos conceitos quanto ao objetivo precípua da escola.

Em qualquer uma delas, porém, a certeza de que a escolarização era a solução para os problemas estruturais que o país atravessava. Ela seria o “motor da história”. Da força desse pensamento surgiram várias reformas educacionais. De posse daquela se poderia lutar contra o atraso social e econômico, além de ser uma forma de mudar os padrões culturais até então predominantes na sociedade.

Para Saviani, o pensamento da Escola Nova “irá deslocar as preocupações educacionais do âmbito político para o âmbito técnico-pedagógico”. (SAVIANI, 1985, p. 35).

Teixeira(2007) analisando a educação e a formação nacional do povo brasileiro em 1958 conclui que:

Esta é, exatamente, a fase que estamos a viver na educação nacional Expandimos o sistema, ampliamos o número de escolas, mas não cuidamos de sua seriedade nem de sua eficiência, pois o seu fim não é educar o povo mas selecionar um maior número de candidatos à única educação que conta no país ainda dividido, bifurcado em elite diplomada e massa ignorante. A ampliação do sistema é uma simples ampliação quantitativa, sem a reconstrução que se impõe, da escola e de seus objetivos. (Teixeira, 2007, p.117)

Em 1943, quando Felipe Tiago Gomes resolve fundar a Campanha dos Educandários Gratuitos, ele se pauta pelo “entusiasmo pela educação”, uma vez que sua meta é fundar ginásios e colocar o maior número possível de alunos carentes em condições de lutar por uma vaga no ensino secundário e depois por uma vaga no ensino superior. Nesse momento, não há uma preocupação com o currículo, que sequer é questionado; nem muito menos pelo conteúdo pedagógico. A transmissão de conhecimentos é a sua base e o seu objetivo.

Na entrevista feita ao professor Lúcio Melo ele deixa claro esse objetivo do Professor Felipe Tiago Gomes: “Como eu lhe disse, Felipe, nos primeiros tempos, ele precisava fazer número (grifo meu) e acreditava que depois esse pessoal<sup>25</sup> poderia ser catequizado. Jamais.”

#### **2.4.4. Ensino de ciências humanas e ensino técnico-científico e profissionalizante**

A República, idealizada por Sócrates e descrita por Platão, no Livro II, expõe a formação de uma sociedade imaginária perfeita. Sócrates discute com Glauco e Adimanto as funções que devem ser destinadas aos habitantes dessa cidade, a fim de que esta ganhe corpo. Nela é necessário que cada um desempenhe uma e somente uma função para fazê-la com perfeição. Assim temos o sapateiro, o carpinteiro, o agricultor, a guarda e no lugar mais elevado, o sábio.

---

<sup>25</sup> Entrevista concedida em 13/01/2010. O professor Lúcio Melo se reportava àqueles que se utilizaram da Campanha para fundar ginásios voltado para compor interesses eleitores.

Mas, para que serve o ensino? Qual a sua finalidade? Qual a melhor educação? Preparar para a formação do espírito ou para uma formação utilitária? As respostas a estas perguntas que tentam ser respondidas pela Filosofia da Educação, não conseguem superar as contradições entre a teoria e a prática no cotidiano escolar brasileiro.

De um ensino que costumava ser “ornamental e livresco”, nasce a necessidade de mudanças para acompanhar ao ritmo de crescimento que o país começa a experimentar no começo do século XX. A escola primária bastava ensinar a ler, escrever e a contar. Aos poucos essa situação vai mudando e a escola para poucos, destinada a uma elite, começa a ser exigida para todos e por todos.

Porém, aquilo que era ensinado em sala de aula, tinha por objetivo apenas dar ao aluno um conteúdo para que ao final ele fosse avaliado e aprovado. Não havia o pensamento de que esse ensino deveria conter nesse momento, o aprendizado de uma profissão. Bastava decorar, repetir, fazer os exames, ser aprovado e receber o certificado. “A cultura não visava a resolver nenhum problema de produção econômica, nem resolver nenhum problema material ou prático da vida corrente. (TEIXEIRA, 1976, p. 143)

O ensino humanístico vinha da formação inicial dada pelos jesuítas que procuravam formar o “homem culto” ao estilo do modelo europeu.

“Humanistas por excelência e os maiores de seu tempo, concentraram todo o seu esforço, do ponto de vista intelectual, em desenvolver nos seus discípulos as atividades literárias e acadêmicas que correspondiam de resto, aos ideais de “homem culto” de Portugal onde como em toda península ibérica, se encastelara o espírito da Idade Média e a educação, dominada pelo clero, não visava por esta época senão formar letrados e eruditos. (AZEVEDO, 1968, p.24)

E quais eram as características principais desse tipo de ensino? Deixemos sua descrição com Azevedo:

O apego ao dogma e à autoridade, a tradição escolástica e literária, o desinteresse quase total pela ciência e a repugnância pelas atividades técnicas e artísticas tinham forçosamente de caracterizar, na Colônia, toda educação modelada pela da Metrópole que se manteve fechada e irredutível ao espírito crítico e de análise, à pesquisa e à experimentação e, portanto, a essa mentalidade audaciosa que no século XVI desabrochou para no XVII se firmar um século de luz para o restante da Europa e um século de treva para Portugal. (AZEVEDO, 1968, p.24?)

A educação servia como sinal de distinção dentro da sociedade. Era a forma de se diferenciar dos escravos e da massa populacional. Azevedo (Idem) ainda acrescenta que essa distinção também separava o urbano do rural.

Já os defensores da Escola Nova acreditavam que ao invés da cultura humanística como base comum para o ensino, deveria ser a educação técnica a mais indicada. Teixeira (1976) classificava a educação em técnica, literária e científica.

Inspirados no modelo pluralista do ensino americano, que acreditava que a cultura poderia ser transmitida também pelo ensino técnico e científico, em contraposição ao dualista francês - clássico versus científico -, os inovadores queriam mudanças na pedagogia tradicional.

A predominância do ensino humanístico ou clássico sobre o científico vai durar até a década de 1930, bem como seu aspecto de educação elitista. A visão dos Pioneiros da Educação proposta na década de 1920 e depois explicitada no Manifesto, é na análise de Cury, “a adaptação da política educacional ao processo econômico gerado pelas novas forças produtivas, bem como a adaptação do capitalismo dependente periférico a reforma educacional dentro do processo de urbanização. (CURY, 1998, p.25)

O governo provisório de Getúlio Vargas vai criar as bases do desenvolvimento industrial do Brasil, base esta que vai se desenvolver ainda mais no período do Estado Novo. A necessidade aqui é de formar mão-de-obra para esta nova fase e, nesse caso, o ensino humanístico não tem como atender a essa demanda.

Porém, acontece um impasse na sociedade que nem os dirigentes, nem os reformadores conseguem resolver: a educação secundária como curso de passagem, preparadora para o nível superior, é o que mais atrai a juventude escolar. A tentativa do Estado de implantar os cursos profissionais dissociados do curso secundário só afastará os estudantes desse outro tipo de ensino, aumentando cada vez mais as fileiras do ensino secundário voltado para a preparação de cursos superiores.

Amado bem percebeu esse aspecto durante o tempo que esteve à frente direção da Diretoria do Ensino Secundário de 1956 a 1968 opina sobre o assunto:

E advertindo que não se descongestionaria o ensino secundário – como muitos acreditavam – dando impulso ao ensino profissional, acrescentávamos: “A expansão do ensino secundário far-se-á independentemente do desenvolvimento que possam vir a ter os cursos profissionais. É ainda muito viva a idéia de superioridade do ensino secundário de que só este ensino assegura o alcance futuro das profissões que gozam de maior prestígio social. Não adiantaria elevar salários das



profissões técnicas, valorizá-las oficialmente. Isto não alteraria o ritmo de crescimento do ensino secundário, mesmo porque a preferência acentuada que por ele se manifesta não é só questão de preconceito mas se relaciona com uma preocupação de adquirir maior cultura geral, uma formação básica sem prematuras especializações, um ensino que, atendendo embora a aptidões individuais, não tivesse o caráter de preparo tipicamente especializado. (AMADO, 1973, p.34)

Também foi este o pensamento do Professor Felipe Tiago Gomes, ao não se interessar, no primeiro momento, pelo ensino técnico-profissionalizante. Não eram esses os cursos mais procurados, nem era nas escolas profissionalizantes que se enxergava “o funil” das possibilidades. Era exatamente nos cursos de passagem para os níveis superiores – a saber – o curso ginásial e o curso secundário clássico. Até 1955 ela só havia aberto ginásios do tipo acadêmico. Quando optou para criar cursos técnicos se justificou:

As condições de vida do nosso povo e em especial da massa humana, que era trabalhada pela Campanha, aconselhavam-nos a tomar outro rumo: a criação de cursos técnicos, que visassem a formação de elementos que se integrassem facilmente ao seu meio, melhorando-o técnica e culturalmente e tornando-se candidatos a empregos certos no próprio ambiente local.(GOMES, 1980, p.136)

Alagoas seria o primeiro Estado a criar curso técnico. O Presidente da Diretoria da Seção da CNEC em Alagoas criou em 1956 quatro escolas do comércio. Dentre os cursos profissionalizantes o comércio e o normal seriam os mais procurados pela facilidade de montá-los.

## **2.5. A estrutura escolar no período de 1958 a 1963**

E como todo esse pensamento teórico, filosófico e ideológico se refletia na legislação educacional desse período? A forma como esse pensamento se materializou nas instituições educacionais com seus regimentos, normas e ordenamentos é que trataremos a seguir.

Para cada época, um pensamento educacional desfalcado dos movimentos de aceleração da sociedade seja tecnológica, social ou demográfica. Veremos que a tecnocracia vai imperar na maior parte da vigência das Leis Complementares, criadas para regulamentar as matérias integrantes nas leis gerais expressas das Constituições promulgadas ou

outorgadas, referentes à educação. E que esse descompasso com a realidade social vai colocar em xeque a educação, gerando crises e criando problemas estruturais que persistem até hoje.

Quando Felipe Tiago Gomes sentiu a necessidade de fundar a CNEC, ele se viu enredado nesse emaranhado educacional e o senso comum e sua própria experiência de aluno pobre lhe informava simplesmente que existia uma demanda escolar efetiva e não havia uma contrapartida do Estado para atendê-la.

O período estudado – 1958 – 1963 – vai comportar duas legislações de ensino muito importantes. As Leis Orgânicas do Ensino, promulgadas em 1942 e que vai ter vigência até 1960 e a Lei 4.024/61 ou Lei de Diretrizes e Bases da Educação, uma Lei Complementar segundo ordenamento jurídico de 1946.

### **2.5.1. As Leis Orgânicas do Ensino Secundário**

Em janeiro de 1936, Gustavo Capanema, então Ministro da Educação e Saúde, distribuiu entre os educadores, estudantes, jornalistas, sacerdotes, escritores e políticos um extenso questionário a procura de bases para a elaboração do Plano Nacional de Educação. Plano esse que deveria regular a educação a nível nacional.

A Igreja se mobiliza e através da Confederação Católica de Educação inicia uma série de conferências tendo em vista a confecção de um documento que expresse os seus interesses.

O questionário era composto por 213 perguntas que iam desde os princípios filosóficos até a administrativa, passando por metodologias, currículos e conteúdos.

O questionário, como diz Schwartzman, “reavivaria o debate em torno do monopólio oficial do ensino, da escola secundária única, do ensino religioso, do espírito da Constituição de 34, da finalidade da educação.” (Schwartzman, 2000, p.194).

As respostas, como eram de se esperar, refletiam muito mais os interesses dos grupos que o responderam. Em resumo, poderíamos dizer que as tendências se explicitaram assim:

Muitos dos representantes da Escola Nova, por exemplo, apoiavam enfaticamente as pretensões de centralização e controle governamental da educação em nome da democratização do ensino, da cultura e da igualdade social. Tal centralização lhes permitiria, caso mantivessem as posições que haviam ocupado no sistema ocupacional, levar a frente seus projetos. O Ministério parecia preocupado, principalmente, em montar sua máquina

burocrática, que lhe permitisse centralizar, coordenar e controlar a educação em todo o território nacional. A Igreja Católica, responsável pela quase totalidade das escolas privadas do país, via com receio a subordinação da educação ao Estado, propondo, em seu lugar, a total liberdade de ensino e a autonomia das escolas. (Schwartzman, 2000, p.194)

Em maio de 1937, o Conselho Nacional de Educação encaminha o texto final do Plano a Capanema, que por sua vez o encaminha ao Congresso, para aprovação. Ele continha 504 artigos em quase cem páginas de texto e, a pedido do próprio Capanema, deveria ser tratado em “globo” para evitar as dissensões internas do Plano<sup>26</sup>.

O objetivo da educação, pelo que ficou explicitado no Plano “era formar o homem completo, útil à vida social, pelo preparo e aperfeiçoamento de suas faculdades morais e intelectuais e atividades físicas, sendo tarefa precípua da família e dos poderes públicos”. (Schwartzman, 2000, p.198).

A liberdade de cátedra era garantida, mas o professor não podia expor idéias políticas em sala de aula. O ensino da religião foi assegurado nas escolas públicas, respeitando as diferenças de credo, mas com frequência facultativa.

A parte que tratava dos “Institutos educativos” assim estruturava o ensino regular:

Haveria um “ensino comum”, “anterior a qualquer especialização”, e que iria do pré-primário ao secundário: seu objetivo era ministrar “cultura de aplicação imediata à vida prática” ou preparar “para profissões técnicas de artífices, tendo sempre em vista a alta dignidade do trabalho e o respeito devido ao trabalhador”. (Schwartzman, 2000, p.200)

A responsabilidade para ministrar o ensino pré-primário era das famílias e das escolas privadas, ficando a participação dos poderes públicos reservada às crianças carentes ou cujas mães tivessem que trabalhar. O primário era atribuição dos Estados, podendo ter padrões diferentes de acordo com as condições de cada um. A União entraria nessa área com função supletiva exceto nas zonas de imigração estrangeira onde esta atuaria com maior ênfase<sup>27</sup>.

Para o ensino secundário ficava a divisão em dois ciclos – um fundamental, de cinco anos, e outro complementar, de dois anos. Os professores do curso secundário deveriam ser catedráticos, selecionados por Concursos Públicos de títulos e provas. Havia ainda nas seções

<sup>26</sup> Dados extraído do livro Tempos de Capanema, p.198.

<sup>27</sup> Há uma preocupação com os imigrantes europeus que começam a alfabetizar suas crianças na língua-mãe, o que não é aceito pelos nacionalistas de plantão. Schwartzman explora melhor esse assunto em Tempos de Capanema, 2000.

e subseções do Plano de especialização do ensino – doméstico, serviço social, profissional agrícola, ensino da pesca, o ensino industrial e o ensino comercial.

A última parte do plano eram as disposições gerais e transitórias sobre o ensino livre. A responsabilidade para com o ensino ficava assim:

A União fica com a responsabilidade de fiscalizá-los, e as instituições de ensino superior ficam obrigadas a comunicar sua criação ao governo, e sujeitas a fechamento por decisão do Conselho Nacional de Educação caso não atendam às suas exigências. O regime didático previa o exame de admissão em todos os níveis, frequência obrigatória, regime de provas e reprovações, obrigatoriedade do ensino de canto orfeônico e separação dos sexos entre os alunos. (Schwartzman, 2000, p.203)

O Plano depois de muitas discussões não conseguiu atingir o consenso entre os Deputados e o Congresso foi fechado antes de sua aprovação. Mas as idéias gerais serviram para que o Estado de 1937 regulamentasse as matérias sobre o ensino na reforma de ensino secundário de 1942.

A maior preocupação de Gustavo Capanema era com o ensino secundário. No início de 1940 foi dada prioridade à reforma deste reafirmando as convicções e os princípios defendidos por ele.

Com o país entrando num ritmo mais intenso de industrialização, o regime de substituição de importações, o aumento da urbanização e a mudança do eixo da produção agroexportadora para a cidade e as indústrias, a situação educacional deveria corresponder à divisão econômico-social do trabalho.

Para melhor entendimento dessa concepção vejamos a diferença que se fazia entre ensino médio e ensino secundário de então. O secundário possuía um conteúdo essencialmente humanístico, era muito fiscalizado e permitia o acesso às Universidades. Para chegar ao ensino secundário o aluno passava por exames de admissão. Caso não fosse aprovado, restava a possibilidade de ingressar no ensino industrial, agrícola ou comercial e se encaminharem, portanto, à profissionalização. O ensino médio era o conjunto dos dois sistemas: o secundário e o profissionalizante.

A estrutura vertical do ensino era: primário, secundário e superior. O ensino de grau médio ou secundário compreendia dois ciclos: ginásial com quatro séries e colegial com três séries. Antes a nomenclatura secundário abrangia os dois ciclos. Depois passou a ser chamado de nível médio.

Na estrutura horizontal do ensino médio ficava: secundário, técnico (comercial, industrial e agrícola) e normal.

Schwartzman (2000) chama a atenção para a precariedade desses cursos profissionalizantes, principalmente o ensino comercial, que apesar de tudo, foi o que obteve maior expressão embora de segunda classe resultado da pouca exigência do ministério na fiscalização, pela ausência de concurso para professores e da não necessidade de possuir diploma universitário para exercer a docência como ocorria com o ensino secundário. A Lei Orgânica de 1942 proibia o uso dos termos “ginásio” e “colégio” para estes cursos.

A reforma de 1942 previu a divisão entre o ginásio, de quatro anos e um segundo ciclo de três anos, com a opção entre o clássico e o científico. Ao fim de cada ciclo havia um “exame de licença” para garantir o padrão nacional para todos os aprovados. As transferências entre os cursos profissionalizantes e o secundário dependiam de exames de adaptação onde se verificaria quais disciplinas o aluno teria que complementar.

Para aqueles que não conseguissem ingressar na Universidade restava uma série de cursos profissionalizantes, paralelos ao segundo ciclo. Os cursos ginásiais obedeceriam a um programa mínimo comum e funcionariam como habilitação básica para os cursos profissionais de nível médio.

O ensino secundário ficou marcado pela ênfase no ensino humanístico do tipo clássico. Para Capanema, ele servia ao objetivo de ser um “ensino preparador da elite intelectual do país” (Schwartzman, 2000, p.208). Era o caráter cultural que se buscava com este tipo de ensino. Ele deveria refletir os valores morais e éticos baseados na religião cristã, “consustanciado na crença em Deus, na religião, na família e na pátria. (Idem, p.209)

Para sintetizar em grandes linhas a finalidade de cada grau de ensino, tomemos a descrição feita por Schwartzman, tendo por base a opinião de Gustavo Capanema descrita a seguir:

O importante na escola primária seria a transmissão do “sentimento patriótico”, no estilo “ Por que me ufano do meu país, bandeira, hino, etc.”, conforme anotação de próprio punho de Capanema. A escola secundária iria mais longe: ela deveria formar uma verdadeira “consciência patriótica” própria de “homens portadores das concepções e atitudes espirituais que é preciso infundir nas massas, que é preciso tornar habituais entre o povo”. (Schwartzman, 2000, p. 210)

A Reforma de 1942 consolidou o ensino secundário como formador de elites, aprofundou o fosso das desigualdades sociais e encontrou nos estabelecimentos particulares um ponto de deságüe de recursos financeiros que motivavam cada vez mais a abertura desses estabelecimentos no país.

Entre os primeiros artigos da Reforma havia um que só admitia mudanças na Lei, após dez anos de vigência desta. Ela daria o tom do ensino secundário na década de 50 até 1961 época da promulgação da 1ª LDB.

O ensino profissional não obteve muita aceitação por parte do público escolar. O ensino secundário com todo o seu lustro seria a vitrine e o objeto de desejo para todos os que quisessem “ter futuro” no país.

### **2.5.2. A Lei 4.024 de 1961 ou 1ª LDB**

A Constituição de 1946, democrática e liberal, pouco mudou na estrutura educacional do país. Os Estados continuavam responsáveis pelo ensino primário e “o ensino ulterior” só cabia uma ação supletiva da União.

As Leis Orgânicas só poderiam ser modificadas dez anos depois o que significava 1952. O que fazer? Em 1960 a população urbana iria superar a rural.

A principal mudança social ocorrida era que o ensino médio já não era apenas para uma pequena parcela da população. Mais e mais se requeria esse grau de estudo para um maior número de alunos. Como consequência, a política educacional existente na sociedade já não atendia de modo satisfatório. Com isso, no sistema vigente...

...não há lugar adequado para a maior parte dos adolescentes que estão procurando ingresso em nossas escolas de segundo grau. São jovens que se destinam aos quadros profissionais intermediários, a várias carreiras ou atividades que não exigem preparo técnico altamente especializado nem estudos teóricos desenvolvidos. Para a sua vida comum, para que possam compreender melhor os problemas do seu tempo e melhor se integrar no meio social, e mesmo para o melhor desempenho de suas futuras tarefas profissionais, a instrução elementar já não é suficiente. Precisam de maiores conhecimentos, de maior base de cultura geral, que estão buscando, com acentuada preferência, no ensino secundário, sem que este, em virtude de sua rigidez e pronunciada feição acadêmica esteja preparado para recebê-los. (AMADO, 1973:58)

As mudanças clamavam por urgência. Ainda em 1947 o Ministro Clemente Mariani nomeava a Comissão para a preparação da Lei de Diretrizes e bases. Em outubro de 1948 foi enviado ao Congresso. Esse projeto recebeu um parecer desfavorável do relator o então

deputado Federal Gustavo Capanema. Segundo opinião de Amado (1973, p.73) teria sido esse o motivo para que o projeto não fosse para frente.

O ponto de discórdia era a excessiva descentralização dada ao Projeto contrária a opinião de Capanema que defendia a centralização.

O projeto foi arquivado em 1949 e dois anos mais tarde tentaram desarquivá-lo mas, o Senado informou que ele havia se extraviado. Foi necessário reconstituí-lo. Em 1957 reiniciou-se a discussão e no final de 1958 a Comissão de Educação e Cultura recebeu um substitutivo de Carlos Lacerda que alterava profundamente as linhas mestras do projeto original. Ele favorecia em muito os donos das escolas particulares.

A mudança ocorria com os termos do texto constitucional “a educação é direito de todos e será dada no lar e na escola” por “a educação é um direito imprescritível da família e será dada no lar e na escola”. Já se via nessa mudança, o traço das lutas dos donos de estabelecimentos particulares, acentuando a força do direito da família de escolher onde e como deveria ser dada a educação de seus filhos. Houve uma preocupação do legislador de colocar no título “Do Direito à Educação”, o financiamento da educação, onde o Estado deveria prover de recursos estimulando a iniciativa particular ou criando escolas oficiais. De um dever do Estado, a Escola passava a ser, pelo substitutivo, um dever da família em primeiro lugar. E esta é quem deveria escolher a escola para seus filhos.

Em 1959 veio a público o “Manifesto dos Educadores mais uma vez convocados” em protesto contra o substitutivo. Neste, eles não se preocuparam com aspectos pedagógicos mas, com a política educacional como um todo. O Manifesto de 1932 tinha como redator Fernando de Azevedo. O de 1959 também.

Em 1960 teve início a Campanha de Defesa da Escola Pública que uniu várias tendências. Anísio Teixeira liderava os liberais-pragmatistas, um segundo grupo liderado por Roque Spencer, João Villa Lobos e Laerte Ramos de Carvalho representando os liberais-idealistas e os socialistas.

Para o primeiro grupo o importante era promover a educação pública de acordo com os processos modernizantes do país. O segundo grupo defendia a educação como direito absoluto dos homens, independente das possibilidades históricas da sociedade e o terceiro grupo queriam apenas socializar a cultura com as classes trabalhadoras.

Do outro lado, se opondo à Escola Pública, os donos de estabelecimentos particulares se aliaram à Igreja Católica, provedora de boa parte das escolas, para fazer pressão contra a laicidade e universalidade da escola. Começou então um processo de agitação, na imprensa e nos seus meios de divulgação, afirmando serem aqueles que queriam a escola somente oficial,

comunistas infiltrados nos postos do governo. Houve intensos debates no meio intelectual, entre as elites letradas, jornalistas, estudantes, ora defendendo, ora acusando o projeto.

Pela Lei aprovada, cabia ao Estado manter e/ou fundar escolas oficiais desde que em caráter supletivo, nos locais onde o atendimento escolar pelas escolas privatizadas não atendessem à contento.

A maior polêmica, no entanto, estaria reservada às mudanças no ensino médio. As escolas particulares não demonstravam muito interesse em oferecer ensinos técnico-profissionalizantes. No estudo do projeto eles tentaram um formato conciliatório, deixando do jeito que estava, isto é, procuravam manter os dois sistemas em separado, porém minimizando a excessiva rigidez e a segregação dele resultante.

O Relatório da Subcomissão do Ensino Médio declarava no seu Parecer: “A separação entre o ensino humanístico e o ensino profissional é uma reminiscência da rígida separação entre o ensino para uma elite e o ensino para os que trabalham”. (AMADO, 1973:122). Mas estas afirmações não obtiveram respaldo diante do lobby formado pelos representantes dos estabelecimentos particulares.

O fato é que a Lei foi aprovada em 1961 e dela podemos tirar algumas conclusões baseadas nos estudiosos de plantão. Vejamos as opiniões de alguns dos principais questionadores da Lei aprovada:

Anísio Teixeira:

As tendências que vão ser fortalecidas pela nova lei serão as do desinteresse do poder público pela educação, do fortalecimento da iniciativa privada, da preferência pela educação de “classe” da expansão da educação mais apta a promover certo “aristocratismo educacional”, eufemismo com que encobrimos a educação para lazer, o parasitismo burocrático e a promoção de status social. (TEIXEIRA, 1976:222)

Ainda Anísio Teixeira:

Não se diga, porém, que a lei se destina a dar afinal, educação aos brasileiros. A nova lei destina-se exatamente a impedi-lo, restaurando, justificando, santificando enfim, a tradicional resistência do Estado a cumprir o seu dever constitucional de abrir escolas. (TEIXEIRA, 1976: 223)

Gildásio Amado:



Alvorçaram-se as escolas secundárias principalmente as particulares que haviam assumido a vanguarda reivindicante de maior flexibilidade do currículo e da administração escolar, e que imaginavam, algumas pelo menos, talvez pudessem libertar-se das peias burocráticas que entravavam sua atualização. (AMADO, 1973:138)

Lauro de Oliveira Lima:

“ O papel da Lei de Diretrizes e Bases foi duplamente pernicioso: primeiro, retirou o comando centralizado; segundo, fortaleceu as estruturas arcaicas regionais com as verbas federais”. (LIMA, 1969:133)

Ainda Lauro:

“A maioria dos colégios particulares, por exemplo, recusaram-se a entrar para os sistemas estaduais, quando a Lei de Diretrizes e Bases estadualizou o ensino médio. É que os órgãos federais podem escapar ao envolvimento de políticas dos clãs da região ainda vivendo valores patriarcais da época da Colônia. “ (LIMA, 1969:129)

O ensino secundário pela LDBEN ou 4.024/61 ficou assim organizado: foi dividido em dois ciclos – o clássico e o científico. Nas duas primeiras séries do ciclo colegial seriam ensinadas oito disciplinas. A terceira série se tornou uma espécie de pré-universitário e uma ponte entre o ensino secundário e o superior.

Quanto aos currículos, enquanto não se estruturava os Conselhos de Educação, cada Estado ficou livre para organizar o seu o que gerou uma série de currículos diferentes, sobretudo, nas escolas particulares.

Quando a CNEC entrou nos Estados em seu processo de expansão pelo país, o ensino particular e o ensino oficial, juntos, não davam vencimento à demanda escolar. O Estado viu então, na CNEC, um instrumento a mais para resolver o problema da educação. Havia um grupo de pessoas idealistas que ofereciam a um custo mínimo o ensino secundário e que só pedia aos poderes públicos o empréstimo de seus prédios oficiais, uma ajuda financeira mínima e o reconhecimento dos certificados emitidos. Não é por acaso que Felipe Tiago Gomes conseguiu transitar entre os Poderes Públicos, seja ele Executivo ou Legislativo, com tanta desenvoltura.

## 2.6. O financiamento da educação

Melchior (1981) inicia seu estudo sobre a política de vinculação de recursos públicos à educação admitindo que a distribuição das responsabilidades do Poder Público no Brasil foi preponderantemente condicionada por fatores históricos. Isto é, medidas de ordens práticas tomadas pelos governantes que preconizavam uma ordem excludente e elitizante.

Um exemplo evidente dessa política nós podemos ver com a promulgação do Ato Adicional de 1834, que descentralizava o ensino para as Províncias cabendo a elas a responsabilidade sobre o ensino primário, secundário e superior sem ao mesmo tempo transferir nenhuma renda específica para ajudá-las na manutenção do referido sistema de ensino. Foi ele também o primeiro a criar impostos provinciais e municipais.

A Constituição de 1891 especificava as fontes tributárias para a União, o Estado e os Municípios, mas, na prática, o que ocorria era a descentralização tributária até o nível estadual.

Em 1934 foram criados os impostos privativos da União, Estados e Municípios. Com a Constituição de 1937 voltam as tendências centralizadoras da tributação e da distribuição de rendas. Ela eliminaria a cooperação financeira lançados na Constituição de 1934 e aumenta ainda mais as desigualdades regionais. Aos Estados competia repartir as rendas com os Municípios e como as vezes não era possível, debilitava-se ainda mais a situação financeira dos Estados e Municípios.

No que diz respeito especificamente aos recursos destinados a educação, ela nasceu, no Brasil, vinculada a fontes específicas. Em 1823, por exemplo, foi criado um mecanismo de captação de recursos destinados entre outras coisas, à educação: a loteria. Em 1827 era criada a primeira lei de Instrução Pública no Brasil. “A responsabilidade pela escolha do local onde criá-las, de pagar os professores, de construir e equipar os prédios foi cometida às Províncias, mas nenhum recurso novo foi proposto. (MELCHIOR, 1981:27)

Em 1851, pela reforma de ensino que disciplinava o funcionamento das escolas particulares, estabeleceram-se multas no caso de descumprimento de normas encontradas nas inspeções escolares.

Em resumo, o financiamento da educação pelo governo central, em pelo menos 15 anos dependeu de loterias, subscrições, donativos e multas cobradas de escolas particulares, pais de alunos e professores.

Em 1879, o Ministro Leôncio de Carvalho propôs a criação de um fundo escolar, inspirado no modelo francês de caixas escolares e que deveria existir em todos os distritos e escolas de primeiro e segundo grau.

Em 1921 ficaria determinado que os Estados deveriam elevar as despesas com a instrução primária em pelo menos 10% de sua dotação orçamentária. Em 1932 o governo instituiu a taxa de educação e saúde, cujo objetivo era constituir o Fundo Especial para a Educação e Saúde.

Com a Constituição de 37 ficou estabelecido que os Estados e o Distrito Federal deveriam designar nunca menos de 20% da renda resultante dos impostos para a educação. Vargas procurou aumentar as despesas públicas com o ensino para acompanhar o ritmo das transformações que ele queria implementar no país.

Em 1942 foi criado o Fundo Nacional do Ensino Primário. E em 1954 o Fundo Nacional do Ensino Médio.

Em 1961 a Lei 4.024 fixou o percentual em 12% para a União e os demais – Estados e Municípios – 20%. Com ela foi criado o Fundo Nacional do Ensino Superior.

A Lei 4.024 que garantia subvenções as escolas particulares e obrigava os Estados à criação de bolsas de estudos para alunos carentes o que assumiu proporções astronômicas devido ao caráter supletivo do Estado em face dos estabelecimentos particulares. O Fundo Nacional do Ensino Médio era a principal fonte de recursos para o custeio dessas bolsas.

Assim, o custeio da educação chega ao tempo de nossa pesquisa como uma fonte a mais de incentivo à propagação da escola particular. A CNEC recebeu parte destas dotações orçamentárias e nisso reside uma das grandes críticas ao movimento, que acusa a Campanha de se beneficiar desses recursos o que mascara o espírito idealista de semigratuidade e de oferta de condições para alunos carentes poderem continuar seus estudos a nível ginasial e secundário sem a ajuda oficial do governo.

### **CAPÍTULO III**

#### **A EDUCAÇÃO NO CEARÁ E O ENSINO SECUNDÁRIO – 1958/1963**

Felipe Tiago Gomes veio à Fortaleza buscar a adesão do Ceará duas vezes antes da campanha realmente se iniciar – em 1948 e 1951.

Portanto, o Ceará entra na história da Campanha por uma deliberação do próprio movimento que decidiu expandi-la para outros Estados do Brasil. Mas sua chegada demorou desde a primeira visita – 1948 – até 1960, doze anos, portanto, para deslanchar e se expandir pelo Estado.

Não dá para entender o papel social desempenhado pela CNEC na educação do Estado do Ceará, se não percorrermos os anos estudados nessa pesquisa – 1958 a 1963 – e não visualizarmos em linhas gerais qual era a situação econômico-social-educacional do Ceará, no período em apreço. E é isso que faremos neste capítulo.

Embora a primeira visita de Felipe Tiago Gomes ao Ceará tenha sido em 1948, cinco anos após o início da Campanha, portanto, escolhemos o ano de 1958 – ano da inauguração da primeira diretoria estadual da CNEC no Ceará – como início do recorte temporal, por ter sido a partir desta data que se impôs uma primeira organização do movimento em nosso Estado.

O período de análise irá até o ano de 1963, por ser, no entender da autora deste trabalho, o fim de uma fase da CNEC no Ceará e o início de outra, agora sob os auspícios do consulado militar de 1964, onde a Campanha teve que se reestruturar e se adaptar a nova realidade brasileira. Demos, porém, maior ênfase ao ano de 1960, por considerá-lo como o mais importante para a disseminação das escolas cenecistas no Estado.

Façamos, portanto, um passeio sobre o contexto cearense deste período para que possamos compreender os rumos que a Campanha tomou no nosso Estado quando de sua chegada às nossas plagas.

### 3.1. Alguns Dados Estatísticos do Ceará – 1958/1963

Para começarmos essa análise devemos tomar conhecimento de alguns dados estatísticos básicos para situar com que universo demográfico estamos lidando.

O Estado do Ceará contava, em 1960, com 142 municípios, 452 distritos, 142 cidades e 309 vilas.<sup>28</sup> Ele aumentara de 79 municípios do último censo – 1950 – para 142, um acréscimo substancial, o que significa que o que o Estado recebia da União deveria ser repartido para mais municípios. Somente em 1957, foram alçados à categoria de Município, nada menos que 34 distritos<sup>29</sup>.

Como trabalhamos com um recorte temporal que abrange dois censos, para melhor visualização e percepção das mudanças ocorridas no período de 10 anos em nosso Estado, vejamos alguns dados comparativos:

	1950	1960
POPULAÇÃO	2.695.450	3.289.595

Segundo dados do Diagnóstico feito pela UFC (1964, p.87), a população cearense começa a crescer após a década de 1940 num ritmo superior a 20% ao decênio. Esse processo seria uma tendência para regiões subdesenvolvidas. Confrontando os números da população total de 1950 e 1960, veremos que a diferença de 594.145 mil pessoas em relação a 1960, equivale realmente a um pouco mais que 20%.

Dentro dos limites do espaço estadual seria a região litorânea a que mais cresceu demograficamente, passando de 34,5% em 1940 a 42,1% no período de 1950-1960 (Idem, p.87). Ainda segundo esses dados, a região do interior do Estado sofreu decréscimo demográfico, o que pode ser explicado pela forte movimentação migratória durante os anos de seca e de inundações. Apenas a região Sertão Central, Médio Jaguaribe e Baturité tiveram um acréscimo igual ou levemente superior ao da década anterior – 1940. Em parte por serem regiões de terras mais úmidas e agricultáveis.

Em 1957 a taxa de natalidade girava em torno de 48 por mil habitantes, enquanto que teremos um decréscimo da mortalidade. Nesse ano, a taxa de mortalidade estava em torno de

<sup>28</sup> Dados do IBGE – Série Regional – Censo de 1960 do Ceará

<sup>29</sup> Todos estes dados foram extraídos dos censos de 1950 e 1960 do IBGE.

19 óbitos por mil habitantes. Considerando os números da taxa de natalidade – 48 – conclui-se pelo crescimento demográfico estadual a um ritmo anual de 29 por mil habitantes.

Em 1950, 75% da população do Estado vivia no meio rural. Dez anos depois, há um decréscimo para 66%, enquanto que o meio urbano sobe de 25% para 34%. Há uma clara tendência de crescimento nas sedes dos municípios, mesmo naqueles que não tenham tido um grande desenvolvimento.

Estes dados são relevantes para que possamos perceber a importância da demanda escolar a partir dessa nova configuração espacial que se desenha no cenário cearense. A urbanização é uma tendência em todos os níveis: nacional, regional e local.

O Município da capital sofreu um incremento no período de 1950-1960 de 93%, praticamente o dobro enquanto que o distrito urbano de Fortaleza era acrescido de 73% segundo dados do Relatório citado. A população de Fortaleza correspondia a 15% da população do Estado (UFC. 1964, p 104).

Em parte este acréscimo foi decorrente das levadas populacionais que a cidade recebeu durante os períodos de secas de 1952 e 1958 e do ano da enchente em 1960. A migração para capital obedecia a dois movimentos: um para se fixar e outro de transição. Para este último contingente foram criadas casas de acolhimento como a Hospedaria Getúlio Vargas que abrigava retirantes que se dirigiam para outros Estados. Para os que queriam se fixar começam a surgir os núcleos habitacionais comumente chamados de favelas.

A conclusão feita no diagnóstico era que esse crescimento urbano não ocorreu devido a um amplo desenvolvimento da economia ou mesmo pelo desenvolvimento da infra-estrutura da cidade. Diz o trecho do estudo feito:

Correspondia o crescimento urbano experimentado por Fortaleza a um amplo desenvolvimento da economia que justificasse tal incremento de urbanos? Certamente não, pois nela como em outras capitais nordestinas (este também é o caso do Recife) o incremento demográfico não tem sido acompanhado no mesmo ritmo pelas aberturas de novas oportunidades de trabalho ou mesmo pela melhoria dos serviços urbanos, como a água, luz, escolas e outros recursos assistenciais. (UFC, 1964 pgs.104/105)

### **3.2. Contexto histórico cearense e seus principais problemas**

No campo político, o período em questão abrangeu a gestão de quatro governadores: o final do governo de Paulo Sarasate (1955-1958), Flávio Marcílio (1958-1959), toda a gestão

de Parsifal Barroso (1959-1963) e o primeiro ano do Governo de Virgílio Távora (1963-1966). Flávio Marcílio governou apenas um ano em substituição à Paulo Sarasate, que teve que ausentar-se antes de terminar o mandato para tratamento de saúde.

Dentre estes governantes, pelo menos dois tem participação ativa na Campanha. Paulo Sarasate que foi presidente da Campanha por oito anos e Parsifal Barroso que foi quem ministrou a aula inaugural no Colégio Arminda de Araújo, além de ter apoiado a Campanha no tempo que esteve à frente do Governo do Estado.

No plano nacional, o Presidente Juscelino Kubitschek lança em 1959, juntamente com D. Hélder Câmara e Celso Furtado o que denominaram de Operação Nordeste – uma política de desenvolvimento para a “região problema” chamada Nordeste. No mesmo dia, segue uma mensagem ao Senado encaminhando o Projeto de criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e um Decreto instituindo o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste – CODENO<sup>30</sup> que tinha como objetivo implantar a nova política enquanto a lei não fosse aprovada.

Com a criação da SUDENE, os Governos dos Estados situados nessa “região problema” vão procurar cada vez mais essa alternativa para efetivar políticas públicas, já que ela vai gerenciar verbas substanciais para aplicar nos empreendimentos destes Estados. Quando o seu primeiro plano Diretor é encaminhado ao Congresso, ele traz consigo recursos num total de 80 bilhões de cruzeiros<sup>31</sup>.

Podemos perceber, nas Mensagens encaminhadas ao Legislativo dos quatro anos de Parsifal Barroso que o papel da SUDENE vai passar da empolgação inicial a completo desencanto no final, sendo esta acusada pelo Governador de dificultar a realização de obras consideradas de urgência para o Estado.

A chamada Operação Nordeste – OPENO suscitou esperanças de crescimento e desenvolvimento para o Estado do Ceará, mas, encontrou sérios entraves na sua efetivação devido a falta de pessoal técnico para criar e desenvolver os projetos necessários. As palavras do Governador Parsifal Barroso demonstram bem esse problema.

Prevalece na consciência coletiva, numa constante de afirmação do seu maior anseio, a necessidade de ser habilitando o Ceará nos escalões de

---

<sup>30</sup> Em 1956 o Banco do Nordeste cria o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – GTDN que funcionava sob a direção de um representante do Banco junto ao Conselho de Desenvolvimento da Presidência da República. Este órgão foi transformado na CODENO e iria desencadear na criação da SUDENE em 1959.

<sup>31</sup> Para se ter uma idéia do que equivalia esse montante, a Receita para o Estado do Ceará em 1959 era de Cr\$ 1.045.423.732,90 (Hum bilhão, quarenta e cinco milhões, quatrocentos e vinte e três mil, setecentos e trinta e dois cruzeiros e noventa centavos). Extraído da mensagem do Governador Flávio Marcília à Assembléia Legislativa do Estado em 1960.

desenvolvimento abertos pela Operação Nordeste, como única segurança para a sua valorização crescente. Ocorre, porém, que ao se abrir tão promissora perspectiva para o Polígono das Secas, nosso Estado se encontrava inteiramente desaparelhado para promover a imediata habilitação que o integrasse nos objetivos da OPENO. Causas diversas ainda não anuladas, dentre as quais merece destaque a inexistência de níveis técnicos à altura do rol de problemas e necessidades do Ceará, sedento tanto de água como de industrialização, retardam essa integração inadiável e urgente. (Mensagem, p.1960, p.XVII)

Diante dessa afirmativa ele aponta que o incentivo, enquanto tais causas não forem eliminadas, será voltado para a agricultura e anuncia de início, a restauração da Escola Prática do Itaperi para começar a funcionar em 1960.

Essa afirmação pode ser confirmada pela maior concentração de atividades industriais mais relacionadas à produção agrícola do Estado, como a indústria de couros, a extração do óleo de mamona, a indústria têxtil.

O ano de 1960 seria o correspondente à arrancada dos projetos da SUDENE para o Nordeste. Dentre os elementos prioritários que ele contém para o Ceará, estão as obras ligadas ao setor de Eletrificação, a conclusão das obras do Porto do Mucuripe, o reaparelhamento da Rede Viária Cearense - RVC, a construção de rodovias com pavimentação, o reequipamento das indústrias têxteis, a ampliação e a modernização do sistema de abastecimento de água em Fortaleza, dentre outras<sup>32</sup>.

Enquanto isso, o Banco do Nordeste verificou na região, a inexistência de pessoas capazes de executar os projetos, e por isso, decide distribuir manuais de elaboração de projetos e doação de bolsas de estudos para interessados fazerem cursos oferecidos pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL<sup>33</sup> em colaboração com o Governo Brasileiro.

Na mensagem enviada em 1961 sobre o ano de 1960, o Governo Estadual já culpa a SUDENE de não liberar uma verba de 120 milhões de cruzeiros destinados à conclusão das obras de ampliação do açude “Acarape do Meio” que abastecia Fortaleza para minimizar o problema do abastecimento d’água na cidade. Em 1962, o Governador acirra ainda mais suas críticas contra a SUDENE, e a crítica em sua mensagem à Assembléia Legislativa, nos seguintes termos: “O Governo Estadual tem, cada vez mais, a convicção de que a SUDENE

---

<sup>32</sup> Mensagem encaminhada à Assembléia – Ano 1960-1961 – pág. XVIII

<sup>33</sup> Comissão Econômica da ONU cujo objetivo é promover a industrialização na América Latina. Celso Furtado foi um de seus economistas e trabalhou para criar um programa de desenvolvimento que depois seria utilizado para traçar o Plano de Metas do Governo de Juscelino Kubstichek. A colaboração do Governo brasileiro se deu através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDS.



não se acha dotada da necessária compreensão para os problemas regionais solucionáveis à luz do bom senso, prejudicando com o seu rigorismo técnico a minoração da angústia da água em Fortaleza.” (Mensagem.1962, p. XI)

A SUDENE, segundo ele, se ateve a grandes projetos, como o da transformação do Vale do Jaguaribe em uma unidade econômica integrada e que seria uma obra de longo prazo e teria deixado de realizar algumas outras obras de planejamento de curto prazo, como a rede de chafarizes de Fortaleza, para minorar a situação enquanto o problema da água, que necessitava de longo prazo, não fosse resolvido.

Ele ressalta que a SUDENE só está cumprindo suas metas no tocante ao plantio de algodão, palma, o Projeto do Vale do Jaguaribe e às obrigações da Companhia Nordeste de Eletrificação de Fortaleza – CONEFOR relativas à eletrificação. (Mensagem, 1958, p. XI)

Estes dados vistos em seu conjunto nos dão conta de um período de transição em que o meio urbano exerce uma maior atração sobre o meio rural. Esse contingente humano vai chegar às cidades-sedes de seus Municípios sem que estes desenvolvam os serviços estruturais no mesmo passo que a demanda populacional. Os problemas de saneamento básico, eletrificação, abastecimento d’água , rede de esgotos e construção de escolas são os mais referidos nas reclamações urbanas.

Tomando os cinco anos em questão, nós veremos que principalmente Fortaleza será a cidade mais afetada tendo em vista ser a capital do Estado e exercer maior atração que os demais Municípios.

Assim, veremos agora, dentre outros, os mais importantes problemas vividos nesses cinco anos em foco pelo Estado do Ceará.

1º) Secas e inundações: 1958 – seca, 1960 – inundações - agravada pelo arrombamento do açude de Orós, que inundou várias cidades. Se considerarmos que o ano imediatamente posterior será uma tentativa de colocar “as coisas nos trilhos”, nós teremos a maior parte desse período nessa situação.

2º) Problemas no fornecimento de luz: a SERVILUZ – Serviço de Luz e Força de Fortaleza, substituta da The Ceará Tramway Light and Power e concessionária responsável pela energia na capital já não comporta a demanda. Em breve seria transformada em uma autarquia – a CONEFOR. O setor industrial é um dos que mais se ressentem da fragilidade do serviço.

3º) Problemas no abastecimento de água: aqui, o problema não é derivado das secas mas das precárias condições das adutoras que fazem com que mesmo num período de chuvas abundantes, como em 1960, o Município de Fortaleza tivesse suas torneiras vazias. Como o

abastecimento d'água foi projetado para uma cidade muito menor, o crescimento da população e o surgimento de algumas indústrias vão elevar a demanda e ultrapassar a capacidade da demanda.

4º) O abastecimento do Estado via Porto do Mucuripe; a necessidade de escoamento dos produtos de exportação, a capacidade para receber somente dois navios de cada vez e a importação cada vez maior de gêneros alimentícios faz com que, principalmente em Fortaleza, comece a entrar em colapso na oferta de alguns produtos básicos para a mesa do cearense como por exemplo, a farinha de trigo.

5º) O problema do café: produto amplamente consumido no Estado, depois da interferência do Instituto Brasileiro do Café – IBC, a cidade se vê as voltas com o contrabando e com o alto preço cobrado pelas moageiras para vender o café torrado e moído, tendo inclusive o próprio Governador sendo acusado de participar do esquema de contrabando.

6º) A falta de escolas públicas para atender a demanda escolar que se incrementa de forma intensa no período. Esse problema será discutido no tópico referente à situação educacional do Ceará entre 1958 e 1963.

A situação de forma geral é bem resumida pelo articulista do Jornal Unitário, que detalha esses problemas mais especificamente. Vejamos:

A cidade vem suportando com elogiável resignação o racionamento de energia elétrica...As ruas são escuras durante toda a noite e há bairros onde falta luz também nas residências. Talvez tudo fosse capaz de passar despercebido se o habitante de Fortaleza não sofresse muitas outras restrições. Uma delas que já temos salientado tantas vezes é a falta d'água encanada. Vivemos de poço de quintal, cada vez mais difícil em face do afundamento do lençol freático. E com a água marchamos para o mesmo caminho que nos levou à falta de luz. Como não se toma a menor providência para coibir a abertura desses poços a tendência é tornar cada dia mais fundo o lençol...Isso sem contar o perigo para a saúde pública resultante do sistema de fossas que compõe o nosso esgoto...(Jornal Unitário, 26/7/60).

Não abarcaremos os problemas ligados à saúde, o que não significa dizer que eles não existiam. Mas como não aparecem de forma contundente nos jornais e nos relatórios, em forma de setor em crise, não temos como citá-los, a não ser as epidemias sofridas tanto no ano de seca quanto no ano de inundação. Não devemos esquecer que os problemas relacionados à

Saúde no Estado estão agrupados na mesma Pasta que trata da Educação, situação que irá perdurar até 1961, quando haverá o desmembramento da Pasta em duas Secretarias.

No âmbito nacional, o país vive as voltas com o fantasma da inflação, reflexo da política governamental do Presidente Juscelino Kubitschek. Para custear as obras do Plano de Metas precisava-se de financiamento. E esse era o calcanhar de Aquiles do empreendimento.

Os efeitos dessa política incidiram diretamente na economia interna do país. O acirramento da crise começou em 1958, quando o custo de vida no Rio de Janeiro elevou-se para 10%. Estava estabelecido o conflito entre o equilíbrio financeiro e o Plano de Metas. A inflação expandiu-se pelo Brasil, chegando ao Ceará, que dependia ainda em grande parte das importações de outros Estados e do exterior, de todo tipo de produtos, principalmente o trigo e o café.

A construção de Brasília desviou a atenção para muitos problemas urgente no país, principalmente do setor social e econômico. Tudo se justificava quando Brasília estivesse pronta. A criação de Universidades, a reforma do setor agrário, tudo seria resolvido depois da inauguração da nova capital. Era como se Brasília fosse o marco zero para todas as mudanças no país.

A relação com os Estados Unidos se estreitou e Juscelino enviou ao Presidente Eisenhower um programa de cooperação intitulado de Operação Pan-Americana, que em suma era um programa de desenvolvimento econômico multilateral a longo prazo. Os Estados Unidos receberam no início o Programa com frieza, mas, depois voltaram atrás com uma versão reformulada quando romperam as relações com Cuba. O fantasma de uma reação em cadeia latino-americana a favor do comunismo assustou os americanos. Esta cooperação seria alguns anos mais tarde materializados em Acordos como por exemplo o MEC-USAID referente à educação e que iniciaria no Governo de Castelo Branco extrapolando, portanto, os limites desta pesquisa.

Mais adiante vamos conviver com a eleição de Jânio Quadros e sua vitória espetacular e nove meses depois com sua renúncia, o que deixou todo o país desestruturado e receoso de novos golpes, já que o vice-presidente era João Goulart e o exército não o via com bons olhos, por associá-lo aos interesses do pensamento comunista.

Não obstante esses entraves, o nível de vida do cearense parece ter melhorado. É o que se pode deduzir, pelo aumento da arrecadação do Imposto de Renda. O Jornal O Povo informa que o montante teria sido de 290 milhões de cruzeiros em 1959. O Estado arrecadara 142 milhões de cem 1958. (O Povo, 03/01/60).

No plano ideológico, há nos meios jornalísticos, nos jornais pesquisados, independentemente da tendência, uma clara aversão ao comunismo, num discurso duro e implacável contra os setores da sociedade suspeitos de colaborarem com o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

No plano cultural, o conservadorismo luta contra as tendências modernizantes do cinema, da literatura em nome dos bons costumes. Nessa época, uma campanha percorre o país inteiro, liderado pela Igreja Católica, contra a venda do livro “Lolita” de Vladimir Nobokov, classificando-o como imoral e reprovável.

Ainda como novidade cultural, 1960 será o ano da chegada da televisão à Fortaleza. Os meios jornalísticos, principalmente os mais conservadores, já se mobilizam na fiscalização da programação e nas críticas jornalísticas.

O Jornal O Nordeste, por ser dos jornais estudados o mais conservador é um dos que se lançam nessa luta de censura do que eles entendem como modernidade perniciosa aos bons costumes das famílias cearenses. Pouco depois de inaugurada, este Jornal traz uma matéria, no dia 22/12, condenando um programa passado na TV cearense e que o jornal teria recebido denúncias do conteúdo do programa, que nas palavras deste teriam tido “exibições de amores indecentes, apresentação de colóquios despudorados, frases não só maliciosas, mas até ofensivas aos ouvidos de pessoas dignas vêm sendo lançadas ao ar e acolhidas inesperadamente pelos que desejam apreciar os programas televisionados”.

No cinema internacional Brigitte Bardot entra em cena e escandaliza os conservadores cearenses, principalmente nos meios mais ligados ao catolicismo. O Nordeste a apresenta como “Sirigaita, desavergonhada, vampira indecorosa, messalinazinha de pocilga, mulher de péssimos costumes”. (O Nordeste, 10/10/60).

Decidimos dar maior destaque aos problemas que nos parece ter afetado de forma mais incisiva o cotidiano do povo cearense e que podem ter desviado o problema educacional para um plano mais secundário em relação aos demais. Vejamo-los:

No dia 12 de fevereiro de 1958, Tomaz Pompeu Sobrinho, respondendo a uma enquete do Jornal O Povo, resume a situação do Ceará nos últimos 30 anos (1928-1958). Como elas resumem os principais problemas cearenses até o ano de início dessa pesquisa, reproduzimo-las na íntegra:

- a) As secas calamitosas de 1932, 1942 e a parcial de 53/54 – cada uma com o seu cortejo mais ou menos extenso e grave de males sociais, especialmente de ordem econômica e moral;

- b) Queda espetacular da moral administrativa como reflexo imediato do comportamento do Governo ditatorial nacional;
- c) Agravação do já péssimo e irracional regime tributário do Estado, trazendo naturalmente uma série de maléficos efeitos, sobretudo incidindo na economia privada, no desenvolvimento econômico do sertão, no paupérrimo geral, no êxodo rural e na sobrecarga inflacionária que assoberba a nação.
- d) Desajustamento crescente e grave na educação pública (serviço de educação) às condições sociais do momento. Compreende-se facilmente como este fato acarreta as mais tristes conseqüências para a ordem social, sobretudo política, religiosa, moral e econômica do Estado do Ceará.(POMPEU, in O Povo, 12/02/58)

Condições climáticas, econômicas e educacionais em xeque. A revelação de que a educação pública não acompanha as condições sociais do momento. O Estado parece uma máquina emperrada, que não consegue avançar e acompanhar os passos imperiosos de uma nova ordem.

### **3.2.1. O problema da seca em 1958 e a enchente de 1960**

Como todo ano no Ceará, 1958 começa com as esperanças de um bom inverno. Os jornais noticiam as primeiras chuvas. A manchete do dia 02 de janeiro de 1958, do Jornal O Povo traz em letras garrafais: “Bom prenúncio de inverno no Ceará: muita chuva no Piauí” aumentando as esperanças do povo cearense. Chover no Piauí, tradicionalmente significava que também o Ceará teria um bom inverno.

A partir de fevereiro começam as notícias sobre a falta de chuvas no interior do Estado. Alguns em situação mais difícil que outros como Quixeramobim, que há dez meses não chovia, começavam a entrar em situação de calamidade pública.

O relatório da ETENE<sup>34</sup> - Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste, o único até então feito sobre as conseqüências da seca de 1958 dava conta que este município fora o mais atingido no Ceará, pela baixa queda pluvial como se nos dados abaixo:

---

<sup>34</sup> ETENE – Escritório Técnico de Assuntos Econômicos do Nordeste. Órgão pertencente ao Banco do Nordeste do Brasil.

CIDADE	PERCENTUAL DE CHUVAS ATÉ MAIO
Sobral	24%
Crateús	17%
Iguatu	60%
Limoeiro	59%
Quixeramobim	10%

Fonte: Relatório da ETENE/BNB - A seca de 1958

O Governo Federal sinaliza uma ajuda financeira ao Estado no valor de 160 milhões de cruzeiros, assim distribuídos: 50 milhões para água, 20 milhões para a pavimentação de estradas, 35 milhões para um centro de toxicose, escolas, postos de saúde e penitenciárias e 55 milhões para despesas orçamentárias. Essa ajuda foi o resultado de uma solicitação do Governador do Estado Paulo Sarasate ao Presidente da República, Juscelino Kubstichek que concedeu o benefício determinando que fosse distribuídos o montante em três prestações<sup>35</sup>.

O Governo estadual inicia o ano de 1958 com um déficit orçamentário de Cr\$ 90.265.485,8036<sup>37</sup> resquícos de empréstimos concedidos pela União no ano anterior. O vice-governador Flávio Portela Marcílio, que substitui o Governador eleito Paulo Sarasate, afastado do cargo por problemas de saúde, em julho de 1958, assim descreve a situação do Ceará em sua mensagem ao Legislativo sobre o ano em tese.

O Ceará enfrentou, em 1958, um ano de graves dificuldades. O Estado foi assolado por uma seca de vastas proporções, que atingiu a todas as suas regiões. A produção agrícola desceu a níveis baixíssimos e a pecuária sofreu tremenda dizimação, perdendo-se uma parcela significativa de nossos rebanhos. (Mensagem, 1958, p.VII).

Para completar o quadro, a seca trouxe como uma de suas inúmeras conseqüências as epidemias resultantes das águas contaminadas e barrentas que são consumidas em virtude escassez de água potável. O Jornal Unitário dá conta de que este ano viveu uma epidemia de gripe asiática que teria contaminado cerca de 200 mil pessoas no interior do Estado, 150 mil na capital, com 50 mortes. (Unitário, 03/01/1958).

Segundo o relatório elaborado pela ETENE, a seca atingiu os limites geográficos de 650.000 km<sup>2</sup> onde viviam cerca de 7 milhões de pessoas incluído outros estados do Nordeste que pertencem ao Polígono das Secas<sup>38</sup>.

<sup>35</sup> Jornal O Povo, 26 de fevereiro de 1958

<sup>36</sup> Conforme mensagem encaminhada à Assembléia Legislativa em 15 de março de 1959 pág.VII.

<sup>37</sup> Idem

<sup>38</sup> O Polígono das Secas compreende uma área de nove estados da federação, quase todos do Nordeste, num total de 945.000km<sup>2</sup>.

As frentes de trabalho foram direcionadas para a construção de açudes<sup>39</sup> e malha rodoviária. O Jornal Unitário dá conta de que estavam em construção cerca de 500 açudes no interior do Estado<sup>40</sup> empregando quase 500 mil trabalhadores<sup>41</sup>

Os jornais dão a tônica do temor que acomete a todos, ainda no início do ano, em virtude da escassez de precipitações pluviométricas.

Os criadores cearenses já estão ligeiramente assustados com a falta de chuvas em seus municípios. Se até o dia 15 do corrente não caírem boas chuvas a situação deve piorar bastante, de vez que em alguns municípios o gado está “fraco demais”. Em Jaguaribe, por exemplo, de acordo com as informações obtidas pelo UNITÁRIO, os bois chegam a cair nos campos por falta de ração.(Unitário, 9/01/58).

No tocante às conseqüências que essa seca trouxe para o Estado do Ceará, em termos econômicos, está resumido no já citado relatório da ETENE.

Os cálculos indicam que o déficit proveniente da seca de 1958 situa-se por volta de 300 mil toneladas de carne e, provavelmente, 150 mil toneladas de leite. O saldo negativo referente à lavoura deve orçar em cerca de 700 mil toneladas de culturas de subsistência (feijão, milho, banana). (DUARTE, 2002 p. 98).

Há uma sugestão neste relatório de que o Governo estadual não teria tomado nenhuma providência até abril, quando se confirmou o ano de seca. Por este mês começam os sertanejos a abandonar suas casas e partem para o sul em sua maioria, ou para o Maranhão ou, em menor número para Goiás, atraídos pela construção de Brasília.

Mesmo com a seca, a cultura do algodão elevou seus resultados de produção, aumentando em 20.000.000 kg o apanhado em 1957<sup>42</sup>. Foi a única cultura com resultado positivo, uma vez que o algodão precisa de menos água que outras culturas de subsistência como o feijão, o milho e o arroz de curto ciclo de nascimento, produção e colheita – quatro meses no máximo, o mesmo tempo da quadra invernososa no nosso Estado.

É interessante relacionar a produção do algodão com o desenvolvimento da região produtora no sertão cearense, porque este era um produto que era cultivado por pequenos,

<sup>39</sup> A origem e o desenvolvimento da açudagem surgiu com a criação da Inspeção Federal de Obras contras as Secas hoje DNOCS em 1909 para combater os efeitos do flagelo da seca (Diagnóstico Sócio-Econômico do Ceará, 1964).

<sup>40</sup> Jornal O Unitário. 03 de janeiro de 1958.

<sup>41</sup> Relatório ETENE. A Seca de 1958. Série Estudos sobre as secas no Nordeste. p. 38.

<sup>42</sup> Mensagem encaminhada à Assembléia Legislativa em 15 de março de 1959.

médios e grandes proprietários. Com a formação das cooperativas agrícolas, desenvolviam-se nos municípios pequenas indústrias de beneficiamento e os produtores tinham sua venda garantida às cooperativas agrícolas. Estas cooperativas forneciam também empréstimos no início do ano para serem pagos com a produção.

O algodão proporcionava trabalho e renda desde o seu plantio, manutenção e colheita até a sua venda e beneficiamento com oferta de emprego na produção de óleos, margarina, tortas para ração animal, conhecido como resíduo formando uma cadeia produtiva que durava praticamente o ano inteiro. Foi um período próspero para o sertão cearense principalmente porque associava políticas públicas como incentivadores, agricultores familiares e agricultura de subsistência de venda líquida e certa.

Não conhecemos nenhuma pesquisa que possa certificar com certeza, mas, muitos desses agricultores puderam sustentar e pagar os estudos de seus filhos nesse período por causa do dinheiro adquirido com a venda da produção algodoeira.

Mas voltando ao problema da seca de 1958, o Jornal Tribuna do Ceará traz em suas páginas a notícia de que teriam emigrado para o Vale do Mearim<sup>43</sup> cerca de 7.421 cearenses e mais de 4.500 continuavam instalados no casarão do Instituto Nacional de Imigração e Colonização<sup>44</sup>. Também a hospedaria Getúlio Vargas<sup>45</sup> recebeu um grande contingente de imigrantes cearenses, provocando graves problemas de saúde pública e de onde surgiram várias denúncias de maus tratos por parte dos responsáveis pela administração da Hospedaria.

Já o ano de 1960, ao contrário de 1958, é marcado por um inverno rigoroso e pela inundação provocada pelo arrombamento do açude de Orós. A manchete do dia 28/03/60 no Jornal o Nordeste já prevê a catástrofe. Diz ela: “Açude do Orós prestes a arrombar. Rompimento parcial da barragem”. E já começam a aparecer as primeiras vítimas desabrigadas. O Ministro Armando Falcão é nomeado Coordenador Geral de Assistência às vítimas das enchentes.

O açude de Orós era então, a principal obra do Governo de Juscelino Kubitschek aqui no Ceará. O açude teve sua construção interrompida em 1922 e entrou como uma das obras de açudagem para os trabalhadores da seca de 1958. O serviço ainda não havia terminado quando entrou o ano de 1960. As fortes chuvas que caíram sobre o Ceará em março deste ano transbordou o Rio Jaguaribe e provocou o arrombamento parcial do Açude de Orós.

---

<sup>43</sup> Região do Maranhão, propícia à plantação de arroz, por possuir dois vales úmidos banhados por dois rios que fazem com que as terras sejam próprias para o plantio durante o ano inteiro.

<sup>44</sup> Criado pela Lei 2.163/54, subordinado ao Ministério de Agricultura, com sede no Distrito Federal e que tinha dentre outras funções, assistir e encaminhar os trabalhadores imigrantes de uma região para outra.

<sup>45</sup> Hospedaria construída em Fortaleza para abrigar temporariamente os refugiados da seca que iriam para outras regiões como a Amazônia e o Maranhão.



As águas inundaram o Baixo e o Médio Jaguaribe e as cidades de Russas, Aracati, Itaiçaba, Jaguaribe, Limoeiro do Norte, Icó e o Distrito de Alto Santo chamado Castanhão e precisaram ser evacuadas pelo exército. Muitas famílias se recusaram a sair de suas moradias e tiveram que ser resgatadas por helicópteros que pela primeira vez prestavam esse tipo de assistência no Ceará<sup>46</sup>. A enchente vitimou cerca de 300 mil pessoas que perderam casas, plantações, criações. Muitos ficaram abrigados em escolas recebendo ajuda de voluntários que doavam alimentos, roupas e outros gêneros.

A apresentação do Relatório anual do Governo do Estado à Assembléia Legislativa traz na palavra do Governador todos os dissabores e prejuízos que esta tragédia trouxe ao Ceará. Ele alega que a imprensa sulista o acusa de ter previsto e não ter tomado providências para evitar a inundação e ele se defende repassando a responsabilidade para o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS.

O texto a seguir faz parte de sua defesa. Vejamo-las:

“Quando o Governo do Estado resolveu estabelecer o seu dispositivo assistencial, por esperar a calamidade, e convocou todos os elementos aqui existentes para promover o deslocamento das populações jaguaribanas, o Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas considerava o açude de Orós em perfeita segurança, conforme está proclamado no seu telegrama nº 8216M, de 22.3.60, e o Sr. Diretor do Departamento Nacional de Obras contra secas, ao invés de providenciar logo a abertura de um sangradouro na parte mais adequada da parede, preferiu desafiar a subida das águas, buscando alcançar, inútil e desastrosamente, a cota de escoamento do açude. (Mensagem, 1961, p.VII)

Do mesmo jeito que a seca expulsa, a enchente também o faz. O Governo do Estado se vê as voltas com a emigração das populações atingidas pelas cheias e tenta minimizar o problema incentivando, depois de baixado as águas, a volta desses habitantes para seu lugar de origem. O editorial do Jornal O Nordeste dá sua opinião:

Urge deixar o sertanejo no sertão

Uma das resoluções tomadas pela Comissão Central de Assistência aos flagelados vítimas das inundações do Jaguaribe, foi tudo envidar para que o homem do campo não se deslocasse para a Capital. Deve ele voltar, dos lugares onde se encontra abrigado, ao local da sua casa a fim de reconstruí-la, com a ajuda do governo e logo cuidar da sua lavoura, agora que as terras por ele outrora cultivadas estão ricamente cheia de húmus, e portanto, capazes de maior produção. Na capital essas famílias trariam sérias dificuldades para o Governo com o agravante de algumas aqui se firmarem

<sup>46</sup> Informação retirada da página da Internet <http://kawa.soc.umich.edu> . Acessado em 14 de julho de 2010.

acumulando desse modo os números dos que não produzem, passando à classe dos consumidores, buscando em fábricas e empregos outros, sem sustento, perdendo a Economia do Estado braços que aqui ficam sobrecarregando a coletividade já com graves problemas assistenciais. (O Nordeste, 30/03/60. p. 8)

### 3.2.2. Problema de Eletrificação

A situação da energia elétrica no Ceará é outro problema que afeta a economia do Estado como um todo, além do cotidiano das famílias cearenses de forma geral.

O Ceará era abastecido de energia elétrica através de pequenos grupos de geradores de usinas termelétricas. A SERVILUZ<sup>47</sup> - Serviço de Luz e Força de Fortaleza, era uma autarquia municipal de Fortaleza, resultante da encampação da Ceará Tramways, Light e Power. Atendia somente a cidade Fortaleza. Os demais municípios possuíam seus próprios centros geradores funcionando de forma precária e em limites pré-determinados geralmente no horário das 18 às 20 horas.

O Diretor técnico da autarquia era o Major César Cals de Oliveira Filho. Em 1960, o Ceará começa a sofrer os problemas com as paralisações de fornecimento, as vezes por 24 horas seguidas.

O Jornal O Povo do dia 04/01/60 cobra uma promessa feita pelo Presidente da República, que em visita ao Ceará, acertara a compra de uma caldeira, além da ajuda financeira para pagamento de uma dívida com a SERVILUZ, vinculada ao Banco do Brasil, no valor de 30 milhões de cruzeiros.

As manchetes jornalísticas dão o tom da gravidade do problema: “Regime de Racionamento: uma hora de luz, três de trevas. Erros cometidos na revisão anterior determinaram a nova crise da turbina stal – Além dos defeitos na bomba de circulação, mistura de óleo e vapor”.( O Povo, 04/01/60).

O problema também aparece no interior do Estado, onde o serviço está a cargo das municipalidades. O Jornal o Nordeste publica no dia 10/01/60:

Black-out. Dentro de mais alguns dias Cariús estará mergulhado em mais um famigerado regime de lamparinas. É que ultimamente a energia vem muito ruim e por isso que o grupo gerador da municipalidade está

---

<sup>47</sup> Estas informações foram extraídas de um artigo do Sr. Cláudio Machado Nogueira, publicado na INTERNET no endereço: [www.ilumina.org.br](http://www.ilumina.org.br).

merecendo uma limpeza em regra a fim de que obtenha forças para oferecer a energia de que a cidade necessita. (O Nordeste, 10/01/60, p.8)

A imprensa critica também a Prefeitura de Fortaleza que ao assumir para si os serviços de força e luz, teria piorado a situação “ao entupi-lo de servidores inúteis percebendo vencimentos polpudos”.(O Nordeste, 16/03/60)

Os jornais ainda denunciam o prejuízo financeiro que a indústria têxtil está sofrendo por causa das interrupções de energia. “Prejuízo diário de 100.000,00 cruzeiros” (O Povo, 05/01/60).

O articulista do Jornal, nos dá maiores detalhes:

De dificuldades de toda ordem foi o primeiro ano da administração do Sr. Cordeiro Neto<sup>48</sup>, que andado da seca a Meca, no Rio, em busca de auxílio federal. Quando aqui esteve pela última vez, o Sr. Juscelino Kubstichek prometeu uma turbina ao Serviluz, para vir inaugurar em março próximo. O prazo concedido pelo Presidente da República está prestes a esgotar-se e não se tem notícia de que haja, sequer, sido encomendada a nova unidade geradora. Enquanto isso, a cidade vez por outra, entra no regime de trevas, com reais prejuízos para toda população. Além da energia, o Sr. Cordeiro Neto se defronta com outros problemas sérios, tais como o atraso no pagamento do funcionalismo e o da coleta do lixo que não se faz de modo satisfatório. (O Povo, 05/01/60)

O Jornal O Povo de 06/01/60 traz o relato do protesto que cerca de 100 operários do setor de fiação e tecelagem saem às ruas, liderados pelo Presidente do Sindicato da categoria, para protestar contra o regime de “cortes” de energia que ocorrem com frequência. Eram empregados da Fábrica Ceará Industrial uma das mais prejudicadas pelo problema.

Em 1962, o controle acionário da autarquia passa do Município de Fortaleza para a ELETROBRÁS e se transforma em CONEFOR – Companhia Nordeste de Eletrificação de Fortaleza. Paralelamente, a SUDENE criava a CERNE – Companhia de Eletrificação Rural do Nordeste que passou a atuar em algumas cidades do interior do Estado nas regiões do baixo e médio Jaguaribe e na Serra de Ibiapaba.

A CODENO foi então requisitada pelo Governador do Estado para tentar encontrar uma solução juntamente com a CHESF do problema da eletrificação no Ceará. Foi feito um convênio para resolução em forma de emergência no intuito de minimizar a situação quase insustentável vivida pelo setor.

---

<sup>48</sup> Prefeito de Fortaleza (1959-1963) pelo PL .

A eletrificação e a construção de estradas entraram no Plano Diretor da SUDENE, quando esta começou a atuar, por ordens diretas do Presidente Juscelino Kubstichek como demonstra a manchete do Jornal O Unitário: “Ceará beneficiado no novo plano diretor da SUDENE pedido por JK: mais energia e estradas. (Unitário, 3/8/60)”

Em 1960 a Usina hidrelétrica de Paulo Afonso passou a suprir a região sul do Ceará. Somente em 1964, já no Governo Virgílio Távora é que a CHESF passaria a atender a cidade de Fortaleza.

### 3.2.3. Problema de abastecimento d'água

1960 foi um ano de chuvas copiosas, mas a cidade vai sofrer com problemas de abastecimento d'água como lemos nessa notícia do Jornal Unitário:

População de Fortaleza novamente transtornada com racionamento d'água de Acarape:denúncias. O problema de abastecimento dágua de nossa capital atravessa uma fase difícil, Os moradores do trecho compreendido da Sólton Pinheiro e Joaquim Távora, há 6 dias segundo denúncia trazida ao conhecimento da reportagem não vêem pingar em suas torneiras uma gota dágua, um problema realmente difícil. Nestes últimos dias, os cabos da adutora de Acarape se partiram três vezes criando sério problema...Por outro lado, em outros trechos de Fortaleza, como Aldeota, o fornecimento está sendo feito racionado, criando uma série de grandes problemas à população, que tem que poupar o precioso líquido, para que não falte nas horas de necessidade.(Unitário, 4/8/60)

O Governador do Estado acusa Órgãos Federais como o Presidente da República e a SUDENE de não facilitarem a liberação de verbas para a ampliação das obras do “Acarape do Meio”. Segundo ele, o Presidente Jânio Quadros, sem solicitação estadual, teria encarregado o escritório Saturnino de Brito de realizar as obras de ampliação do Acarape do Meio com recursos provenientes do 2º Acordo do Trigo, no valor de Cr\$ 120.000.000,00. A liberação desses recursos deveria ser feita pela SUDENE que teria se “recusado a aplicar quaisquer recursos na ampliação da adutora do “Acarape do Meio”.

O DNOCS segundo o Governador estaria à espera de uma resolução do impasse para começar as obras.

A Lei 6.084 de 8 de novembro de 1962 criou a Autarquia que dirigirá daí em frente o saneamento básico do Ceará em convênio com o Serviço Especial de Saúde Pública.

### 3.2.4. Problemas de abastecimento via Porto do Mucuripe

No Porto do Mucuripe, o navio que trazia a farinha de trigo não pôde atracar e 09 padarias fecharam por falta do produto. O Jornal adverte que “se o navio não atracar até domingo, fecharão quase todas as padarias de Fortaleza” .(O Povo, 7/01/60). Como já foi dito, o Porto só comportava atracar dois navios por vez. O navio que trazia o trigo, o cargueiro “Navem Bárbara”, já estava a largo há vários dias, mas, sem poder atracar.

Estas notícias dão conta do estrangulamento da capacidade do Porto de Mucuripe que com o aumento das importações do Estado, tinha cada vez mais navios atracando no seu Porto. Como este só comporta dois navios por vez para descarregar seus produtos e esta descarga demora vários dias, aqueles produtos mais consumidos, no caso o trigo, começam a fazer falta no mercado de Fortaleza.

O consumo em Fortaleza cresce cada vez mais. Para se ter uma idéia desse aumento, a Alfândega do Ceará arrecadou em 1959 quase um bilhão de cruzeiros. Esse número seria superior em 300 milhões o ano de 1958. Segundo o jornal O Povo, “Embora sem possuir um grande parque industrial foi o imposto de consumo o que mais pesou para esse recorde de tributação no Ceará” (O Povo, 03/01/60)

O plano de ampliação e reforma do Porto de Mucuripe datam de 1959, mas, sua aprovação só vai ser efetuada em 1961. O Governo instituiu uma Comissão Dinamizadora do Porto do Mucuripe para acelerar as reformas pretendidas e esta preparou um plano e uma planta de reformas que foram aprovadas pelo titular da Pasta de Viação e Obras Públicas quando este visitou o Ceará em 1961. Sobre isto o Governador relata: “Tiveram início as obras de correção do assoreamento, por meio da construção de um espigão de retenção de areias e do alteamento e prolongamento do molhe, embora o ritmo de execução não venha sendo satisfatório. (Mensagem, 1962, p.IX e X)

Com a aprovação do Plano ele passa a integrar o Plano Portuário Nacional e o custeio dos serviços passa a ser financiado pelo Fundo Portuário Nacional. Mas o Governador reconhece que a execução das obras não está evoluindo de modo satisfatório.

### 3.2.5. O problema do café

O problema do fornecimento do café, abalou o consumo no Ceará em 1960 e chegou a envolver a figura do próprio Governador Parsifal Barroso, acusado de ter participado ou consentido no contrabando de café.

Este era vendido em Fortaleza, sob a forma de grãos. Eram então torrados e moídos nas próprias residências. Em Fortaleza, existiam apenas três moageiras fazendo a torrefação do produto.

O IBC<sup>49</sup> - Instituto Brasileiro do Café aperta a vigilância contra as empresas de torrefação e proíbe a mistura de produtos ao café. Somente 33 moageiras têm condições legais de funcionamento. O Jornal O Nordeste, de 12/11/60, explica a crise. Segundo ele, tudo corria às mil maravilhas quando o café era vendido no caroço para ser torrado e moído nas próprias residências.

Com a justificativa de baratear o produto e fiscalizar a qualidade do mesmo, o IBC proibiu a venda do café em caroço. Em pouco tempo multiplicaram-se as casas de torrefação que passaram não somente a torrar, mas a revendê-lo a um custo altíssimo. O Jornal acusa que eles recebiam uma saca em grão a Cr\$ 1.000 e a revendiam a Cr\$ 3.000,00. Os que compravam o produto não o repassavam para o comércio interno e sim para a exportação clandestina, contrabandeando-o para Paramaribo, um porto livre da Guiana Holandesa de lá revendido a outros países.

Essa prática teve como consequência imediata a falta de café no mercado interno do Estado, encarecendo o preço do produto, bem como, para aumentar o lucro, a mistura de outros produtos ao café. O Jornal acusa o IBC de fazer vistas grossas ao problema, liberando indiscriminadamente a licença para funcionamento de outras casas de torrefação e não fiscalizando como deveria fazer, o preço e o produto consumido no Estado

Em resumo, estes são os problemas mais críticos discutidos e combatidos pela sociedade cearense no período de 1958 a 1963. Claro que não são os únicos problemas e sofridos isoladamente não aguçariam nenhuma grave crise política. Vividos porém, em seu conjunto, acarretam problemas junto à população e minavam a popularidade dos governantes.

---

<sup>49</sup> Instituto Brasileiro do Café – entidade autárquica, com personalidade jurídica e patrimônio próprio, com jurisdição em todo o território brasileiro e destinada a realizar a política econômica do café brasileiro no país e no estrangeiro conforme Lei nº 1779 de 22 de dezembro de 1952 consultada através da Internet no endereço: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/L1779.htm> no dia 07/10/2010.

As mensagens enviadas à Assembléia Legislativa devem ser consideradas no plano político como uma forma de “mostrar serviços” e conseguir recursos para o ano seguinte. Vê-se claramente que os Governadores se eximem em muito das responsabilidades transferindo-as para outros setores co-participantes. O que vemos em conjunto é que no quadriênio do Governo Parsifal Barroso, a maioria das obras iniciadas só alcançarão término na gestão do Governador Virgílio Távora.

### 3.3. A Educação no Ceará de 1958 a 1963

É interessante, antes de tudo, conhecer alguns dados gerais sobre a educação no Ceará. Para começar, o levantamento do número de alfabetizados – sabem ler, escrever e contar – e dos analfabetos. Para essa comparação, escolhemos as faixas etárias que nos interessam, a saber, aquelas que deveriam estar cursando o ginásio ou primeiro ciclo – 10 a 14 e a faixa que compreende os que deveriam estar cursando o colegial ou segundo ciclo – 15 a 19. Estes dados não significam, no entanto, que estas pessoas estivessem freqüentando a escola. Comparemos os dois censos:

ANO	1950		1960	
	10-14	15-19	10-14	15-19
FAIXA ETÁRIA				
Sabem ler	80.414	94.526	139.496	151.961
Não sabem ler	275.481	174.792	284.838	192.291

Dados estatísticos extraídos do Censo de 1950 e 1960 – IBGE

Cabe aqui lembrar que a população total do Estado do Ceará em 1950 era de 2.695.450 e a de 1960 era de 3.289.595.

Em 1958 o Ceará conta na área do ensino médio com 177 unidades escolares, um corpo docente de 2.272 professores, aqui incluídos público e privado, e 26.939 alunos matriculados assim distribuídos:

Ramos do ensino	Unidades escolares	Corpo docente	Matrícula inicial
Secundário	109	1.621	21.827
Comercial	20	205	2.432
Industrial	04	42	217
Agrícola	01	12	115
Normal	43	392	2.348

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil – 1958 – IBGE – Ano XIX

Logo se vê a diferença substancial entre os dados referentes ao ensino secundário e os demais ramos de ensino. É interessante observar que o ensino comercial, embora com menos estabelecimentos, supera em número de matrículas o ensino normal. A explicação pode estar ligada ao fato de que este último era predominantemente feminino, fazendo com que os homens procurassem pelo ensino comercial em segundo lugar, quando não conseguiam ingressar no secundário.

Uma das explicações para um maior número de estabelecimentos que oferecem ensino comercial é que ele não exigia um investimento mais arrojado como laboratórios e equipamentos. O curso comercial baseava-se praticamente a aprendizagem de preenchimento de papéis o que tornava o custo bem mais baixo como cadernos de contabilidade, preenchimento de formulários, redação de ofícios, serviços de caixa entre outros.

Quanto à dependência administrativa ainda tendo como base o ano de 1958 o Ceará possuía dois estabelecimentos vinculados ao governo federal, seis amparados pelo Estado, quatro no âmbito municipal e noventa e oito estabelecimentos particulares.

A evolução histórica do ensino público no Ceará pode ser resumida nos termos da mensagem enviada à Assembléia Legislativa em 15 de março de 1961 pelo Governador Parsifal Barroso, na qual ele faz uma exposição de motivos para justificar a solicitação de desmembramento da Secretaria de Educação e Saúde em Secretaria de Educação e Cultura e Secretaria da Saúde.

Vejamos algumas informações importantes desta exposição de motivos para compreendermos o quadro da situação educacional pública cearense no período em apreço.

O Governador começa dizendo que a medida é necessária porque “é sabido que toda a evolução histórica da organização administrativa dos negócios educacionais no Ceará revela uma quase ausência de sistematização e estruturação orgânica...” (Mensagem, 1961, p.76).

O Liceu do Ceará foi criado, numa tentativa de minorar esse problema, com duas funções bem definidas: o ensino e a direção da Instrução Pública. Logo se percebeu que a



duplicidade de funções não funcionava, mas a mudança só veio no fim do período monárquico, quando foi criado o cargo de Diretor da Instrução Pública. Era, no entanto, um cargo meramente ilustrativo, fruto de apadrinhamento e não teve muita eficácia para gerenciar os problemas educacionais do Ceará.

Em 1922, Justiniano de Serpa então Governador do Ceará, convida Lourenço Filho para regulamentar o ensino no Ceará. Ele teria dado um caráter mais técnico e científico à estrutura inspirado que era na Escola Nova de John Dewey.

O que foi aplicado dessa reforma teria sido no entender do Governador, apenas aquilo “que dizia respeito à complicação da máquina administrativa sem a sua necessária adequação ao objetivo que o inspirou”. (Mensagem, 1961, p.77)

Tivemos à frente da Instrução Pública personalidades como o Dr. Moreira de Sousa, que exerceu o cargo no início da década de 30, mas a burocracia se impunha mantendo a máquina emperrada e a filosofia da escola nova não teve sua continuidade.

Em 1935, agora sob a direção do Pe. Helder Câmara, o Decreto nº 156 de 23/09/35 transformou a Diretoria da Instrução Pública em Departamento Geral de Educação e que seria subdividida em parte técnica e parte administrativa.

Em 1945, através do Decreto-lei nº 1.440, de 12/12/45, seria criada então a Secretaria de Educação e Saúde do Estado.

A educação, mesmo com a Secretaria, ainda permanecia carecendo de sistematização e na ausência de profissionalização ligada ao setor. A mensagem acusa de serem os cargos ocupados na Secretaria escolhidos por motivos político-partidários, não elegendo para a função técnicos ligados à Educação.

A criação de novos órgãos como a Diretoria de Fiscalização e Orientação de Ensino foram criados sem obedecer a um plano geral de metas pré-estabelecidas. As instruções, os regulamentos e as normas se chocavam, por falta de uma visão de conjunto e as funções “não bem definidas ou invasoras de atribuições alheias, passaram a atritar-se, com visíveis prejuízos para a coisa pública”. (Mensagem, 1961, p. 78)

A Diretoria de Fiscalização e Orientação de Ensino transformou-se em Diretoria do Ensino Primário e Normal, mas, suas funções restringiam-se a fiscalização e tarefas rotineiras burocráticas.

Além disso, o acúmulo de funções como cuidar do ensino e da saúde fazia com que nenhum dos dois tivesse resultados satisfatórios para o Estado.

Para se ter uma idéia dessa falta de sistematização e de organização da educação no Ceará a Biblioteca Pública e o Teatro José de Alencar estavam subordinados à Secretaria do Interior e da Justiça.

O sistema do ensino do Estado obedecia às normas prescritas pela Constituição Estadual – título VI – Capítulo II – Da Educação e da Cultura – Art. 144 usque 157. Em linhas gerais ela é *ipsis verbis* o da Constituição Federal de 1946 então em vigor.

Dentre os artigos que mais nos interessam, está aquele que trata da competência do Estado e dos municípios.

*Art. 148. Ao Estado e aos Municípios cabe a todos proporcionar os meios de adquirirem gratuitamente instrução primária e profissional.*

E às obrigações das escolas particulares:

*Parágrafo Único do Art. 147. Os estabelecimentos particulares de ensino que forem subvencionados pelo Estado deverão proporcionar ensino gratuito a estudantes provadamente pobres, em número e pela forma que serão determinados em lei.*

Sobre o pagamento de taxas.

*Art. 156. O Estado não cobrará taxas e emolumentos dos estudantes provadamente pobres dos cursos normal, secundário e superior dos estabelecimentos de ensino oficiais ou oficializados.*

E acrescenta que lei ordinária fará a disciplina desse artigo, bem como a criação de prêmios e bolsas de estudos para os estudantes que se distinguirem.

Por fim, o percentual de investimento que compete aos Estados para a educação.

*Art. 157. O Estado e os Municípios aplicarão, no mínimo, vinte por cento da renda tributária na manutenção e desenvolvimento do sistema educativo que for organizado pelo Governo.*<sup>50</sup>

No que se refere às escolas há por parte do Governo uma tentativa de atender ao aumento da demanda através da construção de mais salas de aulas nos prédios já existentes, e tal era a necessidade que estes prédios passavam a funcionar antes mesmo de terem suas reformas concluídas.

Em 1950 a cifra de analfabetos no Ceará era de 69%. Os “Jardins de Infância” eram poucos, uns quatro na capital e dois no interior – provavelmente nas cidades maiores – e todos de iniciativa privada. O primeiro Jardim de Infância amparado pelo Estado foi fundado em 1934 e nasceu de um convênio com a Prefeitura. Surgiu assim a Cidade da Criança.<sup>51</sup>

<sup>50</sup> Constituição Estadual do Ceará

<sup>51</sup> SOUSA, José Moreira. Sistema Educacional Cearense. p. 94

Os estabelecimentos de ensino secundário oficiais do Estado do Ceará em 1960 somavam seis – 3 na capital, e três no interior do Estado – localizados nas cidades de Sobral, Russas e Juazeiro do Norte.

Dentre os estabelecimentos particulares, a maior parte deles pertencia às ordens religiosas e funcionavam em prédios próprios da entidade mantenedora.

Com um número escasso de estabelecimentos oficiais ginásiais e colegiais, só restava a opção de estudar nos colégios particulares ou abandonar os estudos, ou se matricular em cursos profissionalizantes.

O Governo adotou a política de distribuição de bolsas de estudos para estudantes carentes, mas, esta distribuição obedecia a critérios pouco transparentes o que fazia com que fossem agraciadas pessoas não necessariamente pobres.

A política de distribuição de bolsas de estudos havia sido incrementada em 1954, quando foi criado o Fundo Nacional de Ensino Médio, que carrega recursos da União para distribuição de bolsas do governo federal. E em 1961, com a promulgação da 1ª LDB, e a conseqüente função supletiva da União no campo educacional, a distribuição de bolsas incentivou ainda mais as escolas particulares. Amado analisa:

As bolsas de estudo assumiam incalculáveis proporções, em vista da orientação que relegavam o ensino público à condição de supletivo, nos estritos limites da falta de escolas particulares, e, conseqüentemente, significavam canalizar para o ensino privado, com extrema prioridade, os recursos para a educação. (AMADO, 1973.p.85)

Nesta análise não estão citadas as condições da escola primária no Ceará por não ser este objeto de estudo desta dissertação.

Acreditamos que os incentivos que carregaram recursos para as escolas particulares permitiram e incentivaram também o desenvolvimento da CNEC no Ceará, porque como a maior parte de sua clientela era formada por alunos carentes, maior era a disponibilidade de bolsas para estes estabelecimentos.

Em resumo, poderíamos concluir a respeito da situação escolar no ensino secundário do Ceará alguns traços bem marcantes e que seriam:

- a) Poucos estabelecimentos mantidos pelo Poder Público que ofertassem educação ginásial e colegial;
- b) Como conseqüência, era viável o investimento em escolas particulares para atender a essa demanda que a escola pública não comportava;

- c) Uma massa de alunos ficava à margem da educação por não terem condições de pagar uma escola particular ou de passar nos exames nos colégios mantidos pelo Estado;
- d) Uma continuidade escolar interrompida pelas seleções: Exames de Admissão e Vestibulares;
- e) Pouca procura pelos cursos profissionalizantes, à exceção do Curso Normal e do Ensino Comercial.

Esses fatores percebidos em seu conjunto dificultavam o acesso escolar de alunos pobres e que até a década de 1940, se conformavam com o ensino primário. Vejamos agora alguns fatores que podem ter influenciado no aumento da demanda escolar nesse período subsequente o que explicaria a grande aceitação da Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos pelos cearenses.

### **3.3.1. A oferta de vagas nas escolas públicas no Ensino Secundário**

A política estadual nos anos estudados se resume a aumentar salas de aulas nos prédios já existentes. Isso apenas diminuía o problema, mas, não o resolvia já que a cada ano, alunos aprovados nos Exames de Admissão eram matriculados pela ordem de classificação, por falta de vagas nas escolas públicas.

Esta situação gerava por vezes, da parte de pessoas mais aquinhoadas, processos jurídicos que obrigavam os ginásios e colégios a matricular os alunos nessas condições. De onde se conclui que pessoas de todas as classes sociais procuravam por vagas nesses colégios. A situação não era exclusividade do Ceará, mas do Brasil como um todo. Também o Colégio Pedro II foi obrigado juridicamente a matricular excedentes e teve que adquirir um prédio para nele colocar os alunos excedentes do vestibular.

O aproveitamento das vagas das escolas públicas por pessoas de situação financeira acima da média já fazia parte das denúncias contra o sistema escolar. Tentando defender o ensino particular o articulista do Jornal “O Nordeste” acusa o Governo de Estado de tentar desestabilizá-las aumentando o número de matrículas e aproveita para denunciar:

Os governos aos poucos vão matando a iniciativa particular no campo educacional. No Ceará, o primeiro golpe profundo vibrado foi o aumento excessivo da matrícula nos estabelecimentos oficiais. Os Colégios oficiais de Fortaleza estão com uma frequência muito superior à população de

grande número de cidades cearenses. Seria justificável este fenômeno se tivesse por fim aproveitar os estudantes pobres. Mas não é isto que se vê. A maior parte dos alunos destes colégios é gente muito bem situada economicamente. (NOGUEIRA, in O Nordeste, 23/02/60, p.4)

A Escola Normal Justiniano de Serpa, por exemplo, teve em 1958, 200 alunas aprovadas, 89 aprovadas e não classificadas e 341 reprovações. Foi necessário criar mais uma turma para abrigar o contingente de 289 alunas aprovadas. Se não o fizesse, somente 200 seriam classificadas. (Jornal O Povo, 3/01/58).

Nesse mesmo ano, o jornal destaca que “nada menos que 570 jovens querem uma vaga no Liceu. 300 rapazes e 270 moças”. (O Povo, 22/01/58).

É ainda em 1958 que o Ministro da Educação Clóvis Salgado visita o Ceará para a inauguração do Instituto Rural de Pesquisas no Ceará. Em entrevista ao Jornal o Povo, ele reclama da pouca procura dos alunos aos cursos profissionalizantes e da crescente demanda pelo ensino secundário. Fala dos incentivos que o Governo tenta oferecer para minimizar os problemas do ensino médio, como criação de Faculdades de Filosofia, preparação de professores com os cursos da CADES, suplementação de salários para professores e oferta de bolsas de estudos para alunos carentes. Mas ele mesmo reconhece que estão muito aquém de solucionar o problema. Garantiu ainda que o Governo Federal dispensaria 10% da arrecadação tributária no campo educacional, dando prioridade ao ensino primário. Ao ensino médio ele promete “melhor cuidado”. (O Povo, 24/01/58).

A procura por vagas no início de cada ano letivo era quase desesperadora. O Jornal O Nordeste publica uma carta em que a signatária pede para que o Governo aumente o número de vagas para mulheres, como pode ser vista a seguir:

Com vista ao Professor Amorim Sobreira  
Recebemos  
Fortaleza, 16 de fevereiro de 1960  
Ilmo. Sr. Diretor de O Nordeste  
Saudações

Sirvo-me desta para solicitar seja feito por intermédio deste veículo veemente apelo ao Professor Amorim Sobreira, mui digno diretor do Instituto de Educação, o sentido de que sejam criadas mais turmas no turno da noite daquele estabelecimento de ensino.

O número de moças que deseja e que “precisa” estudar é grande; e das que podem pagar é mínimo. Por isso muitas vezes moças pobres se vêm na contingência de paralisar seus estudos por não poderem pagar colégios. Espero que o Professor Amorim reflita sobre o assunto e se disponha a criar novas turmas a amparar, portanto, mais moças pobres.

Agradece, penhorada uma estudante pobre, leitora de O Nordeste (O Nordeste, 18/02/60)

A oferta de empregos para mulheres se restringia àquele tempo, à profissão de professora e ao comércio.

Para se ter uma idéia da procura por vagas, o Governador Flávio Marcílio, em sua Mensagem ao Legislativo, afirma que em 1958, apesar de ter aumentado 24 salas no Colégio Estadual do Ceará - como também era conhecido o Liceu -, perfazendo um total de 40 salas, se matricularam nada menos que 3.950 alunos, sendo 3.120 masculinos e 830 na Seção feminina. (Mensagem, 1958, p.104).

Ainda em face da pressão feita pelos alunos que passaram e não foram aproveitados por conta do número de vagas, ele determinou que neste ano todos os alunos aprovados no Exame de Admissão no Colégio Estadual e no Justiniano de Serpa fossem matriculados independentes de classificação. Seriam criadas tantas turmas suplementares quantas fossem necessárias para atender aos aprovados. (O Povo, 24/01/58)

A conseqüência desta atitude é que o ano letivo teria início sem salas suficientes nem carteiras para todos o que fazia com que os alunos assistissem aulas em pé. O problema se repete com os alunos do curso noturno em que os estudantes acotovelam-se e dividiam uma cadeira para dois.

O movimento estudantil secundarista fez pressão para que o Diretor do Liceu colocasse em atividade as salas que estavam prontas, esperando pela inauguração. Mesmo assim, não foi suficiente como demonstra essa nota no jornal O Povo:

À meia-noite de ontem no Colégio Estadual do Ceará a distribuição de cartões de autorização de matrículas. Centenas de jovens e pais de famílias ali estiveram disputando vagas. O Dr. Boanerges Sabóia, Diretor do Liceu, atendeu a todos os casos na medida do possível, ficando como era natural, muitas pessoas sem conseguir vagas. (Jornal O Povo, 28/02/58).

Em 1959 foram criados os Ginásios de Crato e Sobral. Era uma tentativa de reter nos seus lugares de origem os alunos e assim desafogar um pouco a demanda crescente da capital. O plano do governo era gradativamente transformá-los nos primeiros colégios estaduais do interior do Estado.

Nesse mesmo ano é feito um Convênio com A Campanha Nacional de Educandários Gratuito – sigla anteriormente utilizada pela CNEC - para que este expanda sua ação sobre

outros Municípios do Estado, principalmente na zona do Sertão. Essa expansão nós voltaremos a comentar no próximo capítulo.

Mas o fato é que na mensagem do Governador Parsifal Barroso para a Assembléia Legislativa em 1961 está a informação de que em seu governo não criará mais Ginásios por conta desse Convênio. Dada a importância dessa informação para esta dissertação, transcrevemos trechos dessa mensagem:

A crescente dificuldade em se obter do Governo Federal o auxílio que obrigatoriamente lhe cumpre propiciar aos Governos Estaduais, aliada à circunstância de não haver sido obtido o financiamento para o reaparelhamento e a expansão da rede escolar primária, levaram o Poder Executivo a criar um Fundo Especial, destacado do Fundo de Incremento à Produção, para custear as irradiáveis despesas com a melhoria do ensino do primeiro grau...Deliberou o Governo não mais criar Ginásios Estaduais, atendendo as crescentes solicitações de expansão da rede ginasial através da Campanha de Educandários Gratuitos, que é a melhor solução para o difícil problema.(Grifo meu). A instalação e manutenção dos estabelecimentos de ensino secundário no interior exigem recursos e providências acima da capacidade atual de atendimento da Secretaria da Educação, cada vez mais assoberbada com os problemas dos Colégios Estaduais do Ceará e de Fortaleza.<sup>52</sup>

Na tentativa de solucionar o problema da capacidade, a Lei 4743 de 15 de janeiro de 1960 desmembrou do Instituto de Educação o curso ginásio-colegial que passou a funcionar no Colégio Estadual de Fortaleza, ficando aquele com o Curso Normal e os anexos pré-primário e primário.

No Liceu ou Colégio Estadual do Ceará, foram feitos reparos e a aquisição de novas carteiras, mas o que o governador considerou de maior relevância foi a ligação do abastecimento d'água via Acarape, pois até então o prédio não tinha água encanada.

Em 1962, no Colégio Estadual do Ceará o Governo teve que utilizar salas do Grupo Escolar Visconde do Rio Branco para abrigar os excedentes. A matrícula este ano havia sido de 5.082<sup>53</sup> alunos. O próprio Governador reconhece que esta não teria a melhor das soluções já que o referido estabelecimento não possuía água nem instalações sanitárias.

O mesmo sucedeu com o Colégio Justiniano de Serpa, que distribuiu 3350 alunas nos três turnos e teve que ser improvisado um Anexo para ocupar as salas do Grupo Escolar

<sup>52</sup> Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa em 15 de março de 1961 pelo Governador Parsifal Barroso

<sup>53</sup> Idem, p.64

Rodolfo Teófilo para onde foram estudar 127 alunas excedentes. No próprio Colégio as condições sanitárias também não mais atendiam a crescente demanda<sup>54</sup>.

É interessante destacar a utilização dos Anexos, idéia que comumente é atribuída ao Governo que viria em seguida – Virgílio Távora – mas que teve início no Governo de Parsifal Barroso. Ele inclusive faz uma alusão nesse sentido, dizendo ter sido lançada, com a idéia dos Anexos, uma semente para a futura descentralização do ensino oficial, um sonho à longo tempo acalentado que era fazer a escola ir às alunas, em vez de obrigá-las a se deslocarem de seus bairros longínquos para o centro urbano. (Mensagem, 1961 pgs.63/64/65).

Nós tínhamos em 1960, os seguintes estabelecimentos de ensino secundário, mantidos pelo Governo do Estado:

Colégio Estadual do Ceará ou Liceu  
 Colégio Estadual Justiniano de Serpa  
 Colégio Estadual de Quixeramobim  
 Ginásio Dom Tupinambá da Frota (Sobral)  
 Ginásio Estadual de Iguatu  
 Ginásio Estadual Governador Flávio Marcílio (Russas)  
 Ginásio Estadual de Juazeiro do Norte

A expansão do ensino profissionalizante dependia inteiramente de recursos federais. O governo estadual anuncia na mensagem à Assembléia que em 1960 deliberou a criação de sete escola de artes industriais em Sobral, Baturité, Nova Russas, Várzea Alegre, Juazeiro do Norte, Camocim e Russas.

Em 1961 nós teremos o desdobramento da Secretaria de Educação e Saúde em Secretaria de Educação e Cultura e Secretaria de Saúde e Assistência. O desdobramento fez parte de uma reforma administrativa ainda no Governo Parsifal Barroso, encaminhada ao Legislativo.

O Governo continua com o convênio com a CNEG acreditando assim estar colaborando com a melhoria do ensino médio no Estado e com a política de transformar os Ginásios em Colégios para desafogar a demanda dos Colégios Estaduais.

Quando Virgílio Távora assume o Governo do Ceará, sua primeira mensagem, referente o ano de 1963, reflete algumas das mudanças que ele pretende executar na sua gestão. O Governador lança as bases do PLAMEG – Plano de Metas Governamentais, que fora a plataforma de seu programa de governo apresentado durante a campanha.

Na área educacional ele faz o seguinte discurso:

---

<sup>54</sup> Idem, ibidem.



A ação do governo no setor educacional deve ser entendida como a prestação de um serviço público de capital importância, que a todos deve ser oferecido, para o desenvolvimento integral da comunidade. Dentro dessa perspectiva, foram empenhados esforços no sentido de que o Estado oferecesse um número maior de vagas ao lado de condições mais satisfatórias e melhor qualidade de ensino. (Mensagem, 1963, p.30/31).

Em relação ao Ensino Médio, propõe um aumento de 40.000 vagas nas escolas secundárias. Para esse governo a ampliação do ensino médio “decorre da melhoria quantitativa e qualitativa da escola primária”. (Idem, p.32). Por conta disso, a ação do governo em seu primeiro ano limitou-se a: “regularização dos colégios oficiais existentes, através do aproveitamento mais racional do corpo docente, da definição jurídica e funcional dos quadros de pessoal e da instituição de novos critérios para o ingresso no Magistério Oficial”. (Mensagem, p. 32) dentre outras.

Em suma, o Governo de Virgílio Távora procurou tratar da sistematização do ensino e dos aspectos qualitativos desta, mudando a política do “entusiasmo pela educação” para o “otimismo pedagógico”. Alguns ginásios e colégios foram estadualizados nesse período no interior do Estado, inclusive algumas escolas administradas pela então CNEG.

Outra ação inovadora desta gestão foi o “financiamento total da matrícula de estabelecimentos do interior, condicionado aos padrões pedagógicos locais”. (Mensagem, 1962, p.33).

Vemos então, delineados os principais problemas referentes à educação no Estado do Ceará. Este atua com a função supletiva tendo em vista que não mais consegue resolver os problemas gerados pelo seu próprio sistema de ensino.

O Governador Parsifal Barroso (Mensagem, 1961, p.VIII), ao refletir sobre as mudanças políticas no país face à renúncia de Jânio Quadros, vai denunciar a situação de abandono em que vive a região Nordeste e declara que os principais problemas econômicos enfrentados pelo Ceará como a ampliação do Porto do Mucuripe e a eletrificação do Centro-Norte do Ceará, somente foram equacionados com os planos do próprio governo estadual “embora a responsabilidade de sua elaboração fosse da alçada federal e de há muito reclamada.”

Romanelli faz uma interessante discussão sobre o problema da demanda escolar ocorrida no Brasil. Ela parte do estudo das relações entre desenvolvimento e educação. Podemos retirar de sua análise o que diz respeito à demanda escolar. Segundo ela há dois tipos de demanda: uma demanda potencial e uma demanda efetiva. A primeira é proporcional ao crescimento vegetativo, isto é, a demanda escolar tende a crescer porque a população também está

crescendo. Quando isto acontece o Estado se encontra planejado para ofertar vagas levando em consideração a evasão escolar por exemplo.

O problema aparece quando ocorre a demanda efetiva que seria aquele em que, além do crescimento natural, haveria um forte incentivo para a continuidade escolar. Isto é, não haveria a desistência dos estudos. Quando isso acontece, há um estrangulamento na oferta e surge a carência de vagas e a pressão por mais escolas. Aqueles que não conseguem, por conta dos pontos de estrangulamento a continuidade escolar, começam a fazer pressão por mais vagas e principalmente, para que estas sejam ofertadas pelo poder público já que, não há carência de vagas na rede privada de ensino.

No caso da educação no Ceará, havia uma demanda potencial, que cursava o primário gratuito e embora precário, atendia às necessidades da população. A mudança de populações do meio rural para o urbano e destes para as capitais e a necessária qualificação para a obtenção de emprego, gerou uma demanda efetiva, que em nosso caso, não está necessariamente ligada à industrialização, mas à urbanização.

Romanelli (1978) faz ainda uma distinção que diz respeito ao tipo de educação que é buscada por essa demanda. E diferencia:

- a) se a demanda efetiva da educação cresce a um ritmo mais acelerado do que a oferta, a defasagem se exprime em termos quantitativos. Isso pode significar também que a expansão do ensino esteve aquém das necessidades sociais do desenvolvimento;
- b) se, além disso, a demanda não aspira ao ensino que corresponde às reais necessidades econômicas e pressiona o sistema escolar para fazer expandir um tipo de ensino tradicional,, a defasagem exprime-se em termos estruturais; (ROMANELLI, 1978, p.28).

Há uma visão da educação como salvação. Ela seria a única capaz de conseguir trabalho decente e bem remunerado. Mas não necessariamente uma educação técnica e/ou científica. Daí a desigualdade entre a necessidade de crescimento econômico e a falta de pessoal qualificado como ocorreu quando a SUDENE e o BNB pretenderam criar e aplicar os projetos no Ceará.

O Jornal O Nordeste através de artigo do Senhor Pierre Chiovenda dá exatamente o tom dessa imagem salvífica: Vejamos alguns trechos:

No coração de todos os povos latino-americanos existe um desejo incoercível de progresso. Queremos todos ir para a frente. Queremos avançar na estrada do desenvolvimento. Acima de tudo, queremos elevar nossos níveis de vida...O desenvolvimento econômico não é um chapéu que se compra já pronto em alguma loja...O desenvolvimento econômico é algo que se obtém com trabalho árduo e persistente...Tal trabalho precisa, por certo, ser moldado pela educação...Por isso a nossa responsabilidade inicial na luta pelo desenvolvimento é abrir escolas...Enquanto o povo não estiver educado não há progresso permanente. (CHIOVENDA, in O Nordeste, 1960, pág.4)

Vemos claramente “o entusiasmo pela educação” - aspecto quantitativo - e a imagem salvífica que esta tem sobre a humanidade. O entrave encontrado no processo tal como ele se apresenta é que o ensino secundário não preparava o indivíduo para o desenvolvimento já que o curso secundário era apenas um curso de passagem para o nível superior.

### 3.3.2. O processo de Seleção Escolar

O aluno depois de ter cursado o pré-primário e as quatro séries do primário, deveria se quisesse continuar seus estudos, prestar exames de Admissão para cursar o Ginásio que constava de quatro anos. Eles deveriam ser feitos pelos estabelecimentos de ensino secundário. Era o primeiro ponto de estrangulamento e motivo de desistência.

WEREBE (1970 p. 133) afirma que em determinado momento esta procura tornou-se tão acirrada que eles se transformaram em verdadeiros concursos. A falta de preparo adequado, as provas cada vez mais exigentes, a reprovação e a repetência representam um impasse para aqueles que desejassem continuar seus estudos. Ela ressalta que a falta de objetivo da escola secundária e a falsa visão que os pais têm da aquisição deste ensino seriam os responsáveis pelo que ela denomina de *examecentrismo*.

A escola secundária é vista por pais, alunos e até educadores como instituição que diploma, e não como uma casa de educação, onde se deve formar o adolescente, e dar-lhe sólida base cultural para prosseguir os estudos ou para desempenhar as funções exigidas pela sociedade. Daí o “examecentrismo” dentro da escola. Tudo se faz em função das provas e pelas provas, de cujos resultados depende a promoção e, ao fim dos estudos, a obtenção dos títulos. (WEREBE, 1970, pág.150)

Depois disso, ele teria que após o secundário, prestar vestibular para as Instituições Superiores. Muitos não o conseguiam e para estes havia a alternativa de se voltarem para os cursos técnico-profissionalizantes.

O Liceu do Ceará possuía dois tipos de seleção:

- Exame de seleção: destinado a estudantes de outras instituições que desejassem se transferir para o Liceu;

- Exames Complementares do Segundo Ciclo: destinado a alunos que tivessem concluído o Normal ou outro curso profissionalizante e que desejasse ingressar no nível superior;

Existiam ainda as seleções para os exames de segunda época e que geralmente eram dados cursos de férias para prepará-los.

No caso destes exames complementares do segundo ciclo eles aconteciam porque era necessário quando da transferência, que aquelas disciplinas não cursadas passassem por exames de adaptação. Não foi regra geral, mas alguns colégios como o Liceu, por exemplo, instituíram um tipo de vestibular para a seleção.

Ainda em 1958, o Governo do Estado, tentando minimizar os efeitos dessa demanda, abriu inscrições através da Diretoria de Fiscalização e Orientação do Ensino para o Curso Complementar e Especializado no Grupo escolar Presidente Vargas com o objetivo de preparar alunos carentes para os Ginásios particulares e oficiais de Fortaleza. Anuncia o jornal:

Trata-se de um curso de Admissão de âmbito estadual gratuito, que funcionará pela manhã e tarde, na sede do antigo Grupo Escolar “Presidente Vargas”, no cruzamento da avenida Duque de Caxias com General Sampaio. O Curso de Admissão Presidente Vargas... está matriculando alunos de ambos os sexos e vem satisfazer uma necessidade imperiosa dos estudantes pobres que não estão em condições de pagar cursos de preparação particulares. (O Povo, 25/02/58).

A intransigência e a distorção da situação levaram inclusive o diretor de Instituto de Educação, o Sr. Boanerges de Farias Sabóia, a sugerir a criação de uma “Lei para os repetentes”. Sua sugestão era de que “para esses alunos repetentes ele irá pedir uma Lei Especial para “coibir a matrícula de alunos que desejem “passar por antiguidade”. (O Povo, 26/02/58). Justifica o diretor, que a medida se faz necessária por conta do afluxo de pessoas que conseguem a vaga e permanecem ocupando esta vaga através da repetência e fazendo com que todo ano o Colégio tenha que acrescentar novas salas de aula para atender aos que o procuram.

Se percebe então, por essa forma de pensar, que os dirigentes dos estabelecimentos de ensino ainda não tinham entendido que esse aumento da demanda escolar tinha origem em causas muito mais complexas que a ocupação de vagas por estudantes repetentes.

As provas orais eram um fator que contribuía para a repetência. Eram utilizadas antes de entrar em vigor a LDB de 1961. Todo aluno tinha que prestar exames de forma oral. A cada um era dado o tempo de cinco minutos para cada questão formulada num total de 10, de cada matéria. Essa avaliação era aplicada por uma banca de três professores. Amado comentando sobre essas provas afirma: “Havia dificuldade em constituir banca de três examinadores, que muitas vezes se reduziam a dois ou mesmo a um só. Por outro lado, crivavam-se os examinadores de pedidos de notas que completassem a aprovação. Sob vários aspectos os exames orais eram deseducativos” (AMADO, 1973, p.28)

Os jornais analisados ainda levantam que, ao lado dos exames de admissão, existiam os famosos “pistolões”, tão comuns até hoje e que pode ser explicado a partir do patrimonialismo, que sempre esteve presente nos atos públicos de nossa história nacional.

A seleção escolar possibilitava a um seletivo número de indivíduos, em condições mais favoráveis, adquirir habilidades impossíveis de serem atingidas de outro modo e jogava para a margem do sistema uma massa de reprovados para os quais as limitações de ascensão social se tornam mais difíceis de alcançar.

Romanelli (1978) bem expressa os “pontos de estrangulamento” do sistema de ensino brasileiro.

Fala-se, muito no Brasil, em pontos de estrangulamento no sistema educacional, pontos que correspondem às passagens de um para outro nível de ensino. Verifica-se uma diminuição na oferta de escola, à medida que se sobe na escala dos níveis. Considera-se, por exemplo, o mais recente e, inquestionavelmente, o mais estreito ponto de estrangulamento do sistema educacional brasileiro – o correspondente ao ingresso na Universidade. Cremos, aliás, não incorrer em exagero, se afirmarmos que todo sistema educacional é um imenso ponto de estrangulamento. (ROMANELLI, 1978. p. 86)

E conclui sobre as conseqüências dessa seleção escolar:

É assim, pois, que vivemos um grande paradoxo: ao mesmo tempo em que o crescimento da demanda efetiva de educação pressiona o sistema, para que este abra amplamente suas portas a uma massa, dia a dia mais numerosa, ele se fecha em si mesmo, acolhendo apenas parte da população e, depois, selecionando ainda mais essa parte privilegiada através de um mecanismo que fez com que, de cada 1.000 alunos admitidos à 1ª série primária, em 1960, apenas 56 tinham conseguido ingresso no ensino superior, em 1971, conforme dados do Ministério de Educação e

Cultura. Para cada 103 crianças que ingressaram no primário, apenas 1 atingiu o ensino superior. (Idem, p. 90)

### 3.3.3. O financiamento da Educação no Ceará

Com a crescente demanda, os Governos federal, estadual e municipal tiveram que assumir sua função supletiva na concessão de bolsas de estudos para alunos carentes e subvenções para as escolas particulares. Isso fazia com que alunos pobres pudessem estudar em colégios particulares.

Em 1954, o Governo de Raul Barbosa (1951-1955), criou verba orçamentária específica destinada aos bolsistas do ensino médio. O Poder Legislativo inspirado no mesmo modelo, cria outra verba que seria distribuída entre os deputados para serem distribuídas entre a população.

A verba orçamentária para a educação, no ano de 1958, foi de Cr\$ 3.000.000,00. Diz o Governador Flávio Marcílio: “Grande foi o número de bolsas de estudos concedidas a estudantes, pelo Estado, ao qual ofereceram algumas instituições várias outras para cursos de especialização. (Mensagem, 1958, p.?).

A distribuição era feita pela Diretoria de Orientação e Fiscalização do Ensino, em número de 1.000, ao preço unitário de três mil cruzeiros (Cr\$ 3.000,00) por bolsa, anualmente.” (Idem, p.?).

No ano de 1959, consta na relação das bolsas concedidas uma lista de colégios particulares, perfazendo no total a soma de Cr\$ 3.474.539,90. Já o ano de 1960 o gasto com bolsas de estudos “contou com a dotação orçamentária de Cr\$ 4.500.000,00, distribuídos para 1.500 matrículas, cabendo a cada bolsista um auxílio correspondente a Cr\$ 3.000,00.” (Mensagem, 1960, p.80) por bolsa anualmente.

Em 1960, é criado o Fundo Especial, destacado do Fundo de Incremento à Produção para custear as despesas com a melhoria do ensino do primeiro grau. Na Mensagem ao Legislativo, o Governador Parsifal Barroso reclama que a necessidade de criar esse Fundo se deu por causas das constantes negativas do Governo Federal frente ao suprimento destes recursos.

Nas demonstrações de gastos nas mensagens cabem inúmeras despesas com colégios particulares, Ordens religiosas, obras filantrópicas, auxílios à Arquidiocese de Fortaleza, entre outras instituições beneficiadas.

Em 1961, com a implantação da Lei 4.024 a distribuição de bolsas de estudos sofreu um considerável incremento.

Porém, em várias manchetes jornalísticas vemos a denúncia do atraso do pagamento dessas bolsas, o que fazia com que os colégios proibissem a renovação das mesmas ou impedisse os alunos de assistirem aulas.

O quadro que foi mostrado nestes tópicos nos trazem uma visão panorâmica da situação educacional do Estado do Ceará. Esse quadro se repetia em outros Estados da federação e as causas da crescente demanda escolar giram em torno da urbanização e da industrialização que acontecia no país.

Não consideramos neste trabalho que a industrialização tenha sido um fator preponderante de demanda escolar no Ceará, porque vimos que os cursos industriais atraíam parcelas diminuta da população. Além do mais, as indústrias eram de transformação de matérias-primas, o que significa dizer que não precisava de grande especialidade escolar para trabalhar. Grande parte só precisava ter o curso primário.

Concluimos assim este capítulo, acreditando que somente através dessas informações poderíamos entender a função social e do impacto causado à educação cearense com a chegada da CNEC ao nosso Estado.

## CAPÍTULO IV

### A CNEC CHEGA, ENFIM, AO CEARÁ

Enfim chegamos ao âmago da pesquisa empreendida. O que a seguir vai ser exposto foi fruto de uma tentativa de entender um movimento que tem pouca visibilidade na História da Educação do Brasil, embora tenha participado dela ativamente durante mais de meio século.

O principal diferencial da Campanha Nacional das Escolas da Comunidade não foi só o fato de ofertar vagas para o ensino secundário numa época em que pouquíssimas pessoas iam além do primário. Isso várias escolas particulares o fez. O que as diferenciou foi o fato dos colégios cenevistas ofertarem ensino semi-gratuito para estudantes carentes em localidades distantes da capital, onde só existiam grupos escolares ou escolas reunidas. Chamamos as escolas da CNEC de semi-gratuitas porque ao chegar ao Ceará já se pedia uma colaboração dos alunos de pequena monta, equivalente às taxas escolares que antes se pagava nas escolas públicas.

O pouco conhecimento da Campanha é uma realidade generalizada em todos os Estados onde ela possuiu ou possui escolas. As razões podem ser várias. A confusão quanto à natureza jurídica da Campanha – confundida com escola pública – a cooptação desta por parte de políticos que viram na Campanha uma forma de fundar colégios e depois privatizarem para si mesmos ou através de tráfico de influência, as estadualizarem, o fato da Campanha não ter sido elitista neste começo e ser seu alunado formado por pessoas carentes de recursos, tudo isso pode ser citado como causas desse silêncio em torno da Campanha no Brasil.

O Professor Lúcio Ferreira Melo, em um dos seus diversos escritos alude algumas razões para esse silêncio. Para ele,

A Campanha Nacional das Escolas da Comunidade é hoje um imenso corpo, infelizmente sem alma... Em 47 anos<sup>55</sup> de vida no imediatismo da fundação de ginásios e colégios, o cenecismo, alma da CNEC, foi esquecido. Não aconteceu a necessária divulgação da doutrina. A CNEC, com honrosas exceções, não produziu livros, não adentrou nos cursos pedagógicos e nas universidades, olvidou os seminários e congressos, campos propícios para o debate das idéias.<sup>56</sup>

---

<sup>55</sup> Se referindo ao surgimento da CNEC no âmbito nacional.

<sup>56</sup> Folheto produzido em comemoração aos 30 anos de comemoração do surgimento da CNEC no Ceará – 1960/1990 – Prof. Lúcio Melo foi Superintendente estadual na CNEC do Ceará por 34 anos.



O cenecismo era uma característica privativa das escolas da CNEC. Perguntamos ao Professor Lúcio Melo o que significava o termo para ele. Ele respondeu: “Espírito cenecista é a arte de fazer escola. Aonde prevalece quem? A comunidade.” (Entrevista concedida em 13/01/2010).

O Informativo da CNEC traz uma entrevista feita ao Professor Felipe Tiago Gomes que fala sobre as características do cenecismo segundo seu ponto de vista. Eis a seguir:

- a manutenção do princípio da educação extensiva às camadas mais pobres da população;
- a sobrevivência de uma causa tão nobre e tão difícil ao longo de 35 anos<sup>57</sup>
- a expansão extraordinária, em termos espaciais e quantitativos, que a torna a maior entidade educacional particular do país, beneficiando a quase 500 mil alunos;
- a comunhão cívica dos idealistas em quase mil comunidades que constituem um exemplo de solidariedade e de abnegação;
- o prestígio da Entidade junto às comunidades e Poderes Públicos pelos serviços inestimáveis que vem prestando à Nação. (Informativo CNEC, Jul/Ago, p.26)

A CNEC possuía seu próprio hino, banda de música, organização torneios intercolegiais, elegia sua rainha entre as escolas. Um aluno cenecista construía uma espécie de identidade própria que o diferenciava da massa estudantil.

Um outro membro fundador do movimento, José Rafael Menezes construiu por assim dizer um conceito poético para o cenecismo. Segundo ele, cenecismo é

Um foco de vivência e de visão, com forte cota imagística. Porque confiante e dialogal depois de ter sido inquieta e admiradora... Uma Pedagogia cenecista que está em tempo de propor se como unificação de vários pólos de uma experiência diversificada, precisa começar pelo longínquo e essencial de faculdades e instâncias do Homem, o animal de imaginação. (Revista O Cenecista, Jun/Ago/87, p.26)

Esse aspecto é acusado pelo professor Lúcio Melo de ter sido relegado a um segundo plano, desvirtuando o sentido ideológico do movimento como se deduz dessa palestra dada por ocasião de um evento comemorativo da CNEC.

O Prof. Lúcio Melo, superintendente do Ceará, mexeu com o auditório e ganhou calorosos aplausos de todos os presentes ao discorrer sobre o tema “A Aula que não foi ministrada” em que realçou a importância da

<sup>57</sup> O Informativo era em comemoração aos 35 anos da Campanha.

divulgação dos ideais que movem e que são a razão de ser da doutrina e da prática da educação comunitária cenecista, lamentando que esta preocupação doutrinária foi sempre relegada a segundo plano pela administração central e pelos companheiros de todo o Brasil, embora seja mais importante do que fazer uma escola, conclamando ao final todos os presentes para resgatarem esse compromisso que é da maior importância para a sobrevivência de nossos ideais de educação e de cidadania para o nosso povo, levando o auditório a uma intensa vibração.(O Cenecista, jun/jul/92, p.17)

Por ter seus próprios Congressos e uma agenda própria de eventos, a Campanha parece ter se isolado de outros movimentos ligados à Educação, criando assim, essa falta de visibilidade no meio educacional e não disseminou esse aspecto ideológico e diferencial que a caracterizou. Na pressa de criar escolas, esqueceu o movimento de divulgar o que eles acreditavam ser uma inovação na educação e que seria a oferta de educação de base comunitária. Se confundiram por vezes com a escola pública sem sê-lo e não se diferenciaram da particular naquilo que tinham de diferente. E qual seria a diferença das escolas da CNEC para uma escola particular? É o Professor Felipe quem responde:

É diferente porque é aberta à comunidade, para que esta, através do quadro social da escola, eleja, em Assembléia Geral, a Diretoria do Setor Local, órgão fundamental na estrutura da instituição, como o principal gestor econômico-financeiro do núcleo cenecista. É diferente porque não pertence a donos. É diferente porque não é dirigida de cima para baixo. É diferente porque é comunitária portanto, aberta à participação dos pais, professores, alunos e outros segmentos envolvidos no processo educacional. (Revista O Cenecista, Abr/Mai/87, p.26)

Esse modelo é conceituado por Sebastião Garcia, ex-Secretário Geral da Campanha ao tentar explicar através de um artigo o pensamento da CNEC quanto à escola comunitária diferenciando-a de educação comunitária. Ele afirma que Escola Comunitária é o que a CNEC fez em toda a sua existência. A Escola comunitária pode veicular a educação comunitária. O conceito de escola comunitária seria segundo ele seria,

“o processo pelo qual as pessoas trabalham juntamente com a escola a fim de melhorar a qualidade de vida da comunidade; o planejamento e a implantação de programas e projetos não se faz segundo o pensamento de quem está em cima, mas também e sobretudo segundo as necessidades, a manifestação da vontade e da aspiração de quem está embaixo.”<sup>58</sup>

---

<sup>58</sup> Revista o Cenecista, junho/julho/92, pag.18

Este conceito tem seus princípios inspirados naquele divulgado pela ONU, em 1956, sobre o que seria o desenvolvimento da comunidade.

Processo através do qual os esforços do próprio povo se unem aos das autoridades governamentais, com o fim de melhorar as condições econômicas, sociais e culturais das comunidades, de integrar essas comunidades na vida nacional e de capacitá-las a contribuir plenamente para o progresso do país. (SILVA apud AMANN, 1992, p.90)

Entre as características jurídicas da escola comunitária estariam:

- a) não visar lucro;
- b) não distribuir dividendos ou benefícios
- c) a comunidade é a responsável pela sua manutenção
- d) promover o desenvolvimento integrado ao desenvolvimento comunitário
- e) tem sentido altruístico
- f) aplica seus excedentes na melhoria dos próprios serviços.

São estas características que o Professor Lúcio Melo se queixa de não fazerem parte de alguns criadores de escolas cenevistas. O “entusiasmo pela educação”, presente nos objetivos do Professor Felipe Tiago Gomes para o início do movimento, deixou de ser uma atividade meio para se tornar um fim em si mesmo, o que teria prejudicado e desvirtuado os princípios que regiam a Campanha.

Mas, até dentro do que resta da Campanha hoje, no Ceará, os alunos cenevistas pouco conhecem das origens desse movimento, de suas implicações no cenário educacional. O mesmo deve se dar no Brasil como um todo. Na entrevista ao Professor Lúcio Melo, quando perguntado se as escolas cenevistas têm conhecimento de sua própria história, ele responde:

“Não sabem pelo seguinte: Primeiro você veja quando você pegava um colégio assim do interior uma administração política, não interessava falar porque aí eles tavam transferindo...então eles querem sempre dizer que eram eles que faziam tudo arranjavam verba que eram eles que mantinham a escola então a parte ideológica prá que? Nada de falar na parte ideológica.” (Entrevista concedida em 13/01/2010)

Embora houvesse na mente dos idealizadores esses objetivos, na prática ficava muito aquém do teórico. A falta de escolas era premente, a necessidade de estudar ainda maior. Então, para que possamos entender como a CNEC desenvolveu esse pensamento vamos tentar contar sua história em duas partes:na primeira tentaremos traçar o itinerário percorrido pela

Campanha até ela chegar às nossas terras. Contaremos a partir da visão de seu idealizador o Professor Felipe Gomes que escreveu um livro sobre a História da Campanha Nacional das Escolas da Comunidade. Neste livro, as primeiras experiências são relatadas e pode-se ter uma noção comparativa do que ela pretendia e do que ela efetivamente conseguiu realizar.

Na segunda parte, a CNEC no Ceará e as sua ação na educação e no ensino cearense de 1958 a 1963.

#### 4.1. A História da CNEC no Brasil

A maioria dos livros que contam a História da CNEC o faz a partir dos Estados da Federação a que seus autores pertencem. Assim, temos o livro *Luzes e Blecautes*<sup>59</sup> que relata a experiência em Sergipe e alguns outros como Piauí<sup>60</sup> e Bahia<sup>61</sup>. A História da CNEC de Ivanildo Holanda<sup>62</sup> é que se refere à Campanha no Brasil de forma mais abrangente e dele podemos tirar algumas sínteses bem interessantes. Poderíamos contar a história da CNEC no Brasil a partir dessa última leitura, mas, preferimos seguir as pistas deixadas por Felipe Tiago Gomes contando sua própria história, no livro que consideramos como fonte primária, já que ele participou ativamente de todos os eventos descritos.

Este livro<sup>63</sup> contém dois prefácios que já denotam os princípios filosóficos nos quais a Campanha sempre se baseou. No primeiro, escreve Dom Avelar Brandão Vilela, Cardeal da Bahia e primaz do Brasil, representando o espírito religioso do movimento. O segundo, reflexo da intelectualidade brasileira, quem assina é a escritora Rachel de Queiroz. Desses dois segmentos, Igreja Católica e intelectualidade, Felipe Tiago Gomes irá extrair parte do apoio para a consecução de sua obra.

De início Felipe Tiago Gomes, fundador-mor do movimento, divide a história da CNEC em três fases bem distintas:

<sup>59</sup>SANTOS, Betisabel Vilar de Jesus – *Luzes e Blecautes em cidades adormecidas: a campanha nacional de educandários gratuitos no cenário sergipano (1953/1957)*, 2003.

<sup>60</sup> Dissertação apresentada por João Batista da Silva – **A trajetória das escolas da Campanha Nacional das Escolas da Comunidade – CNEC no Piauí: 1952-1997**

<sup>61</sup> Monografia apresentada no Curso de Especialização em Administração: NETO, Agripino Souza Coelho e outros. **O Planejamento Estratégico numa Organização Educacional do 3º Setor: Estudo de caso da instituição CNEC**. Salvador/BA, 2001

<sup>62</sup> HOLANDA, Ivanildo Coelho de. *CNEC – um estudo histórico*. João Pessoa, 1981

<sup>63</sup> *História da Campanha das Escolas da Comunidade*. Felipe Tiago Gomes, 1980. Ed. CNEC, Distrito Federal.

- a) Fase inicial: a criação e a obtenção do reconhecimento oficial do primeiro Ginásio – o Castro Alves em Recife – Pernambuco. Esta fase teria início em 1943 e iria até 1946, ano do reconhecimento.
- b) Segunda fase: Expansão. Depois de um período em que se ausenta do movimento para exercer o mandato de prefeito de Picuí, sua terra natal, ele volta a dar assistência à Campanha e decide difundir a mesma em todo o país. Começa então a viajar pelos vários estados brasileiros. Seria o ano de 1948 e o Ceará estava entre os estados visitados.
- c) Terceira Fase: Diversificação. Quando a Campanha decide abrir não só ginásios acadêmicos, mas, se volta também para os cursos técnicos. Essa fase foi inaugurada na Seção CNEC em Alagoas em 1956 com a criação de quatro escolas de comércio.

Holanda (1981), ao realizar sua dissertação de Mestrado sobre o tema, a dividiria também em três fases, que estão mais ligados a atuação da Campanha frente às legislações educacionais.

- a) Primeira fase: 1943 a 1952 – Origem e primeira fase da evolução. Movimento de base comunitária e gratuito.
- b) Segunda fase: 1953 a 1971 – Compreende dois períodos: o primeiro de 1953 a 1961 e que corresponde ao período em que vigoravam as Leis Orgânicas do Ensino Secundário e a segunda que compreenderia o período de 1962 a 1971 e seria a CNEC face à Primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação e preparação para a 2ª LDB de 1971 com as reformas do ensino de 1º e 2º graus.
- c) Terceira Fase: A CNEC na vigência da Lei 5.092/71

Para nossa pesquisa, como esta trabalha a chegada da CNEC ao Ceará, nós podemos dizer que, na primeira divisão do Prof. Felipe, nós figuraríamos na segunda fase, a da expansão, muito embora a Campanha só tenha se desenvolvido após 1958, período em que a 3ª fase ou do ensino técnico já havia sido inaugurado em outros Estados.

Na divisão proposta por Ivanildo Coelho Holanda, o Ceará estaria inserido na segunda fase, ou seja, no período de 1953 a 1971 em que a Campanha já conta com subvenção federal e já existe uma estrutura administrativa organizada a partir de três instâncias e que seriam:

- a) Os Setores Locais – que funcionavam nos Municípios. Ao se escolher uma cidade, bairro ou vila era condição primeira a autorização da Secção Estadual. As condições para que um núcleo se desenvolvesse exigia a participação de no mínimo 100 pessoas que se

obrigavam a uma contribuição financeira mensal e a prestação de serviços. Não conseguimos detectar nas nossas pesquisas se esse número era realmente obedecido porque só consta nas atas da inauguração destes a relação da Diretoria Local e do Conselho Fiscal.

b) As Secções Estaduais – Para se formar uma Secção Estadual era necessária existir no mínimo, seis setores locais. Caso não houvesse, era nomeado um Delegado. A Diretoria era composta de nove membros, eleitos de dois em dois anos com os cargos de Presidente, vice-presidente, um Secretário, um Tesoureiro e quatro Diretores.

c) A Organização Nacional - Compreende todas as Secções Estaduais, Territoriais, do Distrito Federal e Delegacias. As delegacias existiam onde ainda não havia se formado um Setor Local.

Esta organização não foi sempre assim. Elas foram surgindo diante do rápido crescimento da Campanha nos Estados e da dificuldade de coordenar o movimento no Brasil de forma organizada e centralizada.

A criação das Administrações Estaduais, por exemplo, foi definido a partir do XIII Congresso, e que aconteceu exatamente em Fortaleza no ano de 1961. Antes dela existiam as Diretorias estaduais. Assim como a criação da Organização Nacional. Para formar o I Conselho Nacional foram eleitos dentre outros o Deputado Paulo Sarasate.

#### **4.1.1. Quem foi FELIPE TIAGO GOMES<sup>64</sup>**

Felipe Tiago Gomes nasceu a 1º de maio de 1921, no Sítio Barra do Pedro, município de Picuí, na Paraíba. Filho caçula de Elias Gomes Correia e Ana Maria Gomes, agricultores. As primeiras aulas a tivera com sua irmã que havia concluído o curso primário na cidade.

De 1933 a 1935 frequentou a escola pública de Picuí e depois foi conduzido por um professor ao Ginásio Pio XI em Campina Grande/PB. No mesmo ano em que se formara, perdeu a mãe.

Terminado o Ginásio e não tendo como continuar os estudos por questões financeiras, estava pronto para voltar à lavoura quando foi convidado por um juiz local, Dr. José Saldanha, para morar em sua residência no Recife e continuar seus estudos.

---

<sup>64</sup> Os dados biográficos aqui compilados foram retirados da página da CNEC na Internet: <http://www.cneec.br/portal2/index.php> acessado em 11 de maio de 2010, e de publicações da própria CNEC.

Pouco tempo depois, Everardo Luna, colega de turma, o convidou para morar na Casa do Estudante onde passou a trabalhar como porteiro e logo em seguida conseguiu o posto de bibliotecário.

Em 1944 concluiu o pré-jurídico e inscreveu-se para a Faculdade de Direito do Recife, onde conseguiu aprovação. Eleito representante da turma junto ao Diretório da Faculdade, foi eleito dois anos depois para a Presidência.

Quando estava para concluir a Faculdade foi eleito Presidente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade de Pernambuco, ocasião em que ajudou a criar o Teatro Universitário.

Em 1945, Felipe chegava mais uma vez ao Recife depois de suas viagens pelo Brasil ao mesmo tempo em que acontecia o assassinato de um colega da Faculdade pelo que ele chama de “polícia-política” do Governo Estadual. Era o tempo do governo das Interventorias nomeadas pelo governo ditatorial de Getúlio Vargas. Decepcionado, ele adere ao Movimento de Redemocratização do País ao lado de José Américo de Almeida e do Brigadeiro Eduardo Gomes.

Filiou-se à UDN e formou um grupo de resistência ao Governo Getúlio Vargas em Pernambuco. Em 1946 foi eleito prefeito de Picuí. Exerceu o mandato ao mesmo tempo em que freqüentava as aulas na Faculdade de Direito.

Em 1948 o Chefe da Casa Civil da República conseguiu-lhe um emprego na Paraíba que foi recusado porque queria ficar no Rio e divulgar a Campanha. Conseguiu uma vaga no IPASE – Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, mas, faltava tanto ao trabalho para divulgar a Campanha que pediu demissão antes que o fizessem.

Em 1950 integrou-se à Campanha de Erradicação do Analfabetismo do Estado do Rio de Janeiro, tornando-se Diretor do Departamento de Ensino Médio da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro.

Nos anos 60 foi membro da Associação Brasileira da Educação.

Felipe Tiago Gomes faleceu em 21 de setembro de 1996 em Brasília, vítima de complicações cardíacas.

Dentre as homenagens recebidas durante a vida, uma delas seria o de Honorífico de Cidadão Cearense em Fortaleza, no dia 20 de junho de 1979.

Entre aqueles que o conheceram, a característica mais marcante da personalidade de Felipe Tiago Gomes era sua facilidade de se comunicar e conseguir as coisas que necessitava. Centralizador, não assumia o cargo de Presidente, mas, manipulava os Presidentes para fazerem exatamente o que ele queria. Paulo Sarasate teria sido a exceção.

#### 4.1.2. O Início

De porteiro da Casa do Estudante de Pernambuco, passei a trabalhar na Biblioteca dessa Instituição. Um dia, lendo o DRAMA DA AMÉRICA LATINA, de John Gunther, descobri interessante experiência realizada pelo líder peruano Haya de La Torre. Ele criara escolas de alfabetização para os índios, cujos professores eram estudantes, que lecionavam gratuitamente. Levei o fato ao conhecimento de Everardo da Cunha Luna, meu colega de quarto. (GOMES, 1980, p.13)

Ao fazer a leitura desse livro, encontramos muita semelhança entre as atitudes de Felipe Tiago Gomes e a vida de Haya de la Torre. A seguir, o trecho retirado do livro citado, que fala na experiência que inspirou Felipe:

Até 1919 ou 1920, mais ou menos, Haya de La Torres não tinha a intenção de ser político. Opunha-se a todos os políticos e o seu desejo era apenas observar e estudar. Mas as contingências o impeliram a uma vida de ação. Em 1921 fundou em Lima as Universidade Populares, onde os estudantes, à noite, davam instrução gratuita aos que eram demasiado pobres para assistir os cursos regulares. Seu lema era “Viva a Cultura! Viva a Escola”. (GÜNTHER, 1943, p.225)

A idéia do grupo brasileiro era realizar o ensino gratuito no ensino secundário<sup>65</sup>. Foram convocados alguns colegas e exposto os objetivos do movimento do que eles intitularam de Campanha do Ginásiano Pobre. A idéia foi prontamente aceita.

#### 4.1.3. Os primeiros cenecistas

À primeira reunião da Campanha do Ginásiano Pobre por mim<sup>66</sup> convocada compareceram Carlos Luis de Andrade, Florisval Silvestre Neto, Joel Pontes e Eurico José Cadengue, alunos do Ginásio Pernambucano, hoje Colégio Estadual de Pernambuco, e do Colégio Carneiro Leão, dois a dois. (GOMES, 1980, p.14)

Eram estudantes secundaristas, idealistas e de origem modesta como atesta o próprio Felipe.

---

<sup>65</sup> O ensino secundário a esse tempo era formado pelo ginásial que hoje corresponde ao ensino fundamental de 5ª a 8ª e pelo colegial que corresponde ao nosso Ensino Médio contemporâneo. Felipe Tiago Gomes começou seu trabalho preparando os alunos a prestar o Exame de Admissão na 5ª série para poderem cursar o ginásial.

<sup>66</sup> O próprio Felipe Tiago Gomes



Os fundadores da Campanha não tiveram dinheiro fácil para estudar. Alguns passaram fome para fazer seu curso ginásial. Outros só compravam um par de sapatos quando os velhos, de tão estragados, não podiam ser usados. E lhes revoltava ver tantos jovens desejosos de outros horizontes culturais e proibidos de alcançá-los, por falta de recursos!(GOMES, 1980, p.12)

Fizemos uma pesquisa na Internet sobre alguns desses nomes. A partir do cruzamento de fontes como cidade natal, ano de formação, e rápidas biografias, pudemos identificar que alguns deles se tornaram figuras de destaque sendo homenageados com nomes de escolas, faculdades e/ou de ruas nos lugares onde nasceram ou em Recife onde estudaram.

Quando foi criada a primeira diretoria da Campanha para que fossem mantidos entendimentos com o Ministério de Educação, foi também eleita a primeira diretoria do Ginásio Castro Alves que estava sendo inaugurado. Na função de Secretário do colégio figura o nome de um cearense Abdorillo Ramos. A informação da naturalidade deste foi dada por um escritor cearense J. S. Nogueira que escreveu ao jornal “O Nordeste”, no dia 08 de março de 1960.

#### **4.1.4. O Plano Inicial**

Criar um Ginásio gratuito em Recife. Nesse tempo, nem mesmo o Ginásio Pernambucano era totalmente gratuito já que cobrava uma taxa escolar. “Assim, na ocasião da fundação da Campanha, não havia, em Pernambuco, um só estabelecimento sem taxas escolares! (GOMES, 1980, p.14)

#### **4.1.5. A divulgação da Campanha**

##### **4.1.5.1. Boletins**

O primeiro passo foi a criação do Boletim da CGP – Campanha do Ginásiano Pobre – como resolveram chamar a Campanha. Apareceu pela primeira vez no dia 30 de agosto de 1943. Estes boletins iriam acompanhar toda a história da CNEC. Aqui no Ceará, eles evoluíram para uma revista “O Cenequista” que publicava uma edição a cada dois meses.

A publicação dessa revista veio a se dar na década de 1980. No começo era apenas uma folha de papel que evoluiu para a revista.

#### 4.1.5.2. Jornais

O primeiro artigo publicado na imprensa escrita foi no Jornal O Rebate de Campina Grande Paraíba e publicado no dia 04 de setembro de 1943. O artigo se inicia mostrando que a idéia do Boletim dera certo. Diz o articulista: “Tenho diante da vista o nº 1 do Boletim da Campanha do Ginásiano Pobre, iniciativa levada a efeito no Recife, por estudantes dos colégios pernambucanos e que, de certo modo, encontrará o apoio de todos os bons brasileiros.” (GOMES, 1980, p.16)

Com a divulgação do movimento nos jornais e no rádio começou a chegar correspondência de todo o Brasil. Numa delas, considerada por Felipe como das mais importantes, o autor da carta deixa transparecer um pouco uma intenção diferente daquela costumeiramente professada pelos fundadores da Campanha. A carta é assinada por Tibiriçá do Brasil. Diz ela num determinado trecho:

Apesar de, **como vocês** (grifo nosso), não encontrar a solução da Instrução no Brasil na criação de ginásios e, sim, na de Institutos de conhecimentos gerais (letras, artes, matemáticas, técnica, etc.), espalhados pelo interior do País, cumpro um dever em louvar tão altruística e humana iniciativa no setor nacional mais carecido – A EDUCAÇÃO. (TIBIRIÇÁ apud GOMES, 1980, p.29)

Não encontramos menção a essa outra intenção em nenhuma fonte pesquisada. Porém, acreditamos já existisse aí, um gérmen do ensino das humanas separado do tecnicismo que iria caracterizar a educação em um período posterior.

Em todas as cidades que visitava os Diários de Notícias eram sempre procurados e frequentemente Felipe Tiago dava entrevistas falando sobre a Campanha. Foi assim no Ceará,.

em 1948, quando concedeu uma entrevista ao Jornal “O Povo” e ao “Correio do Ceará”. A notícia da passagem de Felipe é dada em manchete na primeira página do Jornal “O Povo”.

Jornais como o “Correio da Manhã”, de Niterói, “O Globo”, o Jornal da cadeia dos Diários Associados, todos de alguma maneira, seja em forma de editoriais, de artigos ou de notícias davam visibilidade à Campanha Cencicista. Felipe Tiago Gomes relata por exemplo, como se deu sua penetração nos Diários Associados pertencente a Assis Chateaubriand, que era uma espécie de Roberto Marinho da época:

Peguei-o numa hora boa. Ele ia saindo dos Diários Associados. Levava-lhe uma carta do Senador Rui Carneiro. Mandou que eu entrasse no carro. Ia a Copacabana. Deixar-me-ia na Praia do Flamengo. Falei do nosso plano de ação. Gostou, mas terminou ridicularizando-me: “Você é o Antônio Conselheiro do ensino! Apareça, rapaz!” (GOMES, 1980, p.77)

Felipe Tiago Gomes o teria procurado por diversas vezes no jornal, mas, não conseguiu encontrá-lo novamente. No entanto, fez amizades com os funcionários do jornal e ao falar da Campanha para Austregésilo de Athaíde<sup>67</sup>, arrancou-lhe uma crônica publicada no dia 03 de junho de 1949 na rede associada. Vejamos um pequeno trecho: “Eis o que, antes de tudo, me leva a aplaudir com entusiasmo a Campanha dos Educandários Gratuitos, a que não pode faltar o apoio de quem se interesse pelo destino da cultura no Brasil”.(AUSTREGÉSILO DE ATHAÍDE apud GOMES, 1980, p.77)

A Imprensa era sempre procurada pelo Professor Felipe, quando ele se dirigia a um Estado para divulgar a Campanha. Aqui no Ceará, ele encontrou um forte apoio no jornal “O Nordeste”, dirigido pelo Comendador Luis Sucupira e no jornal “O Povo”, cujo diretor era Paulo Sarasate. Mas há notícias sobre as escolas da CNEC também no jornal “Unitário” e no “Tribuna do Ceará”.

Já nos anos 1980, aqui em Fortaleza, com a fundação do jornal “O Diário do Nordeste” a Campanha tinha uma coluna intitulada “Boletim Informativo” que publicava as novidades e eventos do movimento no Ceará.

#### 4.1.5.3. Panfletagem

---

<sup>67</sup> Escritor e jornalista, diretor dos Diários Associados, colaborador de vários outros jornais. Foi preso e exilado para a Europa e Argentina por ser contrário a Revolução de 1930 e apoiar o Movimento Constitucionalista de 1932.

Os panfletos eram divulgados em ocasiões festivas e ou solenes. O primeiro foi distribuído em 7 de setembro de 1943 por ocasião do desfile dos escolares e das Forças Armadas em Recife.

Também era a panfletagem a maneira mais rápida para divulgação de campanhas para aquisição de bens materiais e eles aproveitavam as aglomerações nos eventos para disseminar mais rapidamente e conseguir apoio imediato.

A primeira Campanha para buscar ajuda através de panfletos foi para a aquisição de carteiras escolares.

Os promotores da Campanha, para conseguir carteiras, espalhavam panfletos com a foto estampada dos alunos estudando em pé acompanhado de um texto que dizia entre outras coisas: “Dois minutos! Olhai, atentamente, para esta fotografia. Estais vendo?! Vistes?! Reparastes bem?! Não, não vos espanteis. São os ginásianos pobres que estão de pé (de pé, ouvistes?!), implorando saber, suplicando conhecimento, pedindo cultura”<sup>68</sup> (GOMES, 1980, p.34). O apelo era dirigido a usineiros, industriais, comerciantes e agricultores, portanto as classes mais abastadas da sociedade. Os alunos eram operários e filhos de operários em sua grande parte.

#### **4.1.5.4. Teatro Estudantil**

A Campanha se organizava administrativamente através de Departamento. Havia o Departamento Feminino, de Divulgação e havia o Departamento Artístico. Este último pensou numa maneira de divulgar o movimento através do teatro. “Pensávamos em organizar um grupo teatral que percorresse os bairros recifenses e as cidades do Nordeste do país, levando-lhes arte e a mensagem do nosso idealismo” (GOMES, 1980, p.23)

Eles criaram o Teatro do Estudante e a peça escolhida para o primeiro espetáculo foi “O Escorrego no Quiabo”. A peça era encenada nos Centros Educativos Operários. Eram, como no teatro grego, encenadas somente por homens e as falas eram escritas pelos salesianos. Havia ainda um forte preconceito com a atuação artística feminina. Depois do espetáculo fazia-se a divulgação do movimento.

---

<sup>68</sup> Dados relatados no livro do Professor Felipe Tiago Gomes sobre as primícias da Campanha Nacional das Escolas da Comunidade.

O Teatro, que passaram a designar de TEP – Teatro Estudantil de Pernambuco percorreu várias cidades como o próprio Recife, Caruaru, João Pessoa. Felipe comenta que o Teatro ficou mais famoso que a própria Campanha e revelou grandes nomes como Hermílio Borba Filho e Ariano Suassuna. Sobre este último, Felipe declara que ele veio atraído não pela Campanha mas pelo amor à arte.(Coletânea Cenecista, 1994, p.673).

Felipe Tiago Gomes lembra também que as primeiras carteiras do Colégio Castro Alves foram doações de tamboretas do Diretor do Teatro Waldemar de Oliveira. “Era meu professor, visitou o curso de admissão e encontrou os alunos de pé. Perguntou porque estavam assim, respondemos que não tínhamos carteiras e ele disse: “pois vou mandar uns tamboretas lá do Teatro prá vocês. Fizemos até inauguração oficial, uma festa”. (Idem, p.674)

#### **4.1.5.5. Semanas Culturais**

Foram organizadas para obter apoio dos intelectuais. Na primeira Semana Cultural convidaram Luís da Câmara Cascudo. Este não pôde comparecer, mas, justificou:

“Todos os elementos da Campanha pelo Ginásio Pobre determinam uma viva simpatia de quem os vá conhecendo. Não me sendo possível negar obediência ou adiar a execução da ordem que recebi, lamento minha ausência do vosso lado na “Semana de Cultura Nacional”, não apenas como orador e participante do Programa, mas como assistente e admirador natural da “Campanha” sedutora e moça, de comunicante entusiasmo.”(CASCUDO, apud GOMES, 1980, p.26)

A Primeira Semana Cultural realizada de 15 a 21 de abril de 1944 e teve a participação de vários homens das letras como os denominava Felipe Tiago Gomes. Ela aconteceu no Gabinete Português de Leitura em Recife.

O convite era dirigido a industriais, comerciantes, autoridades e intelectuais do Recife já demonstrando de quais setores da sociedade o Professor Felipe iria buscar como fonte de recursos e de apoio.

A Semana tinha de tudo: arte, música, teatro, com apresentações de vários artistas locais. Foram feitas palestras na Rádio Clube de Pernambuco e na Folha da Manhã, jornal do Recife.

Na segunda Semana Cultural esteve presente como conferencista Gilberto Freyre.

#### **4.1.5.6. Difusão radiofônica**

O primeiro comentário radiofônico foi feito na Rádio Clube de Pernambuco e o texto era do Professor Waldemar de Oliveira da Faculdade de Medicina do Recife. Isso aconteceu no dia 05 de abril de 1944. A crônica depois se transformou em artigo publicado no “Diário da Manhã” da mesma cidade.

Com essas primeiras divulgações, abrangendo inclusive as Faculdades de Medicina, Engenharia, Agronomia, Química, Odontologia, enfim em todo meio universitário da época, a Campanha começava a ganhar espaço nos veículos de comunicação. Felipe atribui a rápida divulgação à imprensa e ao rádio. De toda parte começavam a chegar correspondências de congratulações e apoio.

Esse tipo de propaganda iria ser utilizado durante boa parte da história da CNEC. Imprensa escrita, rádio, teatro e boletins ajudariam a disseminar a Campanha pelos Estados do Brasil através de um marketing avançado para a época que não contava com a televisão.

No Ceará, eles chegaram a ter espaço para divulgação do movimento nas Rádios Dragão do Mar e Uirapuru.

#### **4.1.6. Os primeiros Ginásios**

O 1º Ginásio era localizado na cidade de Recife e homenageou Castro Alves, dando-lhe essa denominação. O curso funcionava em um prédio emprestado. A idade dos matriculados variava entre 12 a 35 anos. Enquanto estavam sem carteiras, por não terem onde escrever, eles realizavam provas orais. No final do ano de 1944 chegaram 50 carteiras. Nesse mesmo ano eles conseguiram também montar e inaugurar a Biblioteca Miguel Couto.

O ano de 1945 passou com o grupo fundador tentando conseguir o reconhecimento oficial do Ginásio Castro Alves. Estavam em vigor as regras e normas estabelecidas pelas Leis Orgânicas do Ensino Secundário. O rigor e o excesso de formalismo, característico da época, burocratizavam e dificultavam o processo. Para começar a funcionar eles tinham que receber uma fiscalização da Inspeção Federal que aprovasse e tornasse apto o Colégio a fazer seu próprio Exame de Admissão e a autorização para o ensino das quatro séries ginasiais.

Um dos critérios para a liberação da autorização era a condição física dos prédios. A CNEC era acusada de improvisar prédios para a aplicação das aulas. Algumas escolas funcionavam até em galpões.

Eles só conseguiriam realizar tal intento em 1946, portanto, mais de dois anos do início da Campanha. Em 1945, mesmo sem ter ainda a autorização do Ministério, os alunos fizeram os exames. Comenta o Professor Felipe sobre o episódio: “Sabiam que nenhum valor teriam aquelas provas. Era, porém, uma maneira de não deixarmos os alunos melhores sem “promoção”. Eles continuaram subindo as velhas escadas que rangiam com o peso das pessoas...”(GOMES, 1980, p.47)

O Diário de Pernambuco de 28 de fevereiro de 1946 estampava a notícia de que o reconhecimento seria assinado, mas, os alunos teriam que fazer os exames noutros colégios pois o prazo estava encerrando e não daria tempo esperar pelo reconhecimento oficial. Os alunos regularizaram sua situação e em 10 de abril de 1946 ocorreram os primeiros exames ginasiais promovidos pela Campanha do Ginásio Pobre.

Cada ginásio que era fundado se desenrolava uma luta simultânea para conseguir que a fiscalização fosse ao local e o reconhecesse oficialmente como apto a aplicar o Exame de Admissão e as quatro séries iniciais do curso ginasial.

Felipe narra que depois do 1º Ginásio – o Castro Alves – o de mais difícil reconhecimento teria sido o de Niterói.

Depois de se afastar da Campanha para exercer o mandato de Prefeito em Picuí, sua terra natal, Felipe reassume a Campanha. Palavras dele: “Meu espírito exigente e querendo liberdade de ação não se acostumava às lides políticas”. (GOMES, 1980, p.59). A guerra terminara, os soldados voltavam para casa. Felipe decidiu então difundir a Campanha pelo país. Para ele, essa seria uma segunda fase. Até então, a Campanha não contava com nenhuma ajuda financeira por parte dos poderes públicos.

Em setembro de 1948 ele esteve no Pará, no Amazonas e Maranhão, em outubro no Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Bahia e Espírito Santo. Ainda em 1948 ele foi a Vitória, no Espírito Santo, um dos estados em que a Campanha mais progrediu, conseguindo, inclusive, em 1953, efetivar o primeiro projeto de subvenção no valor de Cr\$ 20.000,00 por série.

Em São Paulo, a Campanha nunca encontrou respaldo para se desenvolver. Na primeira visita Felipe diz que “As autoridades estaduais não se interessaram pelo assunto”. (GOMES, 1980, p.63). Seria interessante lembrar que São Paulo, como o Estado mais desenvolvido do país, era tido como modelo de reformas de ensino.

Em 1949 começaram a funcionar vários Ginásios em diversas cidades, principalmente nas capitais, inclusive com a aplicação das primeiras provas. João Pessoa, Curitiba, Manaus, Niterói. Conhecendo os caminhos a serem percorridos para se obter o reconhecimento e já tendo se familiarizado com diversos agentes públicos, Felipe ia aos poucos conseguindo realizar seu intento.

Em Niterói, por exemplo, ele usou de uma estratégia peculiar para conseguir esse reconhecimento oficial.

O Ginásio de Niterói, Felisberto de Carvalho, fundado em 1949, teve sua documentação entregue ao Ministério de Educação no mesmo ano quando já haviam se matriculado mais de 100 alunos. O processo demorava-se nas gavetas e os alunos pressionavam para saber quando fariam os exames. O Professor Felipe, como aconteceu em várias situações, usou de uma artimanha política para conseguir apressar o processo.

Sabendo ele da visita do Presidente Dutra à São Gonçalo, resolveu convidar o Presidente para inaugurar o Ginásio em Vitória. Assim, pressionaria o Ministério da Educação para realizar os exames antes mesmo do relatório de inspeção. Segundo Felipe, isso seria um fato inédito, pois jamais o Ministério fizera isso antes.

Procurou o José Américo de Almeida, na época Senador, e tentou conseguir uma audiência com o Governador do Espírito Santo. O Governador o recebeu, mas, lamentou não poder colocá-lo na agenda da visita do Presidente. O Programa de visitas já estava fechado.

O plano do Felipe não era conseguir que o Presidente fosse ao Ginásio. Como diria ele:

Francamente, naqueles momentos não me interessava bem que o General fosse inaugurar um ginásio num prédio velho, de paredes rachadas e sem material didático adequado. O que desejava era pegar-me à deixa e levá-lo ao Ministro da Educação. “Ministro Mariani – disse-lhe – o Presidente da República, no próximo dia 1º de maio, vai inaugurar o Ginásio Felisberto de Carvalho. Precisamos da autorização para fazer os exames de admissão. Sem essa providência, o General Dutra não poderá inaugurar o estabelecimento”. E daí, repetia a conversa de que mais de uma centena de operários iriam homenagear o Presidente, etc., etc. O Ministro, simpático ao nosso movimento não teve como fugir ao cerco: autorizou.(GOMES, 1980, p.69)

O Presidente não foi, mas, no dia 05 de maio chegou o telegrama dirigido ao Diretor do Ginásio enviando o Inspetor para proceder a verificação do estabelecimento.



Esse tipo de estratégia, fruto do conhecido “jogo de cintura” seria utilizado por várias vezes para conseguirem obter algum benefício. O Felipe não se escusa de admitir e de relatar essas passagens em seu livro.

#### **4.1.7. Custeio das Passagens**

As peripécias das viagens feitas para a divulgação da Campanha ou para o Distrito Federal são verdadeiras aventuras. Sem dinheiro, eles usavam de todos os recursos da época para conseguir passagens de graça.

As duas viagens feitas ao Rio de Janeiro, então capital federal – para conseguir alcançar o objetivo do reconhecimento oficial do curso - são narradas pelo Professor Felipe de forma simples. Sem dinheiro para passagens, hospedagem e alimentação, nós conhecemos um lado meio quixotesco do Professor Felipe e seus companheiros, que acreditavam estar lutando por uma causa justa e que por isso deviam ser recebidos e tratados com respeito pelas autoridades. Através dessas duas viagens conhecemos um pouco as práticas que iriam se tornar costumeiras até que a Campanha pudesse financiar suas próprias viagens.

Como vir ao Rio, se eles não dispunham de recursos para a aquisição de passagens aéreas ou de navio? Por via fluvial e terrestre, era uma viagem penosa, com o aproveitamento dos velhos navios do rio São Francisco. Levava a viagem mais de um mês, somente vinda. Estávamos em plena guerra. Os navios, poucos, andavam superlotados. Resolvemos procurar o apoio do Correio Aéreo Nacional. Durante dias, ficamos rondando a residência do Brigadeiro Eduardo Gomes, na época, Comandante da 2ª Zona Aérea, com sede no Recife. (GOMES, 1980, p.44)

Eles conseguiram a passagem para o grupo depois de várias tentativas. Viajariam num avião da FAB.

Na segunda viagem, 1946, o Brigadeiro Eduardo Gomes havia deixado a Base Aérea do Recife. Conseguiram através do Comando da Região Militar as vagas de que precisavam no navio Itapanagé. Não havia leitos, dormiam em estrados de madeira e subornaram o cozinheiro para obter uma comida melhor. Este os deixou ficar na primeira classe quando todos iam dormir. Foram 7 dias de viagem. “Foram dias em que não tomamos banho, não lavamos nem mesmo os pés, apesar de estarmos em pleno Oceano Atlântico”. (GOMES,

1980, p.53). Na Bahia, procuraram o jornal “A Tarde” para divulgar a viagem. Intitularam-se Comissão da Campanha Pró-Ginásios Populares de Pernambuco pleiteando a fiscalização no Ginásio Castro Alves para que ele pudesse funcionar gratuitamente à noite.

#### **4.1.8. Hospedagem**

Com pouco dinheiro, as hospedagens eram constantemente constrangedoras com o grupo se justificando e prometendo que o pagamento seria feito pelo Ministério da Educação ou pelas autoridades públicas dos Estados.

Na primeira viagem ao Rio, para comprovar que a conta iria ser paga pelas autoridades da capital federal mostravam uma carta de recomendação endereçada a D<sup>a</sup> Darci Vargas. Felipe acreditava que alguém e não eles deveriam pagar essas despesas. “Enfim, alguém, não nós, teria que pagar a hospedagem: a Prefeitura, o Ministério da Educação, ou a LBA.” (GOMES, 1980, p.45)

As conversas com os gerentes também se pautavam pelas mesmas justificativas: “fulano e sicrano estavam nos apoiando. Ficasse certo de que na semana vindoura lhe pagaríamos as contas” (Idem, p.45)

Na segunda viagem, o Distrito Federal pagou a hospedagem. E essa prática se disseminaria para as viagens subseqüentes até a Campanha adquirir as subvenções federais. A Prefeitura na maior parte das vezes pagava pela hospedagem do Felipe ou do grupo numa já prévia cumplicidade entre a Campanha e os poderes públicos.

Como já foi dito, Felipe não considerava essa prática como abuso do uso de verbas públicas. Ele estava prestando um serviço de utilidade pública, ocupando um espaço que deveria ter sido ocupado pelo Estado e ofertando um serviço básico que não era sua obrigação mas deveria ser do Estado.

Quando pensou em expandir a CNEC, Felipe começou a pedir ajuda a um e a outro e declara: “Quase todos os deputados e senadores davam-me dinheiro para comprar coisas que precisa mais, numa colaboração extraordinária....Fiquei devendo três meses de pensão, três ou quatro, e quem pagou foi o doutor Rui Carneiro. Até hoje não aceitou receber”. (GOMES, 1980, p.680).

#### **4.1.9. Ajudas ilustres**

Diversos nomes conhecidos no cenário nacional passaram ou interferiram nos destinos da Campanha. Para Presidente Nacional geralmente se escolhia uma figura que pudesse facilitar o trânsito de Felipe pela política de obtenção de recursos. Assim nós vemos desfilar os mais diversos segmentos nos seus anais: políticos renomados, intelectuais da educação, artistas, enfim, uma rede de apoio que faria inveja aos marketeiros de plantão existentes hoje nas grandes campanhas eleitorais.

Quando Felipe começa a buscar o reconhecimento para o Ginásio Castro Alves ele passa a conhecer nos corredores dos espaços onde circula pessoas influentes. Com a assiduidade de permanência desses locais, ele consegue obter ajudas e penetrar nos desvãos de postos chaves.

Na primeira viagem, por exemplo, os estudantes contaram com o apoio da D. Darci Vargas, esposa do Presidente Getúlio Vargas e Presidente da Legião Brasileira de Assistência – LBA.

Pessoas ilustres como Câmara Cascudo, Gilberto Freyre, Anísio Teixeira, Lourenço Filho – que o aconselhou a criar o Estatuto – Sarah Kubitschek que foi Presidente da Campanha por dois mandatos consecutivos, José Sarney, Paulo Sarasate, Café Filho, José Américo de Almeida, Rachel de Queiroz, Dom Hélder Câmara, Ariano Suassuna, Brigadeiro Eduardo Gomes, Gilberto Freyre, Clemente Mariani, Clóvis Salgado, nomes conhecidos de outras lutas e ocupantes de postos chaves do Poder no país e que de alguma forma tomaram conhecimento da Campanha e a incentivaram quando não participaram dela ativamente como o Paulo Sarasate que foi Presidente da Campanha por oito anos.

#### **4.1.10. Auxílios e Subvenções**

Em 1947, o “Diário da Noite” publica uma entrevista concedida por Felipe Tiago Gomes onde pela primeira vez ele fala em ajudas e subvenções. Este explica que quando esteve com o Ministro de Educação, o Sr. Clemente Mariani, no Rio de Janeiro, expôs-lhe o plano de educação popular que vinha desenvolvendo e recebeu desta uma promessa de subvenção.

Nada, porém, ficou definido. O Ginásio Castro Alves já estava no terceiro ano de funcionamento e operava somente com o auxílio de voluntários. Em junho de 1949 ocorreu uma reunião no Distrito Federal com vários representantes cenevistas de outros Estados. O Deputado Plínio Lemos<sup>69</sup> apresentou um Projeto de Lei nº 199/49, destinando à Campanha o montante de Cr\$ 520.000. Mas a importância jamais chegou a ser paga.

Os primeiros projetos de lei em benefício da CNEC foram apresentados na Assembléia Legislativa do Espírito Santo e na Câmara Municipal de João Pessoa. Este último subvencionou o Ginásio Castro Pinto, nesta cidade, com Cr\$ 6.000,00 e abriu crédito especial de Cr\$ 1.000 para execução no exercício pela Lei nº 46 de 9 de dezembro de 1949.<sup>70</sup>

O primeiro auxílio federal veio em 1950 quando a CNEC recebeu o valor de Cr\$ 200.000, resultante da emenda do Senador Santos Neves, a pedido de Christiano Dias Lopes Filho, responsável pela CNEC no Espírito Santo. A lei foi aprovada, mas, o grupo sentia dificuldades para receber a ajuda. Quase tudo precisava da assinatura do Presidente da República e eles precisaram recorrer ao General Newton Cavalcante, Chefe do Gabinete da Presidência, para receber o auxílio.

O Estado do Espírito Santo foi uma espécie de carro-chefe que inovou em vários aspectos e deu o passo inicial para as subvenções. Tendo à frente o Christiano Dias Lopes Filho, este passaria a liderar a Campanha não só em seu Estado como em todo o Brasil. Por ocasião do Congresso realizado em Fortaleza foi ele que representou não só a CNEC, como também a Assembléia Legislativa de seu Estado onde exercia o mandato de deputado estadual.

Para Felipe Tiago Gomes foi ele que organizou a melhor Seção que se tornou uma espécie de modelos para as demais Seções de outros Estados.

Este auxílio foi distribuído entre 26 estabelecimentos já fundados em todo o Brasil, além de auxiliar o órgão central da Campanha sediada no Rio de Janeiro. Para organizar a distribuição foi convocado o próprio Christiano Dias Lopes Filho que tinha a seguinte idéia: “Minha opinião é a seguinte: fazer a distribuição, tendo em vista as necessidades de cada Seção Estadual” (GOMES, 1980, p.93).

No mesmo ato ele eximia a Seção Local de seu Estado de receber a ajuda, porque segundo ele, ela estava mais estruturada financeiramente. Procurando as razões desse sucesso no Espírito Santo, Felipe chega à conclusão de que o motivo seria a organização fiscal,

---

<sup>69</sup> Advogado e promotor público. Participou ativamente da Revolução de 30. Foi oficial de Gabinete do Senador José Américo de Almeida, então Ministro da Viação e Obras Públicas e deputado federal por várias legislaturas.

<sup>70</sup> Dados fornecidos por Felipe Tiago Gomes na História da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, pg. 89.

contábil e administrativa que ele implantou no Setor Local. Foi de Vitória o primeiro balancete publicado no “Diário Oficial” e também de lá o maior registro financeiro da Campanha até aquela data.

Felipe chama a atenção desses problemas porque posteriormente muitos colégios iam abrir e pouco tempo depois fechar suas portas sem conseguir se firmar por causa de problemas financeiros ou pela má administração dos recursos.

Em 1951 foi formada uma nova comissão para visitar o Ministro Simões Filho, agora respondendo pela Educação. Entre os integrantes da Comissão, em número de quatro, estava o Deputado Paulo Sarasate. O ministro não estava e a Comissão preparou então um Memorial onde faziam várias reivindicações entre elas:

b) que o Ministério nos auxilie, no corrente ano, com a quantia de Cr\$ 30.000, para cada Ginásio da Campanha, em funcionamento por conta da dotação de Cr\$ 10.000.000,00, já consignada no orçamento. Seriam, pois Cr\$ 990.000, para a compra de material didático e de expediente das secretarias dos estabelecimentos e de outras despesas eventuais dos mesmos educandários;

c) que o Ministério inclua na dotação global destinada ao ensino secundário, no próximo orçamento, certa importância que facilite a expansão da Campanha em 1952. (GOMES, 1980, p. 106/107).

Felipe não fala em seu livro se estas solicitações foram atendidas mas percebe-se desde então a presença ativa do Deputado Paulo Sarasate ajudando e incentivando a Campanha financeiramente.

A partir desses episódios e diante da acertada decisão tomada pela direção do Setor Local de Vitória – ES, a Campanha como um todo iniciaria a busca da ajuda oficial tanto que ela passou a fazer parte das instruções da Campanha a partir do V Congresso Ordinário. Essa nova postura gerou atritos entre alguns membros fundadores que não concordavam com tal política.

Lúcio Melo alerta que um deles, o Sr. Joel Pontes teria se afastado do movimento por causa dessa aproximação oficial. “Joel Pontes, outro fundador da CNEC, em sua precoce visão juvenil parece ter-se apercebido, com absoluta propriedade, do significado da aproximação oficial quando se recusou a transpor os portões do Palácio das Princesas.”<sup>71</sup>

E assim, a CNEC conseguiu apoio governamental na área financeira. A propaganda para instalação de novos ginásios contando com ajuda financeira federal começou a atrair os

---

<sup>71</sup> Revista O Cenecista, Ano XXIV, Novembro/Dezembro de 1987, pg.01. Palácio das Princesas é a sede oficial do Governo do Estado de Pernambuco.

olhares de pessoas que viam na CNEC a possibilidade de ter o seu próprio colégio ou de ganhar dinheiro o que já desvirtuava os princípios fundadores da CNEC.

Quando chegou ao Ceará a Campanha já não possuía esse formato de gratuidade total. Ela recebia além das subvenções federais, e já constava do seu estatuto a solicitação de ajudas estaduais e municipais, bem como a ajuda financeira dos próprios pais de alunos, embora fosse uma contribuição quase simbólica, na mesma faixa do que era cobrado nas taxas escolares dos colégios públicos.

#### **4.1.11. As mudanças de nome**

As mudanças pelas quais passou a Campanha até chegar à nomenclatura atual dizem muito do pensamento de seus fundadores e do que eles pretendiam atingir com o nome da entidade. O nome Campanha do Ginásio Pobre, segundo alguns, dava uma idéia depreciativa à Campanha. Mudou-se então para Campanha dos Ginásios Populares. Porém, o termo aproximava muito a Campanha do Partido Comunista que nas palavras de Felipe, “popular” era propriedade do Partido. Ficaram então com o nome de “Campanha dos Educandários Gratuitos”. Com as mudanças no Estatuto e com as reformas educacionais, os Ginásios passaram a não ser gratuitos, o que terminou por definir o termo “Campanha Nacional das Escolas da Comunidade”, termo este que perdura até hoje. Quando a Campanha chegou ao Ceará, ainda era Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos.

As mudanças nos nomes refletem, não as posturas filosóficas dos fundadores da Campanha, mas uma forma de facilitar as estratégias de sobrevivência desta, no meio da ideologia política do tempo em que viviam. “Pobreza”, como imagem depreciativa, dizia muito em relação ao próprio aluno e a visão preconceituosa da sociedade quanto à tudo que fosse ligado à pobreza. “Popular” levantava suspeitas de comunismo, o que a impediria de ter acesso a certos segmentos da sociedade que viam o Partido Comunista com medo e aversão, principalmente o segmento ligado à Igreja Católica da ala mais conservadora.

Não significava dizer que o movimento não fosse simpático ao comunismo. Pelo contrário, como afirma Lúcio Melo, muitas vezes o pensamento de esquerda era mais forte que os demais. Quando perguntado se a Campanha no Ceará rejeitava o comunismo, o Professor Lúcio Melo foi taxativo:

Pelo contrário. Nós não fazíamos distinção. Eu acho que nós éramos muito mais de esquerda... tinha mais esquerda do que direita. Mas a sociedade rejeitava o Comunismo. A sociedade em geral. Não era a CNEC. Vamos entender bem a coisa. O problema do comunismo no Brasil... Quem foi o maior inimigo do comunismo no Brasil? A Igreja. A Igreja mudou. Nesses tempos do começo a Igreja dizia: quem for comunista vai pro inferno... comunista é o cão, comunista é o satanás...”

O terceiro nome “Educandários Gratuitos” ficava difícil de justificar o fato de que ele já não mais era inteiramente grátis, uma vez que os pais dos alunos passaram a colaborar financeiramente, embora fosse uma quantia simbólica.

A última escolha tinha por objetivo dar à Campanha a idéia da força do movimento. Esse é um período de intensas campanhas federais contra o analfabetismo e outros programas sociais e o termo “nacional” confundia o movimento com um programa federal. Na entrevista ao Professor Lúcio Melo, ele diz que muitas vezes o uso do termo era usado para facilitar a adesão ao movimento: “Porque todo mundo imaginava que esse nome Nacional era coisa do Governo e a campanha usou e abusou desse jogo de cintura que as vezes a gente fazia até questão de dizer, de explorar o nome nacional”. (Entrevista concedida em 13/01/2010).

Lauro de Oliveira Lima, em entrevista à Revista Cenecista afirma ter sido ele quem criou a expressão “escolas da comunidade”. E explica o porquê:

No livro de “Pombal a Passarinho” descrevo aqueles vários nomes que foram sendo criados, ginásio para o trabalho, ginásio vocacional, etc. Quando fui nomeado para o Ministério da Educação criei a expressão escolas da comunidade. Fiquei muito contente ao ver logo em seguida: quando fui demitido, a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos tomar a expressão”. (Revista O Cenecista, Abr/Jun/1986, p.10).

Esse nome também serviu para atrair no Ceará, muitos professores que achavam que a Campanha era um programa federal.

#### **4.1.12. Os Congressos**

O I Congresso foi realizado seguindo um conselho do Professor Lourenço Filho de que a Campanha precisava se reger por um Estatuto, para conseguir o reconhecimento oficial do Ministério de Educação e Saúde. Este, realizou-se no próprio Ginásio Castro Alves. Entre suas decisões, ficou definido o referido Estatuto e conferido âmbito nacional à organização

com sede em Recife. Nele também se definiu mais uma vez a nomenclatura da organização que passou a denominar-se Campanha Nacional de Educandários Gratuitos.

Os congressos sempre se adaptavam à mudanças que o tempo reclamava. Num dos depoimentos sobre Felipe, Afonso Pereira da Silva<sup>72</sup> afirmava que o Professor Felipe possuía um espírito renovador e que por isso “em todos os congressos aparece estatuto modificado, ou remodelado, adaptado à conjuntura atual.” (Coletânea Cenecista, p. 655).

O II Congresso realizou-se em 1950, de forma ainda mais precária. Segundo Felipe, sequer ficaram registros nos arquivos cenecistas, nem uma ata sequer. Foi utilizada uma residência dos pais de um colaborador que não comportava todos os participantes e este tiveram que pedir as salas do Liceu de Artes e Ofícios do Recife para acomodar os congressistas. Porém, o porteiro não aceitou, pois queria fechar o colégio. O Congresso transferiu-se então, para a Associação Brasileira de Imprensa, onde também não puderam ficar, por prejudicar a reunião dos membros desta associação. Felipe conclui dizendo que este foi um Congresso *sui generis* e que ele sequer se recorda onde encerraram o Congresso.

Em 1951 aconteceu o III Congresso em Niterói. Este foi mais organizado, os congressistas conseguiram hospedagem numa pensão e havia lugar para as reuniões que realizaram-se no Instituto de Educação. Este Congresso contou com a presença do Sr. Aquiles Peres Mota<sup>73</sup>, nessa época ainda líder estudantil no Ceará. Houve alterações no Estatuto e pela primeira vez teve representantes do governo federal presente. O representante do Vice-Presidente da República, o Sr. Café Filho foi um deles, além do Bispo Diocesano.

O Professor Felipe não fala muito sobre o IV Congresso, apenas que ele realizou-se na sede do IAPC – Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Comerciários no Rio de Janeiro. Também fala muito pouco sobre o V Congresso que foi simultâneo à comemoração do décimo aniversário da Campanha.

O VI Congresso foi realizado no Distrito Federal que a esta época ainda era o Rio de Janeiro. As reuniões ocorreram na Câmara Municipal. Já se percebe a esta altura, uma grande aproximação do Professor Felipe com a vida política nacional. Neste, esteve presente o Diretor do Ensino Secundário do Ministério da Educação, ocasião em que palestrou sobre a Lei de Diretrizes e Bases, ainda em fase de projeto. O ano era 1953. A CNEC completava nessa ocasião 11 anos. A Instituição tornava-se mais complexa, e era necessário haver um

---

<sup>72</sup> Texto inserido na Coletânea Cenecista – Volume III

<sup>73</sup> Aquiles Peres Mota, à época ainda estudante de Direito, viria a ser deputado estadual em 1955 e criador da Escola Cenecista em Ipueiras/CE. Participou como delegado representante do Ceará.



acompanhamento fiscal e contábil. Neste Congresso ficou definido que parte do dinheiro arrecado, 10%, seria empregado na construção de uma sede.

O VII Congresso foi considerado o menos movimentado de todos e o que menos modificou a história da CNEC. O VIII, realizou-se em Niterói, em 1956 e foi realizado no Clube Central, na Praia do Icaraí. Esteiveram presentes deputados, o Presidente do IAPI<sup>74</sup>, que falou sobre a assistência educacional dos filhos dos contribuintes, o Secretário de Educação do Estado do Rio. Neste Congresso foi eleita D<sup>a</sup> Sarah Kubitschek, esposa do Presidente da República, Juscelino Kubitschek, para a presidência da Campanha.

A estratégia de colocar no cargo da presidência nacional pessoas influentes do meio político abriu muitas portas para as reivindicações do movimento. A D<sup>a</sup> Sarah foi Presidente da CNEC por dois mandatos consecutivos. A duração do mandato era de dois anos, ficando ela então 4 anos à frente da Campanha.

Em 1956 houve um Congresso Extraordinário, o segundo até então. Este contou com a participação do Chefe do Gabinete do Ministro da Educação, o Professor Celso Brant e no dia seguinte o próprio Ministro, o Sr. Clóvis Salgado se fez presente onde se prontificou a auxiliar a Campanha. Também esteve presente no evento, aquele que iria efetivamente apoiar a CNEC no Ceará, o então Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, o Senador Parsifal Barroso, prometendo também a colaboração com o movimento no Estado do Ceará.

Parsifal Barroso era então Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio do Governo Juscelino Kubitschek. Em 1958 ele assumiria o cargo de Governador do Ceará já tendo então, participado ativamente da Campanha.

Nesse mesmo Congresso, a CNEC recebeu um apoio financeiro no valor de sete milhões de cruzeiros antigos destinados a obras e equipamentos para 16 unidades escolares. Nas palavras do Professor Felipe, “Era o Governo Federal que começava a sentir a seriedade dos trabalhos a cargo da CNEC.”(GOMES, 1980, p. 137)

Em 1957 aconteceu o IX Congresso Ordinário da Campanha. Ele foi aberto pelo escritor Ciro dos Anjos, que estava representando a Presidente da Campanha, Sarah Kubitschek. Neste Congresso foi votada uma Carta de Princípios e a D<sup>a</sup> Sarah foi reempossada. Foi criado ainda um Conselho Administrativo com os membros representando vários segmentos da sociedade e que viriam a formar mais tarde o Conselho Nacional da CNEC.

---

<sup>74</sup> Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários. Em 1945 passou a financiar habitações populares nas grandes cidades

O XI Congresso realizou-se em Porto Alegre e aconteceu em 1959. Foi um Congresso resumido e que teve que cortar três dias do Encontro por medidas econômicas. O Deputado Guilhermino de Oliveira, que já havia sido eleito no biênio anterior, foi reeleito para Presidente da Campanha.

Em Goiânia realizou-se o XII Congresso. O local foi escolhido por causa da mudança da capital para Brasília que ainda estava sendo construída. Nesse Congresso já ficou acertado a construção de nova sede da CNEC na nova capital brasileira e que seria realizada com uma doação da NOVACAP após um pedido pessoal da Dr<sup>a</sup> Sarah Kubitschek, quando ainda ocupava a Presidência da entidade.

Por ocasião da realização desse Congresso, já o Governador do Estado do Ceará Parsifal Barroso empreendeu esforços e prestou apoio para sua realização, visando a realização do próximo Congresso em Fortaleza. Isso pode ser testificado através de um telegrama (O Povo, 03/08/60) enviado após o término do mesmo, ao Secretário de Educação do Estado, o Sr. Joaquim de Figueiredo Correia, onde o presidente do Congresso, o Deputado Venerando Freitas, cumprimenta o Secretário pelo apoio prestado à Campanha.

Não foi de estranhar que o local escolhido para realizar o próximo Congresso tenha sido em Fortaleza. Segundo Felipe, “Essa era a voz corrente dos que participaram da concentração cenecista na bela capital goiana.” (GOMES, 1980, p.145). Era o resultado de um esforço dos principais representantes da CNEC no Ceará, o Comendador Luís Sucupira, Aurimar Pontes e José Lúcio Ferreira de Melo entre os principais.

O Congresso ocorreu na Reitoria da atual Universidade Federal do Ceará e teve a presença do Governador do Estado. Houve mudanças no Estatuto e foi eleito o Conselho Nacional, que tinha entre seus membros, o Deputado Paulo Sarasate, a escritora Rachel de Queiroz, o arcebispo Dom Hélder Câmara, o Professor J. Roberto Moreira, Diretor do Departamento Nacional de Educação e o Professor Clóvis Salgado.

O evento teve repercussão nos meios jornalísticos e tanto o jornal “O Povo” quanto o “Nordeste” acompanharam e publicaram notas sobre o Encontro. Este último divulgou no dia 17 de julho de 1961 a seguinte notícia:

Instalado sábado último em sessão solene, no Auditório da Associação Cearense da Imprensa, sob a presidência do Sr. Governador do Estado, vem funcionando desde então em nossa Capital o XIII Congresso Nacional dos Educandários Gratuitos. A sessão inaugural compareceram os deputados federais Paulo Sarasate e Martins Rodrigues, deputados estaduais, entre eles o representante da Assembléia Legislativa, dr. Ernesto Gurgel Valente, o representante do Ministro da Educação, prof. Roberto Moreira, diretor do

Departamento Nacional de Educação; numerosas outras autoridades e vultos destacados do meio cultural e educacional... À noite houve no Clube Massapeense uma representação artística, a cargo de um grupo de alunos de ginásios de Maceió obtendo grande êxito. Ontem, todos os congressistas foram a Iparana onde na Colônia de Férias do SESC, passaram o dia, com grande animação. À noite, o Magnífico Reitor da Universidade do Ceará ofereceu aos congressistas um lauto banquete na sede da Universidade pronunciando à sobremesa um belíssimo improvisado, a que respondeu com muita alma e entusiasmo o deputado Cristiano Dias Lopes, presidente da Campanha no Espírito Santo, presidente ali, da Assembléia Legislativa. Antes do elegante repasto foram os presentes deliciados com finas bebidas na concha acústica tendo admirado a beleza e o encanto daquela construção que deixou a todos maravilhados. Eram homens ilustres de todos os Estados do Brasil que não esconderam seu entusiasmo pelas admiráveis realizações do reitor Martins Filho.

Nota-se já a influência nessa ocasião do Deputado Aurimar Pontes que levou os convidados à sua cidade, Massapé, distante 244 km de Fortaleza.

#### **4.1.13. O pensamento norteador da Campanha**

Expressões como “jovens idealistas”, “entusiastas”, “novas luzes”, “formação da consciência nacional”, “jovens desinteressados”, “ideal são”, “utopia juvenil” nos dão algumas pistas do pensamento norteador da Campanha.

Felipe e seus amigos cursaram o ginásio no período em que a construção da nacionalidade era o cerne de toda a ação pedagógica. Essa nacionalidade era moldada no modelo ufanista, na história mitificada dos heróis nacionais e do culto às instituições e autoridades.

O conteúdo curricular continha matérias como educação moral e cívica com ênfase nos valores pregados pelo catolicismo brasileiro. O ensino era padronizado em todo o território nacional dando ao ensino uma homogeneidade que “destruía as minorias étnicas, linguísticas e culturais” na análise de Schwartzman (2000).

Se fôssemos pensar num tipo ideal weberiano para essa pesquisa, ela seria com certeza o do “estudante idealista”. O discurso populista de Getúlio e João Goulart, o discurso desenvolvimentista de Juscelino e o discurso moralista de Jânio Quadros, formaram a mentalidade do cidadão brasileiro por longos anos. Junte-se a isso toda uma tradição católica

e um discurso radical de esquerda reclamando por melhorias para a sociedade e nós vamos ter o clima em que foi gerada a Campanha.

O discurso da CNEC gira em torno da abnegação da juventude em favor do estudante pobre que deve se dedicar a obra como a um sacerdócio. Devia também de servir de exemplo à juventude da época. Os jovens defendem a democracia cristã, uma ideologia que reúne os preceitos democráticos com o pensamento cristão.

Os filósofos, os sociólogos e os psicólogos lançavam o seu discurso contra a desigualdade social, que privilegiava os ricos com a educação, enquanto o pobre não pode estudar. Não podemos esquecer que a Campanha começou em plena 2ª Guerra Mundial e a palavra “democracia” ecoava como bandeira pela qual se devia viver ou morrer.

A Campanha terá início quando Getúlio Vargas ainda governava o Brasil sob regime ditatorial e ao mesmo tempo, mandava suas forças militares para lutar com os aliados que combatiam o fascismo e o nazismo. Os estudantes no Brasil, que haviam apoiado a Revolução Constitucionalista de São Paulo partem para as campanhas contra o nazifascismo e pela redemocratização brasileira.

Os comícios eram feitos por estudantes que gritavam palavras de liberdade contra a Alemanha, a Itália e o Japão. Recife, cidade onde estudava Felipe Tiago Gomes, era a capital de um dos estados mais contestadores do regime ditatorial brasileiro e que sofreria mais com o regime de Interventoria imposto por Getúlio Vargas aos Estados da federação.

Servir à pátria virou uma palavra de ordem e a juventude se sentia responsável para efetuar as mudanças necessárias para o país poder ser considerado desenvolvido. Os Presidentes, desde Getúlio, pediam insistentemente a contribuição dos brasileiros para ajudar a nação a entrar no ritmo do desenvolvimento econômico e social.

Essa ajuda era materializada via governo federal através de campanhas que se espalhavam pelo país inteiro solicitando ajuda dos cidadãos no campo da educação. Assim nós tivemos a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos e a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo. Essas campanhas procuravam integrar a população ao desenvolvimento econômico, pela educação das comunidades.

No capítulo reservado ao pensamento dos fundadores da Campanha naquele momento encontramos muito de um idealismo juvenil. Joel Pontes, que teria se desvinculado depois da Campanha por não concordar com a ajuda financeira do governo assim se expressa sobre esse ideal:

Nosso ideal é colaborar na formação de uma consciência nacional, ajudando a eclosão das personalidades e inteligências talvez brilhantes que se perdem por falta de solidariedade nossa. Queremos os ginasianos pobres – pequenos empregados, operários, trabalhadores – todos conscientes dos deveres para com essa sociedade e dos seus também. Queremos homens que não vejam somente as notícias de jornal – mas que saibam opinar, que compreendam a influência delas na vida de todos e o que elas representam como evolução do mundo, como vitória do bem comum e como motivo de vida. Aceitamos de melhor grado do que se recebêssemos dinheiro, colegas animados pelo nosso ideal!. (GOMES, 1980, pgs. 18/19)

Também nos escritos dos panfletos encontramos esse discurso patriótico e idealista misturado a piedade franciscana para com os pobres e iletrados. Aqui entra também o sentido de perceber a educação como redenção, a única capaz de libertar o homem da escravidão da ignorância e da pobreza.

Vejam algumas frases que misturam nacionalismo, patriotismo, cristianismo, desenvolvimentismo, pietismo, ufanismo e educação salvífica:

“ Sem cultura e sem valores nunca teremos uma grande Pátria”

“ O sangue dos heróis, o título dos mártires, a poeira gloriosa dos combates que vencemos não bastam para que sejamos um grande povo”;

“ Formai em nossa fileira. Adotai o nosso lema e dizei conosco: “Queremos fundar um ginásio para o moço pobre.”

“Um ginásio para o pobre!” – Que seja essa a frase para vós, ó moços, uma oração de todos os dias, uma prece de todas as horas, uma jaculatória de todos os momentos.”

“Vamos, moço, coragem! Ânimo! No alicerce de nossa Campanha, queremos a pedra de vossa cooperação!.(GOMES, 1980, pgs.20/21)

Os apelos se dirigiam também para a aquisição de bens materiais que a Campanha precisava como, por exemplo, quando pediram ao povo a ajuda para a compra de carteiras escolares. Eles eram calcados em um apelo religioso, fundamentado num país predominantemente católico e rico de profundas desigualdades sociais. Assim, era um apelo para os ricos ajudarem os pobres.

Podemos dizer que o catolicismo, o humanismo e o patriotismo formaram o tripé que sustentava o discurso da Campanha Nacional das Escolas da Comunidade. Com esse discurso, a Campanha conseguiu adeptos de vários segmentos da sociedade. Dos poderes públicos nos três níveis, federal, estadual e municipal e dos particulares desejosos de ter seus filhos educados além do primário, porém sem condições financeiras para tal empreendimento, da elite letrada personificada nos profissionais liberais que se voluntariaram a dar aulas de graça.

De doações e ajudas, a Campanha terminou com o apoio financeiro oficializado nos Orçamentos do Governo Federal e dos Estados e Municípios, com previsão de receita assegurada por lei e tomou rumos jamais esperados pelos seus fundadores.

## **4.2. A CNEC chega ao Ceará**

Essa segunda parte da pesquisa é também o foco que se deseja alcançar e pelo qual foram feitas todas as análises anteriores. Tentamos a partir de aspectos plurais, reconstituir a cena em que se passou a chegada da CNEC ao Ceará dentro do recorte temporal 1958-1963 e, a partir de uma série de visões citadas anteriormente – histórica – filosófica – ideológica - construir o liame e só então compreender a ação volitiva dos indivíduos que criaram a CNEC no Brasil e as conseqüências que essa ação social trouxe para a educação do Ceará.

### **4.2.1. Os segmentos da sociedade que incentivaram a CNEC no Ceará**

Para construir esse capítulo fez-se necessário levantar dados sobre alguns segmentos da sociedade que participaram de forma mais efetiva da construção dessa rede educacional no Ceará. Partindo do princípio que a CNEC é uma entidade ligada organicamente à comunidade local, é desta que ela precisa retirar o suporte para começar a funcionar. A partir das entrevistas e dos dados coletados nos jornais e nos arquivos, chegamos à conclusão que, semelhante ao restante do país, a CNEC no Ceará contou com a ajuda efetiva de membros da Igreja Católica, de líderes estudantis, de pessoas chaves da Imprensa Cearense, de políticos e de pessoas ligadas à elite cultural cearense.

Vejamos agora algumas características básicas da atuação desses grupos no cenário cearense.

#### 4.2.1.1 A Igreja

A Igreja a que estamos nos referindo neste tópico é a Igreja Católica do Brasil. Ela é um braço da Igreja universal situada em Roma e está no Ceará como está em toda parte do mundo. Hierarquizada, a Igreja obedece às determinações vindas do Vaticano, principalmente quando estas servem para justificar seus interesses seculares.

Não obstante essa obediência à hierarquia, como diz Lima (1978, p.47), é, muitas vezes, comprometida por fatores conjunturais, como a distância e a falta de comunicações, a cultura a qual está inserida, as lideranças carismáticas, os acordos convenientes dentre outros.

BRUNEAU apud LIMA (1978, p.47) não tem dúvidas de que os objetivos e implementações de influência são determinados pela Igreja em interação com o Estado e a Santa Sé. Porém, quando se referem a questões sociais, se comparada a questões puramente religiosas, a relação com o Estado tem primazia.

Esta Igreja é representada pela figura do Padre, um elo entre as autoridades e a sociedade. O religioso pertence a 3 mundos diferentes ao mesmo tempo: o acadêmico-teológico, o sagrado, que diz respeito à crença que professa e o meio social de onde veio. Ele se torna, portanto, para a população, um elo entre Deus e os homens e entre o próprio povo e as autoridades constituídas.

Peter Burke vai chamá-los de “anfíbios” ou “biculturais” (BURKE, 1989, p.96). Tanto dominam a linguagem culta quanto a popular. Na maior parte das vezes tem livre trânsito por instâncias difíceis de serem acessadas pela população, o que o torna uma espécie de porta-voz das necessidades destes, um intérprete se assim podemos chamar. Como estão sempre em contato com a comunidade, sabem e conhecem melhor as suas necessidades e anseios.

Claro que, quanto mais alto na hierarquia, mais se afastam das questões menores. Mas ainda assim conhecem melhor os regionalismos, as diferenças da jurisdição pela qual são responsáveis.

Além dessa dualidade entre Roma e o Estado, a Igreja no Ceará conheceu figuras que se destacaram no sacerdócio e que causaram polêmicas no meio religioso, tanto aqui como em Roma. São exemplos disto, o Pe. Ibiapina que exerceu grande influência no sertão nordestino entre 1856 e 1883 e pouco tempo depois, Pe. Cícero, no final do século XIX e começo do século XX, uma figura que se tornou lendária tanto no plano espiritual quanto no plano político.

A Igreja no Brasil, desde a proclamação da República lutava pela sua primazia na orientação espiritual da sociedade. O Estado mesmo tendo se separado juridicamente da Igreja sempre que pôde tentou achar uma forma de conciliação para não entrar em atrito frontal. Nas mensagens do Poder Executivo do Ceará à Assembléia Legislativa, sempre no final, havia um tópico denominado “Relação com a Igreja” em que o Governador em poucas palavras dizia terem se mantido satisfatórias sua relação com a Igreja. Embora não especifique, sabemos que ele está falando da Igreja Católica pela hegemonia desta na nossa sociedade.

A Igreja Católica domina de tal forma o cenário nacional no século XIX e começo do século XX que apesar da laicidade do Estado o termo “Igreja” já bastava para designá-la.

No período que estamos analisando – 1958 /1963 – a grande bandeira que a Igreja Católica vai levantar é contra o Projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. A elaboração dessa lei expressou a luta entre várias correntes ideológicas que representavam interesses de grupos que ora lutavam pela universalidade, gratuidade e laicidade da escola, ora lutavam pelo direito que a sociedade tinha de escolher o local onde os filhos deveriam estudar.

Essa luta usava como argumento a suposta similaridade das reivindicações com aquelas do movimento comunista no Brasil e acusava os dirigentes que ocupavam altos postos na Pasta da Educação de estarem em conluio com o pensamento da referida ideologia sobre a educação. Entre os acusados, Anísio Teixeira então Presidente do INEP – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, entidade criada em 1952 e considerada um importante órgão dentro do sistema educacional brasileiro.

A Igreja, como detentora de grande parte das escolas particulares, veio em defesa do projeto contra os que lutavam pela escola pública e nesse debate ela foi encontrar seus argumentos, nas bulas papais para justificar seu papel.

O Concílio Vaticano II<sup>75</sup> foi organizado para lidar com as rápidas transformações pelas quais o mundo estava passando. Antes de se decidir como se conduzir diante dessas mudanças obrigou o Vaticano a primeiro consolidar uma “visão pastoral sobre o rebanho”, para perceber “para onde o vento estava soprando” e só então emitir seus princípios. Diferente da Encíclica *Divinus Illius Magistri*<sup>76</sup> que fora dirigida a um mundo onde a Igreja Católica agia por hegemonia, tal qual na Idade Média, o Concílio Vaticano II já pressentia que precisava de cuidar do “rebanho” para ou conquistá-lo ou impedir sua debandada para outras religiões.

---

<sup>75</sup> Concílio Ecumênico da Igreja Católica, convocado pelo Papa João XXIII em 25 de dezembro de 1961

<sup>76</sup> Encíclica escrita sob o Pontificado de Pio XII, de 31 de dezembro de 1929.



Estes dois debates se processaram ao mesmo tempo em que se discutia o projeto sobre a 1ª LDB.

A Igreja, considera-se detentora de dois títulos: a missão do magistério e a maternidade sobrenatural. Em ambos os documentos o papel do Estado é de subsidiariedade. (LIMA:1978, p.56).

A Encíclica *Divinus Illius Magistri* seria muito utilizada para fazer valer a prioridade e a maternidade da Igreja sobre a educação. Em 1960, o Papa João XXIII comemorava os 30 anos da publicação desta que ele alcunhava de “A Carta Magna da Educação da juventude”. Para esta Encíclica, segundo a interpretação dada pelo Papa, a educação caberia à Família, à Igreja e ao Estado nessa ordem.

No Ceará, comandava a Igreja Católica D. Antônio de Almeida Lustosa, um mineiro de São João Del Rey, que chegou para assumir o posto em 1941 e ficou à frente da Igreja até 1963, quando renunciou ao cargo. Era salesiano. Um homem bastante apegado aos costumes do Ceará, os quais se tornaram objeto de estudo para ele. Nas comemorações dos 25 anos de sagração episcopal do Bispo, o Dr. Andrade Furtado teria dito em seu discurso comemorativo: “Temos em Dom Antônio Almeida de Lustosa de facto, um autêntico pesquisador das preciosidades regionais deste trecho do Brasil, onde exerce com operosidade infatigável o múnus evangélico.” (Revista do Instituto Histórico do Ceará, 1948, p. 269)

Essas preciosidades regionais seriam no dizer do palestrante: as expressões típicas da linguagem sertaneja, as riquezas da flora, ou usos e hábitos dos aspectos sociais e que seriam objeto de anotações e comentários interessantes. (Idem, p. 269)

Criou no Ceará o Departamento Diocesano de Ação Social, cujo objetivo era difundir a doutrina social da Igreja Católica voltada para os principais problemas sociais da região. A Arquidiocese mantinha 13 postos de assistência à saúde e 40 escolas primárias espalhadas pelos bairros da cidade de Fortaleza. Quando da seca de 1958, foi pessoalmente ao Rio de Janeiro se encontrar com o então Presidente Juscelino Kubitschek para solicitar ajuda financeira aos flagelados.

O Jornal Tribuna do Ceará divulgou essa viagem em 18 de junho de 1958. Ele diz: “Nesta audiência solicitou do Presidente verbas especiais para todas as associações de assistência social da Arquidiocese de Fortaleza e das outras dioceses, a fim de poderem proporcionar, aos homens do sertão, uma ajuda mais eficiente e humana”. E reafirma o carisma materno da Igreja: “A Igreja, sendo mãe, preocupa-se com tudo o que diz respeito ao progresso espiritual e material de seus filhos, sempre dentro de uma filosofia autenticamente cristã. (TC, 1958, p.2)

Sua visão de educação era conservadora e austera. Bem como, de como deveria ser um intelectual de verdade. No seu discurso de agradecimento à homenagem feita pelos 25 anos de sacerdócio, no Instituto Histórico, ele agradece e opina sobre o Instituto:

O Instituto do Ceará – inteligências iluminadas pelo saber: homens que voltaram suas energias para a exploração da verdade e assim fugiram à vulgaridade dos superficiais, condenando com o seu exemplo essa indolência que parece caracterizar a classe pseudo intelectual de nossa época, que pretende saber sem estudar, conseguir diplomas sem cursar as aulas, ou preparando-se de afogadilhos em currículos superficialíssimos – o Instituto do Ceará, preparando esta homenagem, sobretudo me desvanece, porque ela focaliza o que em mim mais prezo, o sacerdócio pleno, ou seja o episcopado. (RIH, 1948, p.275)

Nas palavras do Monsenhor André Camurça, D. Antônio teria sido aquele que antes mesmo da opção preferencial pelos pobres “já espalhava escolinhas e postos médicos pela periferia da cidade, às custas da Arquidiocese.”<sup>77</sup>

Com a aproximação da promulgação da Lei 4.024/61 e com as várias modificações pelas quais passara o Projeto antes de se transformar em Lei, por várias vezes a Igreja Católica se viu ameaçada de perder essa hegemonia. Essa situação agravava-se porque se considerava que aqueles que no momento lutavam pela universalidade da escola pública estavam ligados ao Partido Comunista.

Por outro lado, começam a ganhar evidência as Igrejas Protestantes no Brasil. No Ceará não seria diferente, tanto na Capital quanto no interior. Lutando contra forte campanha da Igreja Católica, ela se empenha em fazer proselitismo religioso e entra também na concorrência de oferta de serviços educacionais.

O jornal “O Nordeste” republica uma Portaria da Arquidiocese – Aviso 283 – fazendo advertência contra o ensino em escolas protestantes em Fortaleza. Ela tinha sido publicada pela primeira vez em 1950 por D. Antônio de Almeida Lustosa. Vejamos seu teor parcial:

Ela começa chamando atenção para o 1º Colégio Protestante fundado em Fortaleza, ainda em 1950. E acrescenta: “Para a população católica da cidade, o fato é simplesmente doloroso, pois bem sabemos que não pode deixar de vir a sofrer a fé do nosso povo com a implantação no nosso meio de um educandário hostil, a crença católica”(O Nordeste, 11/01/60).

---

<sup>77</sup> Edição comemorativa da Revista O Cenequista, 1960/1990, 30 anos da CNEC no Ceará.

Logo após, a Portaria exorta os pais, parentes e padrinhos a não matricularem suas crianças em escolas protestantes, dizendo-lhes que eles seriam julgados por Deus se cometerem tal desatino, alegando que os pequenos sofreriam a perda da fé por culpa de tal ato.

Por fim, ameaça de excomunhão quem insistir em desrespeitar a Portaria: “O Código do Direito Canônico explicitamente declara que incorrem em excomunhão reservada ao Bispo, os pais ou seus substitutos que confiam seus filhos a educadores para os instruir e os educar em religião acatólica como no caso das escolas protestantes”. (Idem, p.2). A reconciliação com a Igreja só se daria com a retirada dos filhos do dito colégio.

Além disso, ainda resta a Maçonaria, inimiga da Igreja Católica que depois do rompimento feito pelo Papa Clemente XII através da Bula *In Eminentissimi* em 1738, proibia a qualquer católico fazer parte. O Jornal O Nordeste traz em suas páginas do dia 22/02/60 uma síntese do pensamento de mobilização da Maçonaria na área da educação. Em resumo, eis algumas delas:

- a) Nacionalização: se o Estado concede subvenções ele tem obrigação de regulamentar o ensino; o ensino particular deveria ser apenas tolerado mas não subvencionado pelo Estado;
- b) Política de represália: em resposta aos governos anteriores que favoreceram o crescimento das escolas particulares, os governos atuais deveriam se utilizar da estrutura em seu próprio benefício;
- c) Política de descrédito: uma propaganda contra as escolas confessionais que seriam injustas e incompetentes e sem objetividade. (Pe. A. Rodrigues, O Nordeste, 22/01/60)

No âmbito da educação, a Maçonaria também foi mantenedora de escolas. Em Fortaleza funcionava a Escola Gonçalves Ledo III, que era mantida pela Loja Maçônica do mesmo nome.

Não se sabe na verdade se existia por parte dessas Instituições hostilizadas pela Igreja Católica um fundamento de verdade nessas insinuações. Mas o certo é que a represália era para aqueles católicos que aderissem a estas Instituições e para isso a Igreja usava de práticas ainda ligadas à Idade Média, como o discurso da perdição da alma e da excomunhão.

No trato com as Igrejas protestantes, encontramos uma situação peculiar em respeito a uma congregação que teria vendido suas estruturas a um grupo protestante. Claro que essas notícias obtêm ampla repercussão em jornais conservadores e ligados ao catolicismo. O Nordeste publica a reação das proprietárias do Ginásio Nossa Senhora das Dores em relação ao boato de venda:

#### Desmentindo Boato

As proprietárias do Ginásio Nossa Senhora das Dores de Senador Pompeu cumprem um dever religioso levando ao conhecimento da referida cidade, que, o falso boato acerca de venda do aludido estabelecimento à Missão Protestante é absolutamente destituído de fundamentos...Somos católicos praticantes e jamais o interesse material nos levou ao pensamento de trair nossos princípios cristãos colaborando direta ou indiretamente com qualquer que seja a instituição que se distancia da Santa Igreja Católica a que amamos e obedeceremos incondicionalmente.(O Nordeste, 30/05/60, p.4)

Nesse mesmo dia, outra nota é publicada comentando sobre a crescente presença de pastores protestantes na zona baixo-jaguaribana. Segundo a nota, o local visado para compra seria a sede do bispado. Eles já teriam se localizado na cidade e preparavam várias atividades.

Cumprir lembrar que o movimento protestante começa a penetrar no sertão cearense ainda no começo do século XX, contando com figuras expressivas como o Pastor Natanael Cortez, que além dessa função, exercia o magistério.

Entre os vários movimentos feitos para protestar contra a universalidade do ensino e a publicização deste, a Igreja sai em defesa de seus interesses lançando um Manifesto intitulado “Movimento Pró-Libertação do Ensino” advertindo pais de família, dirigentes sindicais e estudantes contra as idéias contidas no Projeto da LDB. A Campanha consistiria na distribuição de cópias do projeto e depois emitiria pareceres contra este quando ouvisse a opinião de educadores a respeito da mesma.

Embora estivéssemos num governo laico, o Estado jamais desligou-se totalmente do Poder eclesial. No período estudado nessa dissertação – 1958-1963 - nós vemos que a Igreja pede e recebe não só subvenções e bolsas de estudos para os colégios por ela administrados, como também para os seminários formadores de padres.

O Jornal O Nordeste publica uma nota em sua edição de 22 de janeiro de 1960, em que o Sr. Paulo Lopes Filho faz o seguinte comentário sobre essa ajuda: “Depois de quase meio século de indiferença, quando não de pura hostilidade, o poder republicano no Brasil começa a compreender a elevada função social dos Seminários, como demonstra a decisão recente de fornecer bolsas de estudos a seminaristas pobres”.

E acrescenta sobre aqueles que iriam se contrapor a essa ajuda financeira oficial:

Um anticlerical ferrenho e anacrônico poderia alegar que o Governo passará a aplicar dinheiros públicos na formação dos futuros sacerdotes. Na verdade, o Governo estará, quando muito, aplicando na educação de jovens o dinheiro dos católicos, pois os “dinheiros públicos” provém de impostos

pagos pelo povo, na maioria católico. (LOPES Filho, in O Nordeste, 22/01/60)

Tal era a visão globalizante do papel atribuído à Igreja Católica na sociedade em comparação às demais.

É interessante perceber que era cobrado pelas Ordens o pagamento da mensalidade escolar como qualquer outro estabelecimento. Por isso a solicitação de ajuda financeira. Vemos por exemplo que na cidade de Iguatu, o Pároco da cidade solicitar que seja votado na Câmara dos Vereadores um projeto de lei de ajuda financeira para alunos seminaristas, em número de 50 à época, abrindo um crédito de “30 contos” para auxiliar estudantes pobres. (O Nordeste, 11/03/60, p.8).

Em 1960 os bispos do Brasil se reuniram em Porto Alegre/RS para traçar planos de uma ação católica mais estreita. Era o VII Congresso Eucarístico Nacional. Entre outras coisas, ficou decidido que além de sua missão como patriarca da humanidade, outras instituições e estruturas deveriam ser cristianizadas. Entre elas, a política, a imprensa e a educação.

Frustrada as duas primeiras visitas de Felipe Tiago Gomes ao Ceará, ele retorna em 1958 e é na Igreja chefiada por D. Antonio Almeida de Lustosa que ele busca apoio para a instalação da Campanha no Ceará. D. Antônio designa o Pe. Jorgelito Cals para se incumbir da tarefa, mas, este, alegando não ter tempo disponível repassa a missão ao então diretor do Jornal “O Nordeste”, Comendador Luís Sucupira, profundamente ligado à Igreja no Ceará, a incumbência de representar a CNEC no Ceará no qual é prontamente aceito.

A Campanha foi criada em diversas localidades graças aos pedidos de padres. O Professor Lúcio Melo diz que essa facilidade proveio da relação entre o Comendador Sucupira e D. Antônio de Almeida Lustosa. Ele afirma que os padres solicitavam e ele favorecia. O Comendador segundo ele, “era um bispo sem batina”. O espírito da Campanha era crescer e de onde partisse o pedido, ele era rapidamente concretizado.

Acreditamos ter traçado um perfil da Igreja que consideramos uma das instituições importantes de nossa dissertação. Devemos lembrar que a Igreja desempenhava nos municípios um papel importante na formação espiritual e social da população.

A CNEC trouxe algumas inovações que iriam se contrapor aos propósitos da Igreja na área educacional, dentre eles, a formação de turmas mistas. Nessa época, as mulheres estudavam em turnos diferentes dos homens. Além disso, não havia especulação sobre a qual religião pertencia o aluno.

O teatro também foi outra forma da CNEC, mesmo comandada por alguém profundamente ligada à Igreja nos seus aspectos mais conservadores, impor o seu próprio ritmo. O Professor Lúcio Melo lembra que em 1961 o Colégio João Pontes estreava a peça de teatro “Mulher sem pecado” baseada na obra de Nelson Rodrigues, que pareceu escandalosa para a época. Diz o Professor Lúcio Melo que apesar de não ter aceitado, o Comendador foi ao teatro para assistir a representação.<sup>78</sup>

#### 4.2.1.2 Os Estudantes

Felipe Tiago Gomes como já foi dito anteriormente, era estudante secundarista quando teve a idéia de fundar a CNEC. Porém, quando entrou para o curso de Direito, foi representante de turma e depois eleito Presidente do Diretório da Faculdade.

Este contato com as lutas estudantis fez com que ele procurasse sempre nos locais onde divulgava a Campanha o apoio dos estudantes engajados nos movimentos.

No Ceará não foi diferente. Em 1951 quando procurou montar suas bases de apoio ele procurou o então Presidente da Casa do Estudante, Aquiles Peres Mota, a ajuda para começar a Campanha em nosso Estado. Mota, como já foi falado anteriormente, aceitou a incumbência, mas, não levou o projeto à frente.

Apesar de querer e buscar esse apoio, Felipe Gomes não confiava o cargo de representante da CNEC nos Estados aos líderes estudantis “pois alguns líderes estudantis mudavam de cidades, outros terminavam o curso e iam embora. Era realmente uma turma “boa” mas instável. Cada diretoria tinha seu próprio programa. (GOMES, 1980, p.60).

O Movimento Estudantil começa a mobilização na história brasileira de forma mais efetiva a partir da década de 1920, quando aconteceu o I Congresso Nacional de Estudantes e foi criada a Casa do Estudante do Brasil.

Os estudantes se mobilizaram na década de 30 contra o Governo Provisório de Getúlio Vargas e aderiram a Revolução Constitucionalista de 1932, em São Paulo. Foram criadas várias Instituições como a Federação Vermelha dos Estudantes, a Juventude Comunista, a Juventude Integralista. Essas agremiações e outras iam dar origem a um movimento mais

---

<sup>78</sup> Entrevista concedida pelo Prof. Lúcio Ferreira de Melo em 13/01/2010.

unificado a União Nacional dos Estudantes – UNE. Esse organismo seria cooptado pela estratégia política de Vargas que a regulamentou em 1942.

Os estudantes na Europa e nos Estados Unidos, lutavam contra o nazifascismo. Aqui no Brasil, além disso, lutavam pela redemocratização brasileira. Em 1945 o movimento até então unificado ficou dividido com a criação de um partido de oposição à Vargas – a UDN.

No período entre 1947 a 1950 foi a época das mobilizações nacionalistas quando os estudantes aderiram às campanhas como “o petróleo é nosso” e contra a fraude nos exames escolares.

Assim o Prof. Lúcio Melo sintetiza a ideologia dos primeiros participantes da CNEC: “Os jovens que embalaram os primeiros anos da CNEC, em luta contra a ditadura getuliana e pró-alinhamento do Brasil às nações democráticas, contra as potências nazi-fascistas, aspiravam, acima de tudo, a liberdade em seu mais amplo sentido”. (Revista o Cenecista, junho/julho/92, p.01)

Esse ideal se voltava para a educação, tida como instrumento dessa libertação. Libertar o jovem pobre das amarras da ignorância para que ele pudesse sair de seu estado de pobreza para uma vida melhor. Noutras palavras, os estudantes tinham a educação como a salvação para todos os males sociais.

A organização estudantil refletia sua política em todos os Estados da Federação e aqui no Ceará, aconteciam movimentos semelhantes embora com “bandeiras” próprias.

Aqui, além destas lutas, os estudantes que participavam do Centro Estudantal tinham seu próprio programa educacional com um modelo similar ao proposto por Felipe Gomes para a CNEC. Escolas gratuitas no horário noturno e ajuda de verba governamental para seu custeio.

Mas quem eram esses estudantes? Quais suas principais características? Quais eram suas principais lutas e reivindicações?

No Ceará, no começo da década de 1930, os estudantes do Liceu reuniam-se em torno do Clube Liceal de Estudos. Militantes do grupo decidiram se diferenciar dos grêmios literários que visavam somente a literatura e fundaram uma agremiação mais abrangente nos seus objetivos. Seria o Centro Estudantal Cearense. Desse Centro surgiram vários líderes que depois se tornaram figuras importantes no cenário político cearense. Entre eles, Parsifal Barroso e Aquiles Peres Mota.

Na gestão desse último foi inaugurada a Casa do Estudante do Ceará, em 1952. O Jornal “O Povo” destaca em uma de suas matérias que o CEC chegou a constituir 22 mil

sócios chegando ao final da década a mais de 30 mil associados. (Jornal “O Povo”, 22/10/54, p.4)

Entre os seus departamentos, encontramos:

- a) A Casa do Estudante – a primeira a ser construída no Brasil pelos próprios estudantes que atendia a jovens egressos de outros Estados e dos Municípios do Ceará;
- b) A Política Estudantil – uma espécie de Conselho para orientar os estudantes nos valores do bem (sic);
- c) Departamento de Educação – criado para manter escolas em bairros carentes. (Idem, p.4)

O Departamento de Educação foi responsável, no final da década de 1950, por criar escolas para pessoas carentes nos bairros mais pobres da cidade. Sob a sua tutela foram criadas mais de 06 escolas que funcionavam no horário noturno em prédios públicos ou privados. Como se pode vê, algo muito próximo do modelo proposto pela CNEC. Talvez por essa razão, Aquiles Peres Mota não tenha dado prosseguimento à idéia de representar a CNEC no Ceará, ou, quem sabe, tenha usufruído da idéia para ser aplicada pelo Centro Estudantil. Mas não há nessa pesquisa, como provar essa hipótese.

Em entrevista com um dos participantes da primeira comissão formada no Ceará para aderir à CNEC, o Sr. Edgar Linhares, nos explica como isso acontecia: chegava na cidade, reunia a população, chamava as autoridades, arrecadava dinheiro e montava um ginásio.

Eu precisava de 145 mil para começar um colégio, comprar isso, aquilo outro, Secretaria, comprar os livros. Quando eu terminei esse discurso eu tinha 180 mil cruzeiros. Ai entreguei ao Prefeito para recolher o dinheiro. Ai eu escolhi as professoras, fizemos a escolha, tudo direitinho.. Foi assim que criamos mais de 100 colégios<sup>79</sup>.

Além das escolas para estudantes carentes, o Centro Estudantil negociava bolsas de estudos para alunos pobres estudarem nas escolas particulares. Ramalho (1992,p.26)<sup>80</sup> afirma que a CEC, em meados de 1953, passou a dar apoio às escolas primárias “distribuindo todas elas ensino gratuito à criança reconhecidamente pobre, que pela precariedade do ensino em nossa terra não vem recebendo das autoridades competentes a devida e indispensável assistência educacional.

As escolas amparadas pelo Centro eram denominadas Centristas.

<sup>79</sup> Entrevista concedida em 28 de julho de 2010.

<sup>80</sup> RAMALHO, Bráulio Eduardo Pessoa. As Lutas Políticas dos Universitários Cearenses (1964-1968). Dissertação de Mestrado.



Aquiles Peres Mota foi presidente do Centro por duas gestões – 1948 a 1950 e 1950 a 1952 – portanto, quando ele representa a CNEC em 1951, ele estava como Presidente do Centro Estudantal Cearense.

O Centro atuava também no interior do Estado. A semelhança com o modelo desenvolvido por Felipe, com a CNEC, é flagrante. Ele enviava representantes aos Municípios que se encarregavam de fazer contatos com as entidades estudantis existentes nos locais. Segundo o depoimento de um ex-centrista, a força da CEC era tão grande que extrapolava os limites da vida estudantil e passava a ter influência sobre a vida política e social do Estado. Não é à toa que vários de seus membros se tornaram, tempos depois, deputados como o próprio Aquiles Peres Mota, ou até chegando até a Governador do Estado, como é o caso do Sr. Parsifal Barroso.

Sobre esse prestígio, o próprio Aquiles reconhece ao afirmar que “Fui presidente da Assembléia duas vezes; líder do governo; fui assim um deputado muito prestigiado quando deputado, mas lhe digo que eu tinha mais prestígio como presidente do centro do que como Presidente da Assembléia do Estado. (RAMALHO,1992, p.45)

O final da década de 1950 é um momento de forte movimentação estudantil no Ceará. Em 1956 é fundado o Diretório Central dos Estudantes. Por essa mesma época, a UCES – União Cearense dos Estudantes Secundaristas – começa uma fase de revigoração.

Há também uma disputa entre os Centros Acadêmicos de Medicina e Direito, no começo da década de 60 que acirram a competição e a busca de espaço no cenário cearense.

Sobre a UCES – União Cearense dos Estudantes Secundários, ela teria surgido de uma dissidência do Centro Estudantal. A chapa derrotada na eleição de 1948, liderada por Cid Peixoto do Amaral, teria fundado essa entidade paralela.

Além dessas entidades estudantis propriamente dita, nós vamos ter em 1935, inspirado na Ação Católica fundada por D. Leme, grupos divididos por categorias sociais. Então teremos a JAC – Juventude Agrária Católica, a JEC, Juventude Estudantil Católica, composta de secundaristas, a JIC, Juventude Independente Católica e a JUC, Juventude Universitária Católica.

No início da década de 1950 a JEC e a JUC direcionam seus propósitos para os problemas vivenciados pelos estudantes, assim como na cultura e na formação católica. A partir de 1958, vai se aprofundando a relação com o social com o aparecimento de figuras

importantes no meio católico internacional. Nomes como Teilhard de Chardin<sup>81</sup>, J. Lebre<sup>82</sup> e Emanuel Mounier<sup>83</sup> vão direcionar o pensamento para questões mais ligadas a desconstrução do capitalismo, tendendo o movimento a apoiar um “socialismo extra-comunista” que deveria ser materializada numa revolução personalista. Para isto, utilizava-se do método ver, julgar e agir, muito usado pela Ação Católica para efetuar as mudanças necessárias.

Essa tendência radicalizou o movimento e levou-o a deteriorar as relações com a alta hierarquia da Igreja Católica. O desentendimento acentuou-se quando houve o I Seminário Nacional da Reforma Universitária onde os estudantes optaram para defender a escola pública, numa orientação contrária à proposta pela Igreja, que defendia os interesses das escolas particulares..

Segundo RAMALHO (1992, p.30) a JEC e a JUC foram os dois movimentos mais influentes no Ceará. À exceção do Liceu e do Colégio São José, onde predominava o pensamento ligado ao PCB, a JEC conseguiu maior adesão no meio secundarista que a JUC no meio universitário, obtendo o controle de quase todos os grêmios escolares.

Os estudantes lutavam contra tudo o que eles considerassem abusivo como por exemplo, o aumento das mensalidades escolares, ou pelo abatimento no preço das passagens de ônibus para estudantes como atesta a manchete do Jornal “O Povo” de 05 de maio de 1960: “Mobilização estudantil pelo percentual de abatimento nos transportes coletivos”.

Os principais problemas enfrentados pela classe estudantil cearense eram:

- a) o deslocamento e a acomodação dos estudantes pobres oriundos dos municípios cearenses;
- b) o alto custo do material didático como livros e fardas. Os estudantes tinham como único recurso estudar com os livros da Biblioteca Pública ou a Biblioteca da Secretaria de Educação;
- c) o alto custo das mensalidades nos colégios particulares.

O Governo do Estado também custeava despesas do Centro Estudantil. No relatório do ano de 1960 o Governador do Estado afirma ter desembolsado a quantia de Cr\$ 45.000,00 para o pagamento do aluguel da sede das Associações Estudantis.

<sup>81</sup> Teilhard de Chardin – jesuíta, teólogo, filósofo e paleontólogo francês. É responsável por tentar unir a ciência à religião, mas a defesa de seus pontos de vista acabou por excluído dos dois meios – a ciência e a religião. Acreditava que nem o dualismo, nem a eliminação, mas somente a síntese seria possível resolver o conflito.

<sup>82</sup> Louis-Joseph Lebre – economista, dominicano francês e religioso católico. Acreditava no desenvolvimento da pessoa e dos grupos sociais. Seus estudos se voltavam para o desenvolvimento social de áreas geográficas carentes.

<sup>83</sup> Emmanuel Mounier – Filósofo francês. Desenvolveu a filosofia do personalismo. Para ele, o ser humano não pode ser sistematizado por ser livre. O homem estava no centro de suas reflexões. Lutava contra o fascismo e o nazismo

Também é uma época de intensa formação de grêmios estudantis. Esse grêmios por vezes se dedicava somente a encontros literários mas por outras, tornavam-se defensores de causas públicas, principalmente aquelas ligadas a assuntos educacionais e políticos. Dos egressos desses grêmios saíram muitos políticos seja como vereador dos municípios, seja como Prefeito e como Deputados.

Esse segmento foi muito importante para coordenar e orientar as demandas escolares no nosso Estado, pressionar os colégios públicos a oferecerem mais vagas, ou para exigir que fossem matriculados aqueles que fossem aprovados, mesmo fora dos limites de vagas, e ainda para protestar contra os aumentos abusivos das mensalidades escolares. Daí não poder omitir o papel dos estudantes nesse período na história da educação do Ceará, nem sua influência na expansão do movimento cencista.

A pressão exercida por eles estimulou mudanças na educação cearense que pressionando o Governo do Estado a criar políticas públicas para atendimento da demanda da população por educação.

#### **4.2.1.3 Representantes da Imprensa Escrita**

Como já foi demonstrado anteriormente, a imprensa foi um importante instrumento para a divulgação do movimento cencista no Brasil em geral e no Ceará não foi diferente.

A escolha de pessoas chaves para assumir o comando da CNEC nos Estados e na Presidência Nacional passava taxativamente pelo tráfico de influência. O termo, longe de assumir o aspecto jurídico de ilegalidade, aqui significa que o Professor Felipe Tiago Gomes costumava procurar por pessoas que facilitassem o seu trabalho de criação de ginásios e escolas em todo o Brasil.

Dentro dos segmentos aqui estudados algumas personalidades figuram em mais de um campo. Assim, temos Paulo Sarasate que representaria a liderança estudantil, a imprensa e a política. Comendador Luís Sucupira que representaria a Igreja Católica e a Imprensa, Parsifal Barroso, representando a política e as lideranças estudantis e Aurimar Pontes, que era jornalista e escrevia para vários jornais e era político.

Abordaremos, portanto, as contribuições de cada um dentro do segmento escolhido.

#### 4.2.1.3. 1. Paulo Sarasate e o Jornal O Povo

Aqui no Ceará, os primeiros jornais a dar publicidade ao movimento foram o Jornal “O Povo” e o Correio do Ceará. Em 1º de outubro de 1948, em manchetes eles divulgaram os pontos de vista da CNEC sobre o ensino. E em 12 de janeiro de 1951 o Jornal O Povo noticiava a passagem de Felipe pelo Ceará.

Felipe reproduziu a reportagem na íntegra em seu livro sobre a história da CNEC. Nós pesquisamos no próprio jornal e confirmamos a reportagem. Eis alguns trechos:

“Fazendo-se acompanhar do educador conterrâneo, Professor João Filgueiras Lobo, esteve, ontem à tarde, na redação de O Povo, o Dr. Felipe Gomes, Presidente da Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos o qual ora empreende uma viagem ao Nordeste, com o objetivo de ampliar e estender a outras cidades brasileiras, a instalação de novos ginásios, os benefícios proporcionados por aquela entidade de assistência cultural e social. É a segunda vez que nos visita o Dr. Felipe Gomes, sempre com o mesmo objetivo. Esteve entre nós quando ainda era estudante de Direito da Universidade do Recife. Agora, o jovem bacharel, que reside na Capital Federal, continua a fazer da Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos sua preocupação constante e o maior ideal de sua vida. Segundo declarou o nosso visitante, a Campanha pretende instalar ainda este ano, em Fortaleza, um ginásio noturno, gratuito, cujas aulas serão ministradas, sem qualquer remuneração, por alunos da Faculdade de Filosofia e de outros estabelecimentos de ensino superior de nossa capital”. (GOMES, 1980, p.104)

Mas as previsões deste artigo não iriam se concretizar nesse ano. Somente dali a 7 anos teríamos a inauguração do 1º Setor Local do Ceará.

Paulo Sarasate era filho do maestro Henrique Jorge e foi prontamente aceito por Demócrito Rocha, quando procurou a redação do Jornal “O Povo” atrás de emprego. Vindo das lideranças estudantis, Sarasate logo se tornaria o braço direito de Demócrito no Jornal e em 1943 o substituiria na administração, tornando-se líder do jornal enquanto viveu, ou seja, até 1968. Casou-se com a filha do Demócrito Rocha, D Albaniza que se tornaria Sarasate, e a imprensa, juntamente com a sua vida nas milícias estudantis, foi um trampolim para a política.

Teve como colegas de redação Plácido Castelo, Perboyre e Silva e Parsifal Barroso, tendo, inclusive, sido presos juntos por causa da publicação da revista “A Farpa” no começo da década de 1920. Foi deputado estadual constituinte em 1935, deputado federal de 1951-54, governador do Ceará em 1955-1958 e senador 1966-68.

Paulo Sarasate foi Presidente da CNEC por oito anos. Chefe da Comissão de Orçamento na Câmara dos Deputados, era peça chave para a liberação de recursos para os projetos de lei encaminhados pelos Deputados para beneficiar a Campanha. Mas ele começou a incentivar a CNEC bem antes dela chegar ao Ceará, como foi visto na parte referente à concessão de subvenções, quando ainda era Deputado Federal.

Felipe Gomes dedica-lhe uma página inteira de seu livro, embora o Professor Lúcio Melo ateste que ele foi “uma pedra no sapato” daquele, por não permitir ser presidente apenas de “fachada”.

Paulo Sarasate deu ampla visibilidade à CNEC no Jornal “O Povo”, onde esta tinha uma coluna semanal. Somente com sua morte ela perderia o direito a esse espaço.

Em seu livro, Felipe dedica-lhe rasgados elogios e comprova nas entrelinhas o que o Professor Lúcio Melo afirmou, na entrevista concedida para este trabalho. Diz ele em determinado trecho:

Foi Presidente (Sarasate) da CNEG (como ele queria que sempre fosse CNEG) durante 8 anos. Era o dirigente ativo e desassombrado que comandava o movimento com aquele seu jeito de “manda brasa” e que, na realidade, nada mais era que um cidadão simples e bom, voltado inteiramente para os problemas do ensino brasileiro. Seus últimos momentos, suas palavras derradeiras foram destinadas à CNEG. (GOMES, 1980, p.153)

O Colégio “Júlia Jorge” recebeu esse nome em homenagem à mãe dele. Lúcio Melo se recorda que a escolha do nome do Colégio foi uma estratégia para apressar a construção do prédio que deu lugar ao Colégio. É ele quem relata:

“quando nós fomos fazer o Júlia Jorge ninguém ia fazer o Júlio Jorge não. Nós íamos transferir o Arminda de Araújo lá para o nosso prédio que seria o Júlia Jorge. Mas o que é que aconteceu? Faltou dinheiro prá gente terminar a obra.E o que que eu inclusive nós fizemos? Nos chegamos ao Sarasate Já tínhamos feito ele Presidente Nacional e ele só veio porque o cargo era esse de Presidente Nacional...Como é que está o Júlia Jorge? A gente vai indo, ta quase parado, faltou dinheiro justamente no momento que nós íamos colocar, esperar terminar pra dar o nome da sua mãe ao colégio bom.daí por diante não faltou dinheiro. Foi uma jogada né, espicaçando a vaidade no mas no bom sentido, na boa obra.”<sup>84</sup>

---

<sup>84</sup> Entrevista concedida em 13/01/2010.

#### 4.2.1.3.2. Comendador Sucupira e o Jornal O Nordeste

Podemos dizer que em termos de cobertura jornalística o Jornal O Nordeste funcionava como uma espécie de diário das atividades da CNEC no Estado. Tendo à frente o Comendador Luís Sucupira, também não foi coincidência ter sido ele chamado para representar o Ceará como Superintendente Estadual junto à Campanha.

Um “padre sem batina” como o chamou o Prof. Lúcio Melo, o Comendador Sucupira era profundamente ligado à Igreja Católica, discípulo de Santo Agostinho e filiado ao Centro Dom Vital. O título de nobreza foi-lhe concedido pelo Papa João XXIII, juntamente com o fundador do Jornal O Nordeste, o Sr. Antonio de Andrade Furtado. Este título era concedido a quem pertencia à Ordem Eqüestre de São Magno, fundada pelo Papa Gregório XVI.

O título que tem por finalidade honrar os católicos “de fidelidade provada `Santa Sé”, “julgados dignos de serem honrados com um atestado público de consideração Pontifícia ou pela nobreza da natalidade ou pelas empresas gloriosas ou por seus cargos honoríficos...”(DN, 30/05/60, p.6) era o mais alto da hierarquia da Ordem.

No campo político, foi eleito Deputado Constituinte em 1930 e Secretário da Fazenda no Governo do Interventor Pedro Firmeza.

No Jornal, suas opiniões eram assinadas com o pseudônimo de OBS ou LS e era um ferrenho defensor da liberdade do ensino particular, contrário, portanto, à publicização do ensino.

Felipe Gomes elogia a atuação do Comendador Sucupira em seu livro e atribui a ele e ao Professor Lúcio Ferreira Melo a consolidação da Campanha em nosso Estado.

Ainda no primeiro semestre de 1960 ele teria formado uma Comissão para viajar pelos municípios do Ceará divulgando as escolas da CNEG.

Sob sua direção a CNEC atingiu a cifra de 86 estabelecimentos de ensino distribuídos em 63 municípios.

#### 4.2.1.2. Os Políticos

Embora em todos os escritos e depoimentos dos integrantes da Campanha fique claro que o movimento é apolítico, o certo é que os políticos tiveram ampla participação para o efetivo desenvolvimento do movimento cenequista em nosso Estado.

O período em apreço, ou seja, 1958-1963, disputam o poder os partidos da UDN e do PSB. O primeiro, partido político criado em 1945 para confrontar a política de Vargas. O segundo, principal opositor da UDN, foi criado em 1947 era um partido político de esquerda e de filosofia baseada no socialismo democrático. As lutas entre os dois partidos eram acirradas em todos os estados da federação. E isso influenciava em todos os segmentos da sociedade.

Dependendo do partido a que pertencia o chefe local, e do executivo que estivesse no comando do Governo Estadual e Federal, todos os projetos, instituições e setores da sociedade que não fossem aliados do partido no poder poderiam sofrer represálias ou cortes de benefícios. Isso acontece até hoje nos municípios dominados por determinadas facções políticas.

Nesse ponto, é preciso desconfiar do que é publicado nos jornais, porque dependendo da linha política do seu proprietário, nós teremos a caça às bruxas no partido adversário. O Jornal O Povo, cujo diretor presidente era o Paulo Sarasate, filiado à UDN, portanto opositor do PSD, publicou uma notícia no dia 05/01/60 sobre a politicagem no município de Aratuba. Segundo o jornal, as irmãs que administravam um Patronato da localidade tiveram que fechar suas portas depois da invasão de pessoal pertencente ao PSD local, que teriam depredado o prédio e submetido as irmãs à outros vexames, que o jornal não publica.

Em 1954 é eleito como governador do Estado Paulo Sarasate, que pertencia à UDN. Seu sucessor, Parsifal Barroso, era da coligação PSD – PTB – PRT refletindo uma alternância de poder confirmando a hipótese de Parente (2000) de que a modernidade e o conservadorismo são as características das lideranças cearenses, reflexo das condições estruturais de nosso Estado como as intempéries e outros fatores externos.

Na sua entrevista por várias vezes o Professor Lúcio Melo reconhece a ação política dentro do movimento, mas critica quando eles usam da imagem da Campanha para se locupletar. Assim, quando ele fala sobre o político Aurimar Pontes, que teria sido colaborador e impulsionador do movimento aqui no Ceará, ele reconhece os serviços prestados por aquele, mas, critica que muito do que ele conseguiu o fez no sentido de garantir votos no seu reduto eleitoral.

Aurimar Pontes foi Prefeito de Massapé em 1954 e eleito Deputado Estadual em 1958. Era do PTB e depois, acompanhou Parsifal Barroso quando este passou para o PTN. Foi vice-presidente da Campanha quando o Comendador Sucupira era o Presidente, fundou uma escola cenequista em Massapé que existe até hoje.

Nas entrevistas feitas a Ernane Viana – CNEC de Caucaia e ao Pe. João Batista<sup>85</sup>, CNEC de Massapé, ambos se referem ao Aurimar Pontes como aquele que facilitara os trâmites para a instalação da Campanha nesses Municípios. No entanto, a solicitação passava diretamente pelas mãos deste Deputado e no caso do Luzardo Viana em Caucaia, o Deputado Ernane Viana teria se dirigido diretamente a Felipe juntamente com o Aurimar Pontes e não ao Setor local, para conseguir fundar o colégio.

Na entrevista concedida pelo Deputado Ernani Viana, este deixa implícito que suas relações com a CNEC não passava pelo Setor Local cearense, por uma clara questão política. Sendo Presidente da CNEC nacional, o Deputado Federal Paulo Sarasate, teria rixas políticas com o Ernani Viana, que não o apoiava em Caucaia. Paulo Sarasate teria tentado destituir o diretor do Colégio, indicado pelo Ernani Viana e este teria sofrido a intervenção do próprio Felipe para mantê-lo no cargo.

Perguntado sobre sua relação com o Comendador Sucupira ele afirma: “Não, ele não ajudou, ele não atrapalhou”,<sup>86</sup> numa clara alusão à independência administrativa de seu colégio e na clara intromissão partidária no projeto.

Aurimar Pontes, do PTB, um partido que tinha suas raízes no varguismo, não devia manter boas relações com Paulo Sarasate, UDN, forte opositor do regime de Vargas.

Não se pode negar o papel desempenhado pelo Deputado Aurimar Pontes na criação de escolas cenequistas no Ceará, bem como de sua influência junto ao Governador do Estado, Parsifal Barroso. O Jornal “O Nordeste” (9/3/60) traz a notícia de que teria sido o Deputado Aurimar Pontes que teria conseguido o adiantamento do pagamento das subvenções estaduais, que deveriam ser paga aos professores da CNEG até que chegassem as verbas federais destinadas à mesma.

As subvenções federais atrasavam meses a fio e por vezes a Campanha tinha problemas para sua subsistência, numa clara alusão da dependência financeira dos órgãos públicos. Nota-se também um certo profissionalismo no corpo docente que já não trabalha por

---

<sup>85</sup> Embora tenha realizado a entrevista ela não consta nessa dissertação por motivos já apresentados na Introdução deste trabalho.

<sup>86</sup> Entrevista concedida em 16 de junho de 2010.



pura ideologia. É ainda o Nordeste quem divulga os problemas enfrentados pela CNEG do Rio de Janeiro. Eis um trecho da notícia:

Temos no Rio – afirmou – vinte ginásios com cerca de quatro mil alunos e pagamos 100 cruzeiros por hora a cada professor. Com a falta de subvenções, muitos estabelecimentos não estão podendo saldar seus compromissos, e os professores, atrasados em seus ordenados, já perderam a paciência. Estão dispostos a fazer greve, negando-se inclusive, a realizar as provas parciais. Essa é a situação nos 374 ginásios que a campanha mantém em todo o país, embora a subvenção da União seja de apenas cinco mil cruzeiros mensais por turma. O ginásio, na ilha do Governador, e mais alguns, estão conseguindo meios para superar a situação, com a ajuda dos associados, pais de alunos e de moradores inteiramente estranhos à CNEG. Mas a grande maioria não tem como sobreviver. (O Nordeste, 11/10/60 p.6 e 8)

A manobra política sugerida por Aurimar Pontes para o Ceará foi criticada pelo jornalista J.S. Nogueira, que ironicamente levanta a suspeita de favorecimento pelas autoridades governamentais.

Também teria sido Aurimar Pontes, um dos grandes incentivadores para a realização do XIII Congresso Ordinário da Campanha aqui em Fortaleza, em julho de 1961. O Congresso contou com a ajuda do Governador do Estado e do Magnífico Reitor da Universidade do Ceará, Antônio Martins Filho.

#### **4.2.1.3. A Elite letrada cearense**

A elite letrada seria a representada pelos profissionais liberais, estudantes universitários, professores e educadores, artistas e escritores.

Foi desse segmento que saíram aquelas pessoas da sociedade que fizeram ou emprestavam seus conhecimentos ministrando aulas nos primeiros tempos da CNEC no Ceará. Sobre essas pessoas diz o Prof. Lúcio Melo:

Como é que a Campanha conseguia manter as escolas dela sem ter professor no sertão? Porque a gente aproveitava o farmacêutico, o agrônomo, até o delegado que era Professor de Educação Física não é? O promotor, o juiz, o padre, a gente transformava esse pessoal todinho em professor.<sup>87</sup>

---

<sup>87</sup> Entrevista concedida em 13/01/2010

Esses profissionais vinham em boa parte de uma classe média que se formava na sociedade cearense, advinda de uma nascente burguesia urbana originária do desenvolvimento comercial e de uma ainda incipiente industrialização.

O Ceará, embora com toda a sua fragilidade estrutural como já vimos, sempre teve uma boa participação no cenário cultural do Brasil.

Segundo Parente (2000), teria sido o bispo D. Manuel da Silva Gomes, o primeiro arcebispo de Fortaleza (1912-1944) e terceiro Bispo do Ceará que teria organizado a elite cearense, ainda no início da década de 1880, com a criação do Seminário da Prainha. Essa seria formada sobretudo por médicos, advogados e jornalistas católicos, além de militares. Em 1913 ele criaria o Círculo Católico de Fortaleza, que se tornará uma espécie de representação do Centro Dom Vital aqui no Ceará.

Em um discurso do Comendador Sucupira, no Instituto Histórico e Geográfico do Ceará, ele cita uma afirmação de José Veríssimo, em que este afirmava que nas décadas de 1870 a 1880 “talvez seja, depois do Rio, o Ceará a terra do Brasil onde é menos apagada a vida literária e maior a produção” (Revista do Instituto Histórico do Ceará, p.419)

Nós teríamos por aquela data José de Alencar e Franklin Távora no romance, Clóvis Beviláqua no Direito, Juvenal Galeno na poesia, João Brígido no jornalismo, Farias Brito na Filosofia, Capistrano de Abreu na história e muitos outros.

Grande parte dessa elite fez seus estudos secundários no Liceu e seus estudos superiores na Bahia ou em Pernambuco.

Quando surgiram as primeiras iniciativas em torno da necessidade da criação de uma Universidade no Ceará, parece ter saído do amadurecimento dessa elite letrada que percebia já existirem no Estado personalidades que poderiam levar a frente o projeto.

Antônio Martins Filho, em uma conferência proferida Instituto Brasil Estados Unidos – IBEU, afirmaria, em 1948<sup>88</sup>, que a importância das Universidades resultaria na formação das elites dominantes nas várias esferas da atividade humana. E remata: “Nascemos, pois, e crescemos sem conhecer a influência direta e edificante das Universidades, na formação da nossa cultura. (Revista do Instituto Histórico do Ceará, 1948, p.12).

Em 1948 o Ceará contava com seis Faculdades. Esse número, segundo Antônio Martins Filho, já produzira uma quantidade suficiente de acadêmicos que viabilizavam a fundação de uma Universidade no Ceará.

---

<sup>88</sup> Revista do Instituto do Ceará . Sessão de 27 de junho de 1948.

Sem dúvida nenhuma, a criação da Universidade do Ceará em muito estimulou, ajudou e incrementou a elite intelectual cearense, se tornando politicamente ativa em todos os setores da sociedade, na luta pela melhoria da infraestrutura cearense.

No meio escolar começava a surgir professores que pensavam a educação de forma mais abrangente e de fora da sala de aula. Aqui no Ceará, nós iremos ter Lauro de Oliveira Lima, que nesse período é o educador que mais luta para imprimir um otimismo pedagógico, tentando modernizar a educação inspirado principalmente em Piaget. Sua preocupação maior não é com o “entusiasmo pela educação” ou criação de mais escolas. Ele busca o aprimoramento pedagógico dentro das salas de aulas.

A elite intelectual que recebeu e apoiou a CNEC no Ceará vinha desse modelo que onde se misturava religiosidade e conhecimento. Geralmente vinham de famílias de classe média e haviam estudado no Liceu do Ceará.

O Comendador Sucupira, por exemplo, era entusiasmado pela literatura francesa. Quando perguntado sobre seus autores prediletos teria respondido: “Só há uma inteligência clara no mundo: a francesa. Em todos os ramos do saber só a França vence. O resto é ancilagem ou cópia, como sucede conosco. (LIMA, 1946, p.44)

Já Paulo Sarasate, jornalista, teria se dedicado à publicação de revistas revolucionárias, que o levou inclusive a prisão com a publicação do jornalzinho “A Farpa”, e depois de uma revista de circulação nacional “Maracajá” juntamente com Demócrito Rocha. Ao falar sobre o movimento intelectual cearense no começo de sua carreira ele diz:

“nessa época o movimento intelectual do Ceará, como de resto o do Brasil inteiro, era alguma coisa mais empolgante e menos desoladora que aí está. Havia um sopro de idealismo entre os intelectuais, uma melhor compreensão de suas responsabilidades, e, o que é mais importante, uma base cultural menos fragmentária e fora do que essa que a mocidade de hoje pretende assentar os seus castelos. (LIMA, 1946, p.67)

Há nesse período uma profunda mudança no comportamento das mulheres. Os jornais em 1958 já começam a especular sobre o as alterações a que seria submetido o Código Civil de 1916 e efetivamente a lei é modificada e promulgada em 27 de agosto de 1962 onde é reconhecida uma série de direitos à mulher, dando-lhe maior liberdade de ação e de se representar a si mesma sem a autorização do cônjuge.

Quando em 1958 se tentava fundar um curso noturno na Faculdade de Direito, já não eram somente as vozes masculinas que se faziam ouvir. Vem do Jornal “O Povo” uma pequena crônica que bem simboliza esse novo pensamento feminino na sociedade. Quem a

assina é uma mulher que usava o pseudônimo de Cibele. Ela tem espaço reservado semanalmente no jornal. Ei-la:

Francamente, eu admiro a mocidade atual. E tenho, uma pena profunda daqueles que foram jovens nos tempos de antanho. Tenho pena das pálidas donzelas recurvadas no bastidor a vida inteira, uma toda feita de tédio e de monotonia. Admiro, isso sim, admiro a garota que vende nas Lojas de Variedades, que ri sem constrangimento, que assiste aulas à noite, canta em rádio se tiver vontade, dança rock'n roll, joga peteca e vôlei, veste *maillot*, corre na praia e joga futebol...É a favor da mocinha, desta maravilhosa juventude batalhadora a campanha que se enceta para a instalação de um curso noturno na Faculdade de Direito...(O Povo, 28/01/58)

Os professores nesse período estavam em “pé de guerra” com os governos tentando melhorias salariais. Suas reivindicações passavam muitas vezes ao largo dos problemas da educação, limitando-se a dura rotina da sala de aula.

Há uma clara deficiência de professores diante do aumento da demanda estudantil o que sobrecarrega aqueles que ensinam. Começam a exigir cada vez mais aulas noturnas, aumentam os números de turmas e os professores começam a se mobilizar inclusive com ameaça de greve.

Faz-se necessário que se abram mais Faculdades de Filosofia que preparem o professor do Ensino Médio e, enquanto isso não acontece, a CADES prepara os professores para o encargo.

As aulas ministradas no ensino secundário eram dadas por professores formados em sua grande parte nas Faculdades de Filosofia, Outros, vinham de profissões liberais. Estes também começaram a lutar por melhorias salariais, levantando críticas entre o professorado, por afirmarem que eles já tinham bons rendimentos com suas profissões.

O outro segmento dessa elite seria a dos estudantes, que já foi caracterizado em subitem anterior.

O Professor Lúcio Melo é taxativo em afirmar: “As classes liberais, em uníssono, ensinando gratuitamente, formaram os alicerces das escolas cenecistas. (Folheto divulgado em comemoração aos 30 anos da CNEC no Ceará).

### 4.3. O “ENTUSIASMO PELA EDUCAÇÃO” CENECISTA NO CEARÁ

Depois de todas estas considerações podemos agora narrar esta história sabendo das várias forças que contribuíram para seu desenrolar ou que orbitavam ao lado dos protagonistas. Teremos condições de entender entre outras coisas, porque a Campanha só iria começar em 1958 e só iria realmente se desenvolver em 1960.

Já vimos que a expansão tornou-se um objetivo para Felipe Tiago Gomes. Foi ele quem primeiro procurou os Estados da Federação e fez a oferta dos serviços. E que muita coisa já tinha acontecido no processo de solidificação da Instituição na sociedade brasileira quanto esta chega ao Ceará.

#### 4.3.1. As primeiras Visitas - 1948/1951

Não temos muitos detalhes sobre o que foi conversado na primeira vinda de Felipe Gomes ao Ceará, em 1948. De seu livro consta apenas que ele teria entrado em contato com o Governador Faustino de Albuquerque (UDN) e com o Prefeito de Fortaleza, na época o Sr. Acrísio Moreira da Rocha (Partido Republicano). Este último teria elogiado o projeto, mas, se esquivara dizendo que já estava nos planos de seu governo, construir o primeiro Ginásio Municipal de Fortaleza, que seria efetivamente construído e funcionou onde hoje está localizado o Instituto Histórico e Geográfico do Ceará.

Em 1951, quando veio ao Ceará pela segunda vez, Felipe Tiago Gomes deixou formada uma comissão composta em boa parte por líderes estudantis. A Comissão era formada pelo Irmão Anísio Mosca de Carvalho, Aquiles Peres Mota, João Filgueiras Lobo, Lourival Alves, Luciano Campos Magalhães, José Airton Teixeira e Edgar Linhares Lima.

O professor Edgar Linhares, hoje presidente do Conselho Estadual de Educação, foi um dos entrevistados e relembra cada um deles.

Esse Irmão Anísio era o presidente da Faculdade<sup>89</sup>. O Aquiles era do grupo de Direito. O João Filgueiras era da Faculdade do Grupo da Matemática e diretor do Lourenço Filho, o Lourival Alves ele vivia nesses negócios, o

<sup>89</sup> O Professor Edgar Linhares talvez queira dizer Diretor da Faculdade já que o cargo de Presidente é inexistente nessa Instituição.

Luciano era líder estudantil, deputado e morreu na Revolução. O José Airton era de uma família de políticos e o Edgar era um *abestado*. que só tinha prestígio pessoal, não tinha nada de conotação política e eu era secretário da JUC. A minha liderança era dentro da Juventude Universitária.

Quando questionado sobre o porquê de não ter dado certo o início da Campanha em 1951, ele apresentou dois motivos. Primeiro, a comissão formada não convivia uns com os outros e era como ele mesmo chamou “pluripensamento”. E segundo, porque aqui não havia condições de se desenvolver o ensino secundário, porque faltava docentes para exercer o magistério. O Estado e o Município só possuíam professoras primárias.

Ele atribui o começo da Campanha somente em 1958 devido ao surgimento da CADES – Campanha de Aperfeiçoamento e Desenvolvimento do Ensino Secundário em 1955 e depois a aplicação dos cursos ministrados nas Inspetorias Seccionais dos Estados em que o Estado teve condições de preparar os professores para ministrarem as aulas no ensino secundário.

A CADES era um curso de duração de 1 a 2 meses, geralmente dado nas férias e que ao término o professor adquiria o direito de exercer o magistério nos locais onde não houvessem diplomados dos Cursos de Filosofia.

Essa análise não nos parece propriamente correta, uma vez que quando a CADES ainda não existia a Campanha foi capaz de criar as suas escolas noutros estados até mais pobres que o Ceará, como no caso de Coari, no Amazonas, em 1949, por exemplo.

Em 1958, quando da visita ao Ceará do Ministro da Educação, o Sr. Clóvis Salgado, no discurso que fez na inauguração do Instituto Rural de Pesquisas do Ceará, fala sobre os incentivos que o Governo Federal estaria investindo no Ensino Médio e na dificuldade de conseguir adesão dos estudantes aos cursos profissionalizantes.

Entre os incentivos, vem a especialização dos professores. Mesmo assim, ele reconhece na deficiência de docentes especializados para ensinar nas escolas de nível médio. E afirma que “apenas 16% dos professores fez cursos em Faculdade de Filosofia. A maioria não tem formação técnica, por isso temos que remediar. Há os cursos da CADES, no fim dos quais estes professores sem diploma prestam exames de suficiência. Ainda mais, a própria lei é crivada de falhas” (O Povo, 24/01/58)

Os ex-alunos dos cursos de Filosofia, que possuíam a condição primeira de ensinar, questionam o número de professores improvisados que estavam presentes cada vez mais na sociedade sentindo-se prejudicados pela concorrência.

Os cursos da CADES eram ministrados aqueles que já ensinavam, mas não portavam diploma do Curso de Filosofia. A maior demanda vinha do interior do Estado. Em janeiro de 1958 haviam sido matriculados 316 alunos-mestres como eram chamados.

Quando a Campanha chegou ao Ceará, respondia pela Inspetoria Seccional o Professor Lauro de Oliveira Lima. Ele em muito aperfeiçoou os cursos da CADES, ao ponto de ser chamado para ministrar o curso em outros Estados brasileiros. O Professor Edgar Linhares chegou a afirmar que se houve um movimento importante no Ceará este foi o da CADES e que tudo os cearenses deviam ao Lauro de Oliveira Lima.

#### 4.3.2. A Primeira Seção Estadual

Em 1958 foi inaugurado a primeira Seção Estadual do Ceará. Quando assumiu a direção do Arminda de Araújo<sup>90</sup>, em 1960, o Professor Lúcio Melo recorda-se de que eram menos de 10 as turmas existentes no interior do Estado,

Era aqui o Massapé dirigido pelo político Aurimar Pontes, era Ipueiras dirigido pelo político Aquiles Peres Mota, era Santana do Acaraú, dirigida pelo, (esqueceu o nome) ...por dois primos carnaís que viviam brigando, se agarrando lá todos dois politiquinhos lá...era (pausa) aqui em Fortaleza já tinha o Presidente Vargas, que era um colégio ali de Messejana. Do vereador...é não sei o que do Amaral (Entrevista concedida em 13/01/2010).

Como a Campanha já chegou ao Ceará subvencionada por verbas federais, as turmas cencistas<sup>91</sup> recebiam um percentual desse montante por cada sala de aula cencista, distribuídas pelo Setor Local que por sua vez recebia da direção central. Estas salas pertenciam aos grupos escolares mantidos pelo Poder Público e eram aproveitados no seu horário noturno.

A comissão que foi formada para compor o setor local no Ceará teria, nas palavras do Professor Lúcio Melo, sido formada “pró-forma”, isto é, juntaram-se pessoas amigas do Comendador Sucupira, fizeram uma ou duas reuniões e depois desistiram de levar à frente tendo ficado atuante somente o Professor Sucupira. Em 1959 Lúcio Melo seria convidado por

<sup>90</sup> Primeiro colégio cencista fundado no Ceará. Na parte seguinte do trabalho trataremos mais detalhes.

<sup>91</sup> Antes de se fundarem colégios, funcionavam apenas algumas turmas em grupos escolares.

este para assumir a direção do Colégio Arminda de Araújo e começa uma nova fase com características mais próximas da Campanha idealizada por Felipe.

A primeira sede da Campanha em nosso Estado havia sido conseguida junto ao Governo do Estado. Eram três salas que ficava na rua Pedro I, nº 591. Na entrevista, o professor Lúcio Melo acrescenta que estas salas foram conseguidas graças à influência política do Deputado Aurimar Pontes e que, inclusive, ele passara a ocupar uma destas salas para funcionar seu próprio escritório de deputado.

A sede definitiva da CNEC no Ceará, foi adquirida através da compra de uma casa no Jacarecanga, de propriedade do desportista Carlos Gazelle, que a ofereceu por Cr\$ 10.000.000,00 (sic). Os dirigentes da CNEC dirigiram-se ao Presidente Paulo Sarasate pedindo que entrasse com a metade desse montante, que a outra seria arrecadada pelos próprios cearenses. Este teria “brincado” com os dirigentes locais, perguntando se eles queriam que ele fosse o “transferidor” de todos os recursos para a CNEC do Ceará. Mas teria aceitado a proposta. Os outros R\$ 5.000.000,00 foram amealhados pelo Comendador Sucupira junto às comunidades e dele próprio. (Revista “O Cenecista”, Ano XXIII, Mar/Abri/1985)

Sobre a importância do Setor Local, o Professor Augusto Ferreira Neto, ex-presidente da CNEC, em discurso na UNESCO sobre o tema, teria afirmado que este “acabou por constituir-se em formador de lideranças para a comunidade, muitas das quais, em função da experiência na manutenção das escolas se tornaram políticos de expressão local, estadual ou mesmo nacional.” (O Cenecista, XXIV, Nov/Dez/1987).

Alguns ex-alunos e ex-professores cenecistas tornaram-se realmente lideranças políticas no Ceará. Entre eles Bianou de Andrade, Pinheiro Landim, Diógenes Nogueira.

#### **4.3.3. As Primeiras Turmas Cenecistas**

As salas de aula que funcionavam no interior do Estado eram conseguidas geralmente por um político local, como o Sr. Aquiles Peres Mota em Ipueiras reduto político da família ou Aurimar Pontes, na cidade de Massapê. Os Deputados Estaduais, geralmente vinham de famílias importantes dos municípios cearenses e, geralmente, monopolizavam os benefícios concedidos em prol de seus próprios interesses, numa prática costumeira do já conhecido patrimonialismo. Com a CNEC não foi diferente.



O escritor e jornalista, J.S. Nogueira, que geralmente contribuía para o Jornal “O Nordeste”, publica em 08 de março de 1960, uma crítica e uma denúncia contra a Campanha no Ceará. Eis o trecho mais contundente:

No Ceará, ela vem aparecendo agora, já um tanto desvirtuada. Um dos postulados da Campanha era o alheamento completo à política partidária. Aqui, encontramos em posições chaves da Diretoria políticos em evidência. Escudados na Campanha, outros tantos chefes procuram abrir ginásios na sede de seus colégios eleitorais.(NOGUEIRA, in: O Nordeste, 1960, p.3)

No dia seguinte, o próprio Comendador Sucupira publica a sua resposta às denúncias de J.S. Nogueira: “É certo que alguns deputados estaduais também procuram instalar nas cidades em que dispõem de prestígio os referidos estabelecimentos, mas o fizeram com sentido patriótico, visando a beneficiar os habitantes do lugar”. (“O Nordeste”, 09/03/60).

A notícia de que a Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos havia chegado ao Ceará causou um certo impacto no segmento educacional. Muitos foram atraídos pelo termo “nacional” que constava do nome dado à Campanha. Lúcio Melo, quando recebeu o convite para ser diretor do Arminda de Araújo, em 1959, conta um pouco dessa reação.

“...quando eu voltei do Crato, desse curso da CADES, (daí porque eu tô procurando juntar a história né?) eu recebi, já vi uma porção de coisas por aqui maseu nunca vi tanta gente prá me receber na volta desse curso, porque era gente homem...”quer dizer que você agora vai ser diretor do Colégio, da Escola da Campanha das Escolas da Comunidade dos Educandários Gratuitos”? Devido a palavra nacional que eu lhe disse que a Campanha foi infeliz na sua nomenclatura, no seu nome de batismo... Porque todo mundo imaginava que esse nome Nacional era coisa do Governo e a campanha usou e abusou desse jogo de cintura que as vezes a gente fazia até questão de dizer, de explorar o nome nacional. Olha mas era tanto professor... “Olha eu tô chegando do Crato e não tô nem sabendo disso, que eu vou ser ou não vou ser”...Não , mas já está nos jornais que você vai ser o diretor... você agora vai ser diretor, eu quero que você se lembre de mim (rindo) e eu nem sabia se ia ganhar bem e talvez fosse porque esse nome Nacional... ora mas era tanto professor...”mas tá nos jornais que você vai ser diretor”.

Ele analisa que essa primeira leva de salas de aulas cenicistas seria toda fruto de interesses políticos, tanto que algumas delas fecharam pouco tempo depois. Outras foram estadualizadas ou privatizadas. E cita o exemplo do Colégio fundado por Aquiles Peres Mota em Ipueiras:

O Colégio Otacílio Mota, que era o pai dele, olha aí a barretada<sup>92</sup> pai do Aquiles, aí, quando ele viu que o negócio não ia mais continuar a ser ele casando e batizando dentro do colégio, aí não, eu quero pedir prá sair e a campanha sempre disse que no dia em que a pessoa quisesse tanto tinha a porta aberta para entrar quanto prá sair, mas por que é que ele fez ?Porque conseguiu a estadualização. Veja aí a artimanha política, ele conseguiu a estadualização do Otacílio Mota lá em Ipueiras E aí foi o pão. Ele ficou com a escola dele, já era deputado, conseguiu nomear todos os professores e continuou matriculando, nomeando, casando e batizando lá dentro. (Entrevista concedida em 13/01/2010)

Nota-se dois momentos bem definidos nesse período em que se tentou disciplinar as escolas cencistas no Ceará. O primeiro, quando o Professor Lúcio Melo assumiu a Superintendência estadual. O professor Edgar Linhares acusa que ele teria tentado centralizar o movimento, privatizando-o para si mesmo. E segundo, quando se instalou o consulado militar de 1964. A cruzada contra a corrupção teria atingido em cheio grande parte dos políticos que desviavam verbas segundo opinião do Professor Lúcio Melo.

É por isso que eu disse prá você que...Que a revolução<sup>93</sup> não foi um mal prá Campanha. Porque a revolução era talvez tenha cometido até excessos mas muito cabra safado ela botou prá fora principalmente esses casos envolvidos com contrabando...com o Negócio do café. Nesse tempo o negócio aqui era o contrabando de café com coisa da Aliança para o Progresso viviam nessa história. Então ela cassou um bocado de gente. Então esse pessoal que vivia dentro da campanha e dominava os colégios e nem sempre se virava para o bem caiu fora.

#### 4.3.4. O Primeiro Colégio Cencista

Efetivamente, o primeiro colégio plenamente cencista foi o Arminda de Araújo. A aula inaugural aconteceu em 25 de março de 1960 e foi ministrada pelo então Governador do Estado, o Senhor Parsifal Barroso. Enquanto a maioria dos colégios começava com uma turma só, a 5ª série ou a 1ª série, ou a preparação para um Exame de Admissão, o Arminda teria sido uma exceção. Já começou com as quatro séries ginasiais e algumas séries com várias turmas, no total de 15 turmas tal era a pressão por vagas no ginasial. Ocupava não só o turno da noite como também os turnos da tarde.

<sup>92</sup> *Barretada* segundo o Professor Lúcio Melo era o costume de colocar nomes de parentes nas Instituições.

<sup>93</sup> Se referindo a ditadura militar de 1964

Essa ocupação no Grupo Escolar Presidente Roosevelt gerou vários atritos com as professoras do colégio. Muitas dessas críticas foram divulgadas na Imprensa, inclusive no Jornal “O Nordeste” que costumeiramente era o porta-voz da CNEC no Ceará.

O Jornal “O Nordeste” publica a relação da primeira turma de inscritos, preparados pelos próprios professores da CNEC, para o Exame de Admissão para estudar no Ginásio Arminda de Araújo, em fevereiro. Ele começaria efetivamente a dar sua aula inaugural em 25 de março de 1960 e funcionaria no prédio do Colégio Presidente Roosevelt, que ficava no antigo Alagadiço, hoje Bezerra de Menezes.

Tal era a confusão na época sobre a natureza jurídica da Instituição que encontramos diversas vezes matérias tentando explicar que a CNEC era particular e não pública. Numa dessas crônicas o jornalista acusa: “Os ginásios da Campanha estão acabando com os grupos escolares, o que quer dizer que estão liquidando o ensino primário”. (“O Nordeste”, 08/03/60). Noutra parte, ele reforça essa idéia: “Muitas pessoas entendem que se trata de uma entidade oficial mantida pelo Ministro de Educação e destinada a atender a instalação de estabelecimentos de ensino secundário no interior do país.”(Idem). O fato da Campanha se instalar no início em salas de Grupos Escolares pode ser a origem da confusão em torno da natureza jurídica da CNEC.

A confusão sobre isso chega ao ponto de chamarem as escolas da CNEC de “estabelecimentos oficiais” e numa época em que muitos se preocupavam com a universalização do ensino previsto no projeto da Lei 4024, o modelo implantado pela CNEC, assustava com a sua semi-gratuidade. O jornalista acusa: “Estão criando uma rede de estabelecimentos oficiais que vão matar os particulares. Porque, no final das contas, quem os mantêm é o governo. E quem paga é quem manda.”(“O Nordeste”, 01/03/60.)

Também o Jornal Tribuna do Ceará publica nota de repúdio contra a invasão na Escola Presidente Roosevelt pelo Arminda de Araújo. Diz o texto:

O registro feito pelos nossos confrades do “Correio do Ceará”, a propósito do estrangulamento que está sendo submetido o Grupo Escolar Presidente Roosevelt, desta capital, merece, por sua gravidade, a imediata atenção das autoridades responsáveis pelo ensino primário estadual. Somos dos que batem palmas à Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos no Ceará, confiada à supervisão do Deputado Aurimar Pontes, a quem não faz muito tempo abrimos nossas colunas para um relato completo dos objetivos da CNEG e das suas atividades. Por isso mesmo, somos insuspeitos para os reparos a que nos propomos nesta oportunidade. Entendemos que o Estado, por intermédio da Secretaria de Educação e Saúde, deve prestar a ajuda que estiver a seu alcance para que a Campanha instale, no Ceará, o maior número de ginásios gratuitos...Ocorre, entretanto, que o auxílio que o

Governo Estadual possa prestar a iniciativas dessa natureza não deve chocar-se com a ação que compete ao Estado desenvolver no setor do ensino público. E é isso que se está verificando na ajuda que a Secretaria de Educação e Saúde em prestando à Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos. (TC, 27/7/60)

Ao final da matéria o autor insinua que tal ocupação e procedimento não podiam ser do conhecimento do Secretário de Educação, Prof. Figueiredo Correia que se soubesse tomaria alguma providência..

#### **4.3.5. A Arrancada da Campanha no Ceará - 1960**

O mês de março parece ter sido o da arrancada em todos os sentidos para a CNEC no Ceará e o ano de 1960 o de sua afirmação no cenário educacional nessas terras. Surgiram vários setores municipais no interior do Estado.

Em abril de 1960 já aparece nos jornais a relação de mais estabelecimentos cencista: Jardim, Várzea Alegre, Santana do Cariri, Iguatu, Ipueiras, Santa Quitéria, Caucaia, Itapipoca, Mombaça, Santana do Acaraú, Morada Nova, Guaiúba, São Gonçalo do Amarante, fora outros cuja papelada já se encontrava na Seccional aguardando aprovação para começar a funcionar.

Em nota ao jornal O Nordeste, o Comendador Sucupira explica que nesse começo a maioria dos ginásios foram reivindicações dos reverendíssimos vigários das localidades beneficiadas. (O Nordeste, 9/3/60). Essa ligação com a Igreja vem muito também das boas relações que o Comendador Sucupira tinha com a Igreja Católica.

Em Fortaleza, depois da instalação do Arminda de Araújo, surgem o Carolino Sucupira, o B. Jereissati, o João Pontes, o Demócrito Rocha, o Sá Francisco e o Bela Vista. Destes, apenas o Carolino, o João Pontes e o Demócrito conseguiram se firmar e ir em frente, até fecharem em meados de 2001.

Em maio de 1960, o Governador Parsifal Barroso recebe em seu gabinete os representantes dos educandários gratuitos na pessoa de seus diretores. O diretor executivo, Aurimar Pontes, apresenta um por um ao governador. No seu discurso de agradecimento o governador afirma estar bastante agradecido pelo que os colégios secundários cencistas estão

fazendo pela educação cearense, com um dispêndio, por parte do Estado de apenas 40.000 cruzeiros por turma e por ano.

Nessa ocasião ele declara solenemente que “enquanto estiver no Governo não deixará mais fundar ginásios oficiais, porque saem caríssimos, enquanto que os ginásios da Campanha, recebendo apenas pequeno auxílio do Estado, atendem à necessidade de dotar cada município de um ginásio gratuito.” (“O Nordeste”, 31/05/60, p.8)

#### **4.3.6. Clero, Políticos e Estado: Todos querem a CNEC**

O Professor Lúcio Melo distingue-se bem três segmentos de onde provinham as solicitações de fundação de uma escola da CNEC. Num primeiro momento teria sido dos padres. Depois, a CNEC chamou a atenção dos políticos e, por último, depois de 1964, dos militares que não estão incluídos nessa análise. Visto, porém, de acordo com a cronologia das turmas escolares criadas antes de 1960, vê-se exatamente o contrário. Os políticos teriam sido os primeiros a fundar escolas cenecistas, antes mesmo de se formar o primeiro setor local. Só depois com o envolvimento do Comendador Sucupira, o clero teria se interessado para fundar suas escolas segundo o modelo da CNEC.

O Professor Lúcio Melo cita, sem ter muita lembrança de detalhes, dois padres, que eram envolvidos com a política local e que, num primeiro momento, teriam procurado a CNEC com interesses politíqueiros, mas que depois teriam abandonado estes interesses e se dedicado somente `CNEC. Pesquisando nas revistas cenecistas, descobrimos que um deles é o Padre Coriolano de Holanda Cavalcante pela seguinte descrição: “Conhecemos o Pe. Cori ao tempo em que “gostava de política. Quando convidado para dirigir o Centro Educacional Cônego Eduardo Araripe, de Pacajus, aceitou e largou o vício.” (O Cenecista, jul/Ago/1986, p.11)

Nós acrescentaríamos um quarto segmento: o próprio Estado. Este, no começo apenas fazia a Inspeção e dava a autorização para o seu funcionamento. Com o passar do tempo, a relação entre o Poder Executivo e a CNEC tornou-se efetivamente conveniada.

O Jornal Unitário publica em suas páginas, em julho de 1960, que o Secretário de Educação, Sr. Figueiredo Correia, teria ido pessoalmente à Capital Federal para manter entendimento com a sede da CNEC, a fim de fundar mais dois ginásios da Campanha em nosso Estado. O jornal afirma ainda que “os dois Ginásios gratuitos funcionarão em subúrbios de nossa capital, dependendo apenas de entendimentos finais. Tais providências se destinam a

oferecer um maior número de matrículas às pessoas reconhecidamente pobres e que não podem, assim, pagar estudos” (Unitário, 26/7/1960).

Esses dois ginásios podem ser o Demócrito Rocha e o João Pontes, fundados em seguida ao Arminda e ao Carolino Sucupira.

O fato é que já não é mais a CNEC que procura o Estado. Este já se encontra à disposição e até na dependência daquele para a construção de ginásios no Ceará.

A construção do Colégio João Pontes pode melhor exemplificar esse aspecto. Quando a CNEC, através da influência do Deputado Aurimar Pontes resolveu fundar o Colégio João Pontes, surgiu a questão de onde iriam instalá-lo. Então, entraram em entendimento com o Governo do Estado e este resolveu construir um Grupo Escolar somente para dar espaço para a utilização das salas de aula pela CNEC. O próprio Lúcio Melo relata esse entendimento:

Você veja: era tão forte a pressão, e grande o interesse do Estado que aonde se construiu o João Pontes (você sabe onde é, na Jaime Benévolo) a gente queria prédios prá botar o colégio João Pontes. Onde vamos colocar o Colégio João Pontes? Você sabe o que é que se arquitetou? Porque o Estado não podia dar ou criar um colégio um prédio para dar a um particular e a Campanha era particular, criou-se um Grupo, um Grupo Escolar, que foi o Grupo D. Hélder Câmara, se botou o Grupo D. Helder Câmara funcionando de manhã lá e se botou o João Pontes. Ai cedeu o prédio na parte da tarde e da noite para assim a gente poder colocar em funcionamento o João Pontes.

O nome “João Pontes” foi dado em homenagem ao pai do Aurimar Pontes, confirmando o que o Professor Lúcio Melo chama de “barretada”. Ou seja, a visibilidade ficava para o aspecto político e não para a escola comunitária.

#### **4.3.7. O Financiamento da CNEC pelo Estado**

A ajuda governamental vem em forma de bolsas de estudos, subvenções e convênios.

No relatório referente ao ano de 1959, enviado a Assembléia Legislativa pelo Governador Parsifal Barroso, já aparece o Colégio Massapeense, de Massapé, que fora fundado pelo Deputado Aurimar Pontes recebendo Cr\$ 100.000,00 em bolsas de estudos.

Nesse mesmo relatório, quando o Governador vai relatar seus feitos na área educacional, ele adianta que juntamente com a criação dos primeiros colégios estaduais

localizados no interior cearense, os Ginásios de Sobral e do Crato, o Governo do Estado celebra convênio com a Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos.

Paralelamente, estabeleceu-se convênio com a Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos, a fim de que o Estado possa vir a atender, de maneira mais econômica e rápida, ao número sempre crescente de pedidos para instalação de ginásios nos diversos municípios do sertão. (Relatório, 1959-1960, p. XXI)

Na discriminação das despesas incluídas no Relatório do ano de 1960 consta a parte destinada à Campanha. O montante despendido foi de Cr\$ 1.500.000,00. E no ano de 1961, consta uma ajuda financeira para treinamento de professores da CNEG no valor de Cr\$ 300.000,00.

No relatório referente o ano de 1961, o Governador Parsifal Barroso tranqüiliza o Legislativo dizendo que o problema da expansão do ensino médio já está resolvido e adianta:

O ensino médio tem garantida a sua expansão, através do convênio com a Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos, devendo ser providenciada a transformação dos principais Ginásios do Estado em Colégios, para se obter a diminuição das solicitações, cada vez maiores, de matrículas, nos Colégios Estaduais do Ceará e de Fortaleza. (Relatório 1961, p. XXX, XXXI)

Em 1963, o relatório sobre o ano de 1962, repete-se a verba para treinamento de professores da CNEG, no mesmo valor, Cr\$ 300.000,00, e o montante de Cr\$ 5.240.000,00 para as escolas cenecistas mediante convênio. Na discriminação das despesas desse ano consta ainda uma outra soma de dinheiro, no valor de Cr\$ 6.000.000,00 destinada também à CNEC, mas precedida pelo termo “expressão vetada”.<sup>94</sup>

Essas ajudas começariam a ser suspensas em 1964 com o regime militar. O Estado passou a ser o principal mantenedor de suas próprias escolas e a situação da CNEC tornou-se complicada do ponto de vista financeiro.

A partir de 1964 o quadro mudou. As Secretarias Estaduais de Educação inundadas com recursos dos Planos Nacionais de Educação passaram a ter meios para a construção de seus prédios, contratação de professores, funcionários e tudo o mais que se faz necessário para o funcionamento das escolas. Por pressões políticas ou fidelidade à linha estatizante os dirigentes estaduais esquecendo a própria Lei 5.692/71 – Art. 60, e, sem maiores cuidados, passaram a abrir escolas e mais escolas, mesmo em localidades

<sup>94</sup> Conforme classificados da época, para efeito de equiparação, um m terreno de 50x200 custava R\$ 300.000,00. Esse valor dava para comprar no caso, 5 terrenos.

onde existiam unidades em funcionamento em revoltante paralelismo, anulando, sem dó nem piedade, o patriótico esforço desenvolvido por entidades particulares, principalmente pela CNEC, ao longo de 42 anos, mormente, nas longínquas cidades do interior. (O Cenecista, Ano XXIV – Maio/Junho 1985)

A CNEC passou a exercer a função que antes ocupava o Estado, ou seja, a função supletiva da educação. E ela não tinha se preparado para isso.

#### **4.3.8. O Procedimento para se fundar uma Escola Cenecista**

O procedimento formal seguia o mesmo processo. Primeiro criava-se o Setor Municipal. Formava-se uma comissão representativa que passava a se reunir com a comunidade planejando a instalação do Ginásio. Começava-se a preparar os interessados para o Exame de Admissão que daria direito aos alunos a ingressarem no Ginásio para cursarem as séries ginasiais.

O Comendador Sucupira detalha no jornal O Nordeste como era esse procedimento padrão:

Quando se funda um Ginásio numa localidade do interior, a primeira coisa que se faz é entregar o mesmo aos habitantes do lugar que através de um diretório entre eles escolhidos se vai responsabilizar pelo funcionamento do mesmo. Daí a necessidade de contribuição do povo em parcelas mínimas, porém que representa a adesão da população ao trabalho iniciado. (Jornal “O Nordeste”, 06/05/60).

Esta comissão negocia com as Prefeituras o uso das dependências de um Grupo Escolar e passa a ocupar as salas de aulas no horário noturno, as vezes também as tardes. Depois de algum tempo, alguma pessoa do lugar ou um grupo de pessoas conseguem através de doação um terreno construir uma sede própria para o colégio.

Foi, assim, por exemplo, com o Colégio Raul Barbosa, em Iguatu. Em junho de 1959 foi instalado o setor local por iniciativa de um pequeno grupo de professores. Em novembro do mesmo ano foi fundado o Ginásio Ruy Barbosa, que num primeiro momento funcionava no Grupo Escolar Dr. Carlos de Gouvêa. A autorização pela Inspeção Seccional do Ensino foi concedido em fevereiro de 1960, ano em que funcionou a primeira turma de 5ª série.



Algum tempo depois, o Ginásio Ruy Barbosa passou a funcionar na Escola Pacífico Guedes e, por fim, em 1982, foi construída a sua sede própria.

#### **4.3.9. Quem eram os estudantes ceneceistas no Ceará?**

Questionado se os alunos eram verdadeiramente carentes de recursos, o Professor Lúcio Melo confirma:

Eram alunos modestos. Primeiro porque veja bem quais eram os alunos? O São Gerardo que englobava que também chamava São Gerardo, era o Coqueirinho, era Lagoa da Onça, era Cercado, era aquele povo todo. Era um pessoal de classe média, mas de classe média muito modesta prá baixo. Não é? Então, esses alunos não eram alunos que tivessem o suficiente para pagar uma escola particular. Eram alunos de classe bem baixinha média prá pobre. (Entrevista concedida em 13/01/2010)

Nos municípios interioranos, os colégios ceneceistas abrigavam alunos vindos dos distritos e sítios vizinhos onde as escolas eram instaladas. Lúcio Melo lembra uma cena particularmente marcante do colégio Perboyre e Silva em Redenção e que bem revela o tipo de estudante que freqüentava as escolas ceneceistas:

“eu tinha uma fotografia que eu gostava muito de olhar que era a chegada dos alunos a regional no Colégio Perboyre Silva em Redenção. Eles vinham dos distritos, vinham de lugares além da cidade, vinham daqueles sítios e o que eu achava bonito, hoje seria as motos e as bicicletas, mas eram burros, jumentos, cavalos que eles viam montados, era aquela fileira de jumentos. Eu achava aquilo fantástico e realmente era ai isso me dava uma empolgação aquela história de vê aquele esforço, aquele sacrifício” (Entrevista concedida em 13/01/2010)

#### **4.3.10. As Escolas Ceneceistas de Fortaleza**

Os Colégios fundados em Fortaleza nesse período foram o Arminda de Araújo, Carolino Sucupira em 1960, o Demócrito Rocha e o João Pontes em 1961.

O Carolino Sucupira iniciou seu Conselho Representativo, chamado de Setor Distrital – porque era bairro e não cidade – em janeiro de 1960. Seu objetivo principal era fundar um colégio no bairro do Montese. Como nos outros locais, já havia um curso preparatório para o Exame de Admissão. O jornal apelava para os moradores e cidadãos comparecerem às reuniões para contribuir com o que fosse necessária para a consecução do objetivo de fundar o Colégio. Ele começou a funcionar no Colégio João Matos que fica localizado no mesmo bairro. O prédio fora comprado do Padre Alberto Nepomuceno de Oliveira, pároco da Igreja Nossa Senhora Aparecida no Montese de 1960 a 1968<sup>95</sup>. Ele que queria vender o terreno com uma certa urgência. Ele começou a funcionar efetivamente em 1961.

A compra do prédio é lembrada pelo Professor Lúcio Melo:

Mas aquele prédio ali nós compramos do Pe. Alberto. Compramos por 116 mil cruzeiros. Ele doído prá se ver livre desse prédio. Ele tinha conseguido uma ajuda prá Igreja dele, de uns alemães não sei que que ... eu sei que ele acabou nos vendendo prá se livrar do negócio, não queria mais. E nós compramos e ai nós modernizamos com aquela quadra de esportes. Aquela área todinha. Você não alcançou mais nós conseguimos botar lá um curso profissionalizante. Nós criamos lá uma fábrica. Uma fabriqueta de blusas e calças e calções escolares, então nós fizemos isso. Era uma fonte de recursos também. Porque se ganhava com a venda das blusas, das calças e tudo mais e era ótimo.

O Professor Lúcio Melo não soube precisar o ano em que ocorreram essas inovações. Pode ter sido com a eclosão novimento militar de 1964 quando muito das ajudas foram retiradas e era necessário procurar novas fontes de recursos.

A história do João Pontes contou com a participação e prestígio político do Deputado Aurimar Pontes para ser construído. O nome João Pontes é uma homenagem ao pai dele. Foi ele também que conseguiu a primeira sede da CNEC aqui no Ceará.

Aurimar pediu ao Parsifal Barroso um local para fazer a sede e o Parsifal autorizou que fosse alugado duas salas na rua Pedro I com Barão do Rio Branco, mesmo na esquina. O Estado alugou prá nós, mas alugou por que? Ele alugou por interesse político, que foi um pedido do Aurimar Pontes, que em determinado momento prestou muito serviço a CNEC porque politicamente ele abria as portas. Politicamente ele abria as portas embora fosse muito de certa forma assim porque o pessoal dele que trazia para a Campanha era gente que queria fazer outro ginásio e só fazia para seus próprios interesses. Caucaia com Ernani Viana, o Otacílio Mota lá do

<sup>95</sup> Pe. Alberto foi assessor do Governo Virgílio Távora, presidente da FEBEMCE e membro da Academia Cearense de Letras. Deixou a batina para casar-se. Seria um dos entrevistados dessa dissertação mas, é portador da doença de Alzheimer, não tendo mais a lucidez necessária para conceder essa entrevista. A venda do terreno em urgência pode ter como causa uma viagem que ele fez à Europa para estudar nessa mesma época.

menino (Aquiles Peres Mota) os outros lá de Santana de Acaraú, outros aqui pelo interior foram feitos assim, mas pelo interesse político do que por interesse altruístico ou cencecista. Só depois é que a gente conseguiu principalmente quando a revolução vetou e o pessoal caiu sério que a gente ficou aberto prá isso prá gente trabalhar mais à vontade.

#### 4.3.11. A Comunidade e a CNEC

Vê-se também que a Campanha começa a sentir necessidade de ter seus próprios prédios e a passagem pelos grupos escolares em geral não durava mais que um ano. Os terrenos eram muitas vezes doados por indivíduos de condição melhor do município e a construção dos prédios era feita muitas vezes com a ajuda dos pais dos alunos e de moradores das localidades. Lembra o Professor Lúcio Melo: “Aqui o Ceará nosso povo nunca foi rico né? Mas nós nunca compramos um terreno para construir um prédio”. ((Entrevista concedida em 13/01/2010). Se referindo aos municípios do interior do Estado.

Quanto a esse aspecto, ele afirma que a CNEC exerceu um papel de povoamento e de urbanização dos municípios. Porque geralmente os terrenos doados eram fora do centro da cidade e quando se começava a construção de uma escola, logo surgiam núcleos populacionais ao redor do colégio e aparecia também uma pequena rede de comércio, residências, capelas, enfim, gerava um pequeno núcleo urbano.

A ajuda dada pela comunidade não se restringia somente à doação dos terrenos. Os próprios moradores ajudavam a construir as escolas.

As proporções pagas à CNEC segundo normas adotadas pela Administração central, eram na seguinte proporção: os Municípios entravam com 25 contos<sup>96</sup> anuais por turma, os Estados entravam com 46 e a União com 60 contos pagos anualmente. O restante era pago pelos pais dos alunos, mensalmente. Era uma quantia equivalente ao que era pago nas caixas escolares dos colégios públicos.

E eis então o esboço da história da chegada da CNEC ao Ceará. Até os primeiros anos da década de 1970 a CNEC ainda recebia recursos financeiros federais. As escolas passaram a sobreviver às custas do pagamento de uma mensalidade no que o Professor Lúcio Melo chamou de “condomínios escolares”.

---

<sup>96</sup> Como foi utilizado o padrão “conto” deixamos mesmo que não fosse mais a moeda padrão apenas para efeito de proporção.

O condomínio escolar foi a figura encontrada pelos cenecistas, particularmente no Ceará, para facilitar o entendimento da manutenção das escolas da CNEC. Nas capitais e grandes cidades, comum à existência de moradas em apartamentos, a comparação em termos de recursos para a sustentação dos estabelecimentos cenecistas, ajudou bastante. No interior, ao contrário, prá nada serviu... Os “pombais” inexistem no sertão (Editorial da Revista O Cenecista?)

As escolas cenecistas começaram a fechar suas portas no começo do século XXI. Algumas ainda resistem sob nova administração, mas, são tão custosas quanto as particulares. Como escolas gratuitas ou semi-gratuitas, cumpriram o seu papel. Como escolas comunitárias, deixaram de valorizar uma experiência que poderia ter ajudado na busca de soluções para a educação no Brasil e que seria a efetiva participação da comunidade na direção escolar.

A Arminda de Araújo, o Carolino Sucupira, Demócrito Rocha, João Pontes e Júlia Jorge fecharam suas portas. Ainda resistem alguns colégios no interior do Estado, inclusive de grandes proporções, como o Ruy Barbosa no Iguatu, o Luzardo Viana em Caucaia e alguns outros. Mas não se pautam pelo modelo da escola comunitária.

Pensamos ter mostrado o panorama da história da chegada da CNEC ao Ceará no final da década de 1950 e começo da década de 1960. Para se ter uma idéia da extensão do movimento, mostramos a seguir uma tabela com os colégios que surgiram nesse tempo.

### RELAÇÃO DAS ESCOLAS CENECISTAS FUNDADAS ENTRE 1958/1963

ANO	ESTABELECIMENTO	CIDADE
1958	Centro Educacional Santanense	Santana do Acaraú
	Colégio Massapeense	Massapé*
1959	Centro Educacional Manuel Baltazar	Guaiúba
	Otacílio Mota	Ipueiras
	Centro Educacional Monsenhor Tabosa	Morada Nova *
1960	Centro Educacional Fonseca Lobo	Santa Quitéria
	Centro Educacional Luzardo Viana	Caucaia *
	Centro Educacional Ruy Barbosa	Iguatu *
	Centro Educacional Pio XII	Itapipoca *
	Centro Educacional Castro Alves	Mombaça *
	Centro Educacional Avelino Feitosa	Nova Olinda
	Centro Educacional Domingos Brasileiro	São Gonçalo do Amarante*
	Centro Educacional N.Sra,das Brotas	Tabuleiro do Norte *
	Centro Educacional Arminda de Araújo	Fortaleza
	Centro Educacional São Luis	Pacoti
	Centro Educacional Perboyre e Silva	Redenção *
1961	Centro Educacional São Pedro	Caririçu
	Centro Educacional Moura Brasil	Iracema
	Centro Educacional 29 de agosto	Jaguaretama *
	Centro Educacional Domingos Paes	Jaguaribara
	Centro Educacional Cônego Agostinho	Jaguaruana
	Centro Educacional Eptácio Pessoa	Orós
	Centro Educacional Oviedo Diógenes	Pereiro
	Centro Educacional Carolino Sucupira Sobrinho	Fortaleza
	Centro Educacional Demócrito Rocha	Fortaleza
	Centro Educacional João Pontes	Fortaleza
	1962	Centro Educacional Joaquim Nogueira
Centro Educacional XI de Agosto		Ipauimirim
Centro Educacional Henrique Jorge		Itaiçaba
Centro Educacional Presidente Kennedy		Limoeiro do Norte
Centro Educacional Sagrado Coração de Jesus		Piquet Carneiro
1963	Centro Educacional Pedro Gomes Alcoforado	Aracoiaba
	Centro Educacional Pe. João da Rocha	Paracuru
	Centro Educacional João XXIII	Pentecoste *

\* Colégios que continuam em atividade.

Relação de todos os Municípios do Ceará em que foram fundadas escolas da CNEC:

1ª Zona: Redenção e Pacatuba, Itapiúna e Palmácia, Guaramiranga e Aratuba, Pacoti, Baturité, Aracoiaba e Guaiúba

2ª Zona: Itapagé e Arara, Santa Quitéria, Irauçuba e Amanaiara, Itapipoca.

3ª Zona: Acaraú, Massapé, Groaíras, Marco, Morrinhos.

4ª Zona: Pentecoste, Paracuru, Caucaia, Canindé, São Gonçalo do Amarante

5ª Zona: Maracanaú, Cascavel e Beberibe, Itabebussu, Pacajus e Aquiraz

6ª Zona: Parambu, Solonópole e Mombaça, Milha, Senador Pompeu, Madalena, Independência, Piquet Carneiro, Minerolândia.

7ª Zona: Jaguaratama, Limoeiro do Norte, Russas, Morada Nova, Tabuleiro do Norte, Jaguaruana, São João, Quixeré.

8ª Zona: Nova Olinda, Potengi, Campos Sales e Altaneira, Araripe, Caririaçu.

9ª Zona: Várzea Alegre e Mangabeira, Aurora, Iguatu, Baixios, Cariri, Ipaumirim.

10ª Zona: Iracema, Orós, Lima Campos, Jaguaribara, Pereiro, Alto Santo, Ererê e Feiticeira

11ª Zona: (Capital): Júlia Jorge, Arminda de Araújo, Carolino Sucupira, J.B.Jereissati, Demócrito Rocha, João Pontes.

## CONCLUSÃO

Olhando o panorama de ensino no país atualmente podemos dizer que há escolas públicas para todos como os Pioneiros da Educação ansiavam. O ensino é laico e inteiramente gratuito do jeito que eles queriam. O nível médio, hoje chamado de 2º grau, está disponibilizado nas duas formas: científico, profissionalizante e tendo terminado ambos, qualquer um pode com seu diploma de 2º grau, prestar um vestibular para um curso superior. Acabaram-se os problemas da educação no Brasil? Parece-me que não.

Depois de tudo o que foi exposto podemos agora tentar responder as questões norteadoras deste estudo: a CNEC foi importante para a educação no Ceará? Se assim o foi, por que então sua história é tão pouco conhecida pelos cearenses? O que representou a CNEC para os milhares de estudantes que naquele momento não tinham como continuar os estudos? Qual o retorno que a experiência trouxe para a educação em nosso Estado? E para o ideal de ensino comunitário desejado pela CNEC: ainda cabe algum espaço?

Começemos com a primeira questão: a CNEC foi importante para a educação no Ceará?

Em 1969, Lauro de Oliveira Lima escreveria, ao constatar através de um censo escolar, relatando da precariedade do ensino no nosso Estado: “No ano 2000, esta população, ora sem escola, terá a idade máxima de 50 anos, estando toda ela comprometida na faixa que deveria ter a mais alta produtividade no País”. (LIMA, 1969, p.37)

O que Lauro não previu nessa afirmação é que haveria um aumento substancial na procura pelo ensino secundário<sup>97</sup>. Essa mudança teria iniciado no começo do século XX, aumentando progressivamente a cada década que passava.

Essas mudanças foram preconizadas por Teixeira (1976, pgs.147/148) que afirmava: “O movimento de massas – pelo qual as camadas que não pertenciam às chamadas elites e, longe delas, não tinham nem condições econômicas suficientes para prolongar a sua educação, estão todas buscando educação secundária – vai transformar fundamentalmente essa educação secundária.”

---

<sup>97</sup> O ensino secundário era a meta dos alunos que ingressavam no ginásial. As escolas públicas eram construídas visando as séries que seriam ofertadas. Assim tínhamos os ginásios que precisava do Exame de Admissão para o ingresso e os Colégios que ensinavam o Ensino Médio englobando aí os cursos técnico-profissionalizantes. O ensino secundário preparava para os exames vestibulares. Os entrevistados, por atuarem no Magistério antes e depois da reforma que dividiu o ensino em 1º e 2º graus, por vezes se confundem usando os termos secundário e ginásial alternadamente.

Os fundadores da CNEC perceberam essa necessidade e talvez esteja aí a razão da ampla aceitação da Campanha tanto pelas comunidades onde estas foram inseridas como por parte do poder público que já percebia claramente o estrangulamento do sistema educacional principalmente nas séries ginasiais e não encontrava solução à curto prazo para resolvê-lo..

Essa popularização de ginásios nos Municípios mais carentes do Estado do Ceará alterou as perspectivas de muitos alunos, que de outra forma teriam somente concluído o ensino primário e voltado para trabalhar na lavoura. O próprio Felipe teria destino parecido se não fosse o apadrinhamento de pessoas importantes.

As chances para uma pessoa carente de recursos continuar seus estudos, se assim o quisesse, eram mínimas, como vimos ao longo desse trabalho.

Os ginásios sediados nos municípios e na periferia da capital, por ofertarem suas aulas no turno noturno, atendiam ao segmento que trabalhava e que não poderia estudar durante o dia. Além disso, diferente das escolas públicas que separavam os turnos por sexo, as escolas cenevistas não faziam tal separação. As turmas eram mistas. Portanto, as mulheres que trabalhavam teriam como estudar também no turno noturno.

A década de 1960 foi considerada por Anísio Teixeira como a década da educação. Em 1961 com a promulgação da 1ª Lei de Diretrizes e Bases do Ensino a legislação transferiu, para os Estados, o que antes era competência da União, ficando esta apenas com a função de atribuir, legislar, interpretar, mantendo sua condição supletiva somente nos estritos limites das deficiências locais.

Ora, a CNEC com o critério de criação de ginásios em municípios carentes ocupava inclusive esse espaço – o das deficiências – o que pode explicar o apoio financeiro tanto da União como dos Estados e Municípios.

Esse ano também foi propício porque o Estado aumentou as dotações orçamentárias. Pouco tempo mais tarde, as escolas cenevistas vão procurar definir linhas de ação que aumentem esses recursos. Assim, o Carolino Sucupira, por exemplo, criou uma fábrica para confeccionar blusas e calções escolares, que eram vendidos aos próprios alunos como fardamento escolar.

Outra contribuição que pode ser creditada à CNEC foi o aumento do número de professores preparados para a docência no ensino secundário. Embora a CADES, criada no início da década de 1950, já estivesse minimizando o problema, os professores oriundos das profissões liberais que se tornaram professores da CNEC e que, obrigatoriamente deveriam fazer tal curso, em muito diminuiu a escassez de professores do ensino secundário.



De início, a CADES oferecia esse curso às professoras primárias, no intuito de capacitá-las para o magistério secundário. Ora, como vimos, o curso demandava no máximo dois meses, ofertados em período de férias escolares e as professoras tinham de sair de seus municípios e se deslocarem para as cidades – que eram poucas – onde este era ofertado.

A introdução do teatro nas escolas pode ser adicionada à lista. Desde os primórdios da CNEC, em Recife, com a criação do Teatro do Estudante, que a prática de representar peças nas escolas acompanhou o movimento. Tal prática dava-se com mais assiduidade no ensino universitário, tendo a CNEC a trazido para o ensino secundário como o relatado sobre o Colégio João Pontes, onde foi encenado uma peça de Nelson Rodrigues.

O trabalho acadêmico exige distanciamento do objeto para que melhor se possa entendê-lo sem laureá-lo ou denegri-lo, neutralizando os excessos e empatia do autor para com seu objeto de estudo. Foi isso que tentamos fazer ao longo dessa dissertação. Mas, ao final, sopesando na balança os prós e os contras, encontramos uma extensa e pouco reconhecida contribuição da CNEC para a educação no Ceará. Aliás, nós diríamos que vasculhando as gavetas da História da Educação, há muito ainda a ser pesquisado sobre a história dos ginásios no Ceará. Vimos o exemplo dos estudantes centristas que também criaram ginásios para pessoas carentes.

A fórmula da CNEC era tão simples que ficava difícil não se apropriar dela. Criar ginásios utilizando como docentes profissionais liberais, substituindo a carência de professores formados nas Faculdades de Filosofia, funcionando em prédios já construídos para o ensino primário, em horários não utilizados por este e cobrando apenas uma taxa simbólica aos alunos. Depois, a busca de recursos para a construção de sedes próprias junto à própria comunidade, eximindo o Estado da urgência de construir novas escolas.

Por isso não faltaram interesses políticos e interesses financeiros em meio às atividades da Campanha. Mas criaram também oportunidades para milhares de jovens que não tinham como sair de sua cidade e vir estudar na capital ou que não podiam pagar o valor cobrado pelas mensalidades nos colégios particulares darem continuidade a seus estudos.

Gislene Barros, em trabalho sobre a CNEC<sup>98</sup>, atribui a três fatores as razões do sucesso da Campanha:

a) a falta de programas governamentais voltados para a expansão da rede pública e conseqüente atendimento de uma necessidade da população;

---

<sup>98</sup> Trajetória de uma instituição comunitária na educação brasileira: A Campanha Nacional das Escolas da Comunidade, CNEC em Revista – Ano I – nº 2 – Dez 97/jan-fev/98

b) a carência de escolas nos municípios de pequeno porte;

c) a proposta de ação comunitária na solução dos problemas educacionais, envolvendo a própria população consumidora na organização e viabilização de uma unidade de atendimento escolar. (BARROS in O Cenecista, p.8)

A expansão das escolas cenecistas deveu-se ao fato de naquele momento, estar presente na sociedade cearense a ênfase no “entusiasmo pela educação”, ou seja, a política do Estado nesse setor estava ligado à dinâmica de ampliação de oferta de vagas para atendimento da crescente demanda que se formava no Estado. Porém este, se via limitado por circunstâncias várias para a realização desse intento.

Vimos também que os políticos que estiveram à frente da CNEC em nosso Estado já a acompanhavam de longa data, como Paulo Sarasate e Parsifal Barroso, o que facilitou o acesso quando estes passaram a ocupar cargos executivos no Ceará.

Felipe acreditava que uma escola devia ser amada pelos seus alunos. Parece que ele conseguiu concretizar esse sonho. A prova está nas inúmeras comunidades que se formaram na Internet de ex-alunos ou de alunos que tentam salvar as poucas escolas existentes na atualidade de fecharem suas portas.

Lúcio Melo reclama que a ânsia de abrir escolas fez desaparecer o espírito cenecista. Diz ele:

Resta a parte mais importantes para a qual, infelizmente, pouco se tem voltado dos dirigentes da CNEC. Referimo-nos à parte filosófica a verdadeira razão de ser do movimento, cujas idéias sempre estiveram presentes desde os primórdios da entidade, até agora, não tiveram a repercussão necessária nem a força suficiente ao menos para apreciações mais profundas por parte daqueles que respondem pela política educacional do país. Realmente, a escola brasileira continua entre a particular e a oficial como se não existissem outras experiências e propostas repetindo-se em eterna mesmice e cada vez mais vazia. (Revista O Cenecista, Ano XXIII – Jan/Fev – 1985 – 25 anos da CNEC no Ceará.pág.3)

Rafael Menezes, um dos fundadores da CNEC, partilha de opinião semelhante. Segundo ele, “Há um compromisso da educação comunitária com a liberdade. Se tivermos a esquecê-lo é porque prevaleceu em nosso percurso cenecista a escolarização”. Tudo leva a crer que a escolarização desenvolvida pela Campanha atropelou o cenecismo.” Esse pensamento a princípio contraditório significa que ao lado da escolarização deveria ser desenvolvida um ideal de comprometimento com a comunidade e com uma escola comunitária. A escolarização desacompanhada desse pensamento sugeria a mesmice da escola tradicional e retiraria o diferencial das escolas cenecistas em relação às escolas particulares.

Podemos dizer que a CNEC levou um programa de democratização do ensino médio com ênfase no secundário. Ela reagiu a uma necessidade mais exposta da sociedade naquele momento. Enquanto a CNEC lutava pelo entusiasmo pela educação, criando e expandindo escolar, começa a surgir no âmbito governamental, através da presença de técnicos educacionais, uma maior preocupação com os aspectos internos administrativos e pedagógicos.

A segunda pergunta, do porquê do silêncio histórico em torno do percurso da história da CNEC podemos concluir que este que partiu da própria CNEC. A ampla divulgação foi necessária em um primeiro momento quando se precisava de apoio para a criação dos colégios. Instalados, a divulgação gerou então em torno de propaganda para chamar o aluno para seus quadros.

A CNEC tinha, até bem pouco tempo, uma coluna permanente no Jornal Diário do Nordeste, onde havia uma espécie de relatório de atividades. Mas essa divulgação se confunde com a simples propaganda. Além disso, o rumo tomado pela Instituição, se voltando cada vez mais para o aspecto empresarial, não a diferencia de qualquer outro colégio particular embora a administração nacional e regional - a CNEC funciona agora junto com o Maranhão e o Piauí – tenha parte dos projetos voltados para a comunidade.

Quando o Estado saiu de sua função supletiva e assumiu a responsabilidade do ensino secundário a CNEC começou a perder sua razão de ser. Ela não contava mais com subvenções do Estado e precisava gerir sua própria fonte de recursos. A solução foi cobrar uma mensalidade num custo abaixo do cobrado pelos colégios particulares, mas, bem mais alto do que o que comumente era cobrado na semi-gratuidade. Com o passar do tempo, foram ficando e sendo remodelados somente aqueles que podiam se autosustentar, isto é, os que tinham viabilidade financeira. Passaram a cobrar taxas mais altas de mensalidades e hoje atendem à classe média alta dos municípios cearenses.

Quanto à terceira pergunta sobre a contribuição das escolas para o alunado, o Professor Lúcio Melo afirma que não sobrava recursos para se fazer pesquisa do tipo quantos alunos passavam no vestibular, em que cursos, qual a colocação, dentre outros. O que ele sabe vem de exemplos cotidianos como quando um dos diretores sofreu um infarte e foi atendido por ex-cenecistas que haviam passado no vestibular estando apenas no segundo ano. E outras experiências narradas pelos entrevistados atestando o diferencial da Campanha de pessoas sem nenhuma condição e que hoje estão na sociedade ocupando funções de médicos, engenheiros, odontólogos e outras profissões valorizadas na sociedade. De que outra maneira

essas pessoas teriam chegado a essa posição social se não tinham condições de pagar por seus estudos?

O espírito cenecista a que se refere o Professor Lúcio Melo pode não ter se manifestado em alguns fundadores de colégios, mas, com certeza foi experimentado pelos alunos. Relatos, comunidades na Internet, campanhas para não fechamento de escolas, resgates históricos, uma certa identificação de comunidade está muito presente nos remanescentes das escolas cenecistas.

A última pergunta: que retorno a CNEC trouxe para a educação no Estado. A Campanha não foi um movimento incólume ao desvio de verbas, à corrupção, a fins eleitoreiros, ao aproveitamento insidioso de verbas públicas. Num estado ainda dominado por um patrimonialismo renitente, aqueles que se apropriaram do poder público não perdem a oportunidade de amealhar mais benefícios para si mesmos, baseados na legalidade. Com a CNEC não foi diferente.

Os municípios do interior cearense, ainda funcionavam sob as fortes tendências coronelistas do passado, com seus nichos de “votos de cabresto” e a escolarização continuada não parecia estar nos planos políticos de crescimento e desenvolvimento. Bastava a escola primária de aprender a ler e contar para poder votar. Os segmentos que procuravam por melhorias no ensino eram geralmente os padres e os professores do lugar. Não é por acaso que serão os vigários os que num primeiro momento irão reivindicar escolas cenecistas para suas paróquias.

Porém, no período estudado, o Governo tinha duas preocupações básicas: o ensino primário e a alfabetização de adultos. Onde ficava a preocupação com o ensino secundário? Lauro de Oliveira Lima afirmava que o impasse da educação no Brasil era:: fazemos crescer o ensino tradicional ou se cria novos instrumentos de educação? Os dois ao mesmo tempo ele não conseguiria executar.

Daí que a CNEC contribuiu para a primeira alternativa e não é de se estranhar que o Governador Parsifal Barroso tenha decidido não construir mais ginásios enquanto estivesse no poder. E partiu efetivamente para a segunda opção, começando com o desmembramento da Secretaria de Educação e Saúde em duas Secretarias: a da Educação e a da Saúde.

Essa dissertação apreende apenas uma parte dessa história. Isso porque, cada município e cada escola fundada tem sua própria história. Não houve condições da autora desse trabalho de percorrer todas as escolas fundadas no período desse trabalho e muitas nem existem mais ou mudaram sua natureza jurídica. Priorizamos os elementos mais gerais,

analisando a rede escolar em seu conjunto, mas, com certeza muitas histórias interessantes poderiam ser lembrados nesses registros isolados.

O próprio Felipe relembra em seu livro sobre algumas dessas particularidades, quando vai fazer um balanço dos trinta anos de existência da Campanha:

E os desfiles femininos, em Pacajus, no Ceará, não é coisa nova, no que se refere a matéria de ensino?!...A *campanha do xará*, em Pentecostes, no mesmo Estado, rendeu milhares de cruzeiros, pois as pessoas chamadas João foram convocadas para doar recursos destinados aos trabalhos de construção do Ginásio João XXIII. (GOMES, 1980:149)

O que mais impressiona depois de concluída essa pesquisa é que o ensino secundário ainda é uma esfinge que necessita ser decifrada para se descobrir sua finalidade. O ensino profissionalizante, já atrai mais, porém, não se popularizou como o ensino médio secundário que hoje é conhecido como ensino de 2º grau.. Os cursinhos estão no sistema escolar como um apêndice, uma figura estranha ao processo que só reforça a ineficiência do ensino regular. As profissões liberais como aquelas da área do Direito, como Medicina, Engenharia ainda são as mais prestigiadas junto com as relacionadas à tecnologia como Informática e pouquíssimas pessoas oriundas do ensino público conseguem passar no vestibular para esses cursos a não ser que tenham estudado no Colégio Militar.

Os Governos inauguram a cada gestão modelos novos numa ênfase ao otimismo pedagógico. Agora está em fase de experimentação o ensino integral onde o aluno estuda os dois turnos, sendo um preparatório para o vestibular e o outro turno ele faz algum curso profissionalizante para terminar o 2º grau com possibilidade de ocupar uma profissão no mercado de trabalho. O problema é político. Se há uma continuidade de governo, a experiência continua. Se entrar um governo de outra filiação partidária, mudam os modelos e novos projetos entram em cena. Por isso dizemos que o ensino secundário, hoje ensino de 2º grau continua sendo uma esfinge a ser decifrada.

Se hoje, com escolas públicas em cada esquina o Estado resolveu o seu “entusiasmo com a educação”, os sonhos do “otimismo pedagógico” está longe de ser alcançado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMADO, Gildásio. **Educação Média e Fundamental**. Brasília: José Olympio, 1973.
- AZEVEDO, Fernando. **A Cultura Brasileira**. 4ed. Brasília: Ed. Brasília, 1963.
- BRAUDEL, Fernando. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 2007 (Debates, 131)
- BLOCH, March Leopoldo Benjamin. **Apologia da História: ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar Ed, 2001.
- BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna: Europa, 1500-1800**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- BURNES, Edward McNall; LERNER, Robert E.; MEACHAM Standish. **História da Civilização Ocidental: do homem das cavernas às naves espaciais**. V.II. 39 ed. São Paulo: Globo, 1999.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- CNEC. **Boletim Pedagógico**. Abr/mai de 1974 e 1975.
- CNEC/DF. **Coletânea Cenecista**. Vão. III, Brasília: CNEC Edições, 1994.
- CURY, Carlos Jamil. **Ideologia e Educação Brasileira: Católicos e liberais**. 4 ed. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1998.
- DUARTE, Renato Santos. (Org.) et.alli. **A Seca de 1958: Uma avaliação pelo ETENE**. Série: Estudos sobre a seca no Nordeste.
- FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder 1: Formação do Patronato Político Brasileiro**. 11 ed. São Paulo: Globo, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Os Donos do Poder 2: Formação do Patronato Político Brasileiro**. 13 ed. São Paulo: Globo, 1998.
- GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da Educação**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1992.
- GOMES, Felipe Tiago. **História da Campanha Nacional das Escolas da Comunidade**. Brasília: CNEC, 1980.
- GUNTHER, John. **O Drama da América Latina**. 2 ed. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1943.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural na Esfera Pública: investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. 2 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994

- HOLANDA, Ivanildo Coelho de. **CNEC**. Um Estudo Histórico. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1981.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOMEM DE MELLO, Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello, Barão. **A Constituinte perante a história**. Brasília: Senado Federal, 1996. Ed. Fac-similar
- LIMA, Danilo. **Educação, Igreja e Ideologia: uma análise sociológica da elaboração da Lei de Diretrizes e Bases**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1978.
- LIMA, Lauro de Oliveira. **O Impasse na Educação**. Diagnóstico, Crítica, Prospectiva. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1969.
- LUCKESI, Cipriano. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1990 (Coleção 2.Grau. Formação do Professor)
- MACEDO, Joaryvar. **O Império do Bacamarte: uma abordagem sobre o coronelismo no Cariri Cearense**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1990.
- MARTINS, José de Souza. **O poder do Atraso: Ensaio de Sociologia da História Lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994. (Ciências Sociais, 34)
- MEIRELES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 32 ed. São Paulo: Malheiros Editores Ltda, 2006.
- MELCHIOR, José Carlos de Araújo. **O Financiamento da Educação no Brasil**. São Paulo: EPU., 1978 (Temas básicos de educação e ensino (EPU))
- NAGLE, Jorge. **A Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU, 1974.
- NEVES, Frederico de Castro. **A seca na história do Ceará**. In: SOUZA, Simone de. (Org.). **Uma nova História do Ceará**. 4 ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.
- NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Humano, demasiadamente humano: um livro para espíritos livres**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- PARENTE, Francisco Josênio Camelo. **A fé e a razão na Política: conservadorismo e modernidade das elites cearenses**. Fortaleza: Edições UFC, 2000.
- RAMALHO, Bráilio
- REIS, José Carlos. **As Identidades do Brasil: De Varnhagen à FHC**. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- RELATÓRIO CNEC. 1974/1975.
- REVISTA. **O Cenecista**. Ano XXIII. Jan/Fev, Mar/Abr, Mai/Jun, Jul/Ago, 1985.
- REVISTA. **Instituto Histórico e Geográfico do Ceará**. 1948

RODRIGUES, Rui Martinho. O patrimonialismo na sociedade e na educação brasileira. **Educação em Debate**. Fortaleza, Ano 1995. n. 29-30-31 e 32. p.45-54.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 1978.

SANTOS, Betisabel Vilar de Jesus. **Luzes e Blecautes em cidades adormecidas: a Campanha Nacional das Escolas da Comunidade no cenário sergipano (1953/1957)**. São Cristóvão: Editora da UFS, 2003.

SAVIANI, Dermeval. **Filosofia da Educação Brasileira**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

\_\_\_\_\_. **As Bases do Autoritarismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Campus, 1982 (Contribuições em Ciências Sociais, 10)

SKIDMORE. **Brasil: De Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)**. 11 ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1996.

TEMER, Michel. **Elementos de Direito Constitucional**. 20 ed. São Paulo: Malheiros Editores Ltda. 2005.

TEIXEIRA, Anísio. **A Educação no Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1976.

\_\_\_\_\_. **Educação não é privilégio**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Diagnóstico Sócio-Econômico do Ceará. Vol.1** Fortaleza, 1964.

VAZ, Henrique C. de Lima. **Antropologia Filosófica II**. São Paulo: Loyola, 1992. – (Coleção filosofia; 22).

WEREBE, Maria José Garcia. **Grandezas e Misérias do Ensino no Brasil: Lei de Diretrizes e Bases**. 4 ed. São Paulo:Difusão Européia do Livro, 1970.

#### **Consultas na Internet:**

BRASIL. Constituição de 1946. Disponível em

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao46.htm). Acesso em 14 de agosto de 2010.

BRASIL. Constituição de 1937. Disponível em

<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Constituicao/Constitui%C3%A7ao37.htm>. Acesso em 14 de agosto de 2010

#### **Documentos Consultados:**

Mensagens encaminhadas à Assembléia Legislativa: 1958, 1959, 1960, 1961, 1962, 1963.



Censos: 1950, 1960

Anuário do Ceará. 2º Vol. 1953- 1954

## APÊNDICE

## ENTREVISTAS

### 1. PROFESSOR LÚCIO FERREIRA DE MELO – CONCEDIDA EM 13 DE JANEIRO DE 2010

**Breve histórico: Prof. Lúcio Ferreira de Melo. Professor aposentado da Universidade Estadual do Ceará. Formado em Geografia. Foi o primeiro diretor do Colégio Arminda de Araújo e Superintendente Estadual por 34 anos substituindo o Comendador Sucupira.**

Falando a cidade natal de Felipe Tiago Gomes e sobre a inauguração de um museu nesta cidade em homenagem a Felipe Tiago Gomes.

Picui é um pedregulho. Pedra só. Então você vai ver um campo de futebol foi ele (Felipe) que fez quem conseguiu fazer. Tal a quantidade de pedra que tem lá lá, é a riqueza, mas lá muito pior, lá é muito pior. Eles deixam os populares catando. Praticamente esse é o termo que eles chamam. São catadores desse negócio como a Serra pelada e revendem para essas companhias que chegam lá no fim da semana e compram o minério.

Silvaniza: E qual é o minério?

Eu não me lembro. Mas é um minério raro, raríssimo. O minério lá é tanto que tem companhia de estrangeiro e revende pra essas companhias que vão lá no final de semana é um minério raro, raríssimo mas tem lá. E foi ele também que levou uma...uma...uma... espécie de escolinha de formação desse pessoal pra trabalhar com o minério então pra fazer anéis, cordões, e tal trabalhar em ouro e prata com os minérios que tem lá que são muitos, é uma quantidade. E existe esse veio que vai aqui pelo interior do Ceará Pedra Branca pra acolá e tal atravessa Souza, Pombal, Ipaumirim pra acolá até chegar lá no Picuí é minério só.

Qual a localização de Picuí?

Ele fica no sul do Estado. Ele fica a uns 400 km, 300km de Campina Grande e de Campina Grande pra lá. E por aqui a gente vai pela estrada do Rio Grande do Norte até chegar a estrada Riachuelo. Quando chega nesse Riachuelo aí você entra pelo Cel. Ezequiel não sei que e tal. E com umas 8 ou 10 horas de viagem você chega lá.

E o senhor foi convidado pela Comunidade para ir?

*O Professor Lúcio Melo foi convidado para a inauguração do Museu que foi construído em Picuí em homenagem a Felipe.*

Ora, eu já to mas eu não vou e eu pedi pra eles me mandarem umas fotos da inauguração de um Museu em homenagem a Felipe.

Silvaniza: Vai ser em que dia?

Dia 18 de março. Se eu não me engano é o sobrinho dele quem fez essa homenagem...

Esse rapaz ele tá fazendo todo esse trabalho, o sobrinho dele né? Mas é à margem do pessoal de Brasília. Porque o pessoal de Brasília como eu já te falei é de um outro mundo. Completamente diferente. A parte ideológica foi esquecida. A Campanha hoje é uma espécie de uma ONG dessas.

Silvaniza: É Professor, eu senti isso quando eu fui conversar com o atual Presidente. Ele me falou que hoje eles só trabalham o comunitário em projetos sociais.

É aquela história, aquilo é uma máscara. Quer dizer isso é uma forma somente de tomar o dinheiro do Estado né? Nem sempre tem garantia de aplicação correta. Porque a curriola que forma essas ONG's, essa enchem os bolsos né? Porque cada um tem um cargo um cargo disso, um cargo daquilo etc e tal. Eu não confio em ONG nenhuma. É um filão. Foram deturpados. Agora você vê. Porque a curriola que envolve! Porque cada um tem um cargo, cargo disso, cargo daqui etc e tal. Eu não confio em ONG nenhuma É um filão. Foram deturpados. Olha você vê essas...A ONG da criança e do adolescente, a ONG pra cuidar de prostituição, a ONG que trata dos carcerários a ONG... a gente sente né? Que tudo aquilo é...Deixa o Estado tomar conta disso pra isso existe o Estado.

Professor, eu gostaria de começar situando por uma certa cronologia de acontecimentos. Como foi seu primeiro contato com a história da CNEC? O senhor foi voluntário? Você já era Professor não?

Eu era professor. Em 1958 como eu lhe disse, eu era muito ligado nesse tempo à Seccional de Fortaleza. O que era a Seccional de Fortaleza? Era o braço do Ministério da Educação aqui. Mas por que isso? Porque nós tínhamos como Inspetor Seccional um dos maiores educadores que o Ceará já teve - Lauro de Oliveira Lima. Então, o Lauro era mais que um Inspetor Seccional, ele era um garimpeiro de talentos.

Silvaniza: Eu li o livro dele. O Impasse da Educação.

Lúcio: Você leu a Escola Secundária?

Silvaniza: Não.

Lúcio: E dessa escola secundária eu participei do livro como outros como outros professores que ele vivia garimpando não é? então aquele pessoal que gostava principalmente da didática que ele era um revolucionário...esse pessoal ele acolhia e nós nos reunimos toda a semana lá na Inspeção Seccional...Só pra debater a educação etc. Eu acho que ele foi aqui no Ceará o primeiro a discutir eu já dizia até o introdutor de Piaget. Eu acho quando ninguém nem sabia da existência de Piaget ele começou com essa, essa...com a teoria piagetiana né? Ai a gente...E ele era aquela pessoa idealista que buscava, gostava de gráficos, de apurar rendimentos então qual era... ele promovia uma maratona por disciplina e essa maratona envolvia os colégios, por séries. Então na nossa disciplina História ou Geografia lá estava a maratona da Geografia para a 5ª série, a 7ª série, a 8ª série e tal... o 2º grau, mesmo o 2º e o 3º, História, de Português, de Matemática....Fazia isso com aquela satisfação Sempre aquele desejo de mudar mas sempre aquele desejo de mudar. E como pesquisador que ele era, como garimpeiro que era...Eu nesse tempo ensinava no 7 de Setembro e no São José. Nesses colégios. Pois bem...E, e lá no 7 de Setembro eu sempre concorria nessas maratonas e eu conseguia sempre fazer com que meus alunos fossem os vencedores. Então isso chamou a atenção dele né? Porque antes ninguém, nós não nos conhecíamos. Além do mais, como garimpeiro que ele era de inovações ele pesquisava as provas. E eu também gostava de fazer coisas diferentes; Antigamente as provas eram realizadas assim: Talvez houvesse até mais seriedade porque eles faziam...vai haver a prova do meio do ano, era tudo era por peso, o que você obtinha durante o ano, tinha peso 2 na prova do meio do ano, peso 2, a prova final que era no fim do ano abrangendo tudo o que foi visto tinha peso 4. Essa era geral. Então, 2,4,4,8. E a prova, e a final que era tete-a-

tete, bom...A prova oral valia 2 pontos. A soma desses pontos dividido por 10, dava média 5 e o aluno estaria avaliado como apto pra série seguinte. Pronto. Isso no ginásio e no segundo grau. Era a mesma coisa. Então foi a melhor coisa eu acho que foi a melhor coisa. Agora como era?, Como era? Os professores elaboravam o que eles chamavam de pontos um questionário de pontos. 20 pontos. Cada ponto tinha a primeira questão que em geral era uma dissertação, a segunda questão era uma série de mais cinco perguntas e a 3ª questão que era outra série de 5 perguntas. O sorteio era feito na hora da prova. E o professor fazia com a matéria dele com o número de pontos chamava qualquer aluno tire o ponto. O ponto que caísse era exatamente a prova. Aí era lido ali na hora a 1ª questão era isso aqui. Como em geral era a dissertação, então Bacia hidrográfica da região norte por exemplo, pronto. Já a segunda já era mais pra Região Nordeste. Já a terceira já era Sul, relevo da região sul. Pronto, então abrangia de uma forma geral os 20 pontos tudo que foi visto em se tratando da Geografia do Brasil. Então ali era feita a coisa. Bom, acontece que como eu gostava de inovar, eu fiz outro tipo de prova. Então eu imaginei uma prova que fosse uma viagem, uma excursão dos alunos concludentes do Ceará até Manaus né? Aí eu criei para os nossos alunos, olha bem, vocês podem abrir o livro (risos) podem abrir o atlas aí...foi uma evolução né? Bem, vocês podem abrir o atlas, podem consultar e as perguntas estão aí. Então eu imaginei esta excursão. E aí eu vou só exemplificar porque eu não me lembro mais de tudo mas, seria mais ou menos assim: o aluno ao deixar o Ceará e adentrar a zona, ao município de Russas por aqui (faz o gesto indicando a direção) Aracati, etc e tal não é? ele vai encontrar - isso no exemplo porque o Amazonas seria pra cá (aponta a direção contrária)- e o pra lá. Qual é a partir de tantos quilômetros de Fortaleza seguindo a direção norte, bom, vamos fazer a coisa certa, (indica a direção certa) seguindo aqui a direção oeste ele encontraria partindo em linha reta a tantos quilômetros de Fortaleza, ele encontraria um grande rio a tantos quilômetros de Fortaleza. Que rio seria esse? Aí ele seria obrigado a pegar o atlas, fazer a escala ver quantos centímetros, reduzida a escala e verificar que ali estava exatamente o rio Acaraú. Então a resposta era Acaraú.

Silvaniza: Então ele teria que juntar vários conhecimentos para responder a uma questão só. O senhor se inspirava na Escola Ativa?

Não, acho que era a mania de fazer as coisas diferentes. Era uma coisa mais prática né? Aí, nesse percurso ele vai encontrar uma árvore, um vegetal que chamará sua atenção pela quantidade e ela é vastamente essa árvore é utilizada na indústria. Qual o nome da planta? Carnaúba. Não era? Ele teria que dizer carnaúba. Então a partir depois de Acaraú ele iria por mais tantos quilômetros ele, encontrou uma dificuldade para prosseguir sua viagem. Que dificuldade foi essa? Aí teria de novo de achar o ponto e aí ele ia encontrar o que? O Rio Parnaíba. Então dava um trabalho para você fazer aquilo. Mas eu dizendo com o nome deles né?. Fulano chamou a atenção de Beltrano porque viu a partir do quilômetro tal uma grande elevação como é o nome dessa elevação? Aí ele teria que dizer que essa elevação era a serra tal. E assim foi. Essa prova fez sucesso e chegou até lá na Seccional. Então daí, nós começamos a amizade, né eu comecei a frequentar a seccional e ele muito empolgado com minhas idéias porque eu gostava. Nós vamos ver aqui uma aula de história, por exemplo, que eu gostava muito né?, então vamos ver a Napoleão, a figura de Napoleão, Revolução Francesa E o que é que nós vamos pegar aqui? Uma figura, uma das grandes figuras foi Napoleão Bonaparte. A Campanha dele na coisa. Há quem ataca e há quem defende. Nós vamos pegar uma equipe para acusar e outra para defender. Aí não havia. Aí ficava aquela aula gostosa. Aquela aula que todo mundo participava e tal queria defender e tal. Então era uma maravilha de aula, eu acho que nossos alunos achavam bons e eu me sentia muito alegre. Porque era aquele movimento, aquele interesse não é? Aquela interesse e tal...Aí nós ia..isso na História

Moderna, na História Antiga...Alguém defendia Júlio Cesar. Ta aqui os que vão defender, ta aqui os que vão acusar, pesquisem, e vamos ver quem ganha? Fazia o júri.

Silvaniza: E o Lauro conhecia a CNEC?

Bem aí não, a rigor é como eu lhe disse o Lauro não era da CNEC. Depois eu vou lhe responder por que.(ele não respondeu).Então, veja bem, nesse tempo eu já estava aí mas pela aproximação dele, com ele, me convidou para ser professor pra dar o curso da CADES no Crato. Curso de Aperfeiçoamento de Difusão do Ensino Secundário.Porque o Ceará como até hoje, não tinha professor.E o Professor era improvisado.Você talvez deve ter chamado a atenção. Como é que a Campanha conseguia manter as escolas dela sem ter professor no sertão? Porque a gente aproveitava o farmacêutico, o agrônomo, até o delegado que era Professor de Educação Física não é? O promotor, o juiz, o padre a gente transformava esse pessoal todinho em professor.E o Ministério através da CADES que com esses cursos de aperfeiçoamento de difusão do ensino secundário eles conseguiam aqueles que tivessem feito esse curso porque eles tinham o que? Eles tinham conteúdo, eles não tinham didática. Mas o conteúdo deles era excelente. Prá que melhor do que um farmacêutico para dar aula de química? Então eles davam uma tal de licença precária e o professor podia lecionar. E assim eu dei ene cursos da CADES com o Lauro. Bom ,mas quando eu ia saindo para dar esse curso da CADES, em fins de 1958, ou melhor de 59 surgiu a notícia lá no jornal que a Campanha queria aqui, ia fundar o primeiro ginásio da Campanha.

Silvaniza: Que jornal?

No O Povo. E quem ia fundar quem era o Presidente dessa Campanha era o Comendador Luis Sucupira. Então eu falei prá ele Por que é que você não me arranjou? Eu não te ofereci porque o diretor vai ganhar menos do que o professor e não sabe quando é que sai esse dinheiro não. Mas se você quiser, eu não encontrei ninguém não.Se você quiser a Direção é sua. Lá no Arminda de Araújo. Então aí foi a tal coisa todo sonho de professor é ser um dia o diretor. Não é? A gente sempre acha ah se eu fosse diretor a minha escola não era desse jeito, não era assim e assado e eu também sonhava em ser diretor um dia...Mesmo assim eu quero. Então, apesar de ter uma redução de salário porque eu ganhava muito mais dando aula mesmo assim eu aceitei a direção do Arminda. E aí começou a nossa luta.

Silvaniza Mas e quando o senhor entrou já existia no interior pelo menos quantas cidades já tinham salas de aulas?

Não chegava a 10 não.Era aqui o Massapé dirigido pelo político Aurimar Pontes, era Ipueiras dirigido pelo político Aquiles Peres Mota, era Santana do Acaraú, dirigida pelo,(não consegue lembrar os nomes) por dois primos carnais que viviam brigando, se agarrando lá todos dois politiqueros lá, era aqui em Fortaleza já tinha o Presidente Vargas que era um colégio ali de Messejana, do vereador não sei o que do Amaral... mas tudo prá fazer política Como eu lhe disse Felipe nos primeiros tempos ele precisava fazer número e acreditava que depois esse pessoal poderia ser catequizado.Jamais.

Silvaniza: Mas só funcionava no interior salas. Salas nos grupos escolares.

Por que? Porque a Campanha só começava sua escola com uma turma que era exatamente a 5ª série. Nesse tempo existia o Curso do Exame de Admissão. Então só entrava no Ginásio quem fizesse a Admissão. Era uma diferença de hoje.

Silvaniza: A 5ª série era preparatória para a Admissão?

Não. Para a 1ª série do ginásio. Existiam algumas escolas que tinham até a 5ª série primária. Mas se podia fazer o Admissão a partir do 4º ano. Então o aluno que fazia o Admissão e que era julgado apto, aí é que ele ingressava, na primeira série do ginásio. Não tinha isso que inventaram essa história de promoção automática. Isso não existe porque você só pode permitir como professor você só pode permitir que o aluno prossiga se ele for avaliado e demonstrar conhecimento...senão é um desastre na sala de aula. Vai atrapalhar a vida dos outros concorda? Como é que você pode administrar uma turma heterogênea? Como é que, bom esse daqui tão no nível tal... É como eles inventam hoje muito nas mesmas salas eles colocam alunos da 1ª, da 2ª, da 4ª do primário.. não é possível. Então prá mascarar, prá esconder e evitar a avaliação é que criaram essa história de promoção automática. Isso é uma coisa que não existe. Ai você fica preocupado.Por que é que o Liceu antigamente não é? aprovava para nossas faculdades tantos alunos quantos as escolas particulares? Porque os alunos que entravam no Liceu de antigamente eles passavam pelo exame de admissão que era o mais difícil de todo o Estado mesmo do que no particular. Era o exame de admissão do Liceu. Era como se fosse um vestibular. Então você tinha a nata dos menos favorecidos e encontrava no Liceu o que? Os melhores professores do Ceará. Os melhores professores estavam lá. A mesma coisa com relação ao Justiniano de Serpa. Ora dessa maneira você tinha que ter uma escola pública boa, uma escola de qualidade que eram os melhores professores que estavam lá então não havia como deixar de ter isso. Hoje, são reuniões para discutir o óbvio o tal do óbvio...

Silvaniza E no Arminda? E primeiros alunos eram inteiramente pobres?

Eram alunos modestos. Primeiro porque veja bem quais eram os alunos ? O São Gerardo que englobava , antigamente chamavam São Gerardo, era Coqueirinho, era Lagoa da Onça, era Cercado, era aquele povo todo.Era um pessoal de classe média, mas de classe média muito modesta prá baixo. Não é?Então, esses alunos não eram alunos que tivessem o suficiente para pagar uma escola particular. Então eram alunos de classe bem baixinha média prá pobre.

Silvaniza: Mas aceitava homens e mulheres?

E nos fomos os precursores disso. Por causa disso, a Campanha teve uma rejeição muito grande da Igreja. Por causa da Igreja do D. Lustosa. Ele queria o negócio como era antigamente. Você vê o Liceu do Ceará em 1960 os turnos ainda eram separado A força da Igreja era muito forte dentro do Estado. Então no Liceu tinha o turno feminino e o turno masculino. O Justiniano de Serpa é que funcionava todo tempo lá. Justiniano de Serpa era só mulher. Nós chegávamos a dizer, no tempo da Adísia Sá, (fui eu que coloquei a Adísia Sá lá como diretora) então eu dizia é Adisia você administra o maior colégio feminino da América do Sul.Porque nesse tempo tinha 4.444 alunas todos com saia vermelha e blusa branca.

Falando sobre os anexos

O Juarez Távora era anexo do Instituto de Educação.Issso foi criado no governo Virgílio Távora. Como naquele tempo a autorização do funcionamento da escola dependia de uma série de processos, o Virgilio Távora muito inteligente criou o tal anexo. Aí usou a expressão anexo. Assim surgiu o Marupiara por exemplo. O anexo do Liceu. O anexo do Rodolfo Teófilo, anexo Justiniano de Serpa, anexo José Valter Ribeiro Ramos lá em Jacarecanga, anexo do Liceu do Ceará...Então foi esse artifício que ele utilizou exatamente para permitir a expansão porque a grande expansão do ensino público do Ceará se deu ao começar embora de forma desorganizada mas no governo Virgílio Távora.

Silvaniza No Arminda de Araújo quantas séries que foram ofertadas?

O Arminda foi uma exceção, uma exceção porque já em 1960 existia uma pressão nas classes menos favorecidas no sentido de que fossem criado mais vagas para o alunado desvalido. Aquela pressão seria de forma assim mesmo uma coisa meio natural porque a quantidade de candidatos ao exame de admissão eram uma coisa imensa, então aquelas pessoas mais avançadas fosse da esquerda fosse da direita já debatiam o problema e pediam ao Estado essa expansão. E era Governador nesse tempo o Parsifal Barroso. Quando ele soube da fundação dessa Campanha, ele tendo amizade também amizades pessoais com o Presidente que era o Comendador Sucupira ele viu na Campanha uma oportunidade de satisfazer essa demanda sem onerar o Estado com a contratação de professores ou a construção de prédios e dizia que o Estado não tinha o dinheiro prá isso.

Silvaniza E havia uma pressão para o Estado pra construção de escolas públicas por parte da população para a educação secundária?

Por parte da população? Sim, milhares e milhares de alunos que se candidatavam a uma admissão que era o vestibular. E a pressão era muito forte e eram poucos os professores para o Liceu. E aí ele encontrou na Campanha uma válvula de escape e ele nos prestigiou a tal ponto que todos os pedidos que nós fizemos para ceder os grupos escolares, que rarissimamente funcionavam à noite eram todos fechados, e daí a razão pela qual nós começamos a funcionar aqui só a noite. Depois é que nós passamos para o turno da tarde e fomos indo devagarinho e tal foi uma válvula que ele encontrou prá isso ele não só nos ajudou cedendo os prédios. Aí nós encontramos já tudo feito como também cedendo dando uma ajuda né, financeira prá isso.

Silvaniza: E os professores como o, senhor conseguia? Eram voluntários? Porque quando a Campanha chegou aqui já era meio paga não?

Olha, eles ganhavam porque existia a contribuição. O aluno ao se matricular praticamente o pai dele se transformava em sócio da campanha e este Conselho, que antigamente a gente chamava Setor ele fixava o mínimo. Era uma importância insignificante naquele tempo era deixa eu ver aqui, era como se fosse seria 5 reais hoje. Seria 5 reais hoje. Desses 5 reais a gente pagava digamos aquele pessoal que não podia deixar de receber. O Secretário por exemplo. O secretário passava 24 horas. Não dava prá ser voluntário O servente, não dava prá ser voluntário. **E se recebia dali** o interesse grande porque já em 1959, 60 a Campanha, o Felipe já tinha conseguido na batalha dele junto ao Ministério junto aos políticos que ele tinha uma habilidade uma facilidade de convencer esse pessoal e tal alguma ajuda e nesse tempo se recebia uma ajuda de salvo engano 40 mil cruzeiros por turno. O que ia representar em termos de hoje 4.000 cruzeiros durante o ano todinho. É evidente que não ia dar. Então, muitos professores muitos eles davam aula dele era de graça e eu prá lhe encurtar a história quando eu voltei do Crato desse curso da CADES daí porque eu to procurando juntar a história né? eu já vi uma porção de coisas por aqui, mas eu nunca vi tanta gente prá me receber na volta desse curso porque era gente homem.. - Quer dizer que você agora vai ser diretor do Colégio, da Campanha das Escolas da Comunidade dos Educandários Gratuitos? - Devido a palavra nacional que eu lhe disse que a Campanha foi infeliz na sua nomenclatura no seu nome de batismo porque todo mundo imaginava que esse nome *Nacional* era coisa do Governo e a campanha usou e abusou desse jogo de cintura que as vezes a gente fazia até questão de dizer de explorar o nome nacional. Olha mas era tanto



professor...- Porque era gente...- Olha eu tô chegando do Crato e não tô nem sabendo disso que eu vou ser ou não vou ser...- Não , mas já está nos jornais que você vai ser o diretor... você agora vai ser diretor da...eu quero que você se lembre de mim (rindo) e eu nem sabia se ia ganhar bem e talvez fosse porque esse nome Nacional. Ora mas era tanto professor... - Mas tá nos jornais que você vai ser diretor do governo federal...Você vê até hoje o Liceu do Ceará ele conquistou aí nos mais velhos uma ilusão que criaram que a gente ganha tão pouco que a gente vive sonhando né? Eles inventaram uma coisa queriam até lutar por isso para que todo colégio dos governos estaduais que fizesse mais de 100 anos passaria automaticamente para o governo federal. Aí ninguém queria ser você imagine, aí todo mundo queria ser professor do Liceu na esperança de que um dia houvesse essa federalização. Ora se o governo federal ia querer aumentar suas despesas isso deixava era lá com o Estado. Mas morreram tantos assim que eu tenho um professor ainda vivo que quando eu assumi a Secretaria da Educação eu achava esse professor muito competente eu acho que era Matemática. Mas ele era competente e muito aplicado. Eu digo, Veloso nós temos aí a frente fazendo uma mudança nessa Diretoria eu gostaria que você fosse diretor desse colégio - Vou não Secretário. (Risos) Mas porque rapaz? Não, Eu prefiro ser o último aqui no Liceu e não quero ser o primeiro...Você tá como os antigos romanos quando ofereceram a França né a Francônia, né, o Império Romano dominava tudo e tinha o general que acho que foi César que ofereceu ele disse isso, eu prefiro ser o último aqui em Roma do que o primeiro em Paris na França. E assim ele me disse com todas as letras Mas rapaz você deixa de ser o diretor não tem nada a ver perca essas ilusões que isso jamais acontece como até hoje não foi ao é? Mas era a ilusão. Eu acho que era porque a gente ganhava tão pouco e prá entrar no Liceu como eu entrei aqui no Justiniano de Serpa tinham umas tais de aulas suplementares. E eu consegui duas aulas. Entrei no Justiniano de Serpa através dessas duas aulas. Era uma espécie de substituto.Mas tinha uma lei que dizia que depois de 5 anos você se efetivava e assim eu entrei no Justiniano de Serpa. Ai depois vieram os Concursos e aí eu tive de fazer.

Silvaniza Sobre o Arminda de Araújo. Segundo o trabalho da Profa. Célia Brito ele depois foi utilizado por uma grupo de pais da Cidade dos Funcionários como se fosse uma cooperativa..

Não. Eu vou já lhe explicar como foi a história. (não explicou).Mas nós estamos conversando como eu entrei lá. Pois bem então eu entrei lá pra ser diretor da escola.Como excepcionalmente devido ao interesse do próprio Governo do Estado nós passamos a operar em todas as turmas porque tinha o pessoal do Liceu, principalmente aqueles que não eram aprovados porque estudante naquele tempo fazia muito auê..muita bagunça e eram bagunças violentas era um quebra-quebra dos ônibus, dos bondes era uma desgraça total. Bom então eu pensei: aqui eu conseguindo botar esses meninos em algum canto deve ser (...) do governo eu resolvo a situação. Ee então o Arminda de Araújo nasceu logo com as quatro séries muitas séries com várias turmas. E ocupava primeiro a noite, a tarde e a noite de uma vez pronto. E isso contrariou muito as professoras naturalmente né, porque eram donas absolutas de um momento prá outro joga o ginásio lá dentro jovens lá dentro...

Silvaniza : Presidente Roosevelt era do Estado? Era escola primária?

Presidente Roosevelt era do Estado. Era o tal Grupo Escolar porque você ver nomenclatura das escolas no Brasil é uma nomenclatura pobre.Porque grupo? Porque queria dizer agrupado tinha primeiro uma tal escola isolada depois elas passaram a tal escola reunidas. Você vê é de uma pobreza e a gente imagina que as vezes se questiona: mas por que que o magistério, presume-se que é formado de gente inteligente e competente inventaram um nome tão desgraçado pra nossas escolas? Até chegar por exemplo ao que

nunca tolerei que é a escola normal. Quer dizer que as outras seriam anormais? Pois bem o Arminda surgiu desse jeito como depois nós conseguimos prédios e mais prédios e não só pelo Estado mas da própria Prefeitura que só tinha uma escola que era o Ginásio Municipal onde é hoje o Instituto Geográfico lá na Praça do Carmo. Só tinha aqueles E a pressão também lá era muito forte. Mas ele só se preocupava era só com o primário não havia uma preocupação com o secundário. Porque a lei dizia: o ensino será público ou será gratuito até o curso primário e selo-á gratuito para quantos provarem faltas ou insuficiência de recursos. Era essa a obrigação constitucional que tá na Lei 4024. E pronto E foi por onde ele foi...

Silvaniza E seu primeiro encontro com o Professor Felipe?

O Felipe foi logo depois, porque a Campanha teve um crescimento rápido não é? E tão rápido que com dois anos de fundada aqui a Campanha já estava sediando o Congresso Nacional e mesmo antes porque o Felipe era um andarilho por natureza ele gostava de andar. Eu acho que a solidão do Rio, fim de semana depois Brasília, o tempo todo, fazia com que ele tivesse aquele desejo de andar, de viajar. De maneira que volta e meia era difícil ser encontrado então logo depois ele chega aqui. A Campanha começou no dia 25 de março tanto que agora no dia 25 de março ela vai fazer 50 anos. O Arminda de Araújo.

Carolino Sucupira – o 2º Colégio O Carolino foi o segundo colégio? Foi em 1960?

Foi. Em 1961. 1960 foi a inauguração do Arminda .Maio de 58 foi a instalação da Campanha aqui. A diretoria estadual. Foi aquela que eu lhe disse.Ela foi composta pró-forma por amigos do Comendador Sucupira fez uma ou duas reuniões. Essa Ata você pode ver lá na Campanha a menina sabe onde está. Você vai encontrar grandes nomes daquele tempo mas apenas prá ah pode colocar meu nome aí...ai bota na Diretoria e só fez uma ou duas reuniões e pronto acabou-se. E ficou com o Comendador Sucupira na frente na Presidência.

Silvaniza: Então quando o senhor assumiu como diretor do Arminda ai foi se envolvendo cada vez mais e se tornou superintendente;

Pois bem ai depois de um certo tempo, tão rápido foi o crescimento dessa Campanha que veja bem o crescimento da Campanha foi rápido porque, porque já existia vários coleginhos assim do interior, a maioria deles dirigidos tendo como donos os políticos, os políticos faziam a política deles como até hoje acontece através das escolas. Porque o colégio é muito importante para o político. Sou eu que boto o menino lá, sou eu que boto o diretor, a professora...Olha essa menino aqui é prá passar ajuda ele ai...E a gente sabe como é a coisa. não é? Pois bem, eles queriam isso de qualquer maneira. Se você olhasse para as escolas do Ceará você vai encontrar muitos no Ceará onde lá na ponta da rua tem uma escola é do pessoal do PSD. E outro da outra ponta que era fundado quando mudava o governo prá botar o pessoal da UDN. Era uma desgraça. E o pessoal que era ligado ao PSD só estudava naquele. Os que eram ligados a UDN só estudavam naquele. Então, além desse politicozinhos, existiam exceções um ou outro que eram dedicados, que acreditavam de educação. Era uma visão que acreditava na educação aos trancos e barrancos mas a outra parte estava nas mãos dos padres e aqui prá nós, padre sempre gostou de um dinheirinho. E mesmo eles precisavam para se manter e crescer o negócio. Crescer as escolas. Então quem estava na frente da Campanha quando surgiu aqui quando ouviram falar era exatamente o Comendador. O Comendador era como se fosse um bispo sem batina. Muito ligado a Igreja, ao D. Antônio essa coisa toda E a Igreja em geral porque ele era o Comendador da Santa Sé. Ele vivia prá

Igreja vivia pras obras deles etc.E esse s padres o procuravam.E ele ia dando.E havia um interesse da Campanha em crescer. E daí a facilidade com que a campanha foi em frente..

Silvaniza E o Grupo Escolar recebia uma quantidade de dinheiro prá deixar funcionar a CNEC?

Não, porque isso era permitido pelo próprio Estado. O grupo escolar não era do governo? Ai o governo simplesmente mandava. Você veja, era tão forte a pressão, e grande o interesse do Estado que aonde se construiu o João Pontes você sabe onde é na Jaime Benévolo não é?A gente queria um prédio prá botar o colégio João Pontes.Onde vamos colocar o Colégio João Pontes? Você sabe o que é que se arquitetou? Porque o Estado não podia dar ou criar um colégio um prédio para dar a um particular e a Campanha era particular. Então o que é que e criou? Criou-se um Grupo, um Grupo Escolar, que foi o Grupo D. Hélder Câmara, se botou o Grupo D. Helder Câmara funcionando de manhã lá e se botou o João Pontes ai cedeu o prédio na parte da tarde e da noite para assim a gente poder colocar em funcionamento o João Pontes.

Silvaniza: De qualquer maneira, acabou ajudando.

Ajudando porque centenas e centenas de alunos escaparam por ai. E ai nós lá fomos nós.Vieram daí. Mas sempre tem outra pincelada que você pode ver.Issso é coisa terrível que aconteceu na escola brasileira generalizadamente. A barretada. O que é barretada? Por exemplo esse nome Colégio João Pontes. Quem era João Pontes? Era o pai do Aurimar Pontes. Um político. Então eles sempre escolhiam... E continua.O Aduato Bezerra, sei mais quê, etc É uma tristeza. Com tantos nomes eruditos que nós temos aqui...você vê poucos foram os Colégios da Campanha que tiveram nomes que se coadunavam né? Tanto porque antigamente os bons educadores ou botavam nomes de santos ou botava...ai você veja tivemos Farias Brito aqui, Lourenço Filho nomes de respeito e eu ficava doente porque esse nome Arminda de Araújo, João Pontes não dizem nada prá educação e o nome ajudava.O nome ajuda como até hoje quando se vê um nome desses como o Farias Brito mas aqui e acolá a gente escapou.Tivemos um Gustavo Barroso aqui no Maracanaú, o Rui Barbosa, no Iguatu, mas via de regra o desgraçado que cedia o terreno ou era o Presidente do Conselho sempre ia botar o nome do pai dele da mãe do diabo a quatro.

Silvaniza: Depois que o ser assumiu a CNEC no Ceara quais os prédios no interior que tinha prédios próprios?

Nós deixamos em 2000 a Campanha mais de 90 por cento todos funcionando com sede própria. Mais de 90 por cento Nós concretizarmos mais de 100. Acontece que aqui e acolá uns passaram para o Estado vamos citar um exemplo, por exemplo esse de Ipueiras, do Aquiles Peres Mota. O interesse dele era continuar mandando quando ele sentiu que não tinha mais o domínio que a coisa era outra disse - não eu não quero mais essa Campanha não...por que? Porque não podia mais mandar.

Silvaniza: Quando Aquiles começou a ajudar a campanha ele já era deputado?

Ele era nesse tempo líder estudantil. O Felipe acreditava muito no movimento estudantil. Ai ele se aproximava dessas lideranças presidente de UNE, presidente disso e daquilo e colocava. Portanto o Aquiles foi ele fez dele nesse tempo não era presidente era delegado da CNEC. Ele foi o primeiro. Ele recebeu uma passagem para para participar de um Congresso foi ao Congresso e nunca mais ele falou de Campanha. O Colégio Otacílio Mota que era o pai

dele, olha aí a barretada, pai do Aquiles ai quando ele viu que o negócio não ia mais continuar a ser ele casando e batizando dentro do colégio aí não, eu quero pedir prá sair. E a campanha sempre disse que no dia em que a pessoa quisesse tanto tinha a porta aberta para entrar quanto prá sair mas porque é que ele fez? Porque conseguiu a estadualização. Veja ai a artimanha política ele conseguiu a estadualização do Otacilio Mota lá em Ipueiras. E aí foi o pão. Ele ficou com a escola dele, já era deputado, conseguiu nomear todos os professores e continuou matriculando, nomeando casando e batizando lá dentro. É por isso que eu disse prá você que a revolução não foi um mal prá Campanha. Porque a revolução era talvez tenha cometido até excessos mas muito cabra safado ela botou prá fora, principalmente esses deputados envolvidos com contrabando, com o negócio do café. Nesse tempo o negócio aqui era o contrabando de café, com coisa da Aliança para o Progresso. Viviam nessa história. Então ela cassou um bocado de gente então esse pessoal que vivia dentro da campanha e dominava os colégios e nem sempre se virava para o bem, caiu fora. Aqui em Caucaia nos temos o Ernani Viana. Lá no seu colégio (se referindo ao Carolino Sucipira) tinha um vereador danado. Porque esse ai não era nem vereador ele queria ser (não disse o nome) mas ai ele fundou um setor e botava prá ser o Carolino.

Silvaniza: Qual o colégio?

O Carolino Porque eu acho que você já estudou no prédio novo (se referindo a minha filha que tinha estudado lá) Porque o velho era um prédio do Estado um Grupo Escolar João Matos. Mas aquele prédio ali nós compramos do Pe. Alberto. Compramos por 116 mil cruzeiros. Ele doido prá se ver livre desse prédio porque ele tinha conseguido uma ajuda prá Igreja dele de uns alemães não sei que...eu sei que ele acabou nos vendendo prá se livrar do negócio, não queria mais. E nós compramos e dai nós modernizamos com aquela quadra de esportes. Aquela área todinha. Você não alcançou mais nós conseguimos botar lá um curso profissionalizante. Nós criamos lá uma fábrica. Uma fabriqueta de blusas e calças e calções escolares então nós fizemos isso. Era uma fonte de recursos também. Porque se ganhava com a venda das blusas, das calças e tudo mais e era ótimo.

Silvaniza: Nesse começo ai, quando se queria fundar havia realmente participação da comunidade? Havia reuniões?

Havia muito. E tem mais. Aqui o Ceará nosso povo nunca foi rico né? Mas nós nunca compramos (pausa – semblante de dúvida) um terreno para construir um prédio. Todos foram doação do povo mesmo. Porque terreno no interior era de graça. Existe uma coisa que eu vou dizer: eu sempre fui fervoroso com relação a campanha talvez eu até exagere. Mas eu acho que a Campanha desempenhou no interior do Ceará um papel similar a Igreja nos primeiros tempos. Sabe por que? Por que vejamos. Uma cidade do interior quando a gente dizia que precisava desse terreno e teria que ser feito a doação com facilidade a gente conseguia mais conseguia. Mas conseguia onde? Longe do centro porque no centro não havia mais. Então era longe, mas muito longe mesmo do centro. A gente aceitava porque cavalo dado não se abre a boca nem ninguém tinha dinheiro prá comprar. Ai a gente fazia um prédio e o que é que acontecia? Um povo que não tinha escola, um povo que morava em sítio, um povo que morava em distrito então o que é que eles faziam? Ao redor do colégio foram surgindo o que? A residência desse pessoal que chegava, e fazia sua casa vinha morar aqui. Ou então de pessoas com certa visão que pensavam: - olha ai vai dar dinheiro e tal...abriam sua bodeguinha, seu negócio, então ao redor dos nossos colégios se formavam verdadeiras outras cidades.

Pode se dizer o mesmo dos colégios de Fortaleza?

Não. Porque ali já era muito populoso. Em Fortaleza não. Mas no interior era. Você vê eu nunca fui de guardar coisas não mas eu tinha uma fotografia que eu gostava muito de olhar que era a chegada dos alunos a regional no Colégio Perboyre Silva em Redenção. Eles vinham dos distritos, vinham de bairros além da cidade, vinham daqueles sítios e o que eu achava bonito, hoje seria as motos e as bicicletas, mas eram os burros, jumentos, cavalos que eles viam montados. Era aquela fileira de jumentos. Eu achava aquilo fantástico e realmente era assim. Isso me dava uma empolgação, aquela história de vê aquele esforço, aquele sacrifício, aí as vezes eu digo: o desgraçado do aluno hoje tem tudo. O Estado, a Prefeitura manda o ônibus escolar buscar da escola, vai e volta e tal e eles acham isso difícil. Difícil era naquele tempo. Na semana que eu fui lá no Aracati e vi aquele rio que beleza que é o nosso Jaguaribe e agora abriram as comportas, com medo da chuva. E eu tava me lembrando em 1960 e pouco, 64 uma enchente terrível e as águas invadiram a cidade. Lá nós tínhamos uma escola é Henrique Jorge lá em Itaiçaba . Itaiçaba foi varrido pelas águas. Pois bem, era o Setor, eram os professores, era os alunos, a gente andava era de canoa dentro do colégio. Todos nós amarrando as carteiras, os móveis nos caibros prá escapar da enchente. Quer dizer foi um quadro bellissimo que eu vivenciei, de dedicação. Você veja que entusiasmo daquele setor e todo mundo arregaçou as mangas. Já pensou o material da secretaria? Não existia informática, se a água entrasse ali acabava com tudo. Então foi assim que nós salvamos o material. Era um pessoal muito vibrante muito entusiasmado pelo Cnec, pela comunidade era o pessoa lá de Itaiçaba.

Silvaniza E ainda está lá até hoje?

Está mas muito diferente, tá como escola particular. Não tem mais nada

Silvaniza: Não tem mais nenhuma não é Professor? Com aquele sentido?

Com aquela ideologia, não.

Silvaniza: A direção dos colégios hoje repassa a história da CNEC para seus alunos?

Não sabem. Não repassam pelo seguinte: primeiro você veja: quando você pegava um colégio assim do interior, uma administração política, não interessava em falar. Porque ai eles tavam transferindo o sucesso. Então eles querem sempre dizer que eram eles que faziam tudo arranjavam verba que eram eles que mantinham a escola, então a parte ideológica prá que? Nada de falar na parte ideológica. A parte ideológica veio nascer depois. Então, quando nasceu, quando a gente começou de fato, cadê o dinheiro? Pra você digamos adentrar na televisão hoje você pode fazer sucesso com alguma coisa se você não tiver acesso a televisão? Hoje, você pode fazer algum sucesso com alguma coisa, se você não tiver acesso a televisão? Besteira. Por exemplo: eu olho prá vocês hoje e vejo aquele bando de mulher com aquele pingentzinho da novela. Ela nem ta dizendo mas o povo já estão copiando. (Ele faz referências a novelas globais). O que é isso é o Espírito Santo e? Mas não é uma mania né? Será que todo mundo é devoto do Espírito Santo? Mas quem não tiver acesso a isso...

Silvaniza: Naquele tempo ele só tinha os jornais não é?

Jornal e rádio.

Silvaniza: O Senhor chegou aqui no Ceará a fazer divulgação através do teatro?

Fizemos. Foi uma das coisas que mais me impressionaram foi isso. O João Pontes foi pioneiro. O João Pontes nasceu em 61. Em 62 o Colégio João Pontes estreava a peça Mulher sem Pecado Nelson Rodrigues. Em 62 com um ano de fundação lá estavam os alunos do João Pontes estreando uma sessão no teatro as 9 da noite estreando no Teatro Jose de Alencar a peça Mulher sem Pecado. Então isso deu um problema danado porque o Comendador dizia - não pode não sei o que - ...mas ele tava lá...

Silvaniza: Vocês faziam propaganda da CNEC no teatro?

Não a gente fazia por fazer, por amor à arte. Não havia assim aquela conscientização. Primeiro pela falta de recursos. Aqui no Ceará para a gente conseguir ter acesso à rádio nós conseguimos uma vez por semana um programa de domingo na Rádio Dragão do Mar. Daí a gente fazia um programa lá. Outra rádio que nos ajudou foi a Uirapuru. Jornais dois nos ajudaram com uma coluna semanal: O Povo e principalmente o Diário do Nordeste. O Povo até quando Sarasate foi presidente nacional. Quando ele morreu ai o pessoal não quis mais. Sabe como é jornal né? Eles querem é ganhar dinheiro.

Silvaniza: E a Revista Cenecista foi só aqui no Ceará?

Ai nos fizemos um jornalzinho. O Cenecista. Era uma folha de papel. A gente fazia aquilo com amor. e a gente ia até de madrugada lá nas oficinas de arte de Fortaleza. tinha o Pe. Araimatéia e a gente ia prá lá. Nesse tempo era tudo nos tipos. Você imagine, palavra por palavra prá gente montar o jornal ai a gente fazia aquilo. Até que nós chegamos na revista. Então a revista pra nos foi uma coisa do outro mundo. A gente conseguiu tirar 5.000 exemplares, coisa que a direção nacional nunca fez. Mas nós fizemos isso aqui prá nós. Aqui no Ceará eu mandava distribuir para os colégios pelo Brasil afora, mandava u,m dois exemplares... Uma vez eu recebi uma cartinha de um grande líder cenecista da campanha. grande líder cenecista José Rafael de Menezes daquele livro azul era uma pessoa encantadora um espetáculo. Ele lutava muito pela Cnec na cidade dele em Monteiro que é a cidade dele lá na Paraíba e ele pedia prá eu não mandar mais a revista prá ele lá no colégio dele. - Mas rapaz, por que essa história? - Porque o professor, o diretor etc eles ficam tão oprimidos assim, que eles acham que jamais chegarão ao nível que vocês tão aqui e ai ao invés de estimular você tá desestimulando. Tão pobre era a existência dos outros colégios ao longo do Brasil e nós temos isso. A gente nós chegamos a ter aqui três ônibus que sempre gostei desse negócio levar aluno pra cima e prá baixo. Eu fazia questão de todos anos pegar combustível, os diretores, os professores, bota esse pessoal manda prá visitar o Rio de Janeiro nós tínhamos sede lá não custava nada. O ônibus não era nosso?

Silvaniza: O Senhor fala em um dos editoriais sobre o espírito cenecista. O que era o espírito cenecista?

Agora não tem mais cenecista. Espírito cenecista é a arte de fazer escola. Aonde prevalece quem? A comunidade.

Silvaniza Mas o senhor mudou. Daquela historia de aluno carente do começo sem recursos passa a ser uma escola da comunidade onde a comunidade mesmo tendo algum dinheiro ela vai sair dos moldes da escola particular e da escola pública.

Mas veja bem , sempre houve a mesma linha. As contribuições de uma escola as vezes subia noutra baixava dependendo de onde ela estivesse. Por exemplo, não justificava, vamos supor hoje você chamar de comunitária uma escola que funcionasse na Paquelândia lá com um Júlia Jorge daquele e outra que funcionasse lá no Pirambu e tanto uma como a outra desse uma contribuição de 5 reais não fazia sentido. Era proporcional, ao meio. Mas essa linha sempre teve e você vê, nós nunca compramos um terreno para fazer uma escola. (ronco de um avião-ilegível) em dinheiro (ilegível) .A gente ajudava muitos pais dos alunos iam lá fazer o trabalho misturar a massa, doavam o tijolo, doavam o cal doavam o barro nós chegamos a ter por exemplo em Santa Catarina, escola aonde o cidadão doou completo que doou foi o prédio todo. Hoje você vê, a escola particular é uma arapuca. Só quer ganhar dinheiro infelizmente. Eu não sou contra ninguém ganhar dinheiro não eu acho que deve mas é uma coisa meio...

Silvaniza: Qual era o retorno de aprovação no vestibular ou nos exames de admissão?

Muito bom. Você veja e eu quero dizer nós nunca usamos os resultados para fazer propaganda mas tem certas pinceladas impressionantes um dos nossos diretores, o Eufrásio ele sofreu um infarte. Quando ele se meteu lá no hospital ele foi assistido por uns cinco médicos no José Frota. Impressionante todos eram ex-alunos do Colégio Júlia Jorge. Eram alunos nossos passavam em no vestibular só com o 2º ano do 2º grau. Não tinham nem terminado. Eles faziam prá treinar e passavam no 2º ano. Então eu acho que deveria ter...você sabe que isso ai seria um departamento de pesquisa. Não fazia mais pela falta de recursos porque ai a despesa ia lá prá cima. Eu manter uma equipe de pesquisadores! Hoje quando eu vejo a escola preocupada com esses negócio de evasão, alunos que entram e saem..eu digo, mas rapaz, antigamente não tinha esse problema....Os alunos que começaram, terminavam. Hoje esse negócio de evasão está dramático né?

Silvaniza: Sobre o jogo de cintura entre Estado Novo, democratização e Revolução de 64. A escola era contrária ao comunismo?

Não é isso não. Pelo contrário. Nós não fazíamos distinção. Eu acho que nós éramos muito mais de esquerda...tinha mais esquerda do que direita. Mas a sociedade rejeitava o Comunismo. A sociedade em geral. Não era a CNEC. Vamos entender bem a coisa. O problema do comunismo no Brasil. Quem foi o maior inimigo do comunismo no Brasil? A Igreja. A Igreja mudou. Nesses tempos do começo a Igreja dizia quem for comunista vai pro inferno, comunista é o cão, comunista é o satanás.. Essa rejeição criada foi a Igreja. Depois com certos padres a Igreja progressista...essa ai foi que foi mudando pro outro lado. Tanto que eu vou lhe dizer essa guinada da Igreja eu não digo em termos de política, mas se voltando mais para o material. Eu olhando assim eu vejo essas igrejas e eu acho que a maior responsável pela miséria que estamos vivendo hoje é exatamente a falta de religião do povo que antigamente quem era que dizia o que fazer? A gente não fazia o que não prestava que todos nós somos iguais, tanto faz se ontem como hoje, a gente não fazia o errado com medo medo do cão, medo do inferno. Eu me lembro ora quanta besteira eu fiz com medo desses padres, com 8 ou 10 anos se eu chamasse pelo nome eu tinha que correr para ir me confessar seu padre me perdoe... então a Igreja se afastou. Ai você encontra eu olhando lá passei o dia e eu vi uma coisa que nunca tinha visto. Uma escada que tem lá dentro no museu...Então as igrejas tudo lá abandonadas...porque nenhuma aberta? Eu sou fanático por Igreja, gosto de cemitério principalmente das Igrejas Não tinha nenhuma aberta. Não tem nenhuma com as torres iguais quando a gente aprecia a arquitetura das Igrejas a gente identifica as ordens que

pertencem: franciscanos, capuchinhos, salesianos, redentoristas, jesuítas, e aí a gente vai ver. Mas encontrei cada Igreja linda, com as torres lindas, mas faltando a pintura. O que é que custava esses padres daqui chamar o pessoal e vamos fazer uma campanha aqui do cal prá ajeitar essa Igreja mas tudo caindo aos pedaços. É triste você não encontra mais padre hoje. Eu acho que o momento atual com o caos falta três elementos importantes: o primeiro caos é o caos da família. Nós não estávamos estruturados aqui no Brasil para receber essas mudanças – divórcio essas coisas. A família acabou. Essa é a verdade. O segundo é o caos da educação. Hoje não se educa hoje se procura transmitir alguns ensinamentos, alguns ensinamentos mas não educação. E o terceiro é o caos da religião. Esses três caos respondem por tudo que está aí. Podem analisar reflitam um bocadinho. Acabou-se a família, você não sabe quem é pai e quem é mãe. É o sujeito matando as mulheres e vice e versa. As mulheres matando os homens. O casamento qual é a média de duração do casamento? Antigamente acabou-se. aos trancos e mas você vivia a vida toda barrancos não se via a família separada Já chega aos 10 anos, eu acho que é antes disso... Hoje a gente encontra a pessoa com 30 anos já casada três, quatro vezes. Eu não casaria outra vez. Hoje é que é bom. E religião, não tem mais quem oriente.

Existia alguma direção religiosa nas aulas?

Não. Nós aceitávamos tudo. Quem quisesse que fosse lá o padre e tal. Mas os próprios padres eram interessados. Eles tinham interesse. Eu me lembro que quando D. Lustosa chamava os padres para darem aulas de religião nas escolas eles só queriam se tivesse dinheiro. Eles tinham suas razões, eles tinham que comer, vestem também... de qualquer maneira eles se afastaram demais. Nós não tínhamos essa aversão comunista, pelo contrário, nós éramos mais para a esquerda. Ao contrário, a gente era mais da esquerda. E sabe por que a gente era mais da esquerda?

E o que vocês faziam para conseguir o apoio do Estado?

O Felipe era um político hábil. Sem ser político militante, politiquinhos mas ele era um político hábil. O começo da Campanha havia muito padres, freiras. Os congressos nossos eram muitos padres freiras... Os Congressos nossos pareciam até um Congresso Eclesiástico. Bispo daqui, bispo dacolá. Quando chegou a Revolução, o que nós vamos fazer agora? Aí houve o período dos generais. Olha nós botávamos como presidente da Campanha a mulher daquele General do SNI, um sujeito terrível o General Bandeira, um sujeito terrível mas essa mulher do chefe do SNI. Quem é que ia mexer com a Campanha? Antes dele a Campanha, o Felipe não era a Campanha era o Felipe a visão política dele. Ele já tinha convidado outro Almirante um pobre do almirante caindo os pedaços mas ele fazia o que queria com o velhinho era o Almirante Ferreirinha Sodré. E quando viu assim, o Presidente do Movimento era o Almirante. Também esse presidente nacionais o Felipe não deixava fazer nada. porque quem fazia era ele. Ele tinha mesmo a veia do ditadorzinho. Então pronto ele era o superintendente ele era o fundador e todo mundo tinha aquele amor tinha aquele respeito por ele e ele botava suas bandeiras. Nós aqui fomos até verdadeira escola. A escola deles. Nós botávamos na Campanha quem? O General Ellery embora ele não fosse nem direita nem esquerda era apenas um general bonzinho, Nós botávamos na nossa diretoria o brigão, o General Torres de Melo, Torres de Melo foi nosso presidente.

Parsifal Barroso Paulo Sarasate e Juscelino Kubstichek.

Tem mais a ver com a mulher dele, Sara Kubstichek. Por que? Antigamente mulher de presidente da república, mulher de governador não tinha o que fazer. E aí entregava prá elas uma tal de Legião Brasileira de Assistência. E foi através dessa LBA na presidência da Sara



que o Felipe conseguiu penetrar. Ele era de uma habilidade fantástica. Você sabe que quando você espicaça a vaidade você consegue tudo Principalmente quando você pega um vaidoso Um vaidoso é fácil de você conquistar. Então Felipe era um artista né? Não, a senhora vai ser Presidente da Campanha Nacional tem tantas escolas no Brasil. Pegava aquela corda era um título quase que honorífico.porque quem fazia tudo mesmo era ele

Sobre Paulo Sarasate

Paulo Sarasate foi o Presidente que o Felipe não gostou. Porque o Sarasate era um líder autêntico, autoritário, sabia da sua força, da importância que ele tinha da Campanha e o Felipe pensava que ia fazer com ele o que fazia com os outros. Ele ia todos os dias na Campanha ia mexer ia querer ver as coisas ia querer fazer aqui e acolá. Então a Campanha ficou devendo não foi pouco não, foi muito ao Paulo Sarasate principalmente porque ele sendo daqui a gente tem uma maior aproximação com ele a idéia dos primeiros tempos era que a Campanha devia fazer sempre sempre escolas nas cidades menores possíveis, mais afastadas...eu por exemplo botei na cabeça do Sarasate que a Campanha precisa de uma coisa boa, grande, prá mostrar que ela existe e as coisas só tem eco é lá no Rio de Janeiro porque não sendo na capital da República as outras coisas não tem. Ele conseguiu fazer na Ilha do Governador ele conseguiu fazer um prédio que era um encanto o que você puder sonhar em uma sede ele conseguiu o dinheiro todinho do Ministério mas ele o Sarasate era como se nós aqui seguindo os passos do nosso grande mestre que era o Felipe fazíamos a mesma coisa. Quando nós fomos fazer o Júlia Jorge ninguém ia fazer o Júlio Jorge não. Nós íamos transferir o Arminda de Araújo lá para o nosso prédio que seria o Júlia Jorge .Mas o que é que aconteceu? Faltou dinheiro prá gente terminar a obra.E o que que eu inclusive nós fizemos? Nos chegamos ao Sarasate, já tínhamos feito ele Presidente Nacional e ele só veio porque o cargo era esse de Presidente Nacional.. Como é que está o Júlia Jorge? A gente vai indo, ta quase parado, faltou dinheiro justamente no momento que nós íamos colocar, esperar terminar pra dar o nome da sua mãe ao colégio bom.daí por diante não faltou dinheiro Foi uma jogada né, espicaçando a vaidade no mas no bom sentido na boa obra. Se bem que tanto ela como ele mereciam muito mais pelo que eles fizeram e pelo entusiasta que ele era pela educação.Ele sempre foi um entusiasta da educação.Desde o Lourenço Filho que ele fundou junto com o Filgueiras Lima e virou uma Faculdade. Ele sempre foi dedicado à escola. E então ele se empolgou também pela Campanha..e então ele deu muita dor de cabeça porque...ao Felipe era o manda-chuva e ele como Presidente estava acima do Superintendente.

Silvaniza: O livro do Professor Felipe só tem elogios prá ele no livro dele.  
Qual livro?

Silvaniza:  
O livro do Professor Felipe sobre a história da CNEC.  
Ele fala bem?

Silvaniza:No final ele dedica uma folha inteira ao Paulo Sarasate

Mas ele ia volta e meia ele ia bater lá na Campanha. Foi o Sarasate que arranjou nesse tempo a Campanha era tão pobre que não tinha gente suficiente lá e o Sarasate como uma das figuras importantes do Brasil e da revolução naquele tempo colocou funcionários lá quantos a gente quisesse era só tirar aquele bando de vagabundos que estavam lá no Congresso sem fazer nada, daqueles deputados La e mandavam prá Campanha.

Silvaniza:A sede da CNEC no Ceará foi ele quem liberou a verba?

No Ceará foi feito exclusivamente com o nosso dinheiro.

Silvaniza: Porque tem uma história na Revista Cenecista que era um escritório que o Aurimar Pontes tinha conseguido...

Por que? Um problema político, o Aurimar, nesse tempo, o seu Governador Parsifal Barroso que era do PTB rompeu com o governo Federal que era do Jango que era do PTB e foi fundado o PTN – Partido Trabalhista Nacional os deputados daqui viram e aqueles que ficaram com o Parsifal o PTN o conseguiram tudo. Você sabe hoje a gente imagina essa mensidão esses negócios mas naquele tempo tinha a farra também de se manter os deputados ali no cabresto. Aurimar pediu ao Parsifal Barroso um local para fazer a sede e o Parsifal autorizou que fosse alugado duas salas na Pedro I com Barão do Rio Branco mesmo na esquina. O Estado alugou pra nós. Mas alugou por que? Ele alugou por interesse político que foi um pedido do Aurimar Pontes que em determinado momento prestou muito serviço a CNEC porque politicamente ele abria as portas. Politicamente ele abria as portas embora fosse muito de certa forma assim ...porque o pessoal dele que trazia para a Campanha era gente que queria fazer outro ginásio só fazia para seus próprios interesses. Era Caucaia com Ernani Viana, o Otacílio Mota lá do menino, o Aquiles Peres Mota. os outros lá de Santana de Acaraú, outros aqui pelo interior foram feitos assim mas pelo interesse político do que por interesse altruístico ou cenecista... só depois é que a gente conseguiu principalmente quando a revolução vetou e o pessoal caiu sério que a gente ficou aberto pra isso pra gente trabalhar mais à vontade. Daí por diante começaram mas houve um tempo que a história é essa.

Até hoje eu ainda acredito piamente que jamais nós não conseguiremos uma boa escola pública devido a complexidade da coisa. Eu imagino por exemplo uma diretora do interior a escola particular quebra uma carteira hoje de manhã de tarde tem uma nova Porque senão o aluno vai reclamar vai dizer ao pai dele que no outro dia tá lá em cima do diretor com cobras e lagartos que vai tirar o menino dali... Há um cuidado ali em cima. Então na escola pública, daqui que um diretor consiga consertar uma carteira ele manda pra divisão não sei da onde a divisão vai para o departamento aí passa o ano... Você já imaginou um Farias Brito, um 7 de Setembro passar um mês sem um professor? Não existe isso na escola particular... Mas na escola pública você sabe (inaudível barulho de avião) Tudo é politicagem.

## ENTREVISTA COM O SENHOR EDGAR LINHARES LIMA EM 28/07/2010

Edgar Linhares Lima – Presidente do Conselho de Educação do Ceará

Longa Pausa. Em sua sala, ele olhava os papéis enquanto eu o esperava para começar a entrevista.

Breve introdução de como eu cheguei até ao entrevistado.

Cito trechos do livro em que o Professor Felipe enumera os nomes da primeira comissão para implantação da Campanha da CNEC no Ceará.

Ele repete os nomes e anota numa folha de papel.

Quando cito Luciano Campos Magalhães, ele repete e diz que ele morreu logo depois.

Silvaniza:Leio todo o parágrafo do livro em voz alta. Acrescento: Eu queria entender. Ele veio aqui no Ceará em 1948 pela primeira vez, fez uma entrevista no Jornal O Povo e nada ficou definido. Depois em 1951 e também nada ficou decidido. Ele veio a primeira vez em 1948 e concedeu uma entrevista ao Jornal O Povo.

Edgar Linhares: Era o Governador Faustino de Albuquerque o primeiro governador depois da redemocratização. Eu não sabia da vinda anterior. Eu estava em 51 na liderança estudantil. (O celular toca e ele pára para atender). Pausa.

1950. Eu não me lembro dessas coisas mais porque o tempo passou demais. Mas eu iniciei a Faculdade em 1949. Nesse momento havia muita dificuldade de...foi no ano que eu cheguei em Fortaleza.

O Senhor veio de onde?

Eu vim do Seminário. Saí do seminário em junho de 47

De Pernambuco?

Não de Sobral. Ai fui ensinar no Seminário .com o Pe. que inventou o Seminário até i final de 47..Em 48 eu fui convidado prá ensinar no Ginásio Sobralense, em dezembro eu disse agora eu vou fazer a Faculdade. Ai vim fazer a Faculdade em 49.

De Filosofia?

É. Em outubro de 49 eu fui eleito Presidente do Diretório. A minha dúvida é se eu fui eleito em outubro de 49 ou de 50 mas é a primeira vez que um novato vai eleito. De fato que eu acho que foi em 49 Então eu fiquei em 49, 50 e eu não sei se fui reeleito.em 51. O certo é que eu trabalhei bem. Esse Irmão Anísio era o presidente da Faculdade. O Aquiles era do grupo de Direito. O João Filgueiras era da Faculdade do Grupo da Matemática e diretor do Lourenço Filho, o Lourival Alves ele vivia nesses negócios, o Luciano era líder estudantil, deputado e morreu na Revolução.O José Airton era de uma família de políticos e o Edgar era um abestado que só tinha prestígio pessoal não tinha nada de conotação política eu era secretário da JUC. A minha liderança era dentro da Juventude Universitária. Eu o Aragão e o Cavalcante, o José Cavalcante Sousa. Desses todos o mais brilhante deles foi exatamente o Cavalcante que deixou, não quis nada a ver com o Ceará e o sonho dele era ser...ele fez um curso na França em grego. Ai voltou e disse: Edgar eu vou-me embora do Ceará, vou fazer

um concurso de professor de português do sistema de ensino de São Paulo ai garante a minha família se sustentar, vou casar e então.Me meto até conseguir ser assistente de grego da USP. E de Assistente eu vou subindo fazer o curso de até ser catedrático.

Aí eu perguntei: esse teu plano começa esse ano? E dentro de quantos anos tu achas que tu és catedrático de grego da USP? Entre 22 e 25 anos. Ele planejou 25 anos para entrar na USP. Conseguiu entrar com 21. Foi o melhor professor de grego da USP. Ainda hoje ta velhinho lá, ta aposentado, ensinando grego lá para os elefantes na UNICAMP.Mas ele nunca entrou em política estudantil. Ele sempre foi um estudioso.Casou-se com a filha do reitor daqui não quis ficar aqui, se ele quisesse arrumar cadeira e tudo prá ele. Ele tinha horror a isso. - Não, que tem meu sogro é líder político de universidade, depois vão dizer que eu entrei na Faculdade por causa de sogro. Vou-me embora. E foi embora com a filha mais velha dele, do reitor. Bom, mas aí o Felipe, o problema era o seguinte. ele não era muito hábil nas relações com o mundo que ele não conhecia. Já foi muita coisa ele fazer isso. Que naquele tempo havia muita preocupação mesmo universalizada. A grande cabeça aqui era o João Filgueiras que tinha muita experiência, era vice-diretor do Lourenço Filho, o Aquiles que era um líder político muito ativo, o Irmão Anísio era o chefe da Universidade, Reitor da Universidade, o Diretor, era marista, muito limitado nas suas...para vestir essa camisa. Essa é uma camisa de povo, do aluno pobre. O Lourival ta ai como o Pilatos tava no credo.E o Luciano era um bom político mas a educação não era o forte dele. Sobrou prá mim que era da educação e o Zé Airton que era entusiasmado por tudo. Morreu muito cedo esse rapaz

E essa turma foi convidada ou foi voluntária?

Não, ele chegou e a gente começou a dizer eu queria fazer, começar, articular uma equipe que tivesse liderança. Mas eles não tinham em comum uma convivência. O erro dele foi fazer uma comissão pluri pluripensamento...é só porque pública, é boa, escola gratuita, para os pobres, a preço módico...Então ele fez mas realmente as escolas só começaram a funcionar depois de um pouco mais de tempo quando começou...era muito cedo quando eles falaram...então voce precisa de ponderar aqui, isso eu considero importante você falar, que quando se deu esse movimento...é...o ginásio, era um sonho distante era distante era querer demais. Realmente o ginásio só foi prá frente quando o Lauro de Oliveira Lima, que nesse tempo ele não estava aí mas ele passou por um certo tempo, não me lembro quando ele entrou foi o diretor-chefe do órgão representante do Estado. É a Seccional da Educação no Ceará. Ele foi o líder e a partir daí começou a fazer fervura. Então em 1955 se instalou a CADES. Ele só pôde surgir depois disso. Que aí tinha apoio legal...A CADES era a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário. Voce conhece né? Não tem dados dela ai não?

Tenho sim. Inclusive ele vai falar aqui até do nascimento da CADES.

Pois bem, o nascimento da CADES é que deu a chance de a idéia dele vingar. Porque se facilitou tudo. Então eu fui o primeiro professor de Português da CADES no Ceará. A gente se reunia ali na Faculdade de Direito, nas férias, janeiro e fevereiro, 10h por dia. As professoras eram professorinhas primárias que tinham feito o normal no Juazeiro. Tinha poucas escolas tinha aqui no Instituto de Educação, aí o ginásio era uma coisa prá frente. Ai a gente falava com as prefeituras, com as comunidades, e eles abriam, prá nós. Institucionalizava. Ai mandavam as professorinhas do município, era do município e do estado prá poder fazer o curso e poder ensinar.

Silvaniza: Elas ensinavam somente o primário e esse curso dava direito para elas ensinarem no ginásio.

Abria o ginásio. Foi ele o responsável pelo desenvolvimento do fundamental da educação no Ceará. Se você me perguntar qual o movimento mais importante foi esse aí. Porque ele melhorou a escola primária porque as professoras foram estudar mais, passava a ensinar um expediente aqui e outro lá, na minha terra meu irmão era de lá da Seccional e foi ensinar lá no Colégio, Ginásio Santa Quitéria. Trouxe as professoras e orientou. Eu fundei já um pouco mais tarde, tinha um deputado doido prá fazer alguma coisa para o município dele (não lembra o nome) vai dizendo: Sobral, desce aqui (como se mentalmente estivesse viajando) Era um município meio vagabundo mas hoje é importante... entre Sobral..e .Cariré.E eu fui no carro dele, passava o dia todinho rodando nós passamos o dia todinho rodando. Do jeito que eu queria. Eu quero ver onde é que tem casa e onde é que tem gente.Ai eu rodei pelas estradas. Ele tinha uma camionete boa, era deputado...Ai eu fiz. Um dia Eu reuni toda a sociedade num domingo, ginásio é muito importante, fiz aquele discurso, bonito, batemos o sino, quando chegamos lá, chegamos 10 horas, batemos o sino, todo mundo foi prá dentro da Igreja, o que foi que houve, tão batendo o sino, era a reunião do Deputado com o Prefeito e eu para fundar o ginásio.Ai eu fiz o discurso e quando terminei eu disse: prá finalizar agora vamos arrecadar aqui o dinheiro prá fundação do ginásio. A começar pelo Prefeito. Seu Prefeito...O prefeito era um homem muito bom... Senhor Prefeito, o senhor pode dar 20.000 reais?

Silvaniza:Vinte mil cruzeiros

Edgar Linhares: Vinte mil cruzeiros? Ai ele ficou parado assim...vamos à população, vocês conhecem a ele mais do que eu. Ele merece dar mais de 20, 20 ou menos de 20?

Ai o pessoal disse, menos de 20. O Povo né? Então se vocês tão dizendo que ele pode dar menos de 20 então quanto é que ele deve dar menos de 20?

Eu dou 15. Ai o pessoal bateu palmas...E nessas palmas eu fui enrolando o pessoal. Ai vem o Deputado. Deputado, sabe como é, você é quem vai dizer, você não pode dar menos que o Prefeito. Não pode dar menos de 15.

Bote vinte prá mim.

Presidente da Câmara, Vereador, fui de um por um...Cidadãos ilustres. Eu precisava de 145 mil para começar um colégio, comprar isso, aquilo outro, Secretaria, comprar os livros. Quando eu terminei esse discurso eu tinha 180 mil cruzeiros. Ai entreguei ao Prefeito para recolher o dinheiro. Ai eu escolhi as professoras, fizemos a escolha, tudo direitinho.. Foi assim que criamos mais de 100 colégios.

Esses colégios eram particulares?

Eles eram particulares mas a grande maioria tinha suporte da prefeitura. Santa Quitéria por exemplo foi feito particular, criaram uma associação mas a Prefeitura pagava uma taxa por cada aluno. Tinha toda uma arrumação.

Mas não era a CNEC.

Mas não era a CNEC. Depois ela foi entrando, , a CNEC entrou e começou a ... a CNEC facilitou enormemente isso ele fez de acordo com a existência de liderança para serem diretores e proprietários por exemplo, a maioria dos municípios ajudavam davam dinheiro né? O colégio funcionava, às vezes pagavam os professores com o tempo foram se tornando independente e trataram de se ver livres do Estado para poder ficar como CNEC.

Mas eles recebiam uma verba do Estado.

Recebiam do Estado, do Município, da União...entendeu?

Ai vem o papel do Felipe. Ele dava a maior vibração. Escolhia sempre um senador da República prá ser Presidente e o Presidente ganhava um bocado de dinheiro para botar no Estado dele. Ele não fazia questão. Eu fui várias vezes à Brasília e sempre ia lá em Brasília dar força prá ele. Mas depois de uns seis, oito anos ele começou a cansar a dificuldade de arrancar dinheiro também muita crise política né? Mas ai o pessoal já estava instalada e foi levando...Fortaleza cabe colégio grande. Aquele colégio que hoje é do Airton ali na Bezerra de Menezes era dele. O Arminda o outro lá na frente que hoje é dele. Tinha o outro maior dele...era do menino que foi Secretário de Educação, que é citado ai o Lúcio. O Lúcio Melo era dono dele. O Lúcio se eu não me engano era genro do Sucupira. Que era uma espécie de Deus da política. Era um homem santo, muito religioso, tinha apoio do Arcebispo e que era Diretor do Banco Popular um Banco do Estado. Não era bem do Estado. Era um Banco que...Parece que era da Prefeitura. Era um Banco político. Banco Popular que depois foi vendido para o Sancho. Pois bem, ele era muito forte. Então a idéia inicial era o sonho do Felipe. Como ele foi vingando no Ceará? Todo mundo achava interessante mas não via viabilidade. Quando chegou em 55 e se criou a CADES. A CADES foi um fator dinâmico e decisivo para dar o deslanche da Campanha. Ela teve muito sucesso durante algum tempo e depois começou a ciuemeira gente em cima por exemplo do Lúcio que ele fazia muito colégio como coisa pessoal. Foi defeito dele. Ele se transformou num meio de professores ser dono de colégio e deixou de ter o espírito de atender a serviço da comunidade.

E ele reclama na entrevista que os Colégios perderam esse espírito do início da Campanha.

Quem disse?

Ele, o Lúcio.

É mas ele é um dos que (ilegível). Isso que ele está dizendo (ilegível) mas ele foi considerado um dos beneficiários maiores.

Quando foi que isso passou a acontecer?

Já prá 60 e ...Entre o início do coisa até a Revolução. E depois da Revolução eles continuaram..porque todos eles eram reacionários...Não tinha nem um subversivo no meio disso não.

Eles eram reacionários?

Eram...Eram reacionários. Não tinham espírito de...eu por exemplo, eu era do JUC. Todo pessoal do JUC era ... e por isso nós fomos perseguidos como comunista. Ora comunista. Eu era exatamente um anti-comunista...

Depois eu quero que o senhor fale sobre o papel do Paulo Sarasate nessa campanha.

Faça isso não. Se eu for falar do Paulo Sarasate eu vou falar da figura dele.

Então é muito importante isso. Quem preparou as condições para que se desenvolvesse a CNEC foi a CADES. Foi o espírito pioneiro e estimulador da CADES que resolveu o problema de professor. Naquele tempo nós não tínhamos...tava começando a Faculdade, o primeiro grupo de professor formado pela Faculdade foi em 1951.. 47, 48, 49, 50. Em 51 tinha gente disponível. Mas a maioria já era professor, não tava atrás de emprego. Todo mundo tinha já o seu emprego.E ninguém tava ainda obrigado a ser professor licenciado.

Licenciatura era uma aventura. Então os donos de colégio pedia o advogado se formava muito e não tinha emprego ai ia tudo ser professor.

A CNEC utilizou muito profissionais liberais como advogado, engenheiro como professor.

Tudo. Quem tivesse formatura ou soubesse, ex-seminarista à vontade...Eu por exemplo, eu era professor de latim...Sabia grego, latim, todo mundo escrevia bem...ex-seminaristas, aqui o Seminário aqui da Arquidiocese de Fortaleza tinha sempre as pessoas fazendo Teologia e Filosofia, chegaram aqui e saíam muito e iam então ensinar.

É um capítulo muito importante da história da educação do Ceará. Como é que foram surgindo a escola básica. Nós tínhamos a escola primária. Eu fui aluno nas Escolas Reunidas. De primeiro era uma escolinha aqui e outra acolá...reunia as escolas na sede do Município para ter a 1ª, a 2ª, a 3ª e a 4ª série. Quando chegava as férias era uma grande aventura. Era o máximo que se podia ter num interior. Uma cidade como o Juazeiro já tinha outra coisa era mais avançada. Lá tinha a Escola Normal Rural. Quer dizer, quem fez o Ginásio lá ia fazer a Escola Normal Rural dentro do ginásio. Quando terminava o Ginásio já ia ser professor. Quer dizer, tem uma história muito lenta de construção.

Como era a estrutura do ensino no Ceará?

Era o seguinte. O primário tinha o 1º, o 2º, o 3º. Não tinha ordem não. Tinha a alfabetização e na verdade não tinha primário. Tinha alfabetização e depois botaram o primeiro ano, para as pessoas alfabetizadas, o 2º, o 3º 4º e 5º já era considerada o admissão. O admissão preparava para entrar no ginásio. E o ginásio era 1º, 2º, 3º e 4º.

Onde era dado um conteúdo geral...

É já tinha uma legislação sobre isso. Essa legislação está toda na Reforma Capanema. Foi ai começaram as Leis Orgânicas onde voce sabia tudinho detalhado até os prédios.

Então. É muito importante você articular o desenvolvimento do projeto de Felipe com a CADES. A CADES foi tão boa no Ceará que o Lauro foi convidado para dar o curso na CADES no Paraná.

E por que quando falei em Paulo Sarasate o senhor disse que não pedisse isso?

O Paulo era uma figura que ninguém consegue fazer uma biografia dele. Ele merece mas ninguém faz. Paulo primeira característica dele: sonhador. Ele era um homem que sonhava. Um idealista. Impulsivo. Se batesse nele ele reagia. E tudo era impulso. Ele tinha impulsos. – Vamos fazer isso – Vamos E como tal ele era respeitado. Ele participava do grupo do jornal, foi sócio do Lourenço Filho, fundou o Lourenço Filho com o Filgueiras Lima e depois saiu. Ninguém sabe porque mas pode imaginar o motivo da saída dele por causa da impulsividade dele e o Filgueiras era aquela moleza, jeitoso e ele era impulsivo. Mas ele era honesto, não era ladrão...

Falo do livro do Professor Felipe e mostro a página em que ele fala do Paulo Sarasate. Ele lê e encerro a entrevista.

**Entrevista com Dona Ivolina – Professora e fundadora do Colégio Rui Barbosa – Iguatu  
– Entrevista realizada em 26 de julho de 2010.**

A senhora é professora?

Balança afirmativamente com a cabeça.

A senhora chegou a trabalhar na CNEC como professora?

Muitos anos.

Como foi que a senhora conheceu a CNEC?

Bem. Chegou como uma necessidade porque em Iguatu existia alguns colégios mas todos particulares. E isso era um problema muito grande. Aí a gente pensou em fundar um colégio da CNEC.

Quem era agente que a senhora fala?

Vou citar depois. Ai a Helena Leite era parenta do (pensativa) daquele da CNEC.

Lúcio Melo?

Não. Outro.

Comendador Sucupira?

O Sucupira. O Comendador Sucupira. Agente andou conversando e tal e ela marcou um encontro aqui em Fortaleza prá entrar em contato porque ela era prima dele e ia ter mais facilidade embora tenha sido uma maneira que não era muito verídica porque o Dr. Sucupira qualquer coisa que a pessoa procurava assim prá criar colégio ele dava todo apoio porque o objetivo dele era estender a rede né?. Era muito importante. Ai nós começamos a conversar. A princípio foi só Helena e eu. Helena Cavalcante Leite. Depois a gente viu a possibilidade se tinha condição porque tinha muita criança que quando terminava a 5ª série saía dos grupos e podia perfeitamente criar um colégio da CNEC. Em virtude de naquele tempo eu não sei se hoje ainda é, era uma pequena contribuição. A gente trabalhou com muito sacrificio porque a gente tinha de seguir aquela cota mesma.

Silvaniza: Vocês recebiam do governo federal uma contribuição?

Não. As contribuições vinham direto da CNEC e ela distribuía. As pessoas que nós iniciamos foi: Dr. Manoel Carlos de Gouveia,

Silvaniza: Ele era prefeito na época?

Ele era prefeito na época, era diretor do Hospital Santo Antônio, abraçava muito a questão da educação morreu do mesmo jeito, fazendo caridade e ajudando a todo mundo, o hospital dele era uma graça. O rico não pagava porque era amigo, o pobre não pagava porque não podia pagar. Como eu que eu vou cobrar desse pobre desse jeito? Não, não vou. Deixa sem pagar. E ficava sem cobrar. Nós fomos ao hospital. Eu e Helena Cavalcante Leite para conversarmos com ele. Como era que.. qual o intuito da gente e ele disse ah! Então vamos ver diz ai: como é que é essa história de CNEC? Ai nós fomos explicar prá ele como era, que o aluno pagava uma pequena contribuição, que tinha muito colégio em Iguatu mas tudo particular, que havia uma dificuldade muito grande para os alunos mais pobres...

E como é o projeto que vocês tem prá fazer isso?

Dinheiro a gente não tem. Não doutor, não precisa de dinheiro não, vamos fazer só com língua. Não precisa de dinheiro. Fomos,



Ele disse assim. É vocês procurem aí as pessoas que vocês acham que vão atender bem o colégio naturalmente os educadores que vocês tenham facilidade de trabalhar.

Como é que vocês vão fazer isso? Vai ser muito difícil.

- Vai não Doutor. Vai não. Nós vamos com a comissão prá Fortaleza, prá poder falar com o Dr. Sucupira, prá ver o que que ele acha. Eu acho que ele vai achar muito bom porque essa região é Iguatu é a primeira cidade que não tem nenhum colégio da CNEC. Acho que ele vai ter muita boa vontade em nos ajudar a fundar esse colégio. Isto era nos fins de um ano.

Silvaniza: 1960?

1959.

Não doutor. A Helena vai prá Fortaleza porque é primo dela então ela vai ter acesso vai entrar com facilidade e tal. Ah! e tal, Sucupira é meu amigão e tal...Ai ele fez uma cartinha pro Sucupira. A Helena recebeu a carta e se comprometeu de ir no primeiro transporte do governo. A gente fazia isso com uma certa pressa porque estava já no fim do ano. Já tinha muita gente que já sabia que a gente estava preparando esse plano já com filhos esperando prá fazer a matrícula, não matricular nos particulares. Helena veio aqui prá Fortaleza e enquanto ela veio eu fiquei lá entrando em contato com as pessoas da educação e convidando prá uma reunião lá no hospital. Era um lugar que não era muito bom porque política né sempre tem aquela coisa não gosto e tal, mas, felizmente pra nós o ambiente estava aberto. Ai nós marcamos uma reunião com as pessoas que a gente achava que eram conveniente e marcamos uma reunião lá no hospital. Ele preparou tudo lá, fez um almoço danado prá gente ele gostava muito de agradar. Quando se zangava ele se zangava mesmo mas é assim mesmo. A Helena telefonou um dia que ela vinha e nós marcamos a reunião e na reunião compareceram (pega um papel) eu até anotei. É uma relação muito improvisada apressada. Então na reunião estavam: Dr. Manoel Carlos de Gouveia, Ivolina Alves Bezerra, Helena Cavalcante Leite, Júlio Braga, era jornalista, marido da Valquíria, Júlio Braga (repete) me lembrei cadê eu me lembrar? Repete os nomes. Maria Alves Bezerra, Donana, não sei você conheceu, professora particular, Vicentina, também era uma professora particular, essa professora aqui Vicentina, naquele tempo a gente não tinha acompanhamento de nada. Só ia de vez em quando um fiscal. Uma vez a Vicentina ela era tinha de ser as coisas do jeito que ela queria. Quando não era ela tinha de dar um jeitinho. E então quando este fiscal foi, chegou lá na escola dela os meninos estavam tudo estudando ainda na carta. A, B,C,D,E BA,be,bi,bo,bu. Ca CE ci co...ai e cadê o outro? Não o seu cu a dona Vicentina raspou.(Risos) Brincadeira que faziam com a Vicentina.

E o Dr. Edson nesse momento ele não participou?

Não. Não, não. Quando a Helena já tinha voltado porque nesse tempo ele ainda estava na Bahia. Porque ele terminou os estudos dele na Bahia. Ele era advogado. Mas quando já foi prá começar o colégio mesmo é que o Edson tinha chegado da Bahia. E a gente lá conversando: quem vai ser o diretor? Ai um dia é fulano, o outro é sicrano, ai o Dr. Gouveia disse assim, bem se vocês não acharem inconveniente eu estou com um sobrinho chegando ai ele também é da educação e se vocês acharem conveniente colocarem ele na direção. Então o Edson já chegou depois das primeiras reuniões.

Silvaniza: Então vocês já começaram o ano de 1960 com o ginásio funcionando?

Com o colégio. Ele funcionava no Grupo Escolar. Fazia 22 anos que eu não ia a Iguatu. Mas no ano passado o meu irmão que morava lá, só tinha ele e ia completar 100 anos. Ai ele me mandou muitos recados. Eu não dispenseo de jeito nenhum. Tem que vir pro meu aniversário. Tem que vir, não tem esse negócio não. Ele tinha 100 anos mas era lúcido, então quando o filho dele foi lá ele disse olha quando você chegar lá em Fortaleza você pede a Vera prá lhe

levar no carro lá na casa da Ivolina prá dizer a ela que eu não dispense a presença dela no meu aniversário. Eu não vou poder, na época eu tinha feito uma cirurgia de coluna Eu faço questão. Diga a ela que eu vou fazer 100 anos e quero a presença dela nos 100 anos. (ilegível voz muito baixa). Ele mandou fazer uma capela em frente a casa dele.

Mas eu passei nos pontos principais: Colégio São José, Rui Barbosa, Colégio Carlos de Gouveia.

E nesse primeiro ano de funcionamento, depois que o Comendador Sucupira autorizou como foi que vocês fizeram para conseguir os professores?  
Foi muito fácil.

Eles recebiam o salário? Tinha carteira assinada? Teve algum trabalho voluntário?  
Não. Era carteira assinada. Tinha professor que a gente contratava já era uma coisa muito certa, descontando INSS, era ali pertinho, ali do outro lado. Não se você se lembra como era lá Sempre foi assim.

Silvaniza: Quando a Campanha chegou lá ainda era Campanha dos Educandários Gratuitos. Mas esse gratuito era relação aos alunos não era?  
Isso, aos alunos.

Silvaniza: Eles pagavam uma taxa mínima?  
Era.

Silvaniza: Tinha um setor local?  
Tinha um setor local, tinha tudo porque o Dr. Gouveia as coisas dele tinha que ser muito certas.

Silvaniza: E o comendador Sucupira dava alguma instrução de como deveria ser?  
Dava. Dava a gente vinha pra cá prá receber as instruções diretas do colégio. Porque o mais (ilegível)...

Silvaniza: Tinha muitos alunos carentes? O colégio nesse início recebia mais alunos carentes ou era tudo misturado?

Tudo, todos eram carentes. Mas tinha o super aqueles que eram pobres e não podiam pagar. Eles diziam: não posso, não posso dar coisa nenhuma. A gente dizia: você não pode pagar cinco reais? Gente ia assim. E esta pessoa não conseguia contribuir. Prá que não ficasse humilhado na sala só porque não podia pagar, estudando de graça, tinha que constar mas todos os que apareciam a gente recebia. As vezes a gente conseguia (como é que a gente chamava? Pausa. Protetor no colégio. A pessoa não podia contribuir mas podia conseguir uma pessoa prá contribuir. Mas todos pagavam. Era uma pequena taxa, ou então, sendo (oferece um lanche).

Silvaniza: A senhora por exemplo, entrava com seu dinheiro para ajudar o colégio? O grupo que começou ficava na coordenação?

Não. O Edson ficou como diretor, eu fiquei vice-diretora, a Mariquinha era professora de Português...porque ela era boa demais...

Silvaniza: Começava com o Exame de Admissão?

Primeiro a gente selecionava tinha aquela prova do Exame de Admissão.

Silvaniza: Eles faziam a prova no próprio colégio?

No própria colégio.

Silvaniza: Vocês preparavam eles?

Preparávamos. E depois dava continuidade aos estudos. Que era o ginásio.

Silvaniza: Era só uma turma que funcionava no começo? Um turno ou uma sala?

Uma sala. Nós começamos com duas salas. Prá prova foi bastante aluno que nós selecionamos e eles passaram.

Silvaniza: Ele já era reconhecido pela Secretaria de Educação e Saúde?

Não. Porque a CNEC não tinha nada a ver com o Estado.

Silvaniza: Mas validaram o diploma?

A gente quando terminou a primeira turma, que nós ficamos até a oitava série, eles ficaram quando terminaram a 8 série ai, me despertou para fundar o Normal. A gente sempre vi o entusiasmo deles, como eles estudavam, tudo era positivo. Ai a gente disse: Edson, sabe de uma coisa, vamos fundar o normal? Tai é uma boa. Já que por enquanto a gente não pode fundar o científico, porque antigamente o professor era a preparação pro vestibular, então vamos preparar a papelada todinha porque tudo isso era muito complicado. Papel, uma burocracia muito grande; eu pegava as instruções, o que era que precisava e levei por Conselho Estadual de Educação, depois do Conselho eu levei tudo prontinho então nós fomos fundar. Nesse tempo ainda estavam os professores que começaram.

Silvaniza: O Iguatu tinha algum ginásio do Estado?

Não. Nenhum. Nem ensino secundário. Era muito carente. Era muita criança pobre.

Silvaniza: E havia essa vontade de querer continuar os estudos?

De querer. Porque os filhos dos remediados iam para os colégios particulares. Tinha o São José, colégio de freiras, que eu terminei lá; Tinha aquele colégio, não interessa isso. O pai da Theonilia era o diretor.

Silvaniza: O Ruy Barbosa começou a funcionar no Grupo Escolar Carlos de Gouvêa. Como foi a mudança para a sede própria?

É um grande colégio. Ali foi com dinheiro arranjado pelo Dr. Carlos de Gouvêa, o Edson, como diretor ele trabalhou muito, tem muito esforço dele para criar aquilo ali. Cansei de dizer a ele: mas Edson, tenha juízo. Ta vendo que você não vai ter condições de fazer esse colégio. Não, eu vou, você vai ver. E aí eles terminaram e eu vim prá cá. Aqui quando eu cheguei ainda era do Estado mas logo eu me aposentei, ainda trabalhei no Colégio Santa Cecília.

Silvaniza: Qual a contribuição na sua opinião que essa escola da CNEC trouxe para a educação no Iguatu?

Muita. Muita, Uma quantidade imensa. Porque se não fosse todos aqueles alunos tinham ficado sem estudar.

Silvaniza: A senhora conhece alguns estudantes da CNEC que tenha chegado a fazer Faculdade?

Inúmeros. Todo tipo que a gente procura a gente. Edson gostava muito de no final do ano fazer uma reunião com os alunos que foram aprovados no vestibular. São muitos e todos os anos saía um bocadão de alunos.

Silvaniza: E essa primeira turma, ela concluiu os estudos até a 8ª série. Como elas continuaram os estudos?

Continuaram se deslocando de Iguatu prá Fortaleza. Nesse tempo nem no Crato não tinha nem no Juazeiro não tinha Faculdade e eles vinham prá cá. Aqui estudavam..

Silvaniza: Teve alunos que entraram no Liceu?

Teve. Mas eles quando chegavam aqui procuravam geralmente um colégio particular. Era difícil de se estudar no Liceu muita dificuldade.

Silvaniza: Eles não procuravam por exemplo um colégio da CNEC como o Arminda de Araújo?

Teve sim. Teve um aluno que quando veio aqui prá Fortaleza, ele ficou assim meio deslocado. Porque ele era pobre, pobre...Porque tem pobre e o pobre pobre..Tem deles que não tem como...ele não tinha como ir para o colégio, transporte, aluguel de casa, mas ele fazia...mas eu quero, quero, quero. Ai a mãe dele veio aqui, alugou um quarto com chavinha prá ele ai ele arranhou um colega. Ai ficaram os dois. Eles eram tão pobres que não tinham nenhuma mesa para estudar. Eles estudavam assim. Era um caixão desses caixões de refrigerante né? Tem umas caixas. Pois é, ali eles arrumavam forravam mais prá poder ficar mais alto e estudavam. Fizeram o concurso de Medicina.

Silvaniza: A senhora sabe o nome dele?

Sei. Agora o nome dele completo eu não sei. Mas um dos primeiros que se formou em Medicina.

Silvaniza: Não sabe nem o primeiro nome dele?

Sei não. Filho da...(tenta lembrar). A gente tinha contato com ele através do nosso motorista que era o motorista da supervisão de educação e ele era o nosso motorista e a gente sempre ficava sabendo

Silvaniza: A senhora acha que esse aluno...

Esse aluno tirou o primeiro lugar em medicina

Silvaniza: A senhora lembra qual foi o ano?

Não.

Silvaniza: Provavelmente ele ainda está clinicando hoje não?

Hoje ele mora se não saiu do lugar ali no (tenta lembrar) a gente morava lá bem perto...eu gostava de ir lá depois que a minha mãe faleceu a minha irmã não aceitou morar mais lá. Tem uma menina irmã dele que é professora...

Silvaniza: Qual é a especialidade dele?

Parece que é...(não consegue lembrar) só sei que é muito procurado...

Silvaniza: A senhora conheceu o Professor Felipe?

Eu acho que na época que foi fundado o colégio acho que ele não estava mais aqui...

Conto prá ela sobre o Felipe.

Silvaniza: Pergunto se ela conhece a história da CNEC.

Ela não conhece.

Conto prá ela alguns detalhes.

Silvaniza: O que a CNEC representou para a senhora?

Gostava demais. A gente quando termina o curso sai toda entusiasmada a gente acha que vai acabar com o mundo ou fechar o baú com o mundo dentro. Mas aí as coisas se tornam muito difíceis;

Silvaniza: A senhora chegou a fazer algum curso da CADES?

Fiz muitos. Primeiro a gente fazia o curso da CADES no Crato. Depois, porque era gente demais (ilegível)

Silvaniza: Qual foi o ano que o colégio ofereceu pela primeira vez o ensino científico ou clássico?

Eu não sei te dizer não. Só sei que eu já estava aqui.

Silvaniza: Quanto tempo a senhora ficou na CNEC?

Eu fiquei muito tempo. Inclusive quando o Colégio completou 15 anos o colégio fez uma grande festa (faz as contas pra saber o ano) A gente fazia uma festa do 7 de setembro com muita pompa. E a briga era do Ruy e (fica na dúvida) acha que era o São José. A minha cabeça já tá variando...Quando foi na festa dos 15 anos nós fizemos um carro alegórico um caminhão grande com 15 debutantes. Desfilando. Todas as meninas eram altas...Minha sobrinha foi daqui...foi uma confusão grande.

Silvaniza: Quem batizou o colégio com o nome de Ruy Barbosa?

Foi o Carlos de Gouveia. Porque ele era um grande admirador de Ruy Barbosa. Numa reunião ele disse que tinha um pedido a fazer. Pois não doutor. Eu queria dar o nome ao colégio. E todo mundo aceitou aí eu disse assim: vai ser Ruy. Ele era muito admirador do Rui. Era um tempo bom.

Silvaniza: A senhora sente saudades?

Saudades talvez não. Eu acho que eu fiz o que devia ter feito eu tenho uma parcela de contribuição. Mas também acho que chegou o tempo que eu devia sair para dar lugar a outros.

O que a senhora acha de ser a única sobrevivente daquela turma que criou o Rui Barbosa?

É uma graça. Tenho que me segurar. (Risos)

## ENTREVISTA A ERNANI VIANA EM 19 DE ABRIL DE 2010

**Político – Deputado Estadual. Diretor do Grupo Comercial Ernani Viana. Agropecuarista, Industrial e Comerciante. De 1954 a 1965 foi filiado ao PSD. Presidente setorial da Campanha Nacional das Escolas da Comunidade em Caucaia/CE.**

Silvaniza: O senhor foi sócio fundador do Luzardo Viana?  
De Caucaia não, do Luzardo Viana. Sócio não, fui o fundador.

Silvaniza: Como o senhor soube da CNEC no Ceará?  
A CNEC não é do Ceará.

Silvaniza: A CNEC no Ceará

No Rio de Janeiro. Eu quero dizer como eu Realmente eu tive a idéia de conduzir e trazer um colégio para Caucaia foi que eu fui ao Rio de Janeiro, em 1959 mais ou menos quando eu me elegi deputado estadual pela primeira vez eu me elegi em 58. Então eu procurei desenvolver o meu binômio como empresário e como político era trabalho e educação. Então o que ocorreu eu procurei desenvolver uma indústria prá dar oportunidade de muitos empregos em Caucaia como realmente eu conduzi, cheguei a ter 5000 empregos diretos na época e depois procurei ver um colégio para poder fazer o outro setor que era o educacional. Então o que ocorreu eu fui, visitei o Sr o Sr. Felipe Tiago Dantas.

Silvaniza: Gomes

Gomes. Um dos maiores educadores-administrativos do país. Fiz amizade com o Felipe e juntamente com o Deputado Aurimar Pontes que era meu colega na Assembléia, também era membro da executiva nacional da CNEC naquele tempo era Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos. Muito bem. Então eu me relacionei muito bem, ajudado pelo Deputado Aurimar eu consegui apoio do ginásio na época para Caucaia.

Silvaniza: Ele falou que ele já tinha tentado trazer a CNEC prá cá e não tinha conseguido?

Não, ele não me falou.

Silvaniza: Em 48 ele tentou fundar a CNEC

Mas não era em Caucaia. Devia ser aqui em Fortaleza. Então dessa, desse contato que eu consegui ter com a Campanha e com o Prof. Felipe foi uma amizade altamente gratificante prá mim, e para Caucaia e para o colégio. Porque eu procurei implantá-lo com muita dedicação, com muito critério e com muita objetividade. Para que você tenha uma idéia eu fui Deputado eleito por três mandatos. 58, 62 e 66. Eu nunca fui ao colégio pedir um voto Eu sempre adotava um sistema de educação daqueles alunos, pais dos alunos. Então quando eu implantei o Colégio lá em Caucaia o Ginásio, a primeira turma foi de 28 alunos.

Silvaniza: E tinha um setor local lá?

Não, não tinha nada. Eu constitui tudo. Iniciei o Ginásio, fiz o Setor. Que é que ocorreu? Eu consegui com o Secretário de Educação do Estado uma autorização para que o Ginásio funcionasse no turno da noite lá no Grupo Escolar (O telefone toca e ele atende e desliga rapidamente dizendo estar numa entrevista) Carneiro de Mendonça.

Silvaniza: Era o Mariano Martins o Secretário?

Não eu não me lembro quem era o Secretário na época

Bom, então de qualquer maneira eu consegui implantar, implantar não, eu consegui botar um ginásio pra funcionar com a turma inicial de 28 alunos eu convidei um cunhado meu que era um professor de alto nível, Dr. Otávio de Almeida Braga que era um homem sério, competente, foi até diretor da Escola de Agronomia, o pai dele que era meu sogro foi vice-reitor no início da reitoria juntamente com o Sr. Martins Filho, então eu convidei e botá-lo para ser o primeiro diretor sem nenhum custo financeiro nenhum para o colégio porque realmente nós estávamos fazendo aquilo com dedicação não era com interesse financeiro. E aí eu compus a diretoria com o colega, com a secretaria e tudo bem. O Ginásio foi aumentando e o Secretário da Educação por uma pressão política que na época que era muito radical lá em Caucaia queria expulsar o ginásio. Eu fui ao Secretário e disse olha eu não admito essa discussão. Eu como homem público que sou como quem fez o encaminhamento dessa Instituição educacional, eu faço uma reação de público com o governo atual. Então o resultado nós tivemos um embatizinho e até que entramos num entendimento pra eu deixar o ginásio funcionando por um período de 120 dias, período esse que eu adotaria uma providência para localização do ginásio. Eu tinha um prédio na minha empresa que tinha sido um prédio antigo, uma Padaria lá em Caucaia, eu fiz uma adaptação daquele prédio e ficou uma instalação altamente para uma emergência uma adaptação altamente qualificante e e então transferimos o ginásio pra lá antes dos 120 dias concedido pelo Secretário.

Muito bem o ginásio foi funcionando foi crescendo e se conceituando. Ele chegou ao ponto, na época em não sei que ano foi mas eu sei que ele chegou a atingir 3.200 matrículas no Estado. Em número de matrículas era o primeiro colégio da CNEC do Estado do Ceará. E então o que é que ocorreu? Eu resolvi construir o prédio atual do Colégio e eu fiz uma prece a Deus e pedi a proteção a minha santa Edwirges e eu construí esse prédio dentro de 4 meses.

Silvaniza: Com seus próprios recursos:?

Com meus próprios recursos eu não pedi recursos a ninguém aí eu fiz a transferência a doação para a CNEC.

Silvaniza: Que é o atual Luzardo Viana?

É o Luzardo Viana. É um prédio digno, tem todos as salas com laboratório quer dizer uma coisa altamente qualificada para o setor educacional.

E os professores? Eram voluntários?

Bom Depois quando o Ginásio foi crescendo a CNEC naquele tempo tinha subvenções do governo federal podia receber subvenções estaduais e municipais tal então tinha uma sobrevivência automática e era realmente um plano de educação gratuita para aqueles mais necessitados chegando ao ponto de um compadre meu, meu grande amigo Gerardo Lopes Cavalcante ele foi me visitar na minha casa ele foi me visitar na parte da noite e disse: - Compadre Ernani eu vim lhe agradecer porque agora eu já sei que eu vou poder educar meus filhos. Porque eu não tinha condições nem do transporte muito menos das anuidades escolares para pagar um colégio em Fortaleza. Então desses apareceram muitos.

Silvaniza: Como era a situação escolar em Caucaia?

Não tinha. Foi o primeiro.

Silvaniza: Só tinha escola primária?

Só tinha escola primária.

Silvaniza: As pessoas que quisessem continuar os estudos tinham que vir prá Fortaleza. Tinham que vir para Fortaleza.

Silvaniza: E tinha que ter uma certa condição financeira. Financeira. Porque num existia. Agora eu, além do Colégio, do Ginásio Luzardo Viana eu como Deputado Estadual tinha direito a verba como bolsa de estudos. Então eu arranjava algumas bolsas de estudos que não tinha ainda o Curso do Científico naquele tempo era o Primário, o Secundário e o Científico. Depois é que partia para o Superior. Então isso foi, o Ginásio foi crescendo, crescendo e se conceituando e tai hoje como um dos colégios mais credenciados não só de Caucaia mas de todo o Ceará.

Silvaniza: Sobre os subsídios governamentais.

Bom, aí depois que eliminou-se os recursos de subvenções governamentais aos colégios, fomos autorizados a cobrar mensalidades.

Silvaniza: Mas ai foi depois de 1964  
Foi quando não tinha mais recursos doados pelo Governo. Então a CNEC para não fechar em sua totalidade começou a cobrar anuidade de colégios, de alunos e selecionar aqueles colégios que podiam sobreviver com a verba pequena para não haver uma escola tão comercial no setor da educação.

Silvaniza: Dentro de Caucaia qual foi os setores que mais lhe auxiliou na empreitada desse colégio?  
Não teve ninguém. Foi o meu trabalho mesmo, que eu consegui.

Silvaniza: O Comendador Sucupira lhe ajudou?

Não, ele não ajudou, ele não atrapalhou. Agora quem me ajudou foi o Felipe e o Aurimar Pontes.

Silvaniza: E o Paulo Sarasate?  
Não esse queria era fechar o colégio. Ele queria mudar o diretor. O Felipe não aceitou por causa do credenciamento nosso naquela Instituição, depois quando ele não conseguiu mudar o diretor por uma questão política que ele era votado para Deputado Federal em Caucaia e eu não votava nele ai ele queria pegar o Colégio e foi muito pior. Aí foi que o Felipe reagiu mesmo então eu fiz uma amizade muito grande dentro da CNEC e principalmente com o Professor Felipe Tiago Gomes que era o administrador número 1 nacionalmente falando da CNEC.

Silvaniza: O senhor ainda mantém alguma ligação com a CNEC hoje em dia?  
Total. A diretora é uma administradora de mão cheia que é a Dra. Ângela. A Ângela é a viúva de um sobrinho meu. Quem arranjou o cargo fui eu.

Silvaniza: O Senhor tem idéia de quantas pessoas foram beneficiadas pela CNEC?  
Um número mais ou menos certo é difícil. Mas eu vou dizer a gente teve alguns alunos por



exemplo, o atual prefeito que é médico, no discurso dele ele disse nos 50 anos do colégio. Fui aluno, fui professor e fez o vestibular sem fazer cursinho e tirou o primeiro lugar pra Medicina. Então ai do colégio saiu médico, advogado, dentista, professor, engenheiro. Então é uma seleção altamente qualificada de alunos, ex-alunos do Luzardo Viana. Agora para você ter uma idéia calcular em termo de uma 200 pessoas que tiveram a comprovação do curso superior oriundo do Luzardo Viana.

Silvaniza: Existe um aluno da época que o senhor conhece?

Dr. Neyardo. É filho do Dr. Gerardo Lopes Cavalcante;. Esse conhece a história toda do Luzardo Viana. Inclusive ele conhece a história do Paulo Sarasate todinha.

Silvaniza: Quem foi Luzardo Viana?

Era o meu irmão, meu saudoso irmão. Era o maior amigo que eu tinha. Eu procurei fazer o cumprimento daquele meu desejo, trabalho e educação e graças a Deus consegui. E numa etapa seguinte eu consegui manter o nome do meu irmãozinho na memória do lugar.

Silvaniza: E com o Professor Lúcio Melo o senhor manteve uma boa relação?

Muito boa. Lúcio é um administrador regional por muito tempo, na época do superintendente que era o Sucupira. Embora nós não tivéssemos uma plenitude por causa do aspecto político porque ele era muito ligado ao Paulo Sarasate.

Silvaniza: O senhor acha que o regime militar melhorou ou piorou a situação da CNEC? Olha, eu não posso analisar detidamente porque uma coisa que foi retirada foram os recursos oficiais financeiros. Esse ponto foi negativo. Mas pelo plano de austeridade, isso não tenho o que reclamar do regime.

**ANEXO**